

# REINVENÇÕES DO RÁDIO:

## TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

GUILHERME GITAHY DE FIGUEIREDO  
LENI RODRIGUES COELHO  
NÚBIA LITAIF MORIZ SCHWAMBORN



ALEXA  
CULTURAL



Guilherme Gitahy de Figueiredo  
Leni Rodrigues Coelho  
Núbia Litaiff Moriz Schwamborn  
Organizadores

# **REINVENÇÕES DO RÁDIO:**

---

**TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

**ALEXA**

Embu - SP

2018



**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

K Langer

**Foto de capa**

Guilherme Gitahy de Figueiredo

**Aquarela de capa**

Alexandre de A. Mourão

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

F506G FIGUEIREDO, G. G.

C492l COELHO, L. R.

S521n SCHWAMBOM, N. L. M.

Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação - Guilherme Gitahy de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm -254 páginas

ISBN - 978-85-5467-007-8

1. Antropologia - 2. Rádio - 3. Tecnologia - 4. Educação - 5. Participação - I. Sumário - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Rádio

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

**ALEXA**  
CULTURAL

Rua Henrique Franchini, 256

Embú das Artes - SP - CEP: 06844-140

alex@alexacultural.com.br

*O que me faz enlouquecer é o estranhamento. Ou explode a prisão ou explode a minha cabeça. Rádio Alice cala, os companheiros calam; aqui se inventou a palavra, máscara de sempre. Nem se fala sem se tem ideias. Letargia. Estamos criando um pequeno gueto: somos ou não somos um gato selvagem que corre pela cidade. Não demos respiro aos nossos carcereiros, é preciso golpear cada dia no coração do tigre e de todas as maneiras, com nossa diversidade de facetas; contra a tristeza e a solidão das celas de isolamento, 24h no ar. É um convite a falar e pensar, é um convite a estar presente nos acontecimentos da cidade, dos bairros, das escolas, dos quartéis, das fábricas, das praças; deterioremos o inimigo, esgotemos o gigante monstruoso golpeando-o em todo o corpo. Não falemos mais de desejos, desejemos já: sejamos máquinas produtoras de desejos, máquinas de guerra.*

*Rádio Alice*

# COMITÊ CIENTÍFICO

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)

Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)

Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)

Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)

Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)

Cristian Farias Martins (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)

Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)

Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)

Fábria Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)

Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)

Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)

Grazielle Açcolini (UFGD – Dourados/MS)

Heloisa Helena Corrêa (UFAM – Manaus/AM)

José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)

Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)

Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)

Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)

Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)

Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)

Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)

Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)

Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)

Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)

Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)

María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)

Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)

Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Odeni de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)

Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)

Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)

Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)

Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)

Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)

Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)

Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

## CONSELHO EDITORIAL DA OBRA

Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)

Leandro Infantini (UALg – Portugal)

Patrícia Bayod Donatti (LAP/UNICAMP – Campinas)

Patrícia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Rita Juliana Poloni (UFPEL – Pelotas/RS)

# Sumário

Prefacio: reinvenções de la radio  
José Ignacio López Vigil, Tachi Arriola Iglesias  
- 9 -

Apresentação: novas vozes e ecos ainda distantes  
Guilherme Gitahy de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho, Núbia Litaiff Moriz Schwamborn  
- 13 -

## PARTE 1 - PARTICIPAÇÃO

Rádio Totopo: a configuração das redes na comunidade  
Elena Nava Morales  
- 21 -

Pensando práticas de rádio livre feministas: Zona Autônoma Feminista  
Temporária (a ZAFT)  
Júlia Araújo Mendes, Helena Rizzatti, Bruna Zanolli  
- 35 -

Programa radiofônico “Avisos para o interior”: pede-se a quem ouvir este,  
retransmitir ao destinatário, pelo que muito agradece...  
Thomas Schwamborn  
- 49 -

Radiola livre: autogestão e vivências rizomáticas  
Flora Rodrigues Gonçalves  
- 63 -

Rádios livres e liberdade de expressão: sobre as fronteiras da democracia e  
desobediência civil  
Marina Martinelli  
- 71 -

## PARTE 2 - EDUCAÇÃO

Programa de rádio Somos Todos dessa Terra: direito, educação e cultura na  
Terra Indígena Rio das Cobras/PR.  
Nadia Teresinha da Mota Franco, Patrícia Guerrero  
- 83 -

Programas radiofônicos da Rádio Educação Rural de Tefé: limites e possibilidades do Movimento de Educação de Base

*Maria de Lourdes Valente Hounsell, Leni Rodrigues Coelho*

- 95 -

A Voz da Universidade: uma voz que se expande através das ondas do rádio...

*Núbia Litaiiff Moriz Schwamborn, Franklin Pantoja Valério*

- 111 -

Repensando as rádios universitárias: perspectivas de interações entre movimentos sociais, rádios comunitárias e movimentos de mídia livre

*Doriedson Alves de Almeida, Ednelson Luís de Sousa Júnior, Fábio Gonçalves Cavalcante*

- 129 -

### PARTE 3 - TECNOLOGIA

A Rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta

*Guilherme Gitahy de Figueiredo, Pedro Pontes de Paula Júnior*

- 147 -

Reflexões sobre tecnologia social e comunicação popular a partir de uma oficina integral de comunicação e rádio

*André de Souza Fedel, Ricardo Franco Llanos*

- 167 -

Rádio Livre: arranjos e rearranjos tecnológicos

*Angela Meili*

- 191 -

Rádio digital na Amazônia: experimentos para uma comunicação autônoma global

*Thiago Novaes, Rafael Diniz*

- 199 -

A reforma agrária no ar que nunca foi...

*Nils Brock*

- 211 -

Sobre os autores

- 249 -



## Prefacio: reinenciones de la radio

En cualquier entrevista sobre el medio radiofónico, nunca falta esta pregunta:

— ¿Y la radio?... ¿Todavía tiene vigencia frente a las modernas tecnologías?

Y siempre damos la misma respuesta:

— La radio goza de excelente salud, antes y ahora.

Quien entrevista insiste:

— Pero... ¿para qué es útil, hoy, la radio?

La respuesta se encuentra en centenares de emisoras que transmiten a lo largo y ancho de América Latina y el Caribe. Radios libres, comunitarias, populares, universitarias, educativas, feministas, indígenas, sindicales, ecologistas, participativas, alternativas y alterativas... Diferentes apellidos, pero todos apuntando en una misma dirección. Son emisoras que buscan una sociedad menos injusta que la que vivimos, que le apuestan a otro mundo posible donde los bienes se distribuyan más equitativamente y donde los seres humanos, tan diferentes, valgan igual. Son radios ciudadanas que le devuelven la voz a nuestros pueblos, una voz secuestrada desde que fuimos invadidos a finales del siglo 15. Voces acalladas, idiomas originarios prohibidos, culturas aplastadas por los invasores que traían la espada en una mano y la cruz en la otra.

¿Quieres saber para qué sirve la radio en el complejo y globalizado mundo que nos ha tocado vivir?

En Tefé, estado de Amazonas, se estrenó la *Rádio Educação Rural* en 1964, fortaleciendo el *Movimento de Educação de Base* en los estados norteros de Brasil. Generaciones enteras aprendieron a leer y escribir escuchando las escuelas radiofónicas de *Radio Educação*. Aprendieron algo más: que la fé en Jesús es liberadora, no de resignación. Y que la catequesis va de la mano con la política. La radio es también teléfono. En un lugar remoto de la selva, una familia espera ansiosa el programa *Avisos para o interior*. Necesitan saber qué pasó con la hija que migró a la ciudad buscando trabajo. *Radio Educação* es su móvil, su modo de conectarse con el mundo.

Pedro Pontes, uno de los fundadores de Rádio Xibé, apuesta por el valor de la radio como forma de resistencia en una Amazonía que no está vacía ni virginal, ni habitada por pueblos primitivos. Y en la radio *Campo Aberto de Laranjeiras do Sul*, Estado de Paraná, el programa *Somos todos dessa terra*, en idiomas kaingang y guaraní, muestra cuán necesaria es la transmisión de la palabra de los pueblos en sus lenguas originarias. Y en su propio medio comunitario.

En Campinas, en la gran São Paulo, se transmitía el programa ZAFT (*Zona Autónoma Feminista Temporária*), por *Rádio Muda*, una radio libre. Dos programadoras audaces diseñaron una estrategia para disputar el espectro eletromagnético y vislumbrar una sociedad más plural e igualitaria. Feministas que se disputan el espacio digital, que se hacen presentes en el movimiento de radios libres para hacer “micropolítica”, aunque el valor de su trabajo es macro cuando las mujeres y las identidades feminizadas hablan con libertad, ejercen su derecho a la palabra, muy a menudo subvalorada.

Vamos más lejos, fuera de Brasil. Una emisora, en el Istmo de Tehuantepec, transmite una fiesta del pueblo zapoteco en México. Radio Totopo incorpora con naturalidad las diversidades sexuales y comparte la alegría de la celebración relacionando a su audiencia con esa comunidad muchas veces discriminada. Y quienes hacen esa emisora saben que en el próximo aniversario tendrán otra gran fiesta con bandas populares que irán voluntariamente a celebrarles porque la radio es “suya”.

Son muchas, muchísimas experiencias que no caben en un libro. Precisamente este año 2017 se cumplen 70 años de la primera antena no comercial, La Voz del Minero, que se levantó en Bolivia, a cuatro mil metros de altura, en el campamento Siglo 20. Fueron los dirigentes sindicales quienes descubrieron el potencial organizador y movilizador de la radio. Pocos meses después, salió al aire Radio Sutatenza en el departamento de Boyacá. Un sacerdote visionario, José Joaquín Salcedo, descubrió la capacidad de la radio para alfabetizar al campesinado colombiano. Estos son los dos hilos, marxista y cristiano, con que se comenzó a tejer la alfombra mágica de las radios comunitarias en nuestra region. Lo de alfombra viene bien, porque a través de las ondas hertzianas comenzaron a volar por los cielos de nuestro continente palabras, música e idiomas nunca antes escuchados. Y también denuncias, reclamos urgentes por Derechos Humanos y Derechos de la Naturaleza.

Brasil no se quedó atrás. En Brasil florecieron las radios libres. Sonó Radio Xilik en los años 80, en el primer piso de la Universidad Católica de São Paulo. Y resonaron decenas de radios independientes que proclamaban una *reforma agraria del aire* (que nunca se logró). Hoy en día, con licencia o sin licencia, con la legalidad de ANATEL o con la legitimidad del Derecho a la Comunicación, funcionan miles de radios comunitarias y libres en la geografía brasileña.

*Reinventar la Radio* recoge investigaciones de primer nivel sobre la evolución y la vigencia de estas emisoras alternativas en Brasil. También se estudian los talleres de radio y comunicación popular que constituyen espacios de capacitación y de análisis sobre las relaciones con el Estado y sus leyes represivas que criminalizan las radios comunitarias llamándolas “piratas”. Para los movimientos sociales son radios libres. Es a partir de este concepto y con narrativas contra hegemónicas que se forman comunidades de comunicadores y comunicadoras sin fronteras que ejercen la libertad de expresión recuperando para las organizaciones sociales tecnologías apropiadas, las nuevas tecnologías (TICS) y desarrollando

éstas colaborativamente. Su apuesta es por la democratización de la sociedad y de las comunicaciones en un mundo mediáticamente monopolizado y mercantilista.

Son varias y variadas las experiencias investigadas en este libro. Sus protagonistas, desde los radios tradicionales hasta las nuevas de la era digital, las *online*, mantienen la magia de comunicar y comunicarse salvando distancias geográficas, de lengua, de cultura, de pensamiento. Radios que crecen y operan *rizomáticamente*, utilizando la sugerente metáfora vegetal, y convierten su pasión de hacer radio en una acción política tan importante como es la palabra pública.

*José Ignacio López Vigil*  
*Tachi Arriola Iglesias*  
*Radialistas Apasionadas y Apasionados*



# **Apresentação: novas vozes e ecos ainda distantes**

*Guilherme Gitahy de Figueiredo  
Leni Rodrigues Coelho  
Núbia Litaiff Moriz Schwamborn*

Há mais de um século o rádio vem sendo valorizado por pesquisadores, educadores e movimentos sociais. Embora o deslumbramento com a internet tenha eclipsado, nas últimas décadas, o interesse em outras mídias, o desencantamento gerado pelo avanço do controle, da vigilância e de novas formas de exploração capitalista das redes colaborativas nos obriga a reconhecer que nenhuma tecnologia é panaceia. Todas são produtos e produzem relações de poder: suas configurações e usos estão em permanente disputa. Logo, se é necessário manter a resistência e a criatividade na defesa de servidores e redes de internet livres, o mesmo vale para o rádio, a TV, os livros e todas as demais tecnologias que possam contribuir para a dialogicidade. As experiências contemporâneas com rádios livres, comunitárias, étnicas e educativas, bem como as recentes pesquisas no desenvolvimento do rádio digital, têm mostrado que esse tipo de tecnologia permanece potente e fecundo para a educação, a arte, os movimentos sociais e a tecedura de uma democracia real.

O presente livro “Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação” promove o debate a partir de pesquisas marginais sobre o rádio, suas reconfigurações tecnológicas e as experiências decorrentes de diferentes usos voltados à educação e à participação. As autoras e autores estão nas margens por serem, em sua maioria, de outras áreas que não especificamente os estudos da comunicação: da pedagogia, antropologia, sociologia, geografia, educação popular, música, ciência política, ciência da computação, filosofia, teologia, direito, linguística, letras, artes visuais e até mesmo dos estudos da comunicação, que estão desenvolvendo os seus trabalhos nas mais variadas regiões do país e do mundo, pois uma autora vive no México e outro na Alemanha. Estão também nas margens de suas próprias áreas do conhecimento, pois dificilmente o rádio é nelas reconhecido como relevante sujeito de pesquisa.

Os trabalhos desta obra dialogam com experiências e configurações tecnológicas que marcham contra a corrente das mídias de corporações privadas e dos Estados que, como já alertava Hanz Magnus Enzesberger, tentam artificialmente limitar as inovações técnicas e a produção imaterial para salvar os seus monopólios políticos e econômicos. São pesquisas que herdaram criticamente e debatem com os saberes e práticas acumuladas por movimentos sociais como o Movimento de Educação de Base e as rádios católicas, a comunicação indígena e a feminista, o movimento de software livre, as organizações de rádios comunitárias

e os rizomas de rádios livres. Estas últimas trazem uma contribuição especial, pois a maior parte dos capítulos e autores e autoras têm aí parte das suas raízes. Lado a lado com as outras contribuições foi possível reunir, neste livro, uma preciosa coletânea de pesquisas acadêmicas sobre rádios livres.

O caráter marginal e a diversidade dos capítulos indicam que o rádio tem emergido nos interstícios das ciências, artes e movimentos sociais como tema transversal, inter e transdisciplinar, e vem renovando a sua relevância em inúmeras áreas do conhecimento e da vida. São trabalhos liminares, que alteram distâncias e fronteiras, estabelecem sintonias ou provocam interferências nos monopólios que precisam ser derrubados. Para tanto, as margens são fecundas e criativas.

O livro está dividido em três partes, que seguem na ordem inversa do título: a “participação” entrelaça redes, rizomas, conexões e rupturas que constituem o fazer rádio; a segunda parte reúne antigas experiências e novos projetos de “educação” através do rádio; a terceira explora as mediações entre a “tecnologia” e a política nos desdobramentos mais recentes da história do rádio.

No primeiro capítulo, “*Rádio Topoto: a configuração das redes na comunidade*”, Elena Nava analisa as redes e as relações que a Rádio Comunitária Totopo (no Istmo de Tehuantepec, Oaxaca/México) tem com a comunidade da qual faz parte, e mais algumas organizações e coletivos localizados na região. Para explicar os vínculos e conexões que subjazem à Rádio Totopo, a autora lançou mão da etnografia, tendo realizado nove meses de trabalho de campo em Juchitán de Zaragoza, Oaxaca, México.

O segundo capítulo, com o título “*Pensando práticas de rádio livre feministas: Zona Autônoma Feminista Temporária (A ZAFT)*” de Júlia Araújo Mendes, Helena Rizzatti e Bruna Zanolli, apresenta como o fazer-rádio-livre-feminista se constitui como uma experiência micropolítica, configurando-se como uma maneira de lutar contra as desigualdades sociais, especificamente nas questões de gênero. Tal possibilidade se deve às duas esferas dessa disputa: dentro dos próprios espaços das rádios livres e/ou comunitárias, a partir das ações e organizações políticas e do uso e manutenção das tecnologias, e através dos conteúdos transmitidos nos programas de rádio buscando, em ambas, incentivar e fortalecer a participação de mulheres e outras sujeitas não hegemônicas.

O terceiro capítulo “*Programa radiofônico ‘Avisos para o Interior’: pede-se a quem ouvir este, retransmitir ao destinatário, pelo que muito agradece*”, de Thomas Schwamborn, versa sobre as particularidades referentes à linguagem e às temáticas utilizadas nos avisos destinados ao público da zona rural e veiculados no programa radiofônico “Avisos para o interior”, pela emissora Rádio Educação Rural de Tefé, a pioneira no serviço de comunicação radiofônica no município de Tefé, estado do Amazonas. O capítulo ilustra, nos breves avisos, a linguagem peculiar, o uso de expressões comuns e os valores socioculturais dos emissores e destinatários. Concebe-se através da análise do capítulo que a Rádio Educação Rural de Tefé, hoje já atuando como Rádio Rural FM 93.9, cumpre sua função social e que as mensagens, explícitas através das ondas do rádio, configuram-se como um vasto mural da identidade amazônica em pleno século XXI.

No quarto capítulo, “*Radiola Livre: autogestão e vivências rizomáticas*”, Flora Rodrigues Gonçalves parte da prática coletiva e autogestionada para discutir as rádios livres, que surgem como meio alternativo de se fazer comunicação e política, contribuindo no debate sobre democratização dos meios de comunicação e nas práticas libertárias comuns a esse tipo de movimento. A reflexão parte da etnografia realizada com um coletivo de rádio livre que não existe mais enquanto tal, mas que sobrevive de diferentes outras formas, a partir de seu fim. A autora também pretende contribuir para o debate sobre movimentos sociais marginais, como as rádios livres e, efetivamente, engendrar práticas colaborativas de autogestão entre os leitores.

O quinto capítulo “*Rádios livres e liberdade de expressão: sobre as fronteiras da democracia e desobediência civil*”, da autora Marina Martinelli, propõe a busca de fundamentos teóricos capazes de sustentar a prática livre e radical da liberdade de expressão em organizações primordialmente libertárias. Trata-se de uma reflexão aprofundada do universo das rádios livres e comunitárias, e da sua capacidade de encontrar soluções próprias para a compreensão das fronteiras da democracia. Pretende-se analisar até que ponto a liberdade de expressão é universal, e onde e quando ela precisa ser cerceada. Sobremodo, a autora deseja entender como organizações autônomas como as rádios livres podem trazer um novo significado para as noções e práticas de democracia.

No sexto capítulo “*Programa de rádio Somos Todos Dessa Terra: direito, educação e cultura na Terra Indígena Rio das Cobras/PR*”, as autoras Nádya Tereziinha da Mota Franco e Patrícia Guerrero fazem um relato do programa elaborado a partir das referências da cultura e da história Kaingang e Guarani que, ao ser transmitido nas três línguas, buscou criar um canal direto de comunicação com as comunidades indígenas e um “auto-reconhecimento” de seu grupo e de seus direitos, bem como estabelecer uma aproximação com as comunidades não indígenas.

No sétimo capítulo “*Programas radiofônicos da Rádio Educação Rural de Tefé: limites e possibilidades do Movimento de Educação de Base*”, Maria de Lourdes Valente Hounsell e Leni Rodrigues Coelho discutem os limites e as possibilidades dos programas oferecidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB), através da Rádio Educação Rural de Tefé. As aulas radiofônicas propiciavam uma instrução formal e cristã: eram ações politizadoras e catequéticas, pois, além de ensinar a ler e escrever com uma perspectiva de prática social democrática, havia também a preocupação em formar um cristão participativo dentro da Igreja Católica. Ficou evidenciado, no decorrer da pesquisa, que os programas levados ao ar tiveram contribuições relevantes no âmbito da educação, da política, da cultura, do lazer e da saúde. Acredita-se que o MEB cumpriu com sua função pedagógica e social, já que se constituiu em experiência inovadora na maior parte do tempo em que desenvolveu suas ações. Ele levou em consideração a realidade dos ribeirinhos, valorizou suas experiências e os envolveu nas suas atividades.

O oitavo capítulo “*A Voz da Universidade: uma voz que se expande nas Ondas do Rádio*”, de Núbia Litaiff Moriz Schwamborn e Franklin Pantoja Valério,

relata a história do projeto de extensão “A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio” e dialoga, sobretudo, com os depoimentos de integrantes e ex-integrantes. Ele apresenta a origem, as atividades desenvolvidas e a expansão do projeto que produz o programa de rádio “A Voz da Universidade”, com ênfase nos anos de 2006 a 2017. No capítulo, pretendeu-se informar como foi implantado o programa radiofônico, de que forma se estabeleceu a parceria com uma rádio tefeense, entre outras informações relacionadas ao desenvolvimento do projeto no município de Tefé (AM), mostrando a importância do envolvimento acadêmico na área da comunicação radiofônica.

O nono capítulo “*Repensando as rádios universitárias: perspectivas de interações entre movimentos sociais, rádios comunitárias e movimentos de mídia livre*”, dos autores Doriedson Alves de Almeida, Ednelson Luís e Fábio Gonçalves, traz uma reflexão sobre as possibilidades de uma rádio universitária ser gerida em um modelo institucional tripartite, que permita a administração de recursos e conteúdos entre rádios universitárias, públicas e comunitárias, numa perspectiva de forte interação com movimentos sociais. A ideia central do modelo é permitir a cogestão de recursos técnicos e financeiros, a produção, seleção e difusão de conteúdos por meio de editais públicos pautados na colaboração, no compartilhamento e na cooperação de conteúdos entre rádios universitárias, emissoras públicas, comunitárias, movimentos e coletivos de mídias livres atuantes na defesa da democratização do acesso aos espectros, numa relação horizontalizada e descentralizada.

O décimo capítulo, de Guilherme Gitahy de Figueiredo e Pedro Pontes de Paula Júnior, trata dos desafios enfrentados pela “*Rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta*”, e para tanto apresenta quatro planos discursivos. No primeiro evoca autores que ajudam a desconstruir o imaginário que faz da Amazônia o lugar da natureza virginal e dos povos primitivos, e mostra que ele tem a mesma origem que a ideia de rádio como tecnologia ultrapassada. No segundo dialoga com uma narrativa de Pedro Pontes de Paula Júnior, um dos fundadores da rádio Xibé, pois sua trajetória revela um dos modos pelos quais o rádio e os povos da Amazônia têm renovado sua vitalidade em processos de resistência conectados às tendências históricas contemporâneas. O terceiro trata da experiência de mobilização em rede em que o coletivo de Tefé mais conseguiu se fazer ler, ouvir e ver, estabelecendo diálogos à distância por rádio e internet: a rede Flor da Palavra, de inspiração zapatista. No final, reflete sobre os novos desafios do coletivo diante do estabelecimento da hegemonia das redes sociais corporativas, e são apontadas as linhas gerais de como tem lidado com este novo cenário.

O décimo primeiro capítulo “*Reflexões sobre tecnologia social e comunicação popular a partir de uma Oficina Integral de Comunicação e Rádio*”, de André de Souza Fedel e Ricardo Franco Llanos, é um relato de experiências, acrescido de reflexões coletivas e individuais, a respeito da construção e organização de uma oficina de comunicação popular. Os objetivos deste capítulo são sistematizar o processo em questão, demonstrando as dificuldades e possibilidades, a partir de



um ambiente autônomo de sujeitos e organizações populares e contribuir com o debate da radicalização da democracia nas comunicações, principalmente no que concerne à apropriação da tecnologia de radiocomunicação.

No décimo segundo capítulo, “*Rádio livre: arranjos e rearranjos tecnológicos*”, Angela Meili inicia com um questionamento: qual é o lugar da rádio livre hoje, na era digital? A autora discute o impacto que as transformações tecnológicas tiveram nas práticas de rádio livre, levando em consideração as reflexões simondonianas sobre o uso da técnica. A partir de uma análise teórica sobre a liberdade humana em relação à tecnologia, a autora demonstra que as possibilidades de arranjo e rearranjo dos aparatos tecnológicos de comunicação, proporcionados pelas rádios livres, são de fundamental importância para a consciência e a emancipação política em qualquer contexto de transformação tecnológica.

O décimo terceiro capítulo “Rádio Digital na Amazônia: experimentos para uma comunicação autônoma global”, dos autores Thiago Novaes e Rafael Diniz, discute a digitalização da radiodifusão que, analogamente ao que aconteceu com a TV, abre muitas novas possibilidades de utilização para o meio (multiprogramação, interatividade, etc.), e descreve utilizações iniciais do Rádio Digital operando na banda de Ondas Curtas (HF) na Amazônia. O sistema Digital Rádio Mondiale (DRM), defendido pelas Rádios Livres para ser a base do Sistema Brasileiro de Rádio Digital, tem seus potenciais como veículo autônomo para comunicação a curtas e longas distâncias apresentados.

No décimo quarto capítulo, Nils Brock aborda a questão da legitimidade midiática das rádios livres e comunitárias no Brasil. No marco do amplo estudo empírico “*A reforma agrária no ar que nunca foi...*”, coloca em diálogo as vozes de dezenas de atores e atrizes human@s e não human@s que, juntos, defendem e inovam na formulação de diferentes modelos de radiodifusão participativa. Usando as ferramentas da teoria ator-rede, constrói uma breve revisão histórica do movimento, para então comparar diferentes estratégias para emitir legitimamente um sinal no ar – com ou sem respaldo legal. O capítulo evidencia não somente o problemático pensamento legalista de diferentes representantes do Estado ou da sociedade civil, mas também aponta para perguntas sobre conflitos existentes dentro do movimento radiofônico que até hoje impedem a criação de um consenso mínimo que permitirá avançar politicamente em direção a um amplo direito à comunicação.

Produzida por Karel Langermans, a capa traz a aquarela de Alexandre de Albuquerque Mourão, do coletivo Aparecidos Políticos e da rádio livre Zuada. A pintura é inspirada em foto tirada por Guilherme Gitahy de Figueiredo em 14 de novembro de 2007, na Escola Municipal Santa Cruz da aldeia Barreira da Missão de Baixo de Tefé (AM), quando a rádio Xibé estava sendo instalada para a transmissão ao vivo da assembleia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (ACPIMSA).

O livro foi organizado por pesquisadores das margens do sistema universitário: dois do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA) e uma da Escola Normal Superior (ENS-UEA), que

fica em Manaus, mas que por nove anos e meio trabalhou no Centro de Tefé. Não é por acaso: a cidade tem uma longa e rica história de inovações envolvendo a tecnologia rádio que começou em 1963, quando foi inaugurada a Rádio Educação Rural de Tefé para dar início ao Movimento de Educação de Base que, na Amazônia, durou quarenta anos. Atualmente, o município e a região são também o cenário de rádios livres, comunitárias e de inúmeras outras experiências de comunicação popular. Se Tefé tem uma longa tradição com práticas radiofônicas participativas, a universidade pública chegou apenas em 2001. Assim, a organização desta obra pode ser considerada também um fruto do recente processo de interiorização da universidade pública, que resultou da presença de políticas progressistas no Brasil em anos recentes, e que tem oportunizado a intensificação da apropriação da ciência e da inovação tecnológica por camadas mais amplas da população. Cole o seu ouvido nesta obra, e poderá ouvir a chegada de novas vozes e ecos ainda distantes.

**PARTE 1**

**PARTICIPAÇÃO**



# Rádio Totopo: a configuração das redes na comunidade

*Elena Nava Morales*

## **Introdução**

Neste texto analisarei as redes e as relações que uma rádio comunitária tem com a comunidade da qual é parte, assim como a relação existente com algumas organizações e coletivos, localizados em diversos lugares da região. Grande parte da reflexão presente neste trabalho foi desenvolvida na minha tese doutoral, defendida em 2013.

A Rádio Totopo nasceu em Juchitán de Zaragoza, no Istmo de Tehuantepec, Oaxaca, México. Em 2005, um grupo de jovens começou com a ideia de formar uma rádio, um meio de comunicação próprio que refletisse as necessidades, preocupações e desejos da população do Bairro dos Pescadores, onde ela se localiza.

A Rádio Totopo, assim como muitos outros grupos dedicados à comunicação indígena, tem garantido sua sobrevivência por meio das relações com coletivos, associações, organizações, artistas, ativistas, grupos musicais, professores, entre outros. Para explicar os vínculos e conexões que subjazem à Rádio Totopo, lançarei mão de algumas passagens etnográficas. Devo advertir que tais vínculos e conexões foram construídos em base a uma seleção minuciosa dos atores envolvidos na rádio, portanto, são instáveis, mudam dependendo do contexto social e político, dos interesses em jogo, dos sujeitos envolvidos e das afinidades ideológicas. Durante o trabalho de campo que durou nove meses, não tive a intenção de explorar todos os vínculos da Rádio. Mas a convivência cotidiana com as pessoas da Rádio Totopo e de Juchitán me permitiu conhecer alguns deles.

Este texto foi dividido em três partes. A primeira trata-se de uma pequena introdução ao texto, a segunda é uma aproximação etnográfica às redes e as relações que a rádio construiu, principalmente com a comunidade e com algumas outras organizações. Na terceira parte, foram colocadas algumas ideias visando à conclusão.

## **1. A Rádio Totopo e as Redes Comunitárias**

Os vínculos que a Rádio tem com a comunidade são variados. Estas relações se dão sempre entre sujeitos. Sujeitos que pertencem ou representam diferentes organizações e têm objetivos diversos. As relações não são estáticas, nem permanentes, mudam com as circunstâncias políticas, rituais, sociais e econômicas. Desta maneira, as relações que apresento, devem ser entendidas desde seu contexto em 2010, ano em que fiz meu trabalho de campo. Para maior organização, dividirei este apartado em duas seções, a primeira relativa às relações gerais da

Rádio com grupos/coletivos amplos em Juchitan e na segunda, as relações particulares da Rádio inserido no âmbito festivo de Juchitán.

### 1.1. Rádio Totopo e seus Vínculos em Juchitán

Um dos vínculos mais fortes da Rádio é mantido com a *Asamblea de los Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio* que surgiu em 2008 e está constituída por ativistas indígenas, camponeses e pescadores da região que arrendaram suas terras às empresas eólicas espanholas *Iberdrola y Asociadas*. A *Asamblea de los Pueblos* teve um forte impacto na região, pois conseguiu organizar grandes atos de protesto contra os abusos destas empresas. A *Asamblea* mantém reuniões semanais em que se refletem e discutem assuntos relacionados com a posse da terra no Istmo. Nessas reuniões, sempre há integrantes da Rádio Totopo que participam ativamente na discussão. Assim, a Rádio Totopo respaldou a *Asamblea* em todos os trabalhos de comunicação. Quando é necessário se encarrega de informar ou convocar aos camponeses e pescadores para alguma reunião. O vínculo entre Rádio Totopo e a *Asamblea* se expressa na preocupação pela luta pela terra. Além disso, vários integrantes de ambas organizações têm estado inseridos, de maneiras diferentes, em processos de luta e resistência indígena em Juchitán. A relação que mantem a *Asamblea* e a Rádio é de índole ideológica e de uma forte proximidade, visto que ambos os grupos operam com conceitos e valores comunais. A própria *Asamblea* tem este nome pelo fato de apelar à reestruturação política de Juchitán recuperando o sistema de cargos no qual a *asamblea* é o órgão essencial de tomada de decisões<sup>1</sup>.

A música é a matéria prima de Rádio Totopo e também elemento central na construção da cultura e identidade regionais. A música sempre está presente na maioria dos âmbitos da vida do povo istmenho. O repertório de música da região é enorme e os gêneros trabalhados pelos músicos locais e mais escutados pela população, são os tradicionais sons istmenhos, as cumbias e as salsas, cujas letras, frequentemente, estão em zapoteco.

Desde seus inícios, a Rádio se vinculou aos grupos musicais surgidos na região, os quais se tornaram um certo tipo de colaboradores da Rádio. Entre eles destacam: Los Wilmars, o Grupo Marea, Alfredo's Grupo Latino, o Super Grupo Bahía, Grupo Caribe, ou o teclado de Dani Daniel, que tocam geralmente nas festas de Juchitán e de outros *pueblos* do Istmo. Os vínculos com os grupos são importantes para a Rádio. Deles derivam diversos intercâmbios, por exemplo, a Rádio promove os últimos lançamentos dos grupos musicais e os grupos emprestam à Rádio equipamento de som e cenários para os eventos culturais. Há uma clara reciprocidade representada nos intercâmbios não monetários entre a Rádio e os grupos musicais. Além disso, a Rádio convida os grupos musicais para tocarem em algumas festas e, desta forma, os grupos se promovem e fomentam o espírito festivo na comunidade. A música dos grupos produz bailes em todas as festas. Os bailes são um momento importantíssimo de participação e diferenciação social,

<sup>1</sup> Para explorar mais profundamente o tema do sistema de cargos e da *asamblea*, ver: (NAVA, no prelo).

são o momento do clímax da convivência e de *lucir lo que se tiene* (DALTON, 2010, p. 246). Sem grupos musicais não haveria festas no Istmo e a Rádio Totopo fomenta a sobrevivência, promoção e apresentação destes grupos nas festas.

A *Sociedad de la Santa Cruz de los Pescadores* é uma organização antiga de pescadores da sétima seção de Juchitán, onde localiza-se a rádio, que se encarrega de velar pelos interesses das comunidades de pescadores da zona. Nos últimos anos, se pronunciaram contra o projeto eólico. Há uma consciência plena dos riscos que correm os pescadores de ser despojados de suas terras. Em suas atividades, organizam, ano a ano, a tradicional *Vela da Santa Cruz de los Pescadores*<sup>2</sup>, em 30 de abril, para abrir o mês de maio, o mais importante dos meses festivos de Juchitán de Zaragoza. Cabe assinalar que a Sociedade da Santa Cruz, paulatinamente, vem reconhecendo a importância da Rádio Totopo no bairro e, há alguns anos, pediu sua colaboração em algumas atividades públicas. O vínculo que une a Rádio Totopo à Sociedade da Santa Cruz dos Pescadores tem suas raízes na filosofia da vida comunal ou *comunalidad*<sup>3</sup>, pois ambos os grupos compartilham, diferentemente, a vida cotidiana do Bairro dos Pescadores.

## 1.2 A Rádio nas festas

Neste subapartado veremos com mais clareza como funciona a engrenagem existente entre a comunidade e a Rádio.

Durante minha permanência em Juchitán, escutei, em mais de três ocasiões, o coordenador da Rádio Totopo, Carlos Beedxe<sup>4</sup>, contar com ênfase especial, um relato curioso que descreve uma das formas em que a Rádio se relaciona com as festas que não são Velas. O relato está presente na entrevista que foi solicitada por mim, a qual está transcrita, a seguir:

*C. Era una fiesta de un muxe<sup>4</sup> y yo estaba narrando como si estuviera ahí. Desde la cabina de Radio Totopo yo decía: “Las botanas, las botanas [las comidas preparadas para las fiestas]! Ahí está la Mística [es el apodo de un muxe<sup>4</sup> famoso en Juchitán] comiendo unos cacahuates [mani]. Y de repente... de repente... se pone boca arriba, ponerse boca arriba significa tomarse una chela [forma coloquial de decir cerveza en México].” Yo estaba narrando la fiesta desde la cabina de la radio y decía: “Vamos a tocar una pieza para que baile la Mística.” Entonces de repente*

2 “As festas maiores, as festas patronais, são as chamadas *Velas*. A história oral sobre as *Velas* nos remete a algumas de suas origens, as quais se encontram em rituais pré-hispânicos relacionados a animais ou plantas totêmicos como o lagarto (*be'ñe*) ou a ameixa (*yagabiadxi*). Segundo os registros orais, a *Vela Guelabe'ñe* é a mais antiga de todas, isto se relaciona com a importância que tem o lagarto na cosmogonia do povo zapoteco. Não existe um consenso na história oral juchiteca sobre a origem das *Velas*, mas existe sim sobre as transformações das festas na região, amostra disso é a nostalgia impregnada nos discursos dos adultos ao recordar como as festas eram celebradas em torno da árvore do *ciruelo*, ao ar livre, nas ruas e não em salões ou quadras desportivas, como se realizam no presente. As *Velas* atuais são eventos cíclicos que se repetem ano a ano e são o resultado de processos históricos onde a conjunção e a sobreposição de elementos variados pertencentes a diversos encontros entre culturas se cristaliza em cada um de seus detalhes” (NAVA, 2017, no prelo).

3 Para explorar mais a *comunalidad*, ver: NAVA, 2013.

4 “Os *muxe's* são que pessoas que jogam os papéis feminino e masculino, simultaneamente. Muitos deles, ao desenvolver papéis operam em vários âmbitos da sociedade zapoteca. Apesar de alguns estudos mostrarem uma abertura à homossexualidade dos zapotecos, os relatos dos próprios *muxe's* e das pessoas, em geral, refletem uma atitude ambígua a respeito do “terceiro sexo”, as famílias dos *muxe's* aceitam em certo grau sua condição, mas também a reprovam” (NAVA, no prelo).

pasó Almendra [apodo de otro muxé] frente a la radio vestida de color azul turquesa y regresamos al aire después de la pieza y empecé por ahí: “La Almendra pasó por aquí y se fue por ahí con su vestido azul turquesa, bien bonita. Envío saludos a todos mientras esperan por el caldo de panza de res que ya está a punto de que lo retiren del fuego, del fogón. Desde aquí enviamos saludos”. Y de repente, me llama Mística por el celular, yo pensé que era broma y me dijo: “desde la mañana está ese caldo de panza en el fogón, lo que pasa es que compraron res vieja y no se cuece bien”. Yo pensé que estaba bromeando y pues seguimos con la broma, yo desde la cabina, ya al aire, decía: “Pero no es posible que la Ivón [la que cumplía años] haya comprado una panza de res vieja, si a Ivón le gusta la res chiquita, ternera, carne fresca” Y estábamos bromeando así, en doble sentido. Pero de repente tocó una muchacha en la puerta de la radio y traía cuatro platos de panza de res, y me dijo: “te envié esto la Ivón, el caldo de panza”. Me sorprendí mucho, era cierto, le habíamos atinado a su botana.

E. ¿Y estaba rico?

C. Si, estaba sabroso, además traje como cuatro chelas y otros platos de botanas. Esa noche comimos mucho aquí, estaba Sarabia [otro colaborador de la radio], él y yo nada más. Pero así ha sucedido varias veces que voy relatando la fiesta y los comentarios que hacemos aquí en Radio Totopo dirigidos a la gente, a sus casas, hacen que participemos de la fiesta. Entonces nos envían botanas y las compartimos. Nosotros sabemos lo que se consume en las fiestas, unos camaroncitos, un pescado y siempre coincide mucho. Además también llaman por la música, nos piden música para bailar en sus casas con la música de Radio Totopo.

E. ¿En sus fiestas?

En sus fiestas, sí. A veces me dicen: “estamos escuchando la radio y no estamos poniendo música propia, estamos tomando música de la radio, queremos que pongas música tropical y que nos envíes saludos”. Y después de cuatro o cinco canciones de música tropical, ya les envío saludos. La radio se vuelve también una especie de rocola para la fiesta, así a la gente le gusta. También nos llaman desde las cantinas, dicen: “Oigan, pongan una canción de Antonio Aguilar, Vicente Fernández o de una banda, envíanos saludos”. Entonces sabemos que nos escuchan, sabemos que coincidimos con la gente (CARLOS BEEDXE. Em entrevista concedida a autora).

Neste fragmento da entrevista de Carlos Beedxe, observamos um mosaico de relações entre os locutores da Rádio e os sujeitos que fazem parte da comunidade, mediadas pelos mais diversos elementos da festa. Estes elementos têm um papel preponderante no apoio às conexões entre os sujeitos que conformam a comunidade, antes, durante e depois da festa.

Explorarei o âmbito das festas em Juchitán que são diferentes das Velas, em conexão com Rádio Totopo. Recordemos que estas festas podem ser religiosas, de natureza cívica ou festas dos ciclos vitais que acontecem por nascimento, aniversários diversos, “roubo da noiva/confirmação da virgindade”, matrimônio ou morte e pertencem ao âmbito do privado, das famílias extensas ou dos bairros, diferentemente das grandes Velas que estão abertas para o público em geral. Para esta análise, escolhi três festas das quais participei: o Domingo de Páscoa (religiosa), Aniversário de 60 anos (aniversário) e “Roubo da Noiva/confirmação da Virgindade” (ciclo vital).

### 1.2.1 Domingo de Páscoa

Em 2010, enquanto realizava meu trabalho de campo, participei de uma grande celebração, a festa do Domingo de Páscoa (4 de abril) na Capela de Santa



Cruz dos Pescadores, na sétima secção de Juchitán. Não era uma Vela, era uma festa religiosa, celebrada de acordo com o calendário litúrgico da Igreja Católica.

Os integrantes da Rádio Totopo estiveram a cargo do concerto noturno, da montagem e desmontagem do palco, do convite e apresentação dos grupos musicais, da preparação do jantar para os músicos, da transmissão radiofônica do evento para as pessoas da cidade que não assistiram à celebração e dos cuidados com a equipe técnica e humana.

Durante todos os dias da Semana Santa, as ermidas em Juchitán vão se substituindo na montagem de pequenas feiras de rua onde se costuma vender pão, doces típicos, ceias e cervejas. Os próprios locutores e colaboradores da Rádio perceberam que, em tempos recentes, os jovens já não frequentavam estes espaços de socialização de ordem religiosa. Era rara a presença dos jovens nestas feiras, pois não as sentiam mais como parte do costume e da vida comunitária. Para os mais velhos, isto era problemático, pois percebiam nos jovens uma grande apatia para conservar suas tradições. Além disso, as religiões evangélicas, que proliferam em Juchitán (o número de adeptos zapotecos tem aumentado), não permitem que as pessoas participem de costumes arraigados no povo.

*E. ¿Cómo fue que ustedes comenzaron a participar de esa celebración? ¿Fue una invitación o ustedes fueron con la Sociedad de la Santa Cruz a hablar con ellos?*

*C. Pues fuimos con la Sociedad. Fuimos con la Sociedad de la Santa Cruz para hacer el concierto. Y dijimos a la Sociedad de la Santa Cruz que el concierto es algo para también fortalecer el espacio comunitario. Les hicimos ver que ya no era como los años anteriores. Que ahora estaba lleno, sobre todo, de gente adulta. Ahora con las religiones, ya la gente está dejando la religión católica, lo malo de la religión protestante y la religión evangélica, es que no dan importancia a la convivencia comunitaria.*

*E. ¿No?*

*C. No, no son participativos en la comunidad. No participan y no acuden en las bodas, en las fiestas, en las celebraciones, ni nada. Eso es lo malo que tiene esa religión evangélica. Por eso nosotros nos inclinamos más en la participación y la tradición de la religión católica. Ofrecemos más ayuda y participación en ese aspecto (CARLOS BEEDXE'. Em entrevista concedida à autora).*

Há sete anos, aproximadamente, com conversas cotidianas no bairro e a participação dos próprios locutores nas celebrações e festas, eles pensaram algumas alternativas para reintegrar os jovens aos espaços de socialização. Por isso, propuseram aos representantes da *Sociedad de la Santa Cruz* levar alguns grupos musicais para dançar na feira da ermida do bairro dos pescadores. Desta forma, os jovens podiam levar suas namoradas ou ir à procura de uma, algo que fortaleceria a socialização e os laços de afinidade entre os jovens juchitecos. A ideia foi bem recebida pela *Sociedad de la Santa Cruz*.

*C. El Domingo de Pascua, nosotros invitamos a grupos musicales a dar conciertos. Un poco para amenizar el lugar. Es que la tradición de Juchitán es más enfocada a la tradición católica, pero también fue un sincretismo en donde en esos lugares hay una convivencia comunitaria. Pero en esos lugares ya no acuden los jóvenes. Y los jóvenes ya no están sintiendo ese espacio como parte importante de una comunidad. Entonces, a raíz de eso, nosotros dijimos “llevemos música” pero para que los jóvenes puedan llevar a sus novias. Sus parejas o simplemente acudir al espacio a*

*buscar pareja. Para que vean ahí todo lo que se vende en el espacio comunitario y que convivan con la gente, que compren, cenén. Entonces, eso es lo que hacemos los Domingos de Pascua (CARLOS BEEDXE'. Em entrevista concedida à autora).*

Assim, em 4 de abril de 2010, se realizou a festa do Domingo de Páscoa. Os integrantes da Rádio Totopo coordenaram com sucesso a parte musical da festa. Os grupos convidados foram Los Wilmars, o Grupo Marea, Alfredo's Grupo Latino e o Super Grupo Bahía, o maior sucesso da noite, proveniente do *pueblo* vizinho, huave, de *Huamuchil San Dionisio del Mar*. Carlos Beedxe' continua em seu relato:

*C. Este año, para nosotros la fiesta fue un éxito porque vimos mucha presencia de jóvenes bailando, comprando cenas y dulces. Eso era lo que queríamos, que los jóvenes acudieran a ese espacio comunitario, que lo reconocieran como parte de su cultura. Ciertamente, recuperar la convivencia comunitaria es como recuperar la memoria histórica, es el reconocimiento de un espacio comunitario (CARLOS BEEDXE'. Em entrevista concedida à autora).*

Para participar da festa do dia 4 de abril, cheguei de Zanatepec (um outro *pueblo* do Istmo) a Juchitán no dia 3. Fui diretamente à rádio. Carlos Beedxe' lá estava, com a música alta, ordenando a cabine. Esse mesmo dia, à noite, haveria uma reunião para fechar os últimos detalhes da celebração do dia seguinte: a festa do Domingo de Páscoa.

Um a um, foram chegando: Emmanuel, José, Elvis e Nelson. Deram início à reunião, falando rápido em zapoteco. Às vezes Carlos Beedxe' se voltava para ver-me e explicar em três palavras a ideia geral da conversa. Havia um grande nervosismo entre os locutores e colaboradores, pois, no dia seguinte, seriam os encarregados do concerto durante a festa. Uma das preocupações centrais girava em torno da alimentação dos músicos. Ainda não se sabia com certeza absoluta quem ia preparar toda a comida e qual seria o menu. Como a Rádio ia ser responsável pelo concerto, também devia oferecer um "jantar" aos integrantes de todos os grupos convidados. Um par de horas depois, fecharam a reunião marcando uma nova, às 11 horas da manhã seguinte. Nessa noite dormi em uma das redes da Rádio Totopo. Despertamos na madrugada, a festa era esse dia e tudo devia estar limpo, ordenado e com boa aparência. Carlos e eu fizemos a limpeza e depois tomamos café da manhã. A reunião das 11 da manhã nunca ocorreu. Carlos Beedxe' saiu da Rádio e só voltei a encontrá-lo à noite, durante a festa. A agitação a duas quadras da Rádio, onde se localiza a capela da Santa Cruz, era enorme. As pessoas preparavam suas barracas de comida, o palco estava sendo montado, uma grande mobilização de gente e recursos acontecia. Perto das seis da tarde, Reina, uma das principais locutoras, chegou à Rádio. A preocupação com a comida continuava perturbando o ambiente. A sólida e contínua base alimentar dos juchitecos se cristaliza em detalhes. O *comer bien* é uma representação física e simbólica do poder juchiteco. Por isso, seus convidados não poderiam comer qualquer coisa, além disso, deveria ser em uma quantidade abundante. Bani, a outra locutora da Rádio, chegou com algumas sacolas e comida em uma grande tina. Reina pediu a alguns colaboradores que fossem comprar pratos e copos descartáveis.

Tudo tinha que ser feito em grande velocidade, pois faltava pouco para o início do concerto. Recordo que levamos várias tinas com diversos alimentos a um espaço destinado para a Rádio, próximo ao pequeno templo e à Capela da Santa Cruz dos Pescadores. Quase às dez da noite, quando o primeiro grupo acabou de tocar, Reina, uma amiga dela, Bani e eu começamos a preparação dos pratos para os integrantes do grupo. Todos formados em uma fila, esperavam sua vez para receber um prato com *empanadas*, alguns camarões, salada de batata e cenoura, frango, ameixas em conserva e um refrigerante. Cada um dos integrantes dos grupos musicais foi acabando sua participação e foi atendido pela comitiva feminina da Rádio Totopo. Alguns gulosos repetiram, a comida rendeu e no final não sobrou nem uma ameixa. Reina ficou mais tranquila, contudo, ao término do evento, entre confissões de mulheres e com uma certa dose de incômodo, me deixou saber que, em várias ocasiões, durante esse e outros festejos, alguns colaboradores apareciam *parándose el cuello*<sup>5</sup> em cima do trabalho de outros, como ela, Bani ou Carlos Beedxé.

As tensões deste tipo são comuns entre os integrantes da Rádio. Efetivamente, há quem trabalhe mais e quem trabalhe menos. Durante essa festa pude perceber que também há certos abusos de álcool, algo que não é bem visto por locutores mais formais como Carlos Beedxé, Reina, Bani, Ta' Chiñas, Ta' Chú ou Ta' Lucio, que, em diversas ocasiões, discutiram com os colaboradores mais jovens porque, às vezes, usam o espaço da Rádio Totopo apenas como lugar para socializar e beber cerveja. Ta' Chiñas me relatou que uma vez o conflito foi tão grave que ele teve que se afastar um bom tempo da Rádio. Os excessos com a cerveja no Istmo são frequentes. Homens e mulheres bebem; eles, mais do que elas. Sabe-se, popularmente, que o Istmo ocupa o primeiro lugar em consumo de cerveja em todo o país.

A festa, apesar das tensões entre os integrantes da Rádio Totopo, foi um sucesso. Viam-se meninos, casais jovens e adultos dançando, comendo, comprando doces, sentados nas barracas de comida. Alguns levaram velas à capela da Santa Cruz dos Pescadores em sinal de devoção. Os grupos musicais foram um fator decisivo para reunir uma enorme quantidade de gente que se congregou na praça da capela. A festa foi até altas horas da noite, culminando com o desarmar das barracas, do palco e com a praça vazia. A Rádio, como instituição comunitária, tem sido durante esses sete anos, promotora da integração dos jovens, por meio da música, celebrações religiosas como o Domingo de Páscoa. Como explica Dalton (2010), colocando ênfase nas Velas,

Actualmente, en las *Velas* también hay bandas de música moderna que tocan incluso música norteña, como *El caballo dorado...* (DALTON, 2010, p. 249)  
No se puede asistir a un baile sin hablar de música de las bandas y los conjuntos, que si en los años sesenta era de rock, ahora son de lambada, cumbias y norteños, dependiendo de la moda musical. De alguna forma es la fiesta donde hay de todo: para jóvenes y para los mayores (DALTON, 2010, p. 256)

---

5 Literalmente, "levantando o pescoço". Significa atribuir-se crédito por algo que não deveria, pois não investiu tempo e trabalho suficiente na sua realização.

As relações estabelecidas, durante esses sete anos, entre a Sociedade da Santa Cruz dos Pescadores, responsável pelas festas no Bairro dos Pescadores e a Rádio Totopo cresceram com o tempo. Os membros da Sociedade da Santa Cruz, todos vizinhos dos integrantes da Rádio, observaram que ela tinha uma boa capacidade organizativa, além de chegar a um amplo público em todo Juchitán, mas particularmente na sétima seção, onde está o bairro. Desta forma, a Sociedade outorgou certas responsabilidades à Rádio nas festas, mas, além disso, atribuiu legitimidade e prestígio aos integrantes da Rádio Totopo, ao permitir que participem na organização das festividades religiosas. Além do interesse pela reprodução cultural por meio das festas, a Rádio compartilha com a Sociedade da Santa Cruz dos Pescadores, a preocupação pela luta pela terra. Juntos participaram de várias manifestações e comícios em Juchitán, reclamando contra os parques eólicos, promovidos com a ajuda da Comissão Federal de Eletricidade – CFE.

Para esta festa do Domingo de Páscoa, parece interessante ressaltar a inclinação dos locutores da Rádio Totopo por fazer com que os jovens reconheçam os espaços comunitários por meio de seus novos gostos musicais (música tropical<sup>6</sup>), menos tradicionais que os *sones*, mas certamente um novo estilo, integrado à maioria das celebrações. Este é um exemplo claro da absorção zapoteca de elementos diversos, mas também denota a trama de preocupações sobre a noção comunitária e suas práticas.

### 1.2.2 Aniversário de 60 anos

A Vela dos Pescadores realizada em 30 de abril de 2010 teve uma Calenda (um dos momentos pré-Vela) na qual a Rádio Totopo participou ativamente. Seus locutores organizaram parte deste festejo e entre suas atividades principais, estava a preparação de uma carroça com seus touros. Durante a Calenda se realiza uma caminhada pelas ruas, uma espécie de peregrinação da qual participam os habitantes do Bairro dos Pescadores e a Sociedade da Santa Cruz. Na caminhada, participam algumas carroças enfeitadas com flores e com papel colorido em forma de longas correntes. Os dois touros que puxam a carroça também estão enfeitados, com colares no pescoço, do mesmo papel, e com flores.

A carroça que a Rádio Totopo enfeitou para levar à Calenda foi um empréstimo de Don X, vizinho e ouvinte aficionado da Rádio. Os vínculos pré-existent dos locutores com Don X se construíram através da Assembleia em Defesa dos Povos, em última instância, por meio dos interesses pela defesa dos territórios e contra o projeto eólico. Estes vínculos continuaram reforçando-se nas reuniões de cada domingo na Assembleia, no centro de Juchitán. Alguns meses depois da Calenda, Don X convidou os locutores da Rádio Totopo para a festa de sessenta anos de sua esposa que se realizaria a umas quadras da Rádio.

A festa de aniversário se realizou na rua onde está a casa de Don X. Fecharam o trânsito para montar a decoração, as cadeiras e o palco para os grupos

<sup>6</sup> Existem trabalhos que ressaltam a herança africana na música da região. Alguns, por exemplo, afirmam que instrumentos, como a marimba chegaram com os escravos africanos na época colonial (Navarrete, 2005).

musicais. A comitiva da Rádio Totopo estava integrada por Carlos Beedxé, por Reina, mais dois comunicadores de Ixhuatán e eu. Da mesma forma como nas Velas, a retribuição pelo convite foi feita diretamente aos donos da festa, Don X e sua mulher. Reina e eu nos aproximamos da senhora e demos, no clássico guardanapo de papel, mais dinheiro do que havíamos dado em Velas grandes, pois a proximidade com ela, sustentada em redes de amizade, era maior. Além disso, Reina lhe ofereceu um presente. Carlos Beedxé e os dois comunicadores ixhuatecos convidados compraram seus respectivos *cartones* (caixas grandes de 24 cervejas) para serem entregues a Don X. Os dois anfitriões nos acompanharam até nossos lugares, Reina e eu ocupamos as cadeiras da frente, os três homens se sentaram atrás. Diferentemente das Velas, não havia *puestos* (barracas), só as cadeiras distribuídas ao redor de um retângulo e no centro havia uma grande mesa cheia de grandes recipientes plásticos onde se encontravam os salgadinhos.

A festa começou à tarde, não foi um festejo noturno como as Velas. Pouco a pouco, os convidados foram chegando. O baile foi aberto pelos anfitriões com um *son*. Depois as mulheres começaram a tomar o espaço dedicado ao baile, as familiares e amigas da dona da festa encheram o centro do retângulo. Os familiares da anfitriã que ajudaram na organização do evento nos deram uma grande quantidade de cervejas e salgados.

Alguns dos convidados participavam também com Don X da Assembleia em Defesa dos Povos, a principal líder da Assembleia chegou à festa com sua mãe e sobrinha. Carlos Beedxé e Reina as saudaram cordialmente e logo ocuparam suas cadeiras, justamente em frente a elas, do outro lado do retângulo.

Durante a festa, os locutores da Rádio conversaram com várias pessoas relacionadas à Assembleia em Defesa dos Povos. É importante ressaltar a participação dos dois comunicadores e ativistas, também zapotecos, de Ixhuatán. Eles fazem parte do Espaço de Comunicação do Istmo – ECI, do qual a Rádio Totopo, também participa. Estes comunicadores ixhuatecos estavam de visita a Juchitán e frequentemente participaram em conversas ou protestos organizados pela Assembleia, pois apesar da problemática dos parques eólicos não ter chegado até a região leste do Istmo, a luta pelo respeito às terras coletivas são de interesse comum ao movimento indígena. O que vimos, mostra como através da comemoração do sexagésimo aniversário da esposa de Don X, se dá a reafirmação contínua dos vínculos entre sujeitos envolvidos nas lutas locais. Mas, por trás disto, se observam elementos como a reciprocidade<sup>7</sup> e a redistribuição na relação entre Rádio Totopo e os *dueños* da festa. Quer dizer, mais além das relações entre sujeitos vinculados à política não hegemônica local, nos defrontamos com relações entre sujeitos com uma concepção particular do comunitário.

---

7 Os princípios de reciprocidade equilibrada foram sinteticamente chamados por Barabas (2003) de a “ética do dom”.

### 1.2.3 “Confirmação da Virgindade”

Uma noite, estando em Rádio Totopo, ouvimos alguns rojões estourando no céu. Vinham de algum lugar próximo. Perguntei que festa ia acontecer. Um dos locutores disse que alguém tinha “roubado a noiva” e que haveria festa no próximo dia. Em Juchitán, os casais jovens formalizam sua relação amorosa de duas formas: “pedir a mão” ou “roubar a noiva”. A primeira é formal, a segunda é relativamente espontânea e leva a várias atividades, por parte das famílias dos noivos.

No dia seguinte, Carlos Beedxe’ me chamou por telefone e pediu que fôssemos à rádio (havia duas colegas comigo) vestidas com trajes de gala e cada uma com um ramo de flores vermelhas de qualquer variedade. A mulher roubada era a namorada de X, um dos colaboradores e frequentadores mais próximos da rádio. Com as indicações de Carlos Beedxe’ chegamos à casa de X, onde a noiva se encontrava exposta em uma cama com um lençol em cima. Próximo a ela, em um móvel mais alto, havia um pequeno pano com uma gota de sangue. A jovem de dezoito anos, se muito, começou a contar em espanhol como foi o roubo. Na noite do dia anterior, X lhe havia convidado a jantar na rua e depois a levou a sua casa, com o pretexto de buscar alguma coisa para, em seguida, levá-la até a porta de onde morava. X falou com sua mãe por um bom tempo na cozinha da casa. A jovem, um pouco ansiosa, esperava X na sala. De uma hora para a outra, X e sua mãe apareceram frente à jovem, informando-lhe que estava roubada. X perguntou a ela se queria aceitar o roubo. Ela duvidou um pouco, mas terminou aceitando. Então, a mãe de X preparou o quarto onde o novo casal dormiria. Enquanto isso acontecia, X acendeu vários rojões, os quais escutamos na noite anterior, e saiu à rua contando aos vizinhos que tinha roubado a sua noiva. Quando X voltou para casa, a noiva já o esperava na cama. O ato sexual se consumou durante a noite.

A jovem relatou tudo isto com naturalidade e aceitação. Era um momento que fazia parte da mudança de status de solteira a casada, um rito de passagem. Sempre, durante seu relato, sua atitude foi explicativa e demonstrativa, ela mesma fez com que vissemos o pequeno pano com a gota de sangue que comprovava sua virgindade. Enquanto ouvíamos o relato da jovem, as mulheres da família do noivo nos deram salgados e mais de dez garrafas pequenas de cerveja. Mais tarde, chegaram dezenas de mulheres da família da noiva, todas juntas se sentaram perto da jovem, que fez mais de uma vez o mesmo relato que nós escutamos. As mulheres revisaram, minuciosamente, a gota de sangue, falaram a respeito em zapoteco, até que, de um momento para o outro, saíram todas em comitiva para dançar fora da casa do noivo. Nesse momento, homens e mulheres ficaram no mesmo espaço. Depois fizeram uma longa caminhada até a casa da noiva, levando coroas de flores vermelhas na cabeça, tecidas pelos homens durante à tarde, enquanto as mulheres confirmavam a virgindade. A noiva ficou em casa, deitada, se sentia com febre e um pouco dolorida. De acordo com o costume, ela deve ficar aí na sua nova casa.

Já na casa da noiva, os parentes de ambas as famílias bailaram *sones* ao compasso de um grupo tradicional em sinal de que havia sido confirmada a

virgindade e de que o enlace seria realizado. As mulheres, da mesma forma que nas Velas e em todas as festas de qualquer tipo, tomaram o centro do espaço do festejo e dançaram constantemente e de forma cadenciosa. Os familiares da noiva ofereceram salgados e cervejas à vontade a todos os convidados. A “confirmação da Virgindade” é uma comemoração que acompanha o “roubo da noiva”.

Os locutores participaram como parte dos convidados. Não houve nenhuma intervenção da Rádio como meio de comunicação, mas de seus operadores, os locutores, como parte integrante da *comunidade*. A necessidade imperiosa de reproduzir a ordem da sociedade zapoteca fez com que Carlos Beedxe’ nos chamasse para representar a parte feminina da Rádio Totopo, pois esse dia só havia locutores homens na Rádio, as mulheres estavam em seus afazeres domésticos ou em seus trabalhos, quando se levou a cabo a confirmação da virgindade. Os locutores e alguns colaboradores da Rádio permaneceram fora da casa, ao lado dos outros homens, acompanhando a confecção das coroas de flores vermelhas que as mulheres usariam durante a caminhada até a casa da noiva.

Ainda que possam parecer de importância menor, estas festas são centrais para os locutores da Rádio. Na verdade, constituem um espaço constante e amplo de reprodução de seus vínculos com a *comunidade* e, em última instância, seu compromisso com ela. Devemos recordar que estas festas religiosas, cívicas ou dos ciclos de vida ocupam lugar central na reprodução social da vida zapoteca no bairro dos pescadores. Estas festas, mais privadas, se tornam espaços interessantes nos quais as conversas com as pessoas do bairro, permitem aos locutores conhecer as problemáticas, as notícias diversas, os descontentamentos, as novas ideias. É nestes espaços que ocorrem transferências de conhecimentos, é onde os locutores da Rádio Totopo, sendo zapotecos da *comunidade*, discutem, constroem e reconstróem os conteúdos de sua política zapoteca, de suas formas econômicas, de sua maneira de conceber o mundo em transformação, de absorver, seletivamente, certos elementos, não apenas nas celebrações ou festas, mas também nos demais âmbitos da vida.

Pensando antropologicamente, o tecido que a rádio constrói, continuamente com a comunidade e vice-versa, pode ser analisado sob o conceito de rede que tem sido amplamente explorado por diversos autores, como menciona Barnes (1987):

Talvez, devido à diversidade dos contextos em que a ideia de rede social foi utilizada, já existe uma grande confusão na literatura a esse respeito. Cada analista, além de dar uma interpretação diferente às análises feitas por seus predecessores, apresenta versões mais refinadas à ideia de rede social, a fim de adequá-la ao seu problema particular (BARNES, 1987, p. 161).

Desde os trabalhos de Radcliffe-Brown, vemos a noção de rede sendo usada para explicar a estrutura social como: “uma rede de relações que existem efetivamente” (RADCLIFFE-BROWN, 1952 *apud* BARNES, 1987). Também temos a noção de rede sendo analisada e esmiuçada para o melhor entendimento de fenômenos, como é proposto por Mayer (1987), que afirma que os antropólogos sociais têm se esforçado,

em formular dois conceitos para o tratamento de situações sociais em que são encontrados agregados de pessoas que não formam grupos. Um é o conceito de rede de relações 'ilimitadas' entre pares de indivíduos que compõem um campo de atividade. O outro é o conjunto finito de interconexões, iniciadas por um ego, que forma parte dessa rede. Esses dois conceitos são distinguidos por Barnes e Bott, e também por outros, apesar da terminologia ambígua. Podemos distinguir, além disso, a noção de conjunto classificatório discutida por Barnes da noção de conjunto de Bott, que se baseia nas interações ao redor de um ego. Esta última é formada por pessoas envolvidas em uma série de conjuntos-de-ação intencionais, em contextos específicos (MAYER, 1987, p.133).

Mayer enfatiza esta última noção de conjuntos, "conjuntos-de-ação", trabalhando a partir de seu material etnográfico sobre uma eleição política em Dewas, Índia, e chega a algumas conclusões interessantes como a de que o "conjunto-de-ação" que estudou, continha muitas relações "que derivavam de filiação ao mesmo partido político e aos mesmos grupos e categorias territoriais, religiosos, ocupacionais e de casta, bem como a outras relações patrão-cliente ou *broker-cliente*" (BARNES, 1987, p.185).

Mayer também deixa claro que um "conjunto-de-ação" não é permanente, diferentemente de um grupo. O "conjunto-de-ação" se ativa no momento preciso que, no caso que estudou, se dá a eleição em Dewas. Assim, "seu aspecto interno é o de uma interconexão baseada em um impulso proposital específico, que parte do ego considerado" (MAYER, 1987, p. 141). E, dessa maneira, no caso específico que estudamos, "o conjunto-de-ação" existe apenas durante a eleição.

"O conjunto-de-ação construído para uma eleição futura poderá incluir grande parte das mesmas pessoas" (MAYER, 1987, p. 141). Contudo, em nosso caso específico, estamos falando de um grupo, Rádio Totopo, em constante transformação, pois locutores e colaboradores participam do projeto, dele se afastam, alguns retornam parcialmente, outros não o fazem. Rádio Totopo não poderia ser considerada em si como um "conjunto-de-ação", mas sim como um grupo que participa de alguns "conjuntos-de-ação", seja quando se trata de mobilização local para realizar protestos, seja quando se trata de apoiar e participar nas celebrações, rituais e festas dos vizinhos e famílias extensas do bairro dos pescadores ou das organizações ou coletivos maiores.

Podemos também localizar um "ego" (BARNES, 1987), que eu chamaria de "âncora", quer dizer, uma pessoa temporalmente fixa em uma posição dentro do grupo. Em nosso caso, seria o coordenador da rádio, Carlos Beedxé, quem constrói conexões finitas com sujeitos de outros grupos os quais, por sua vez, constroem conexões infinitas com outros sujeitos de outros grupos fora do raio de ação do "âncora". Porém, por suas qualidades de *broker* e de mediador, sua zona de influência tende a crescer, seletivamente. Carlos Beedxé em grande medida é o nó articulador dos vínculos e relações na Rádio. A seleção dos vínculos e relações que a Rádio estabelece com organizações, com as associações, coletivos e outras entidades passa pela escrupulosa revisão, controle e exame de Beedxé.



A participação de um sujeito em um grupo não exclui a possibilidade de que participe de muitos outros grupos. O caso de Carlos Beedxe' ou da Reina, confirma esta ideia. Isto aponta para algumas estratégias de negociação de *brokers* indígenas, as quais se reproduzem historicamente. A infinidade de contatos com diversas alteridades desde a época pré-hispânica tem resultado na contínua criação e recriação de relações diferenciais com entidades diversas.

### Referências Bibliográficas

- BARABAS, Alicia. La ética del Don en Oaxaca. En. Saúl Millán y J. Valle (coords.) **La comunidad sin límites**. México: INAH, 2003.
- BARNES, John A. **Redes sociais e processo político**. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
- DALTON, Margarita. **Mujeres: Género e identidad en el Istmo de Tehuantepec**, Oaxaca. México: CIESAS/Publicaciones de la Casa Chata, 2010.
- MAYER, Adrian. **A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas**. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
- NAVA, Elena. “Comunalidad: semilla teórica en crecimiento”. In: **Cuadernos del Sur**. Revista de Ciencias Sociales Año18, N°.34, p. 57-70, 2013.
- NAVA, Elena. **Totopo al aire**. Rádio comunitaria y comunalidad en el Istmo de Tehuantepec. México: CIESAS (no prelo).
- NAVARRETE, Sergio, **Los significados de la música**. La marimba maya achí de Guatemala. México: CIESAS, 2005.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Structure and function in Primitive Society: Essays and Addresses**. London: Cohen and West, 1952.



# Pensando práticas de rádio livre feministas: Zona Autônoma Feminista Temporária (a ZAFT)

Júlia Araújo Mendes  
Helena Rizzatti  
Bruna Zanolli

## Introdução

*“Abram suas mentes, pernas e corações [...] Começando mais uma Zona Autônoma Feminista Temporária, comprometida com o seu prazer”<sup>8</sup>*

Com este texto, pretendemos refletir sobre as rádios livres e/ou comunitárias e os programas feministas que nelas são desenvolvidos como práticas ativistas que possibilitam uma ressignificação do ato da “fala” e a produção de contradiscursos (BUTLER, 2004). A partir daí, e sendo a teoria feminista, de acordo com Colaizzi (2007), “uma autêntica teoria geral da sociedade”, pensaremos como o fazer-rádio-livre-feminista pode contribuir ao debate mais amplo, que é o da democratização da comunicação.

Assim, utilizaremos os feminismos<sup>9</sup> como lentes que nos permitem delinear questões tecnopolíticas nas/das práticas tecnológicas, considerando pontos de vista não hegemônicos. Falamos de vidas que ficam às margens do *status quo* da criação, fabricação e distribuição das tecnologias no mundo atual. Logo, não somente o recorte de gênero está presente, mas outras alteridades, como a racial e social, de orientação sexual ou de identidade de gênero, por exemplo.

Buscaremos ampliar o debate sobre o potencial ativista das produções radiofônicas feministas, suas limitações e dinâmicas estabelecidas entre as práticas e as suas respectivas rádios, assim como das relações de poder que se estabelecem nesses contextos. Para isso, partiremos de uma análise conceitual e contextual brasileira e nos concentraremos em um caso particular, desenvolvido na cidade de Campinas (São Paulo, Brasil): a programa<sup>10</sup> ZAFT (Zona Autônoma Feminista Temporária), que foi transmitida entre 2011 e 2014, na Rádio Muda, rádio livre localizada no campus da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por duas

8 Excerto transcrito do início de uma Zona Autônoma Feminista Temporária (ZAFT). Pode-se ouvir uma edição especial da ZAFT de outubro de 2015 e as entrevistas “Eu Repórter de Mim Mesma” no link: <<https://marchavadiascampinas.milhara.org/midias/zaft-programas-de-radio/>>

9 Somos conscientes da pluralidade tanto do movimento como da teoria feminista e da impossibilidade de abarcá-las aqui, assim como da impossibilidade de alinhar-nos a tão somente uma corrente feminista, pois nos nutrimos de tal pluralidade.

10 Ao longo do texto, escolhemos utilizar genericamente o(s) feminino(s) como uma alusão ao substantivo “pessoa(s)”. Pensamos que são necessários esforços para fazer um uso não sexista da língua. E, ainda que tais esforços não se esgotem com a estratégia aqui adotada, consideramos que a incluem e, portanto, assumimos o termo também como uma postura política no processo de escritura de textos, sejam eles de índole acadêmica, ou não. Da mesma forma, com a produção ZAFT optamos pela feminização da palavra “programa”, seguindo o estilo adotado pelas próprias programadoras da ZAFT

programadoras feministas que buscaram compreender e lutar pela equidade dos gêneros nessa rádio, através da forma (o fazer rádio) e do conteúdo (o programa em si).

Partimos da hipótese de que tais práticas feministas são experiências micropolíticas, ou seja, produzem subjetividades. Sendo a voz um mecanismo tecnopolítico, de produção de poder e de performatividade do discurso, o fazer rádio livre e feminista se constitui e se significa no exercício do contágio político (ARRIBAS LOZANO et al, 2012), ou seja, em provocar interferências solidárias entre realidades distintas ou ideias afins; bem como na tomada da palavra, no colocar o corpo inteiro nas ondas, ou seja, no redirecionar a fala a algo mais que “comunicar por comunicar”, se é que tal coisa é possível. Portanto, no redirecionar a palavra a uma prática concreta de democratização da comunicação.

Para isso, o nosso percurso estará dividido em quatro partes. Num primeiro momento, apresentaremos, de modo geral, a situação do oligopólio que é o sistema de comunicação brasileiro e nos aprofundaremos, com maior detalhamento, nas brechas radiofônicas existentes neste oligopólio – as rádios livres e/ou comunitárias do país – e como, estes espaços, podem e precisam ser disputados no cotidiano. Na sequência, abordaremos a necessidade dos conteúdos das rádios trazerem vozes novas e plurais, engendrando mudanças que podem, inclusive, afetar o sistema de comunicação brasileiro. Para exemplificar e seguir nesse debate, adentraremos a atmosfera da ZAFT, contando como esse programa ocorria e quais os debates fomentados e gerados a partir desse espaço. E finalizaremos o texto debatendo como o fazer-radio-livre-feminista é uma estratégia para disputar o espectro eletromagnético e vislumbrar uma sociedade mais plural e igualitária.

## O Sistema de Comunicação Brasileiro em Disputa

É muito sabido e difundido entre comunicadoras populares que o espectro eletromagnético brasileiro é um oligopólio nas mãos de poucas famílias – e, vendo mais de perto, essas são mãos de homens, brancos, na maioria herdeiros e heterossexuais. Mas é possível – e muito necessário – ampliarmos ainda mais esta visão, a fim de enxergarmos também a reprodução da disparidade espectral dentro da já tão escassa faixa de frequência das mídias comunitárias e livres, e questionarmos: quais são as vozes e influências que seguem com pouco, quiçá até nenhum, acesso aos meios comunitários?

Em um país de mais de 200 milhões de habitantes, de acordo com Hervieu (2013), “a produção midiática é controlada majoritariamente por dez grupos empresariais”. Aliados aos interesses desses grupos estão muitos personagens da política nacional: de acordo com pesquisas dos movimentos sociais, “atualmente há, pelo menos, quarenta parlamentares (deputados federais e senadores) que possuem concessões de rádio e/ou televisão, apesar de ser uma prática ilegal segundo a Constituição Federal” (MOURA, 2016). Infelizmente, esta relação é tão problemática quanto antiga, e gerou um fenômeno de concentração do espectro eletromagnético, conhecido como *coronelismo*<sup>11</sup> eletrônico (CALDAS, 2011), que

11 O termo coronelismo tem sido utilizado na história política do Brasil para fazer referência às complexas

se arrasta desde as primeiras regulações surgidas com o governo Getúlio Vargas, na década de trinta, do século passado.

Neste sentido, em 2016, a psicoterapeuta brasileira Suely Rolnik discorre sobre a micropolítica no contexto da crise política brasileira, que vem se agravando desde as manifestações de 2013 e que desencadeou no processo de *impeachment* da já ex-presidenta Dilma Roussef. Rolnik (2016) se referiu, especialmente, à forma como os meios de comunicação operam na composição de discursos fictícios, a partir de uma seleção dos fatos que são convenientes para os interesses dos próprios grupos midiáticos e que, por sua vez, são tomados pelas pessoas consumidoras da informação como se fosse a sua própria realidade.

Quando nos referimos à micropolítica, não o fazemos em oposição a uma macropolítica. Não é uma questão de dimensões, mas sim da lógica na qual opera. A macropolítica parte de uma noção de ideologia, de fortalecer representações. Não obstante, entendemos que nem a função representativa nem as relações de produção econômicas esgotam o processo pelo qual se gera subjetividades necessárias para o consumo, manutenção e reprodução de um determinado sistema sócio-político e as suas estruturas e relações de poder.

Com a noção de micropolítica, colocamos no centro da questão a produção de subjetividades que não contestam os mapas sociais estabelecidos e, por isso, são convenientes para o sustento da ordem social tal e como está. A micropolítica é, assim, uma política de geração de comportamentos, sensibilidades, percepções, memória, relações sociais, relações sexo-afetivas, etc. (GUATTARI & ROLNIK, 2006; ROLNIK, 2014). E, atualmente, as micropolíticas utilizadas nas sociedades heteropatriarcais, colonialistas, capitalistas e neoliberais têm como um dos seus principais dispositivos os meios de comunicação *mainstream*.

Se a mídia *mainstream* têm tido tal protagonismo na atuação micropolítica para fornecer um arcabouço subjetivo à ordem social vigente, de que forma podemos ativar outras subjetividades e quais são as possibilidades de transformação desde os ativismos minoritários, como os feministas e as rádios livres e/ou comunitárias?

Os meios de comunicação nunca foram neutros, assim como as pessoas não o são; desde a escolha das pautas, dos entrevistados, das fotos, ângulos, de que sujeitos são tidos como especialistas. Cada tomada de decisão carrega uma visão de mundo que se reproduz. O teórico Enzensberger (2003) já ressaltava, nos anos 70, como a manipulação é inerente à mídia, não num sentido pejorativo, mas no sentido de que se trata de ações manuais, que serão manipuladas por alguém, indi-

---

relações de clientelismo e de exercício do poder desenvolvidas pelos grandes latifundiários do país que participam da política institucional. As raízes do termo estão na época colonial, quando os senhores de terras eram designados representantes da Guarda Nacional e, por isso, recebiam a patente de coronel, adquirindo, além do mais, a autoridade para formar milícias que mantivessem a “ordem” e “segurança” da região. Com a proclamação da República e o processo de democratização das instituições políticas, a legitimidade no poder desses latifundiários foi sendo substituída por um sistema de clientelismo político e apadrinhamento, que faz uso do sucateamento dos serviços públicos locais e da politização da miséria e dos afetos para o exercício do poder. Apesar de que os coronéis por designação já não existem, o fenômeno continua atual e, para a manutenção desse poder, o controle dos meios de comunicação é uma das estratégias mais eficazes (Ver. CALDAS, 2011).

cando já essa impossibilidade de dissociação entre as mãos de quem faz e o produto final. Afinal, por trás de cada câmera, de cada *software* de edição de áudio, imagem ou vídeo, de cada operador de conteúdo tem mãos – e perspectivas – atuando.

E se a falta de equidade social entre homens e mulheres, dentre tantas outras sujeitas<sup>12</sup>, nunca passou pelas mãos/perspectivas de quem decide, escreve e publica as matérias, o conteúdo destas consequentemente ignorará estes questionamentos tão essenciais. Em outras palavras, o espectro de acesso das mulheres aos meios de comunicação, às tecnologias de se fazer comunicação, aos espaços de decisões e horários expressivos nas programações sempre foi mais restrito e, consequentemente, temos um silenciamento das suas perspectivas. A partir disso, refletimos: quais são as possíveis intersecções que podemos/devemos fazer entre acesso ao espectro e espectro de acesso?

Longe de uma medida objetiva e quantitativa, a mesma lógica de escassez e finitude do espectro é vista quando se trata, não somente do acesso ao espectro, mas do espectro de acesso destas outras perspectivas aos meios de comunicação livres e comunitários e às suas tecnologias. E esta medida se dá por mecanismos de exclusão mais complexos que outorgas de faixas de frequência. Quantas mulheres, por exemplo, vemos ocupando posições de decisão políticas e técnicas nas rádios comunitárias e livres?

Para seguirmos nessa reflexão, traremos um breve contexto sobre as rádios livres e comunitárias no Brasil e, posteriormente, sobre a rádio onde a ZAFT era transmitida, a Rádio Muda.

### **As rádios livres e comunitárias no Brasil**

No Brasil, a primeira rádio a transmitir sem licença em 1970 e da qual se tem notícia, foi a Rádio Paranóica, na cidade de Vitória (Espírito Santo). Dois irmãos adolescentes a colocaram no ar, sem maiores pretensões que, simplesmente, de “fazer rádio”.

No início da década de 80, começaram a surgir outras experiências, com maiores sensibilidades políticas, e algumas que já se denominavam como «rádios livres», com influência do movimento europeu que surgiu ao final da década de 60 (BASSETS, 1981; VV.AA., 1981; MACHADO, MAGRI & MASAGÃO, 1986). No entanto, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, a ideia de uma comunicação livre tem sido desenvolvida de mão dadas à de uma comunicação popular e comunitária, com experiências anteriores às da década de 1970, como as rádio-escolas do Movimento de Educação de Base (MEB), e que tinham fortes influências das ideias do filósofo e educador Paulo Freire (KROHLING PE-

12 Também se aplicou a estratégia do feminino genérico no uso de “sujeito”, como categoria epistêmica. Em português, “sujeita” faz parte do vocabulário normativo com a acepção de “mulher cuja identidade se desconhece”, ou ainda em sentido pejorativo, como “mulher ordinária”, mas não como sujeita de conhecimento. Pelo que, uma vez mais, optamos por visibilizar a não neutralidade do processo de constituição e transformação do idioma e praticar este pequeno ato de subversão na escrita do texto. Tal como afirma Martha Patrícia Castañeda (2008), a respeito da diferenciação entre os termos “sujeito” e “sujeita”, com o segundo, procuramos destacar a especificidade genérica (quando se trata de mulheres e demais sujeitas não normativas) da constituição filosófica, cultural, social, histórica e política a partir da qual se estabelece a relação com o mundo. (Ver. CASTAÑEDA, 2008, p. 64).

RUZZO, 2015). Convém enfatizar que logo surgiram debates em torno do uso dos termos “livre” ou “comunitária”.

A radiodifusão sem licença em território brasileiro continua sendo considerada ilegal, passível de multa e pena de prisão. A diferença com relação àqueles primeiros anos de experiências é que, atualmente, o país conta com a Lei 9.612 de 1998, que regula a radiodifusão comunitária. Contudo, tal lei tem se mostrado insuficiente para cumprir com duas das principais demandas dos movimentos sociais: descriminalizar e democratizar. Associações especializadas, como a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC- Brasil) e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) têm denunciado as várias restrições burocráticas e técnicas para solicitar licenças; a constante perseguição às rádios livres e comunitárias por parte das associações de emissoras de rádio e TV comerciais, e executadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)<sup>13</sup> e pela Polícia Federal; e a crescente atuação de rádios que praticam proselitismo religioso ou partidário e que, ainda assim, operam com licenças de meios de comunicação comunitários.

Apesar disso, alternativas à regulação mediante concessão têm sido pensadas desde uma política que nos assegure faixas de frequência para uso público não estatal, como previstas na Constituição Brasileira – esta lógica de divisão do espectro em três partes (privada, pública estatal e pública não estatal) já está em vigor em alguns países vizinhos na América Latina. Pensando numa forma desburocratizada de acesso, semelhante à regulamentação utilizada por rádios amadores, existe a proposta chamada “espectro livre” ou “espectro aberto”<sup>14</sup>, que entende o ar como um bem comum. Desta forma, todas que quiserem se utilizar deste bem, devem ter acesso garantido e facilitado, a partir de uma lógica de uso compartilhado e otimizado. Tecnicamente, essa otimização poderá ser intensificada com a digitalização da transmissão e recepção das ondas de rádio.

### **A Rádio Muda: o meio onde surgiu a ZAFT**

Entre as experiências que se incorporam ao sentido de rádio livre, queremos trazer a Rádio Muda, meio onde surgiu a ZAFT e que nasceu na década de 1980, no contexto de uma ocupação na Universidade Estadual de Campinas, reivindicando moradia estudantil, viabilizada por estudantes da própria Universidade. Quando a ZAFT começou a ser transmitida, em 2011, havia na Rádio apenas outros dois programas realizados somente por mulheres. Mas a principal situação que demonstra esse controle tecnopolítico pelos homens era notável nas reuniões e ações políticas e técnicas empreendidas na rádio. Estas eram constantemente protagonizadas por eles, porém quem costumava escrever as atas e organizações de limpezas e reformas eram as poucas mulheres que participavam do coletivo.

Ambas programadoras da ZAFT destacaram, em entrevistas realizadas com elas, a importância do seu envolvimento com grupos feministas nos seus pro-

13 Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) é o órgão do governo brasileiro que regula a exploração dos serviços de telecomunicação.

14 Para saber mais sobre a proposta de espectro livre ver <<http://openspectrum.info/>>

cessos de conscientização política da prática da rádio. A articulação com espaços como a Marcha das Vadias de Campinas (*Slutwalk* ou *Marcha de las Putas*) levou as duas programadoras a pensar o coletivo da rádio de outra forma, a pensar o como e por que se fazer rádio livre, a perceber as relações de poder que atravessavam o espaço e a se afirmar politicamente como feministas.

Essas programadoras, assim como as demais mulheres que participavam da Rádio, ao notarem essa disparidade, começaram a tentar disputar aqueles espaços de reuniões, tomando a palavra e redistribuindo as funções dos participantes de maneira mais igualitária. Além disso, a ZAFT, esse espaço que era criado e vivenciado por duas ou mais horas na semana em prol de novas formas de pensar e atuar na sociedade, cuidava para que toda nova mulher que fosse nas reuniões, tivesse as oficinas de aprendizagem técnicas com elas, entendendo como a técnica é um espaço onde também existem reproduções de papéis de gênero e machismo.

Dessa maneira, a ZAFT buscava ser, além de um espaço, uma estratégia por si mesma de segurança e conforto para as mulheres que frequentavam ou tinham curiosidade por essa rádio. Mais do que isso, as programadoras da ZAFT procuravam constantemente compreender e trabalhar com toda a parte técnica da Rádio Muda: desde a instalação à manutenção dos equipamentos necessários, participando e oferecendo oficinas de uso de tecnologia para outras mulheres (e quem mais quisesse participar) e, com muita adrenalina, subir os 50 metros da torre onde a rádio funciona, para a troca e manutenção dos cabos e antena necessários para a transmissão.



**Figura 1:** Programadoras da ZAFT ao lado da antena, numa das escaladas da torre de transmissão de 50 metros, fazendo manutenção (ou só se divertindo mesmo).

**Fonte:** arquivo pessoal das programadoras



Com o tempo, a programa foi virando uma pequena referência na cidade de Campinas para receber mulheres que queriam conhecer a rádio, fazer alguma denúncia, ou mesmo conversar sobre as suas vivências como mulheres. Para elas – programadoras da ZAFT – o fazer-rádio e a ação feminista coletiva eram elementos empoderadores, que se complementavam e se sustentavam mutuamente:

*[...] Você só sustenta um programa de rádio feminista se você for descobrindo isso. Você não vai ouvir falar uma vez e vai se sustentar. Então, a necessidade de você suprir um programa, de você ter o conteúdo [...] vai fazendo contatos, é fomentador, mobilizador, você tá [sic] em constante movimentação. [...] Então, você também vai ter que enfrentar essa questão fisicamente dentro da rádio. Então, pelos dois lados, eu acho que ele empodera: pela forma e pelo conteúdo. (Programadora B, ZAFT. Em entrevista pessoal, 2015).*

O perfil das rádios livres é, assim mesmo, uma questão que também deve ser colocada. Na teoria crítica feminista, especialmente desde correntes como o feminismo negro ou descolonial, tem sido essencial a análise das intersecções de categorias como sexualidade, gênero, raça, classe, situação territorial ou idade.

No Brasil, as rádios que se denominam como “livres” e que ocupam espaços em universidades costumam ser urbanas e são compostas, majoritariamente, por homens jovens e brancos, como a própria Rádio Muda. Lembrando que o perfil universitário no país, de acordo com Melo (2010) e Lino Gomes (2015), continua sendo o de uma maioria de estudantes brancos e de classe média-alta.

Dentro das experiências de rádio, sejam elas denominadas livres ou comunitárias, possuam licença ou não, convivem interesses diversos: desde fazer uma comunicação comprometida com os movimentos sociais a fazer uma rádio dirigida à experimentação ou à que cada pessoa satisfaça os seus interesses individuais. Nenhum objetivo deveria ser menos legítimo que outros, contudo, conceitos como “livre” e “comunitária”<sup>15</sup> podem resultar abstratos e esvaziados do seu sentido político, perdendo a sua função principal de desenvolver uma comunicação feita por e para as comunidades, especialmente se os deslocamos dos seus lugares de articulação.

Na sequência, debatemos como os programas de rádio podem ser um meio de transmissão, luta e compreensão das desigualdades de gênero, sexualidade, raça ou classe vividas pela sociedade brasileira.

---

15 Ante a aprovação da lei de 1998, os debates ao redor das ambiguidades do conceito de «rádio livre» argumentavam que este dava lugar ao surgimento de pequenas rádios comerciais «ilegais» ou vinculadas a partidos políticos ou a igrejas. Este foi um dos motivos que levou a uma escolha do termo «rádios comunitárias», ignorando, além do mais, as diferenças legítimas que possam haver entre um e outro modelo de rádio e excluindo a possibilidade de reconhecimento jurídico das rádios livres. Assim, ficou definido, de forma muito genérica, que os meios comunitários devem servir aos interesses das comunidades, com fins sociais, culturais e informativos. Com o tempo, observou-se que tanto «livre» como «comunitária» eram termos que poderiam ser cooptados por práticas distantes dos propósitos políticos e populares originais se estão desvinculados da sua prática. Por outro lado, a própria teoria liberal do direito, com intenção de abarcar o máximo possível de casos, acaba instituindo essas imprecisões e atribuindo uma transcendência e um valor intrínseco a termos como “livre” e “comunitário”, os quais, por sua vez, acabam servindo também a um processo de esvaziamento de conteúdo e potência política (Ver. D'SOUZA, 2010).

## **Ampliando o espectro eletromagnético através dos Feminismos**

Nesta parte do texto, recorreremos a uma visão mais ampliada da noção de tecnologia. Assim, considerando as palavras de Haraway (1995):

As histórias das ciências podem ser eficazmente contadas como histórias das tecnologias. Essas tecnologias são modos de vida, ordens sociais, práticas de visualização. Tecnologias são práticas habilidosas: Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais de um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão? (HARAWAY, 1995, p. 28).

Esses questionamentos ilustram a teoria das perspectivas “desenvolvida pelo feminismo a partir da afirmação de que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo” (Nota de Sandra Azeredo em HARAWAY, 1995, p. 14). E o que acontece, se trocamos a palavra perspectiva pela palavra espectro? Algo como “o espectro de onde se vê (e com o qual cada pessoa se baseia para falar) – determina nossa visão (e fala) do mundo”, também se aplica?

A palavra espectro tem um significado que podemos aproximar ao de perspectiva e inclusive faz alusão a campos ora físicos, ora semânticos. A perspectiva, para a óptica, abarca métodos de representação dos objetos em seus diferentes tamanhos e posições, utilizando-se de projeções e ilusões para tanto. Já o espectro, como um termo científico, abarca representação de amplitudes ou intensidades, geralmente associadas a frequências, mas podendo também ser associado a uma sequência de eventos. Aproveitamos para lembrar que especificamente espectro eletromagnético é o intervalo completo de todas as possíveis frequências da radiação eletromagnética, desde as ondas de baixa frequência, nossas queridas ondas de rádio, passando pelo espectro visível, a luz; até as de maior frequência como as radioativas ondas gama.

No campo dos significados, as relações são mais evidentes: utilizamos a palavra espectro para definir uma amostragem e assim poderemos fazer comparações dentro de determinado parâmetro; enquanto a perspectiva se trata de definir/explicitar quais são os parâmetros utilizados para a compreensão de uma situação.

Mas realmente precisamos trocar uma pela outra? E se essas duas grandezas puderem se complementar? O espectro abarca uma amplitude e a perspectiva aprofunda o conteúdo delimitado. E porquê não pensarmos em novos espectros para nossas perspectivas? E assim ampliarmos nossos pontos de vista e também, o fundamental que queremos discutir neste texto: novas perspectivas para o espectro eletromagnético.

## Entrando na ZAFT – Zona Autônoma Feminista Temporária

*“Liberte suas fêmeas, você tem duas horas (e uma vida inteira) para gozar!”<sup>16</sup>*

Como podemos recuperar o sentido político das noções de “comunidade” e “liberdade”? Como atribuir novas perspectivas a esses espectros de atuação? Quais são as subversões e contribuições feministas possíveis ao debate da democratização da comunicação desde a prática das rádios livres e comunitárias? O movimento feminista e a teoria dos saberes localizados (HARAWAY, 1995) têm sido acertadamente críticas com a lógica da neutralidade da construção dos conhecimentos e têm contribuído com abundantes e valiosas reflexões sobre a experiência situada e compartilhada, sobre a valorização das diferenças, o agenciamento coletivo e sobre colocar o corpo nas práticas.

Neste sentido, as produções radiofônicas feministas seriam “práticas localizadas”: quando tais produções se colocam como experiências de comunicação livre e/ou comunitária e feminista, fazem uma declaração política de intenções e se desvinculam de definições vagas que possam dar lugar a reproduções de discursos que fomentam relações de poder desiguais ou que distam dos propósitos de uma prática da comunicação por e para a comunidade.



**Figura 2:** Fotografia ilustrativa de alguma ZAFT começando a se instaurar.

**Fonte:** arquivo pessoal das programadoras

As mulheres da ZAFT são conscientes dessa necessidade da experiência compartilhada, do fazer coletivamente, e de que isso dá um sentido político à prática da rádio. O programa foi criado por duas alunas de graduação da UNICAMP, uma estudante de Artes Visuais e a outra de Geografia, que participavam da rádio e decidiram fazer um projeto só de mulheres, com a ideia de explorar a cena cultural e artística feminina. Mais tarde, o programa passaria a se reivindicar como um espaço feminista, fazendo eco de várias pautas do movimento feminista local. O próprio nome do programa é uma representação dessa transição de posturas:

<sup>16</sup> Excerto de uma ZAFT.

começaram como *Zona Autônoma Feminina Temporária* para, logo, passar a *Feminista Temporária*.

Quando perguntada em qual momento tomou consciência da luta pela democratização da comunicação, a resposta de uma das programadoras da ZAFT foi que desde o primeiro momento ela já tinha notado que a rádio livre tinha um potencial transformador: “*não pensando: isso vai mudar o Brasil. Não, mas isso pode mudar um espaço, isso pode mudar uma dinâmica. E aquilo mudou um pouco a minha dinâmica de pensar a comunicação*” (Programadora A, ZAFT. Em entrevista pessoal, 2015).

A mesma programadora afirmou que, no início, o seu interesse era “*experimentalmente na rádio, colocar música e se divertir*”. Logo, veio uma consciência política da prática e que coincidiu também com o seu envolvimento na Marcha das Vadias de Campinas e com outras pessoas que já se colocavam como feministas. Aquilo permitiu às duas programadoras pensar o coletivo da rádio de outra forma, perceber outras relações de poder e afirmar-se como feministas. A articulação com aquele movimento gerou um devir feminista e que, por sua vez, permeava a rádio, o que fez com que ambas coisas se sustentassem mutuamente. Na narrativa das programadoras é possível ver a impossibilidade de desvincular as duas práticas, posto que, para elas, foram processos que se retroalimentavam.

Outro resultado foi a disputa do espaço da Rádio Muda, como relatado acima, assim como a sincronia entre a ZAFT e a participação das Vadias de Campinas no programa. Por outro lado, este coletivo recebeu críticas por parte de outros grupos de mulheres e feministas locais, evidenciando também as relações de poder que o próprio movimento feminista, na sua pluralidade, abriga e que precisam ser igualmente questionadas. As críticas eram tanto no sentido de que as universitárias não desenvolviam uma colaboração mútua, como pela apropriação, ressignificação e uso da palavra “*vadia*”, com o argumento de que não se estava levando em consideração as distintas realidades vividas pelas mulheres pobres e negras:

*[...] De dizer que universitária tem prazo de validade. Que a gente ia, queria o suporte delas, mas que daqui a 2, 3 anos a gente ia tá em outros rolês [sic] e ia esquecer delas e ia [...] sabe [...] se aproveitar de todo conhecimento de ativismo e militância que elas têm e não iam levar nada em troca. [...] que era uma parceria muito de mão única. E aí rolou todo um lance com o nome “vadias”, [...] que elas sofriam muito mais por conta do nome que a gente (Programadora A, ZAFT. Em entrevista pessoal, 2015).*

Entretanto, como fruto dessas tensões, surgiram colaborações, como a série de entrevistas “*Eu, repórter de mim mesma*”, gravada por mulheres da Associação Promotoras Legais Populares, que atua em bairros da periferia de Campinas. Essas entrevistas eram realizadas por e com mulheres de realidades periféricas e abordavam temas como: os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, ou feminismos e hip hop.

As ZAFTs tinham muitos objetivos, porém nenhum deles era absoluto e todos se complementavam. Assim, as programas eram compostas: pelas duas programadoras, mas quase sempre contavam com mais pessoas; por músicas feitas

majoritariamente por mulheres, ou com, pelo menos, uma mulher na banda ou na composição, com o objetivo de mostrar que existem mulheres fazendo música para além dos vocais e/ou temáticas femininas e feministas; por leituras de fanzines e manifestos contraculturais e feministas; e, ainda, com a divulgação da agenda política de manifestações sociais e eventos em Campinas e região. Alguns programas tinham temáticas escolhidas, como Mulheres Latinas, Aborto, Prostituição, entre outras, e, nesses casos, eram tocadas músicas, lidos poemas e debatidas questões ao redor do tema selecionado. Além disso, um ponto recebia atenção especial: a relação da programa com a sexualidade feminina e o estímulo das mulheres ao autoconhecimento, encarando a descoberta do prazer como uma luta antipatriarcal. Para isso, em muitas programas eram sugeridas maneiras das mulheres se masturbarem e gozarem; eram feitas intervenções nas músicas com gemidos e palavras, estimulando a sensualidade e/ou sexualidade; eram lidos poemas e contos que estimulassem a libido feminina (na perspectiva das programadoras e das convidadas); entre outras ações. Esses momentos eram denominados pelas programadoras como “bucetismo”, ocorria transversalmente na ZAFT e tinha como norte o entendimento de que, ao conhecer suas vaginas, aprender a sentir prazer sozinhas, saber mais sobre seus corpos, é possível começar uma revolução, individual, efêmera, mas, ainda assim, poderosa.

### **Subversões e Interferências a Partir do Fazer-Rádio-Livre-Feminista para uma Democratização da Comunicação**

Essas produções radiofônicas feministas são experiências que, ao gerar articulações entre coletivos, com subjetividades plurais, produzem interferências entre as distintas práticas, no sentido de que uma se deixa contagiar politicamente pela outra, criando alianças, fazendo eco de outros temas, de outras vozes. Os “outros” aqui são precisamente as questões invisibilizadas pelos meios de comunicação *mainstream* e que socialmente vão perdendo importância. Não porque não a tenham, mas sim porque, na escala das relações hierarquizadas e ditadas pelos meios de comunicação generalistas, impõe-se que são questões sem interesse público.

Portanto, a alteridade à qual nos referimos anteriormente se apresenta enquanto assuntos que surgem desde os espaços marginalizados: são “outros” porque são o não importante na agenda pública. E isso ocorre de forma acentuada quando se trata de visibilizar as mulheres e demais sujeitas não hegemônicas como protagonistas das ações e, sobretudo, como agentes de mudanças. Assim mesmo, são espaços que estão à margem: são “outros” porque são também vozes de resistência (HOOKS, 1990).

A entrada dessas sujeitas nos meios tecnológicos e de comunicação ainda se dá em menor medida e não livre de barreiras, simbólicas e concretas. Por isso, se faz muito necessário que essa perspectiva de ocupação e de descentralização destes poderes se dê de maneira constante, atenta e inclusiva.

Não estamos dizendo que as pessoas só podem ou conseguem acessar lugares/conhecimentos através de seus pares de mesma sexualidade, gênero, raça, classe, identidades e afinidades; mas sim que representatividade importa e se faz necessária, assim como é imprescindível fortalecer a presença dos feminismos nos meios de comunicação e tecnológicos. E, felizmente, vemos hoje em dia, cada vez mais, pessoas com a compreensão de que o espectro de acesso não é o mesmo para todas e atuando de forma a diminuir essas lacunas.



**Figura 3:** *Interferências da/na ZAFT*

**Fonte:** *arquivo pessoal das programadoras*

Para concluir, consideramos que a politização e o fazer rádio livre e/ou comunitária não estão dados com o formato assumido e o acesso aos recursos materiais para desenvolvê-lo. A articulação coletiva e a prática da interferência política é o que faz com que ativemos outras narrativas e contradiscursos que possam produzir subjetividades distintas e críticas com o sistema que identificamos como heteropatriarcal, colonialista, capitalista e neoliberal. A capacidade de agência, tal como afirmam teóricas feministas, não é uma questão voluntarista e não implica necessariamente uma noção do político (BRAH, 2011; AHMED, 2004). Ou seja, no momento em que somos contagiadas com o fazer-político coletivo e com as teorias críticas como a feminista, ativa-se o potencial transformador de ferramentas como a rádio livre e/ou comunitária.

Se pensamos desde uma perspectiva crítica e dialógica a respeito das relações de poder, o “livre” e o “comunitário” da prática da rádio deixam de ser conceitos vazios e deturpáveis para, precisamente, ativar a politização necessária para uma comunicação empoderadora e que favoreça uma democratização da mídia e transformações nas relações desiguais que constituem a nossa sociedade. E, para isso, a luta e a teoria feministas não somente têm muito com o que contribuir, senão que são fundamentais.

Encerramos, portanto, mas não sem antes desejar mais ZAFTs e mais zonas autônomas feministas permanentes na nossa sociedade. E, tocadas pela irreverência própria da programa, desejamos também muita “força nas bucetas”!

### Referências Bibliográficas

AHMED, Sara. Feminist attachments. In.: AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004. (p. 168-190)

ARRIBAS LOZANO, Alberto; GARCÍA-GONZÁLEZ, Nayra; ÁLVAREZ VEINGUER, Aurora; ORTEGA SANTOS, Antônio. (Orgs.) **Tentativas, contágios, desbordes**. Territorios del pensamiento. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.

BASSETS, Lluís (Org.). **De las ondas rojas a las radios libres**. Textos para la historia de la radio. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora**. Identidades en cuestión. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Síntesis, 2004.

CALDAS, Graça. **O latifúndio do ar: mídia e poder na Nova República (1985-1989)**. São Paulo: Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, Universidade Metodista de São Paulo, 2011. [E-book]. Recuperado de: Recuperado de: <http://compolitica.org/diretorio/index.php/diretorio/catalog/book/632>. [Última consulta: 10/09/2016].

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. **Metodología de la investigación feminista**. México, D.F.: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIIHC) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2008.

COLAIZZI, Giulia. **La pasión del significante**. Teoría de género y cultura visual. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

D'SOUZA, Radha. *As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”*. Em B. S. Santos y M. P. Meneses (Org.). **Epistemologias do Sul** (p. 145-171). São Paulo: Cortez, 2010.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. Recuperado de: <[http://minhateca.com.br/janaoliv/Documentos/Livros/Enzensberger\\*2c+Hans+Magnus+-+Elementos+para+uma+teoria+dos+meios+de+comunicacao,279735215.pdf](http://minhateca.com.br/janaoliv/Documentos/Livros/Enzensberger*2c+Hans+Magnus+-+Elementos+para+uma+teoria+dos+meios+de+comunicacao,279735215.pdf)> - [Última consulta em: 04/10/2016]

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografía del deseo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. **Cadernos Pagu**, vol. 5, 1995, pp. 07-41.

HERVIEU, Benoît. *O país dos trinta Berlusconi*. **Repórteres sem Fronteiras**. 2013. Recuperado de: <https://rsf.org/es/noticias/o-pais-dos-trinta-berlusconis-os-desequilibrios-mediaticos-do-gigante-sul-americano>. [Última consulta em: 30/09/2016].

HOOBS, Bell (1990). *Choosing the margin as a space of radical openness*. In.: **Yearning**. Race, gender and cultural politics. Boston: South End Press, 1990. (p. 145-153).

KROHLING PERUZZO, Círcia M. *Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária*. *Comunicação e o conhecimento em experiências comunitárias*. Trabalho apresentado em el **Encontro Anual da Associação Brasileira dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação: XXIV Compós, 2015, 9-12 de junho, 2015**. Recuperado de: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/ideias\\_de\\_paulo\\_freire...com\\_identific.autoria...comp%C3%B3s2015\\_2753.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/ideias_de_paulo_freire...com_identific.autoria...comp%C3%B3s2015_2753.pdf)> - [23/05/2016].

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares**. A participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LINO GOMES, Nilma. *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. In.: SANTOS, B. S. y MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. (p. 492-516).

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres**. A reforma agrária no ar. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELO, Itamar. Enem revela desigualdade educacional no Brasil. **Zero Hora**. 25 de outubro de 2015. Recuperado de: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/10/enem-revela-desigualdade-educacional-no-brasil-4885886.html#>> - [Última consulta em: 02/04/2016]

MOURA, Iara. Raio X da ilegalidade: políticos donos da mídia no Brasil. **FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. 29 de setembro de 2016. Recuperado de: <<http://fndc.org.br/noticias/raio-x-da-ilegalidade-politicos-donos-da-midia-no-brasil-924753/>> [Última consulta em: 30/09/2016].

ROLNIK, Suely. La nueva estrategia de poder del capitalismo mundial. **Laboratorio de sensibilidades**. 2016 Recuperado de: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/03/06/el-capitalismo-mundial-integrado-y-su-estrategia-micropolitica-de-poder-por-suely-rolnik/>> - [Última consulta em: 13/05/2016].

\_\_\_\_\_. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2014.

VV. AA. **Alicia es el diablo**. Radio libre. Barcelona: Ed. Ricou (Hacer), 1981.



# **Programa radiofônico “Avisos para o interior”: pede-se a quem ouvir este, retransmitir ao destinatário, pelo que muito agradece...**

*Thomas Schwamborn*

## **Introdução**

A caminhada da Prelazia de Tefé, prelazia integrada à Amazônia no Regional Norte I, com uma abrangência de 264.667.0 km<sup>2</sup>, no campo da educação e comunicação social foi marcada por muitos esforços, há mais de 50 anos e a “comunicação a serviço da Pastoral e da evangelização se concentrou no meio de comunicação mais importante da Prelazia que é a emissora de Rádio” (SCHWAMBORN, 2013, p. 15). Dessa forma, a Rádio Educação Rural de Tefé, primeira emissora de rádio na região do Médio Solimões surgiu em Tefé, município do estado do Amazonas, em 1963.

Na Amazônia, o rádio teve um papel muito importante na integração entre as capitais, sedes de municípios e as distantes localidades do interior. Na primeira metade do século XX, as comunidades amazônicas eram ligadas basicamente por via fluvial. Enquanto os jornais impressos se concentravam nas zonas urbanas, a área rural permanecia no isolamento e com um grande distanciamento das notícias de interesse da população ribeirinha. Concebe-se aqui por população ribeirinha, a população “extremamente importante para a Amazônia, que vive às margens dos rios, igarapés, lagos e nas terras de várzeas” (CAMPOS, 2007, p. 107). Sabe-se que na região amazônica, antes do rádio, o contato entre o homem do interior da região e o mundo urbano, era feito, principalmente, pelos barcos que abasteciam os seringais e as pequenas povoações com suas mercadorias. Era o chamado “regatão” que quebrava o isolamento e levava também as cartas pessoais dos parentes que viviam nas localidades, às margens dos rios. Contudo, na região amazônica, em especial no Amazonas, o rádio venceu as “distâncias” e amenizou o isolamento da população amazônica. Em Tefé, município onde está localizada a Rádio Educação Rural, com propriedade, afirma-se que a mesma teve um papel muito importante como veículo de comunicação. Através do rádio, o povo amazonense passou a receber informações de fatos ocorridos no Brasil e no mundo. Inicialmente, com um transmissor de Onda Média (OM) e outro de Onda Tropical (OT), a Rádio Educação Rural de Tefé passou a ser ouvida, significativamente, em vários pontos do território regional, a partir de 1963.

No dia 15 de dezembro de 1963, a emissora pioneira Rádio Educação Rural de Tefé iniciou, oficialmente, as suas transmissões, ultrapassando o muni-

cípio e alcançando todo o território da Prelazia de Tefé, por meio da sua Onda Tropical, inicialmente, transmitindo em 3.385 Khz, na faixa de 90 metros e, posteriormente, em 4.925 Khz, na faixa de 60 metros. Atualmente, a Rádio Educação Rural de Tefé está em processo de migração de Onda Média para a FM (Frequência Modulada), o que já está proporcionando uma melhoria na qualidade sonora e possibilitando maior audiência pelas novas tecnologias como: celulares, computadores e outros recursos tecnológicos.

Quanto à programação radiofônica, de um modo geral, em conformidade com Vieira; Gonçalves (2003), a programação das emissoras de rádio, “era praticamente a mesma em todo o Brasil: musicais, eventos de auditórios, concurso de calouros e radionovelas”. Gradativamente, o jornalismo foi ocupando um maior espaço e no esporte, privilegiava-se a transmissão de jogos de futebol.

Nos primórdios, a Rádio Educação Rural de Tefé, ligada à Igreja Católica, se propôs a ser um instrumento para alfabetizar e educar as populações rurais, em parceria com o Movimento de Educação de Base – MEB. As ondas do rádio chegavam até as comunidades mais longínquas, “até os vilarejos mais distantes, na beira do rio, nos garimpos, nos seringais, nas fazendas, nas roças, dentro das canoas, dos barcos, dos navios etc.” (PAIVA, 1969, p. 57). O rádio passou a ser o veículo da comunicação essencial, passando a afetar as pessoas, numa interlocução e interação muito peculiar.

Ao discutir o poder que o rádio exerce ao envolver as pessoas, Marshall McLuhan em um artigo intitulado *Rádio: o tambor tribal*, afirma que “o rádio afeta as pessoas, digamos como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte” (MCLUHAN, 2005, p. 145). Portanto, a comunicação através do rádio é como um eco, de grande dimensão ressonadora. Ainda sobre os efeitos sociais que exerce o rádio, recorrendo-se novamente ao teórico, convém enfatizar que:

Para aqueles cuja existência social constitui uma extensão da vida familiar, o rádio continuará a ser uma experiência violenta. As sociedades altamente letradas, que há muito subordinaram a vida familiar à ênfase individualista nos negócios e na política, têm conseguido absorver e neutralizar a implosão do rádio sem revolução. Mas o mesmo não acontece com as comunidades que ainda não possuem senão uma breve e superficial experiência de cultura letrada. Para estes, o rádio é absolutamente explosivo (MCLUHAN, 2005, p. 145).

Com a popularização do rádio na imensidão geográfica regional, o aparelho de rádio, reduzia a distância entre os povos amazônicos, levando as notícias do mundo, o entretenimento e as mensagens específicas dos ouvintes por meio dos programas do tipo “Avisos para o Interior”. É justamente sobre a particularidade do programa “Avisos para o Interior” que versa o presente capítulo, cujo programa radiofônico considera até hoje, um dos fundamentos da Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica – ALER, ao destacar que os meios de comunicação e interação teriam que “respeitar e acolher a cultura e os modos de expressão dos ouvintes” (SCHWAMBORN, 2013, p. 55).

## **Programa “Avisos Para O Interior”: O Correio Não Oficial da Rádio Educação Rural de Tefé**

As ondas da emissora Rádio Educação Rural de Tefé, instalada por Dom Joaquim de Lange, bispo da Prelazia de Tefé e pelos padres da Congregação do Espírito Santo, no início dos anos 60, ultrapassaram fronteiras, visto que a rádio católica se afirmava como o único meio de comunicação possível de atingir as mais distantes localidades, além de nossas divisas territoriais. Devido à inexistência de telefonia na Prelazia de Tefé, os avisos eram repassados por meio da emissora radiofônica. Através da conscientização da relevância deste serviço de comunicação e devido à grande procura pela população, tanto urbana quanto rural, foi criado na grade radiofônica da emissora, um programa exclusivo para veiculação dos avisos. Assim, surgiu o programa de avisos para o interior amazônico. No contexto, a expressão “interior amazônico” compreende as localidades fora da zona urbana, que, na época da implantação da emissora católica, se restringiam a poucos municípios, entre eles: Tefé, Carauari e Fonte Boa.

“Avisos para o Interior”, em pesquisa feita pelo Movimento de Educação de Base – MEB, em 1997, já apontava o programa de avisos como um dos mais ouvidos e preferidos dos entrevistados. O programa, nos primórdios, chegou a assegurar mais rapidez de comunicação que os serviços oferecidos pelo Departamento de Correio e Telégrafo – DCT. As informações, veiculadas através do programa da Rádio Educação Rural de Tefé, eram captadas e repassadas oralmente, transmitidas ao destinatário por moradores atentos aos avisos, caso o próprio destinatário não tivesse a posse de um aparelho receptor de rádio. A comunicação funcionava de forma eficiente reafirmando a máxima imperativa: “pede-se a quem ouvir este, retransmitir ao destinatário, pelo que muito agradece”.

A eficiência dos avisos comunitários e pessoais, veiculados pela emissora, continuam como argumentação certa para o sucesso do programa, embora estejamos em plena era de expansão tecnológica. Concebe-se assim, que em plena era da comunicação digital, o rádio ainda cumpre importante papel, sobretudo, na Amazônia, visto que a rádio, até hoje, transmite os avisos e recados às comunidades em todos os municípios e rios que fazem parte do Médio e do Alto Solimões, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Jutá, Tonantins, Atalaia do Norte, Juruá, Carauari, Eirunepé, Japurá, Marará.

É imensa a lista dos topônimos regionais que se servem dos avisos para a comunicação social, comunitária ou familiar. Entre eles, destacam-se, comprovados pelos avisos veiculados na emissora, a partir de 2012: Rio Bauana, Lago de Tefé, Campo Novo, Rio Tefé, Várzea Alegre, Nova Samaria, Boa Vista do Calafate, Amaná, Tabuleiro do Ferro, Santa Fé, Boa Sorte do Rio Curumitá, Tamanicua, Marajó, Nova Olinda, Maguari, Manacabi, Boca do Panauã, Santa Maria do Cururu, Rio Copeá, Paraná do Mari-Mari, São Francisco do Bóia, Boa Fé do Joacaca, Jenipaua, Rio Solimões, Barroso, Macopani, São José do Urini, Maiana, Coadi, Ingá, Boa Sorte, Rio Juruá, Envira, Ponta da Castanha, São Francisco do Bóia, Bela Conquista, Lago do Catuá, Acará, Paraná do São João, Porto Braga, Deus é Pai do

Mirini, Nova Betel, Buiussú Grande, Auati-Paraná, Jaburu, Belo Monte, Turé, Ponto X, Vila Nova, São Paulo do Coracy, Porto Alegre, Rio Japurá, Viola, Rio Panauá, Ponto da Ilha dos Palhetas, São Francisco do Tucuxi, Auati-Paraná de Cima, Sítio Monte Muriá, Lago Anarucu, Rio Curumitá, Paraná do Amanã, Rio Tambaqui, Lago do Uará, Barreira do Uará, Lago da Terra Nova, Solimões de Cima, Atalaia do Norte, Boca do Inambé, Igarapé do Catuá, Comunidade Felicidade, Auati-Paraná de Cima, Uarini, Santa Rosa do Carapanatuba, Comunidade do Batalha, São Caetano, Comunidade do Prata, São Luís do Jubará, Coari, BR-319, Humaitá, Nova Macedônia, Santa Luzia do Boia, Lago do Catuá, Vila Alfaia, Igarapé do Mari, São Francisco do Arraia, Barreirinha de Baixo, Auati-Paraná, Vila Nova, Tonantins, Santa Cruz, Pantaleão, Aldeia São Sebastião, Comunidade Balaço, Musalém, Boca do Juruá, São José do Amparo, Forte das Graças, São Francisco do Paraíso, Tacanal, Rio Japurá, Rio Itanga, Porto Alegre, Copeá, Boa Esperança do Amanã, Rio Arabidi, Mineruá, Ilha do Macaquinho, Porto Paraíso, São Francisco da Mangueira, Palhetas, entre outros.

O programa “Avisos para o interior” é transmitido no horário das 20h às 21h, através dos “recados, avisos e notícias que o povo deixa na emissora para os seus familiares no interior; é um Correio do povo” (SCHWAMBORN, 2013, p. 63).

### **Mensagens e Avisos Para o Interior: Uma Linguagem Específica e Pitoresca Pelas Ondas do Rádio...**

A presente parte versa, primordialmente, sobre as particularidades referentes à linguagem e às temáticas utilizadas nos avisos destinados, sobretudo, ao público da zona rural e veiculados no programa radiofônico “Avisos para o interior”, pela emissora Rádio Educação Rural de Tefé, a pioneira no serviço de comunicação no município de Tefé, estado do Amazonas.

Tal qual a carta, o telefonema, a bula de remédio, o romance, o conto, a lista de compras, o e-mail, o aviso é, também, um gênero textual. Considerando que os gêneros textuais compreendem as formas textuais “de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (MARCUSCHI, 2010, p. 26), sobretudo, de natureza comunicativa, no que diz respeito à linguagem radiofônica do programa “Avisos para o Interior”, veiculado pela emissora Rádio Educação Rural de Tefé, convém enfatizar que os avisos apresentam uma linguagem pitoresca, regional, com função específica e particularidades linguísticas muito interessantes.

Entre as funções da linguagem, seja ela expressiva, social, informativa ou descritiva, a análise do discurso comporta a análise da língua em uso pelos falantes. Considerando a linguagem analisada nos mais de 30 avisos selecionados que compõem o arquivo da Rádio Educação Rural de Tefé, concebe-se que, para o remetente, o fundamental é se fazer entender pelo seu destinatário. A língua, constantemente alterada pelo tempo e fortemente influenciada pelo povo, assegura “certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade” (ASSIS, 1959, p. 822). Dessa forma, a língua sofre

alterações e o uso de expressões pelos falantes, também variam de acordo com a necessidade dos usos e costumes.

Para os ribeirinhos, muitas vezes, o único contato com o mundo urbano é feito através de um rádio de pilha. É essa forma de comunicação espontânea, familiar, que respeita a diversidade linguística, que atrai os moradores, levando-os a se utilizarem dos avisos veiculados pela tradicional emissora de rádio do município de Tefé. São essas pessoas que, ao se deslocarem de suas localidades usam os avisos para informar suas comunidades e, principalmente repassar notícias aos seus familiares. Com uma linguagem peculiar, imbricada de regionalismo, modismos regionais e expressões ainda arcaicas, mas de total conhecimento por parte dos remetentes e destinatários, as mensagens, via avisos radiofônicos, ora noticiam boas novas, como o nascimento de crianças, ora situações tristes, como o falecimento de algum membro da família. Assim, os avisos deixados na portaria da emissora são oriundos, principalmente das pessoas que moram nas áreas mais isoladas, nas margens dos rios que cortam o território da Prelazia de Tefé.

Para exemplificação da linguagem utilizada nos avisos e sobre as diversas temáticas dos mesmos, foram selecionados alguns avisos, todos, já veiculados no programa de “Avisos para o Interior”, através das ondas tropicais da Rádio Educação Rural de Tefé, no transcorrer de 2012. Convém enfatizar que todos os avisos já foram veiculados, portanto são de domínio público, contudo, decidiu-se utilizar abreviaturas e nomes fictícios, visto que o que interessa é a forma peculiar da linguagem utilizada e as temáticas abordadas nos mesmos.

O programa “Avisos para o interior” vai ao ar, diariamente, das 20 às 21 horas, e tem grande audiência. Muitas vezes, dependendo da gravidade do teor da mensagem, o interlocutor solicita que o aviso seja comunicado também em outros horários e de forma repetida. Geralmente, as pessoas emissárias dos avisos, preferem que os mesmos sejam noticiados duas vezes, como forma de garantir que o destinatário receba a mensagem. A seguir, algumas exemplificações dos avisos breves já veiculados na emissora, que comportam o presente texto.

**Aviso 1** - E. D. A. avisa seu esposo e seus filhos no rio Coraci, Nova Macedônia, que a mesma fez um ultrassom e em relação à cirurgia, está tudo bem, mas o médico disse que a mesma está com gastrite. Pede ao Nego que vá lhe buscar na Boca do Coraci, amanhã, quarta-feira, como sem falta, pois ela está viajando no Irmão Santos. Outrossim, avisa sua filha J. que a L. já ganhou nenê, é um menino, ela foi operada e está tudo bem. Envia beijos e abraços a todos de casa.

**Aviso 2** - A. S. avisa seus filhos na Comunidade Nova Olinda, que baixem assim que escutarem este aviso, pois o Chico está sem esperança de vida em Manaus. Avisa que o mesmo viajará para Manaus e pede que um de vocês venha preparado para ir com o mesmo. Pede a quem ouvir este, que retransmita aos destinatários, pelo que muito agradece.

**Aviso 3** - M. avisa sua mãe no lago do Sapiá, que sobre a Maria de Jesus, ela perdeu o bebê, mas passa bem. Pede que não se preocupe, que qualquer coisa, mandará avisar novamente. Avisa também o Francisco que sua filha M. estava tendo febre. Sem mais, beijos e abraços de sua neta querida M.

**Aviso 4** - J. P. G. avisa seu irmão J. no Lago da Terra Nova, que não foi possível viajar, porque o estado de saúde da nossa mãe é muito grave, ela piorou muito. Avisa também que sábado viajará. Um abraço para todos de casa. Pede a quem ouvir este, que retransmita ao destinatário pelo que muito agradece.

**Aviso 5** - M. R. S. avisa seu esposo Raimundo, no rio Curumitá, comunidade do Tachi, que tiveram que amputar a perna do pai da mesma, pois o sangue não estava circulando, ele continua na UTI e o rim dele continua parado. Mas para Deus, nada é impossível e enquanto houver vida, sempre haverá esperança.

**Aviso 6** - F. conhecido como Lambaia, avisa seus irmãos no Rio Panauã, que venham com a máxima urgência, pois seu pai está só esperando a hora. O mesmo pede que se lembrem que têm pai, pois foi o pai quem criou vocês e não a terra e o rio. Este será o último aviso, por favor, quem quiser vê-lo ainda com vida, venham logo, pois não é certeza ele amanhecer. Envia abraços a todos.

**Aviso 7** - M. T. avisa seus familiares no lago do Catuá, que sobre a saúde da Linete, ela não está nada bem, os dois rins dela não funcionam mais, ela está toda cheia de aparelhos e só Deus na vida dela. Sobre a viagem do recreiozinho, só quinta-feira. Por favor, quem ouvir este, retransmitir ao destinatário pelo que muito agradece.

**Aviso 8** - M. S. F. avisa seus familiares em Santo Estevão e seu irmão F. na Vila Nova do Amanã, que o estado de saúde do seu pai é muito grave e ele está passando mal. Pede que estejam sempre atentos na Rádio Rural de Tefé que, qualquer coisa, a mesma passará um aviso. Envia abraços a todos de casa.

**Aviso 9** - F. avisa seus familiares na comunidade Boa Vista do Calafate, que sobre o estado de saúde da V. já está bastante melhor. Pede a Nazaré que pegue a bolsa rosa da mesma que está debaixo do colchão e mande pelo seu pai, e sempre escute aviso. Envia beijos e abraços a todos de casa.

**Aviso 10** - O. R. F. avisa seu esposo, sua mãe e seus irmãos, no Tabuleiro do ferro, que a doença do Josimar é próstata inflamada e a da Ana é um cisto e eles se encontram em Uarini. Avisa também que a Eli já ganhou neném em Uarini, por isso a mesma viajou para lá hoje. Pede a quem ouvir este, retransmitir aos destinatários, pelo que muito agradece.

Analisando os avisos, constata-se que os problemas que envolvem doenças em familiares são recorrentes nas exemplificações dadas. Todos almejam deixar seus familiares a par da real situação da saúde, algumas favoráveis, outras desfavoráveis. Observa-se também que a linguagem é tão espontânea, marcada pela oralidade: “recreiozinho”, pela afetividade: “envia abraços a todos” e pela religiosidade: “para Deus, nada é impossível e enquanto houver vida sempre haverá esperança” ou em “só Deus na vida dela”, expressões transcritas dos avisos acima.

No aviso 6, convém assinalar a firmeza com que é feita a repreensão de um irmão aos demais filhos, no agravo da doença do pai: “lembrem que têm pai, pois foi o pai quem criou vocês e não a terra e o rio” e em “Este será o último aviso [...]”.

Sobre a ambiguidade no uso da linguagem, por um momento se confunde a mensagem no aviso 2, com referência ao uso do termo “mesmo” como pode ser observado em: “Avisa que o mesmo viajará para Manaus e pede que um de vocês venha preparado para ir com o mesmo”. Mais um exemplo é o uso de “mesma” no aviso 9: “Pede a Nazaré que pegue a bolsa rosa da mesma que está debaixo do colchão e mande pelo seu pai”. Outra ambiguidade ainda sobre o uso dos termos mesmo/mesma está presente no aviso 10: “Avisa também que a Eli já ganhou neném em Uarini, por isso a mesma viajou para lá hoje.” A forma como empregamos as palavras e o modo como as entendemos, “vão modelar, em grande medida, as nossas crenças, preconceitos, ideais e aspirações, constituindo, enfim, o ambiente semântico que vai povoar e determinar a nossa visão de mundo” (SENA, 2001, p. 25).

No contexto dos avisos em geral, percebe-se que entre remetentes e destinatários da mensagem, há um entendimento dos termos usados nos avisos, ou seja, do ponto de vista linguístico, há compreensão da mensagem e isso basta para o estabelecimento da comunicação entre os interlocutores dos avisos. Constatamos assim que o domínio da estrutura linguística facilita a compreensão da mensagem. No entanto, nos avisos para o interior, a mensagem não é neutra, os avisos expressam uma visão de mundo, uma linguagem preñha de valores e contextos socioculturais diversos. Os avisos mesclam informações com linguagem informativa, objetiva, porém, em muitos casos, a linguagem recebe o acréscimo da afetividade e do subjetivismo dos remetentes.

Outra particularidade inerente aos avisos é sobre o uso da frase “Pede a quem ouvir este, que retransmita aos destinatários pelo que muito agradece”. A frase aparece em 90% dos avisos antigos e atuais. O pedido, usado geralmente como desfecho nas mensagens presentes nos avisos, revela a confiança dos remetentes: caso o destinatário não ouça o aviso pelo rádio, ele vai ter acesso de outra forma: através da oralidade, sua mensagem vai ser ouvida e captada por alguém e, conseqüentemente, vai ser transmitida de formal oral até chegar ao destinatário. Outro termo que aparece de forma marcante nas mensagens é “outrossim”. O termo já causou confusão nos bastidores da Rádio Educação Rural de Tefé na época do MEB e na própria população: - Afinal, quem é esse “outrossim” que avisa todas as noites? Outrossim é um advérbio que significa “do mesmo modo; igualmente”. O então coordenador do MEB, professor Augusto Cabroliê Gonçalves Souza em seu relatório anual do MEB (1991), por ocasião dos 30 Anos do Movimento de Educação de Base, assim se pronunciou:

Para nós e para muitos (o fato de perguntar: - Quem é esse, outrossim, que avisa todas as noites), servia de graça, mas, analisando depois em reunião e em conversa com outros, os erros caíam sobre nossa responsabilidade que tínhamos que formar o homem rural em reconhecimento (Relatório Anual do MEB, 1991, p. 84-87).

Quanto à importância da emissora, no aviso 8, se reafirma a atenção aos avisos repassados pela Rádio: “pede que estejam sempre atentos na Rádio Ru-

ral de Tefé que, qualquer coisa a mesma passará um aviso” ou em “que qualquer coisa, mandará avisar novamente”, conforme o aviso 3 e em “sempre escute aviso”, como consta no aviso 9.

Ainda para exemplificar as diversas temáticas que integram a rede de avisos para o interior, a seguir são transcritos os avisos, cuja temática recai sobre as condições financeiras do homem ribeirinho.

**Aviso 11** - J. R. avisa sua esposa L. R. no lago do Uará, que fez boa viagem encontrou todos com saúde e todos o visitaram no domingo e agora está bem melhor. Avisa também que só viajará lá pelo dia 10 de maio, e enquanto isso, o Raimundo e o Damião terminam os seus projetos aqui para que possam ir despreocupados. Outrossim, avisa o Josué que o preço do cimento é de R\$30,00 (trinta reais) e eles fazem entrega no barco.

**Aviso 12** - F. F. S. avisa seu primo Nonato, no Autiparaná de Cima, comunidade São Sebastião do Anarucu, que se você for agora, leve somente a castanha. Outrossim, avisa seu filho que tenha bastante cuidado com as coisas por aí. Sem mais, envia abraços a todos.

**Aviso 13** - M. O. avisa o senhor A. C. F, conhecido como “Loro”, que se encontra no rio Tefé na comunidade de Tucunaré-tuba que chegou bem, porém o doutor só vai lhe examinar na próxima semana, pede que mande numerário sem falta, pois o mesmo está sem nada. Pede-se a quem ouvir este aviso, retransmiti-lo ao destinatário.

**Aviso 14** - J. M. avisa M. M. S. na ressaca da Paula, que o negócio está tudo certo, mas o mesmo só sairá de Tefé na segunda-feira, porque está esperando um numerário do combustível para o retorno da viagem. Envia beijos e abraços, de seu querido pai.

**Aviso 15** - C. avisa o senhor Bigão na Comunidade do Moura, que venha e traga a farinha, como o combinado, se for possível, traga 6 toneladas e chegue aqui no domingo para embarcar na segunda-feira e quando você chegar aqui, procure pelo Guilherme. Nada mais do seu amigo C.

Portanto, outra temática utilizada nos avisos é específica da economia amazônica: “leve somente castanha”, “venha e traga a farinha, como combinado” e uso dos termos relacionados à situação financeira como o emprego do termo “numerário”, significando recurso financeiro, dinheiro: “pede que mande numerário sem falta, pois o mesmo está sem nada”, como consta no aviso 13 e em “está esperando um numerário do combustível”, conforme noticiado no aviso 14.

Nos avisos relacionados à questão financeira e negócios, com o tempo, os chamados “numerários” passaram aos problemas com os cartões de banco e cartões de Bolsas Família, e até problemas com a Justiça, conforme constam nos avisos ilustrados, a seguir:

**Aviso 16** - M. M. avisa seu genro na Boca do Inambé, que vá para Fonte Boa, pois o seu dinheiro já está na conta há dias e a mesma não pode tirar com este cartão. Pede que chegue amanhã, sem falta, porque seu dinheiro poderá voltar.

**Aviso 17** - S. N. avisa seu filho L. N. S. na comunidade São Francisco



do Tucuxi, no Autiparaná de Cima, que por aqui estão todos com saúde, graças a Deus. Sobre o seu dinheiro o mesmo já sacou em Fonte Boa, pede que escute sempre aviso pela Rural de Tefé, pois estarão chegando aí na comunidade dia 08 de abril, domingo, se Deus quiser. Somente, de seu pai S. N.

**Aviso 18** - M. e J. avisam E. na comunidade Manacabi, que venha com a máxima urgência, pois já está com duas semanas que o pessoal da SEDUC vem lhe procurar em casa para falar com você a respeito do cartão e somente você pode resolver. Eles disseram que você tem que comparecer até segunda-feira, dia 09 de janeiro, como sem falta. Pede a quem ouvir este que, por favor, retransmita a destinatária pelo que muito agradece.

**Aviso 19** - L. avisa seu pai na Comunidade Várzea Alegre que já passou a data de cadastramento do seu cartão, era dia 8 de janeiro, mas o dia que o senhor chegar lá, o senhor cadastre. E o cadastramento do cartão da Lucileide só será no mês de abril. Sobre o outro assunto, já está tudo resolvido.

**Aviso 20** - D. M. avisa seu filho V. em Nova Olinda, que venha na hora que escutar este aviso, pois você tem que comparecer no cartório, amanhã, para resolver a mensalidade da sua filha que está atrasada. Caso não venha, a juíza mandará lhe buscar. Pede também que traga a Conceição para resolver o problema do cartão do Bolsa Família, pois não veio o nome dos seus filhos. Avisa que vai lhe esperar como sem falta, e traga todos os documentos tanto de vocês como dos meninos. Sem mais, envia abraços.

Além desses temas, notícias policiais, como roubo e rapto, desaparecimento e homicídio são constantes nos avisos deixados para veiculação no programa de “Avisos para o Interior”, como ilustram os avisos abaixo selecionados.

**Aviso 21** - D. e T. avisam seus pais, no rio Itanga, que seus amigos Mara e Filé foram assassinados no flutuante do doutor Branquinho, onde eles trabalhavam, mas até hoje não encontraram o corpo deles e não se sabe quem matou eles. Pede que tenham bastante cuidado e avisam que estão todos com muita saudade de vocês. Sem mais dos filhos que tanto amam vocês, recebam beijos e abraços.

No aviso acima, em que ora usa-se a concordância verbal correta: “D. e T. avisam”, “recebam abraços”, como ora utiliza-se a terceira pessoa do singular: “pede que tenham cuidado”, mistura-se a linguagem que noticia um crime: “seus amigos Mara e Filé foram assassinados no flutuante do doutor Branquinho, onde eles trabalhavam, mas até hoje não encontraram o corpo deles e não se sabe quem matou eles” com a preocupação e demonstração de afetividade por parte dos remetentes aos destinatários: “Pede que tenham bastante cuidado e avisam que estão todos com muita saudade de vocês. Sem mais dos filhos que tanto amam vocês, recebam beijos e abraços”. A mistura dos temas demonstra que as pessoas, ao escreverem seus avisos, colocam suas emoções e seus pensamentos, através das palavras em total integração dos fatos noticiados e dos sentimentos nutridos pelos destinatários dos avisos.

No aviso seguinte (22) é clara a preocupação e o cuidado da remetente com a família, pede que venham de barco, embora seja mais oneroso para a famí-

lia, “por motivo de estarem assaltando pessoas que viajam de canoa”.

**Aviso 22** - Lucinda avisa seu pai no Paraná do Maiana, que venha com a máxima urgência. Pede ainda que venham de barco que aqui a mesma dará um jeito na passagem de volta, por motivo de estarem assaltando pessoas que viajam de canoa. Pede ainda que não se esqueça de trazer: banana, limão, laranja e lima. Envia beijos e abraços.

**Aviso 23** - Dona Leonildes avisa a pessoa que está roubando no seu sítio, localizado na Missão, que pare de roubar, pois a mesma já sabe quem é. Avisa que se você não parar, levará a justiça para tomar outras providências porque você está roubando uma mulher de coragem e você, tamanho um homem, não tem vergonha. No caso do aviso transcrito, a pessoa roubada usa o aviso como forma de desmascarar a pessoa que está se apropriando de suas coisas no sítio, mostrando o comportamento ilícito do homem que “não tem vergonha”.

**Aviso 24** - A senhora F. pede a quem souber do paradeiro de sua filha C, de 14 anos que está desaparecida desde o dia 16 de setembro de 2012, a última vez que a mesma foi vista foi na praia da Ponta Branca, favor comunicar. Pede a quem tiver alguma informação que entre em contato pelo telefone (097) 9148-XXXX. A mesma agradece a colaboração.

**Aviso 25** - Isabel avisa F, mais conhecido como Baixorote, no rio Bauana, que mande sua filha urgente, porque ela foi daqui por influência sua. Pede que mande a filha da mesma ou a Polícia vai lhe buscar aí, você também deve comparecer por aqui na Semana Santa sem falta. Pede a quem ouvir este, que retransmita ao destinatário pelo que muito agradece.

Constam-se nos exemplos de 20 a 25 que as pessoas concebem aos avisos um poder de persuasão e de intimação, como uma forma até de solução dos casos: “A Polícia vai lhe buscar aí”, conforme transcrito do aviso 25.

**Aviso 26** - J. M. conhecido pelo apelido de Maguito, pede a quem souber do paradeiro de sua canoa que foi roubada no início do mês de maio do porto da Rua 15 de junho, que comunique. A canoa mede 9 metros e é de cor amarela, quem encontrou, entregue a canoa na Rua 15 de junho, na casa 220, no bairro de Juruá. O mesmo avisa que está precisando muito da canoa e pede que, por favor, entregue, que ele dará uma cooperação.

**Aviso 27** - Patrícia avisa R. no Arauari, que tome providência em relação às crianças que ficaram em Tefé, caso contrário, a mesma entrará na justiça para pegar as crianças de volta. Avisa que, no momento que você quiser conversar sobre elas, é só avisar que a mesma vem para Tefé.

Conclui-se que a linguagem utilizada nos avisos é uma linguagem que estabelece uma relação com os valores populares; as mensagens dos avisos são elaboradas na perspectiva de conservação dos valores individuais sociais e valorização da cultura amazônica.

**Aviso 28** - As irmãs Francilene e Franciene avisam seu pai e sua mãe na comunidade São Francisco do Paraíso, que sobre o caso do F. terá que ser feita uma cirurgia, levaram ele numa clínica e o médico falou que a cirurgia vai ser particu-

lar e ainda não sabem quanto vão pagar, pede que escutem avisos todas as noites. Avisam também o Geraldo e sua tia que deem um jeito de mandar uma ajuda para o F. pois ele passará por uma cirurgia e será pago, ele já sofreu muito e continua sofrendo, correndo o risco de perder a vida por causa do filho de vocês, se vocês não o ajudarem, as mesmas irão procurar seus direitos, porque o F. falou que ele não estava com brincadeira nenhuma, estava armado e o que vai valer é a palavra do F. contra a palavra do filho de vocês na frente do juiz. Vocês passaram mais de uma semana em Tefé e não tiveram a consideração de, pelo menos ligar, para saber como o F. estava. Sem mais nada.

Considerando o aviso 28, há algumas particularidades interessantes: primeiro, no mesmo aviso, os remetentes se destinam a vários destinatários: “avisam seu pai e sua mãe”, “avisam também o Geraldo e sua tia”. Segundo, mais uma vez o uso do pronome “mesmas”, em substituição aos nomes das remetentes e, quanto ao assunto, sobre o uso da arma, só se desfaz a confusão, “quem não estava com brincadeira nenhuma?” após a finalização da mensagem: “estava armado e o que vai valer é a palavra do F. contra a palavra do filho de vocês na frente do juiz”, no caso, o agressor de F, que estava armado. Analisando, pode-se afirmar, que o programa radiofônico de avisos para o interior funciona como um canal mediador e a ideologia que perpassa através da linguagem é uma concepção de mundo que envolve os valores humanos para a resolução dos conflitos: “não tiveram a consideração de, pelo menos ligar, para saber como o F. estava”.

Entre os avisos aqui selecionados, outra temática refere-se ao anúncio de temporais, muito comuns na região amazônica, e acidentes como incêndios das moradias. Os avisos a seguir, são inerentes a essas temáticas.

**Aviso 29** - E avisa J. R. no rio Tefé, na localidade Uirapuru, que o Renato está para Manaus. Avisa que ontem ia morrendo todo mundo no temporal, mas não se preocupe, que agora está tudo bem. E avisa que estão viajando hoje para Uarini, se não chegar sexta-feira, pede que escute aviso no sábado. Envia beijos e abraços.

**Aviso 30** - O senhor Pedro, morador da comunidade Açaituba, avisa M. no município de Fonte Boa e G, em São João do Ipecaçu, que terça-feira, dia 11 de setembro, às 20h30min naufragou uma canoa com cinco pessoas, na comunidade Jiubará. Os moradores conseguiram resgatar as três crianças, mas a Edneuza e o F (de 8 anos) continuam desaparecidos. Pede às comunidades abaixo da calha do rio Japurá que, se encontrarem o corpo destas pessoas, que comuniquem o mesmo, na comunidade Açaituba. Pede aos familiares e amigos que se conformem com a vontade de Deus.

**Aviso 31** - R. avisa seus pais Izete e Nildo que não foi possível viajar hoje, porque o banheiro estava muito forte, se for da vontade de Deus, o mesmo viajará hoje de madrugada. Sem mais nada, envia abraços.

**Aviso 32** - L. R. L. avisa seu pai P. F. L. conhecido por Lúcio, no Maranhão, que o flutuante da dona Socorro pegou fogo e acabou com tudo, mas ela, graças a Deus se salvou, pede que não se preocupe.

Outro aspecto que pode ser analisado nos avisos refere-se à marca da identidade do caráter do homem amazônico: logo após noticiar algo triste, ou mesmo uma tragédia, os avisos finalizam com uma expressão consoladora, ou mesmo de conformidade com a situação noticiada: “mas não se preocupe, que agora está tudo bem”, como exemplificado no aviso 29 e no aviso 30: “pede aos familiares e amigos que se conformem com a vontade de Deus”. A religiosidade é latente: “se for da vontade de Deus, o mesmo viajará hoje de madrugada”, como consta no aviso 31 ou em “mas ela, graças a Deus se salvou, pede que não se preocupe”, conforme transcrito do aviso 32.

E finalmente, sobre a particularidade temática dos avisos noticiados através da Rádio Educação Rural de Tefé, durante a veiculação dos “Avisos para o Interior”, convém destacar a temática inerente às questões ambientais: a luta pela preservação do meio ambiente e proibição de pesca, reivindicações e reclamações visando à conscientização ambiental de pescadores e moradores, de um modo geral, além de expressar intimidações aos infratores.

**Aviso 33** - A Comunidade São Luís do Macari comunica a todos os pescadores e outros que pescam por aventura, que a entrada de qualquer tipo de pesca está proibida no Paraná do Aratamã e no lago do Aratamã. A mesma só é permitida na área do rio Solimões, uma parte da própria comunidade e a outra para qualquer pescador. Avisa que se alguém quiser alguma informação, que procure qualquer um comunitário. A comunidade agradece a compreensão de todos.

**Aviso 34** - R. P. avisa sua irmã Conceição na Boa Sorte, que em casa estão todos com saúde, graças ao nosso bom Deus. Pede que se tiver alguém mexendo nos lagos, mande dizer, pois o mesmo denunciará, porque nem pirarucu e nem tambaqui não podem pescar, se não for regularizado. Qualquer falta de respeito o mesmo, vai às autoridades. Ninguém pesque no lago do Tambaqui, nem na Boa Sorte, Pirapitinga, Bruno e Chavascau, quem teimar vai perder seu direito, pois o mesmo já conversou com as autoridades.

**Aviso 35** - Os representantes das comunidades: Novo Joacacá, Boa Fé do Joacacá e Nova Esperança vêm, através desta rádio, comunicar a todos os amigos e pescadores das comunidades vizinhas e outras que a área “complexa seringa” está sendo preservada por essas comunidades, pois todos já sabem que esta área foi “tirada”. Avisam que esta área está sendo vigiada, portanto, não tentem invadir, porque todos sabem que é direito de todos. Zelem, meus amigos, o que Deus deixou para vocês e não tentem invadir a reserva de ninguém. Os mesmos pedem a compreensão de todos, pelo que muito agradece.

E para fechar as temáticas e particularidades dos avisos veiculados através da Rádio Educação Rural de Tefé, os avisos finais vão versar sobre a importância da emissora, como mediação em situações diversas. Os avisos de número 36 a 38 exemplificam bem o afirmado.

**Aviso 36** - A senhora Maria da Conceição vem por meio deste programa, fazer um apelo aos responsáveis pela distribuição do rancho destinado aos atingidos pela enchente, que, por favor, tenham mais consideração pelas pessoas que

estão lá para receber, pois são pessoas necessitadas, idosos, mãe com filhos no colo, enfim, não esqueçam que estão trabalhando com seres humanos e não humilhem mais as pessoas. A mesma tem 76 anos e ficou na fila até às 3 horas da tarde e não conseguiu receber seu rancho, ela pede que, por favor, tenham mais respeito e tratem a todos com igualdade.

**Aviso 37** - P. P. A. comunica que é sempre bom usar a Rádio Rural para se fazer alguma reivindicação e aproveitar para registrar o seguinte fato: o bairro do Abial vive os seus piores dias no que tange ao fornecimento de água. Já se vão quase 2 meses que é precária a situação das famílias aqui residentes. E para completar, o talão do mês de julho foi entregue ontem e veio com a seguinte ameaça, afronta ou advertência: “o corte será efetuado no dia 19/10/2012”. É o acúmulo do absurdo: além de não haver água, além de entregarem com atraso de 3 meses a fatura, ainda nos ameaçam de cortarem a nossa ligação, não digo de nossa água, porque água não temos. Muito Grato! Morador do Bairro do Abial.

**Aviso 38** - I. (OAB 1281) das liberdades civis e democráticas de Tefé, no exercício da cidadania brasileira, no interesse público de direito, a fim de resguardar a saúde pública, avisa o Governador do Estado Democrático do Amazonas que faça urgente intervenção em Tefé, que o lixo já cobre a cidade inteira de Tefé, desde a praia ponta do leste e toda a orla do rio e as ruas estão completamente repletas de lixo contaminador.

Após a análise dos avisos, constata-se que a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas “um instrumento de poder” (BORDIEU, 1983, p. 160) e as mensagens, explícitas através das ondas do rádio, configuram-se como um vasto mural da identidade amazônica, em pleno século XXI.

## **Conclusão**

Conclui-se, com referência ao uso da linguagem peculiar aos avisos, que a Rádio Educação Rural de Tefé, através do programa “Avisos para o interior” é concebida como um eficiente instrumento de socialização das mensagens e de veiculação do ato da linguagem nos aspectos social, histórico, familiar, individual ou coletivo e contribui para a reprodução dos sentidos linguísticos e das particularidades da linguagem do homem amazônico. Sendo assim, a linguagem e a mensagem explícita nos “Avisos para o interior”, constituem “assuntos atraentes para estudo pelo apreciador da cultura dotado de espírito linguístico” (OLSEN, 1979, p. 24). Pela análise das mensagens diversas que os moradores das comunidades ribeirinhas e da zona urbana tefeense expressam nos avisos, conclui-se que o rádio é instrumento de solidariedade, desalienação e democratização de conhecimentos. Portanto, a Rádio Educação Rural de Tefé, como emissora a serviço da comunidade, cumpre satisfatoriamente sua função social.

## Referências Bibliográficas

- ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro, Aguillar, 1959.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Ática, 1983.
- CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva; BARBOSA, Ierecê; RODRIGUES, Michele Amorim; MEDEIROS, Tânia M. Cortez. **Ecologia Humana, natureza e meio ambiente nos povos da Amazônia**. Manaus: UEA/ Editora /BK Editora, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo. Parábola Editorial, 2010.
- MARSHALL, McLuhan. Rádio: o tambor tribal (2005). (Org. de Eduardo Meditsch). In: **Teorias do Rádio – Texto e contextos**. Vol. I, Florianópolis: Insular, 2005.
- MEB – Movimento de Educação de Base. MEB 30 Anos Educando - 1961 a 1991/**Relatório Anual do MEB**, Tefé/AM, 1991. p 84 a 87.
- OLSEN, Stein Haugom. **A Estrutura do Entendimento Literário**. [Trad. de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- PAIVA, Clóvis. **O amazonense e o uso dos veículos de comunicação**. In: Cadernos de Jornalismo e Comunicação. Nº. 20, ed. JB, 1969.
- RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ – **Arquivos do programa “Avisos para o interior”**, da Rádio Educação Rural de Tefé, Tefé/AM, 2012.
- SENA, Odenildo. **Palavra, poder e ensino da língua**. 2. ed. Manaus: Valer, 2001.
- SCHWAMBORN, Thomas. **Rádio Educação Rural de Tefé – Evangelizando e comunicando**. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Tefé/AM, 2013.
- VIEIRA, Ruth; GONÇALVES, Fátima. **Ligo o rádio para sonhar**. Coordenadoria da Prefeitura de Belém, Belém/PA, 2003.

# Radiola livre: autogestão e vivências rizomáticas

*Flora Rodrigues Gonçalves*

## **Introdução**

Escrever sobre a experiência na construção de um coletivo de rádio livre, após oito anos dessa experimentação, é como reviver um laboratório de democratização radical sobre formas de compartilhamento, cooperação, criatividade e conhecimento. Seu fim não significou sua morte, muito antes pelo contrário: as rádios livres e seu modelo rizomático surgem e desaparecem como táticas de subversão e composição do coletivo.

A formação dos coletivos de rádios livres, assim como a formação de grupos sociais, é composta por laços incertos e frágeis, como nos chama atenção Bruno Latour (2012). Seu caráter rizomático aposta na existência não de grupos sistematicamente fechados: mas na sua formação constante. Portanto, não existe um repertório que se estabiliza: os grupos<sup>17</sup>, assim como os coletivos, são multiplicidades que mobilizam pessoas, coisas, chegadas e partidas.

## **Rádios Livres e Suas Conexões Rizomáticas**

As rádios livres, assim como grande parte de seus ativistas as entendem, operam rizomaticamente. Tal como Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) inauguram no pensamento contemporâneo, a ideia de rizoma é muito similar ao processo de funcionamento das rádios livres. Sem uma unidade central, o rizoma é a compreensão de uma multiplicidade a partir do sistema radícula, onde qualquer raiz tem a potência para desenvolver outras multiplicidades.

Da mesma forma que um rizoma pode ser conectado a qualquer outro, a partir de vários descentramentos, as rádios livres são múltiplas: abrem; transmitem; fecham ou são fechadas; aumentam ou desfazem suas conexões em um fluxo considerável e intenso. Não é de se estranhar, portanto, que o portal que agrega as diferentes rádios livres do país se intitule de “Rizoma de Rádios Livres”<sup>18</sup> ou “radiolivre.org”, com o intuito de trocar experiências e apoios mútuos. Assim como os rizomas, as rádios livres são mutáveis e suscetíveis de receber modificações constantemente”, e podemos ver esse exemplo na história vivenciada na Radiola.

O presente capítulo propõe refletir, a partir da etnografia realizada com um coletivo de rádio livre que não existe mais enquanto tal, contudo que sobrevive

17 Falamos em “grupos”, mas sem pretender compô-lo como algo sistêmico, fechado ou incorporado pelo próprio movimento enquanto “grupo”. Fazemos essa consideração levando em conta o artigo de Roy Wagner “*Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné*”, em que ele discute como a noção de grupo parte da perspectiva antropológica que se propõe a substituir a forma “coletiva” de seus nativos pelo seu próprio fazer. Não é nossa intenção categorizar a noção de grupo. A palavra foi usada para fazer alusão aos grupelhos, no sentido de Guattari, sempre uma multiplicidade singular, com uma experimentação social e seu devir.

18 Disponível em: <http://www.radiolivre.org/>. Acesso em 02/10/2016

de diferentes outras formas a partir de seu fim: ora através dos seus participantes, ora através da doação de seus equipamentos. Sendo assim, meu estudo mais recente sobre propriedade intelectual no doutorado, por exemplo, se deu a partir da imersão – enquanto ativista, enquanto nativa, no coletivo Radiola – e sua continuidade nas pesquisas sobre midialivrismo não pode ser dissociado de tal vivência. Dessa forma, o capítulo versa, então, sobre a Radiola, rádio livre que funcionou entre meados de 2004 até 2009 no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na cidade de Belo Horizonte.

Antes, porém, faremos uma breve apresentação do que são as rádios livres, objeto principal desse capítulo.

### **Sobre as Rádios Livres**

*“As rádios livres propõem o modelo da democracia o mais direta possível, defendendo que o espectro eletromagnético é um bem a ser utilizado por todos.”<sup>19</sup>*

No prefácio do livro *Rádios Livres: A reforma agrária no ar*, Felix Guattari é quem define as rádios livres como um “instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia” (GUATTARI, 1987, p.12). Ainda na década de 80, Guattari já vislumbrava como os agenciamentos coletivos das rádios livres eram ferramentas potentes na revolução midiática. Dessa forma, as rádios livres são mecanismos de exercício democrático no sentido de compreender que o espectro eletromagnético é um bem comum e deve ser compartilhado por todos.

Para o juiz aposentado, Paulo Fernando Silveira (2001), a existência da radiodifusão livre vem ocupar uma lacuna gerada pelo Estado, que não consegue garantir uma democracia plena. Para ele, as alternativas livres surgem em lugares onde o Estado ignora os direitos individuais fundamentais que são a base democrática de qualquer governo:

Contrariamente, sempre que o Estado, ignorando os direitos individuais fundamentais que funcionam como pilares da democracia e esquecendo sua formatação conforme os preceitos constitucionais, que o obrigam a se submeter ao Estado de Direito, ostentar sua natureza voluntariosa, ditatorial e totalitária, ainda que às vezes disfarçando esse regime de exceção sob o manto da legalidade, no qual ele expressa seu domínio político, faz suscitar as rádios livres, como veículos da liberdade, da democracia e da cidadania (SILVEIRA, 2001, p. 02).

Existe um certo consenso de que as rádios livres nasceram contra os governos autoritários da Europa da década de 70, Rádio Tomate, Rádio Alice, Rádio Bologna (ambas na Itália); Rádio Campus (na França), Rádio Lovaine La Neuve (na Bélgica). No Brasil, as rádios livres surgiram na década de 1980, com o intuito de discutir a democratização dos meios de radiodifusão e questionar as políticas de concessão do Ministério das Comunicações, como, por exemplo, a Rádio Xilik, em São Paulo e a Rádio Paranóica, no Espírito Santo.

---

19 Disponível no rizoma de rádios livres: <http://www.radiolivre.org/?q=sobre>. Acesso em 02/11/2016



Certamente, as rádios livres surgiram e ainda surgem como um movimento de subversão, questionando e ocupando o espaço eletromagnético como forma de oposição às grandes corporações e suas concessões legais cedidas pelo governo. Sobre o mecanismo de concessão, os teóricos Magri, Machado e Magazão (1987) afirmam que “[...] o mecanismo de concessão não é – nunca foi – um expediente técnico apenas; ele é um sistema de controle das emissões pelo poder de Estado.” Dessa forma, “a sua simples existência já é uma forma de censura, pois sua função é discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir” (MAGRI; MACHADO; MAGAZÃO, 1987, p. 17).

Assistimos, nas rádios livres, a recusa de serem normatizadas segundo a legislação disponível atualmente, que é a lei 9612, de 1998. Essa lei, que regula o serviço de rádio comunitário e trata sobre sua finalidade e sua capacidade técnica, explicita que a radiodifusão comunitária é um serviço de frequência modulada, operando em baixa frequência e com cobertura restrita, destinada a atender determinada comunidade, vila ou bairro. Todas as rádios, que não sejam comerciais, que não tenham a concessão ou outorga de funcionamento ou que não cumpram a lei 9.612/88, são rádios clandestinas ou ilegais.

Porém, o que observamos nas rádios livres, diferentes das rádios comunitárias, é a recusa de ser legalizada – ora pelas limitações imbricadas na lei, ora pela manifesta insatisfação das políticas de concessão vigentes no país, tidas como arbitrárias. O que vemos, é uma negação à legalidade, no sentido o qual a legalidade é posta.

Assim como as sociedades indígenas etnografadas por Pierre Clastres (1974, 2003), que não são apenas sociedades sem estado – mas substancialmente contra ele, as rádios livres são, também, contra o processo vigente de regulamentação na radiodifusão brasileira. Dessa forma, existir, enquanto rádio livre é ocupar ou até mesmo ultrapassar os limites impostos pela legislação e órgãos fiscalizadores responsáveis, como a ANATEL, por exemplo; e negociar espaços horizontais onde outra comunicação pode ser possível.

### **Coletivo Radiola Livre: uma breve história sobre autogestão, liberdade e resistência**

Não é intenção neste tópico relatar a intensa história da Radiola. Pretende-se levantar alguns pontos principais para a compreensão sobre os processos que envolvem a construção de uma rádio livre, e como, no caso da Radiola, essa construção foi efêmera. O que é importante ressaltar, de antemão, é que por mais que a Radiola tenha acabado, se rizoma rádio livre ainda existe, Ainda que seu transmissor já não mais transmita, suas ideias vivem em tantas outras transformações – sejam em outras rádios livres, como a Muda – seja em outros ativismos que nasceram da experiência da Radiola.

Portanto, a experiência da Radiola configura-se como uma prática que transcende a imagem clássica de desenvolvimento (Helfrich, 2012), ou seja, que: vivencia o compartilhamento [enquanto coletivo, enquanto ocupação, enquanto

rádio ilegal]; nos auxilia a superar o sistema habitual de radiodifusão, e dá um passo a frente no ativismo radiofônico – enquanto democratização dos meios de comunicação e questionamento de privilégios.

Pensando nessas considerações, ao narrar a pequena etnografia que se segue, pretendemos contribuir para o debate sobre movimentos sociais marginais, como as rádios livres e, gradativamente, engendrar práticas colaborativas sobre autogestão naqueles que nos leem. Dessa forma, apreende-se que as relações sociais são atravessadas pela experiência de fazer rádio livre, e, sendo assim, não devem ser silenciadas pelos meios hegemônicos<sup>20</sup> de radiodifusão, dominantes em nosso país.

A Radiola Livre nasceu em setembro de 2004, dentro do campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Suas primeiras reuniões, as primeiras ocupações e sua primeira transmissão foram uma experimentação coletiva de criação de um espaço midiático democrático e horizontal. Mas quem era o coletivo Radiola? No antigo wiki<sup>21</sup> da Radiola, seus membros se definiam como:

Nós somos um coletivo: um amontoado de gente experimentando ações coletivas sem dono, sem chefe, sem organização prévia. É comum dar a esse tipo de coisa o nome de autogestão. Mas o importante é que isso é basicamente uma brincadeira séria, uma espécie de rito: encontros semanais onde falamos sobre rádio, criação e ampliação de espaços de conversa, e sobre como tornar isso palpável. Estamos caminhando juntos e se você pensou em perguntar 'para onde?!', ainda tem muito a aprender conosco (e sobre nós também! E sobre um tanto de coisas que você ainda pode descobrir com a gente!)! Nosso propósito geral é criar um espaço midiático de acesso radicalmente aberto para que pessoas mais ou menos comuns, como nós, tenham fácil acesso a utensílios que lancem coisas pelos ares (atualmente, na abrangência geográfica do Campus UFMG Pampulha e dos bairros que o circundam). A organização desse espaço acontece em grupo, e qualquer um pode entrar e participar dos encontros. Um coletivo, portanto, só que sem catraca nem cobrador e nem motorista. Ah, e não tem cadeiras também, sentamos no chão. É isso, basicamente.

Dessa forma, o “espaço midiático de acesso radicalmente aberto” abarcou, de 2004 a 2009, ativistas, midiativistas, vários alunos, alguns poucos professores, muitos interesses diversos e um engajamento político nunca imaginado. Até então, não se imaginava que, para montar uma rádio livre – e no limite, clandestina – era necessário não só o conhecimento técnico e legalista sobre rádio, mas também uma larga predisposição a mergulhar nas discussões sobre o espaço radiofônico e suas políticas de divisão e acesso.

Fisicamente, a Radiola ocupou diversos espaços até conseguir a doação de uma sala no antigo Pavilhão Central de Aulas (PCA), espaço no qual ela funcionou até o término de suas atividades. Esse espaço, gentilmente cedido pelo grêmio da Engenharia, ficava em frente a um vasto gramado, que era dividido por uma enorme caixa d'água. O cenário era providencial: foi, em uma tarde ensolarada de

20 O conceito de hegemonia é usado aqui, tal como legado por Gramsci, no sentido de relação de influência e de poder sob determinado aspecto. Quando nos referimos que “tal noção é hegemônica”, estamos querendo dizer que tal noção é predominante, preeminente e aceita como padrão por grande parte da sociedade.

21 O wiki da Radiola foi desativado em 2008.

2006, que a antena da Radiola foi instalada ao lado da caixa d'água, e suas transmissões começaram a acontecer.

A montagem dos equipamentos merece uma narrativa mais atenta, apesar de breve<sup>22</sup>. Isso porque fixar a antena, conectar a mesma ao transmissor e aterrar os seus cabos não era uma tarefa muito fácil, e precisou da ajuda, não só dos integrantes do coletivo, mas também de professores e alunos da Engenharia que se dispuseram a ajudar no melhor posicionamento da antena ou como o equipamento poderia ser montado para otimizar a potência do transmissor.

Um problema que era muito recorrente, por exemplo, eram os chiados das transmissões, que exigiam um saber mais técnico do grupo, e que foi solucionado com a ajuda de alguns alunos e de um professor da Engenharia Elétrica. De modo geral, os integrantes do coletivo apresentavam certos preceitos negativos em relação aos cursos de exatas – tanto estudantes quanto professores – sendo categorizados, diversas vezes, como retrógrados e pouco abertos ao diálogo. Porém, foi com a ajuda dos professores da Engenharia e do “pessoal das exatas” que a rádio pode funcionar. Esse fato, apesar de parecer não sublimar importância, demonstra que o conceito de rádio livre estava fecundando suas sementes até no corpo docente da instituição, mesmo que esses professores não se posicionassem abertamente em defesa da democratização das mídias a partir da experiência da rádio livre.

Também é importante notar como os agenciamentos para montar uma rádio livre, compor uma rádio livre ou até mesmo mantê-la; partem de inúmeros lugares, nem sempre previsíveis. Talvez seus agenciamentos componham o *comum*, no sentido que Helfrich (2012) desenvolve sobre os *commons* e sua potencialidade quanto uma outra estrutura possível da vida cotidiana: “commons oferecem uma crítica profunda a associação disfuncional entre Estado e mercado e propõe a autogestão, como critério, para a construção de propostas para um futuro melhor” (HELFRICH, 2012, p. 46).

Dessa forma, a partir da autogestão do *comum*, entre as transmissões radiofônicas e a composição de uma grade horária que contemplasse todo o coletivo, os integrantes da Radiola se desdobravam em oficinas, festas e palestras para divulgar a rádio e também angariar recursos para comprar equipamentos<sup>23</sup>. Como integrante, lembro-me de que “particpei de muitas oficinas de confecção de camisetas, que eram vendidas com grande facilidade”. Também eram feitas rifas, com doação de Cds de músicos da cena independente de Belo Horizonte, que apoiavam a Radiola e também participavam da sua programação.

---

22 Todos esses relatos estão exaustivamente narrados em minha dissertação de mestrado. Faça aqui um breve resumo para compor [simbolicamente] a abrangência espacial e a tecnicidade arregimentada pela Radiola, enquanto tal.

23 O DCE (Diretório Central dos Estudantes da UFMG) doou uma grande parte dos recursos para a compra do transmissor, cerca de mil reais. Segundo anotações rascunhadas no meu caderno de campo, as doações e vendas de camisetas somavam algo em torno de 1200 reais. Nessa ocasião, foi composto um grupo específico, chamado de “Grupo do Transmissor”, que ficou encarregado de levantar os orçamentos e comprar o melhor equipamento que fosse possível com o recurso disponível. Em setembro de 2005, o transmissor e a antena já estavam montados no espaço do coletivo.

As festas, em particular, eram ocasiões importantes para o coletivo. Elas serviam como medidas avaliativas do engajamento dos integrantes e também de abrangência da Radiola pela comunidade acadêmica e do entorno do campus. Lembro-me de uma festa que foi muito importante enquanto divulgação da rádio, ao final de 2007, em que compareceram mais de 100 pessoas dançando e interagindo sobre o gramado da rádio: *“Nessa ocasião, houve dança, performances e inclusive uma piscina para diversas atuações que seguiram divertidas e despojadas”*, resumindo bastante o espírito coletivo que compunha não só as festas, mas as reuniões e as programações da Radiola.

Porém, já no final de 2008, depois de várias festas, oficinas e muita programação livre, a Radiola começou a sucumbir. Tanto nas reuniões presenciais quanto na lista de discussão via e-mail, os desencontros e divergências entre os participantes eram frequentes. Se as denúncias entre os participantes variavam entre falta de engajamento e falta de posicionamentos políticos que versassem sobre as políticas comunicacionais e culturais do país; a contra-denúncia também era eficaz, versando sobre a falta de simetria na fiscalização do ativismo alheio e até apelos emotivos sobre problemas pessoais.

A gota d'água foi, curiosamente, a última festa que o coletivo Radiola promoveu. Grande parte dos integrantes era contra a realização da festa; o restante acreditava que só uma festa poderia cativar ou apaziguar os ânimos tão desgastados pelas infinitas discussões travadas entre os participantes do coletivo. Com uma ajuda restrita, a organização ficou sobrecarregada. Simultaneamente à festa promovida pela Radiola, outras três aconteciam pelo campus, dissipando grande parte do público e causando um prejuízo enorme: das 4 mil latas de cerveja compradas, nem mil latas foram vendidas: *“O cenário era o pior possível, e acredito que foi o fator principal de discórdia entre os integrantes. A partir dessa festa, algumas pessoas muito envolvidas com o coletivo resolveram sair”*. Outras, simplesmente, não mais compareceram às reuniões, ou pararam de programar, sem maiores explicações.

Nos e-mails finais, antes da desocupação do espaço e da doação do equipamento, alguns integrantes alegavam que, infelizmente, a Radiola parecia ser mais um “hobby de estudantes desocupados”. Somados a esse desgaste, o diretor do PCA mandou um comunicado informando que o prédio seria destruído para a construção de um novo prédio, onde aconteceriam as aulas iniciais dos cursos de exatas e biológicas, o CAD1<sup>24</sup>. Outro ponto importante, agregado aos demais explicitados, foi o roubo da antena e dos cabos que a conectavam ao transmissor. Tais equipamentos jamais foram encontrados, e, junto com um coletivo desmobilizado, foi a pedra de torque para seu fim oficial.

É importante enfatizar, que, apesar das inúmeras acusações de não comprometimento (algumas pessoas se formaram e começaram a trabalhar; outras alegavam incompatibilidade de horários ou outras prioridades), o processo

---

24 O antigo espaço ocupado pela Radiola foi destruído em março de 2009. Já em outubro de 2016, curiosamente, é no CAD 1 que ocorreu a primeira ocupação dos estudantes contra a PEC 241.

final da Radiola foi marcado por muita reflexão sobre seu fim – e como ele poderia servir de ponto de ponderação para outros ativismos futuros. Comparação com a Rádio Muda, relatos sobre a falta de mobilização dos próprios integrantes e uma certa melancolia tomaram conta dos relatos finais<sup>25</sup>, que sempre versavam sobre a ausência de novos programadores, uma certa “elitização” do coletivo e uma grande apatia sobre o futuro da rádio. Uma fala muito emblemática sobre o fechamento da Radiola que reproduzo também em minha dissertação sobre o tema (2010), um participante diz:

*Aconteceram vários projetos que começaram dentro da Radiola, como a horta comunitária e o Metarec. Eu tenho necessidade de fazer outras coisas, mas o projeto Radiola está dentro disso, dentro do que eu faço. Eu levo muita coisa da Rádio, tipo o relacionamento mesmo com as pessoas, a autogestão, por exemplo. A partir da Rádio, muita coisa mudou em mim. (Participante da Radiola)*

Hoje, os equipamentos que eram da Radiola fazem parte de uma outra rádio livre, em funcionamento na periferia de Belo Horizonte. Porém, conclusões sobre as motivações e interesses que deram fim ao coletivo Radiola, serão sempre parciais. O coletivo Radiola, como um aglomerado de práticas sociais colaborativas ou enquanto uma prática contra o Estado, existe em diversos outros fragmentos: sejam eles narrativos, sejam eles dando vida a outra rádio, sejam eles em outros ativismos que só surgiram, a partir da experiência de ser e existir no coletivo Radiola.

### **Considerações finais**

Se toda construção dos fatos é um processo coletivo, como nos sugere Bruno Latour (2012)<sup>26</sup>, poderíamos nos arriscar a dizer que as transformações e apropriações que o coletivo Radiola vivenciou foi, certamente, mais do que coletiva: foi uma nova forma de se fazer comunicação. Como afirma Oliveira (2014), o que marca o fazer rádio livre não é apenas a comunicação em rede, mas um modelo de horizontalidade que recusa qualquer processo político hierarquizado e sua potencialidade de mudar o cenário atual da comunicação atual.

Tanto na Radiola quanto nas rádios livres, o que está em jogo são as muitas transformações: sua composição, seu funcionamento, suas conexões e seu fim. Parte de nós, como sugerido nesse artigo, compreender o fim da Radiola como um final rizomático, se é que é possível tal textualização. O que entendemos é que o coletivo Radiola transformou, dialeticamente, a nossa própria ideia de final, nos dando a prerrogativa de pensar além, de compreender uma vivência que além de múltipla, é também coletiva.

---

25 Os relatos finais eram narrados por e-mails e conversas informais, coletados no decorrer de 2008 e início de 2009.

26 Latour chama de primeira fonte de incerteza a premissa de que não há grupos, apenas formação de grupos – que, por sua vez, não são estabilizados. Assim como os coletivos de rádios livres, a formação dos grupos latourianos são estabelecidos e reestabelecidos a todo instante, suas conexões ora são visíveis, ora desaparecem. Delinear o grupo, aqui, é tarefa dos seus próprios atores. E sua composição, dessa forma, é imprevisível.

Produzir a diferença a partir de uma rede articulada coletivamente, sem um líder, desenvolvendo táticas que extrapolem os meios oficiais de comunicação: esse é o legado da Radiola. Viver onde tão pouco se exerce o poder, veículo liquefato daquela antiga combinação comando-obediência veemente contestada por Michel Foucault (1979) e pelos inúmeros trabalhos de Pierre Clastres.

O signo comum das rádios livres é ter, como Ericson Pires (2007) insiste, a predisposição ao encontro, um exercício dialógico de alteridade que só é possível através e a partir da experiência gerada pela radiodifusão livre, afinal,

Trata-se de uma aventura. O objetivo dessa aventura é ela mesma. Percorrer. Experienciar. Basicamente a disposição para o encontro: o encontro com o outro, o encontro no outro, o encontro como território que se modifica a cada acesso (PIRES, 2007, p. 11).

### Referências Bibliográficas

- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Vol. I).
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GONÇALVES, Flora Rodrigues. **Rádios Livres: As controvérsias ainda pairam no ar? Uma análise antropológica das novas relações sociais de radiodifusão**. 160 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFMG. Belo Horizonte, julho de 2010.
- HELFRITCH, Silke; TARIN, Bruno (tradutor). *Os Commons: uma estrutura e um caleidoscópio de práticas sociais por um outro mundo possível*. In BELISÁRIO, Adriano; TARIN, Bruno (Org.). **Copyfight**. Rio de Janeiro: Beco do azogue, 2012.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/Salvador, BA: EDUFBA. 2012.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres: a forma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Mídia índio(s): comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação**. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED, 2014.
- PIRES, Ericson. **Cidade Ocupada**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.
- SILVEIRA, Paulo Fernando. **Rádios Comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

# Rádios livres e liberdade de expressão: sobre as fronteiras da democracia e desobediência civil

Marina Martinelli

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão.  
Esse direito inclui a liberdade de receber,  
transmitir informações e ideias por quaisquer meios,  
sem interferência e independentemente de fronteiras.  
(Artigo XIX, da Declaração dos Direitos do Homem).

## Introdução

A proposta deste capítulo é encontrar fundamentos teóricos capazes de sustentar a prática livre e radical da liberdade de expressão em organizações primordialmente libertárias ou autônomas. Trata-se de uma reflexão sobre o universo das rádios livres e comunitárias e respectiva capacidade de encontrar soluções próprias para a compreensão das fronteiras da democracia. A questão central deste texto é: até que ponto a liberdade de expressão é universal e, onde e quando, ela precisa ser cerceada? Queremos compreender como organizações autônomas como as rádios livres funcionam e como podem trazer um novo significado para as noções e práticas de democracia. Os depoimentos colhidos nesta reflexão são mais ilustrativos do que os apresentados em uma pesquisa empírica, que seria muito bem vinda e mereceria ser objeto de pesquisas futuras, pois a intenção aqui se resume a um breve ensaio analítico.

## 1. Liberdade de Expressão e Multiculturalismo

É importante ressaltar, desde o início deste texto, que o movimento de rádios livres é o veículo através do qual as pessoas que não conseguem se expressar dentro da mídia oficial encontram espaço para se exprimir de maneira conveniente. Ele é um *espaço de liberdade*<sup>27</sup>, um veículo primordialmente assegurado pela Constituição tomando as formas de um movimento de desobediência civil na forma de práticas de democracia direta, ou mais precisamente, de *ação direta*.

Esse movimento bate de frente com uma questão muito importante da contemporaneidade: a regulamentação econômica da mídia. Esses ativistas trazem para a arena pública, questões muito pertinentes como exemplo, o monopólio dos meios de comunicação e formas organizacionais autônomas dentro de posições anti-hierárquicas. Colocam em xeque artigos constitucionais como o presente na

<sup>27</sup> SEN, Amartya. *A Ideia de Justiça*. Prêmio Nobel de Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 327.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 220, § 5º: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” e outros que protegem o direito à comunicação.

Para teóricos como Felix Guattari (1986), as rádios livres são “instrumentos de experimentação de novas modalidades de democracia” e são capazes “não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global”. Além disso, “elas só tomam seu sentido como componentes de agenciamentos coletivos de expressão de amplitude, mais ou menos, grandes [...], elas representam uma *utopia concreta*”<sup>28</sup>.

Segundo Guattari (1986), as rádios livres vão em direção a uma era “pós-mídia”, pois recolocam a questão da expressão em um espaço multifatorial, bem distante da mídia convencional polarizada. Abre um leque de possibilidades de gestão coletiva, abrangendo propostas específicas de coletividade e *cooperação*<sup>29</sup> encorajando inclusive coletivos autônomos. Essas ideias vão de encontro com as “teorias da escolha pública”, que destrincham na prática as diferenças entre as pessoas, não apenas clamando por uma mera bandeira pela igualdade, mas entrando especificamente no âmbito de uma prática multilateral, multicultural e capaz de conviver com as diferenças de forma pacífica<sup>30</sup>.

## 2. O Monopólio da Comunicação: os que resistem...

O que se sabe, primordialmente, sobre os meios de comunicação no Brasil é que eles estão nas mãos de meia dúzia de políticos, isto é, um grupo econômico que se configura como detentor da mídia como um todo<sup>31</sup>. Surgem aí no espaço, mais ou menos de uma década e meia, um número significativo de mídias menores ditas livres, de fácil acesso não somente no *dial* mas na internet também. Reivindica-se, portanto, no âmbito das rádios livres e das mídias livres, a necessidade e o “direito à antena e a telepresença”<sup>32</sup>. Dentro deste quadro, muitas rádios ditas como livres são apenas rádios comunitárias à espera por uma concessão, que, normalmente, só é adquirida por indicação de políticos e/ou empresários do setor.

Do ponto de vista legal, rádios comunitárias são aquelas emissoras de baixa potência (25W e 1m de antena), regulamentadas pela lei nº. 9612/98 (a Lei de Radiodifusão Comunitária) que receberam concessão do Estado para funcionar e estão sujeitas às regras restritas. Têm uma forma de organização vertical e um responsável legal pela concessão e pela coordenação da rádio. As rádios comunitárias são, teoricamente, sem fins lucrativos, visam à informação e ao entrete-

28 GUATTARI, Felix. *apud* A. Machado; C. Magri; M. Masagão. “Rádios Livres: Uma reforma agrária do ar”, SP: Brasiliense, 1986, p. 12-13.

29 SEN, Amartya. *A Ideia de Justiça*. Prêmio Nobel de Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 326.

30 MARTINELLI, Marina. *Diretos Civis e Novos Dilemas Contemporâneos: Uma Releitura de John Rawls*. São Paulo: Paco, 2016.

31 ANDRIOTTI, Cristiane Dias. *O movimento das rádios livres e comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação*, Tese Defendida UNICAMP, 2004, p. 70.

32 Para mais ver: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMidia%2FEm-defesa-da-regulamentacao-da-midia%2F12%2F32688>, acesso 31/01/2015.



nimento e estão todas submetidas à Associação Mundial das Rádios Comunitárias-AMARC<sup>33</sup>. Seguem ideais comunitaristas, através da divulgação de conteúdos sobre costumes e tradições locais de cada comunidade, mais preocupados com o mundo microscópico de cada vilarejo, do que buscar um diálogo mais universal sobre as possibilidades de agregações autônomas com livre expressão.

Para J. O. da rádio Noroeste FM, as rádios comunitárias são, *não somente fortalecedoras da cultura criada e feita pelo povo, mas também questionadoras do atual modelo de democracia*, afinal não há democracia onde há explorados e não dá para negar que há uma democracia branca e desigual. Para ele, inclusive, ser comunitária *é uma estratégia para driblar a repressão e proteger seus programadores muito mais do que uma concordância com a lei de RADCOM*<sup>34</sup>.

As rádios livres, por sua vez, surgiram na década de 1960 na Europa e são bastante diferentes das rádios comunitárias. Esse tipo de emissora não costuma estar vinculada a partidos políticos, entidades religiosas, órgãos estatais ou grupos de interesses comerciais. Sua prática é livre e coletiva, funcionando por meio de assembleias. As rádios livres são contra qualquer tipo de publicidade e são geridas por meio de doações econômicas providas de seus produtores e ouvintes, realizadores e colaboradores. Estão vinculadas a movimentos sociais libertários, ecologistas, pacifistas, anarcossindicalistas, *okupas e hacklabs*. No Brasil, o movimento surge mais fortemente no interior de São Paulo, durante a década de 1980, quase sempre vinculadas às universidades públicas, sendo clandestinas com caráter de desobediência civil.

Em todo caso, muitas vezes, se confunde rádios livres e comunitárias, principalmente pelo fato de que as rádios livres também estão, de certo modo, dentro de comunidades e exercem um papel importante dentro delas. Mas não deve haver uma disputa entre esses tipos de emissoras, o que na maior parte das vezes acontece, é uma cooperação entre elas, como troca de equipamentos e solidariedade às causas. Ambas resistem quase sempre pelas mesmas questões.

### 3. A Questão da Prática: a prática da questão

#### (a) O Arcabouço Teórico

As questões que fundamentam a prática de rádio livre não são meramente retóricas ou ideológicas. Há que se abordar as questões emergentes por uma via analítica e despretensiosa, em busca de uma espécie de *transmissão universal ou transversal*<sup>35</sup>. Não há como abordar tais questões, apenas relatando casos específicos, de forma relativista, mas sim, utilizar os relatos dos ativistas e a experiência destes para descrever questões que possam funcionar de modo universal. Há, portanto, a necessidade de se refletir sobre a questão das rádios através de uma meta-análise<sup>36</sup>, pois o que está em questão aqui é a análise de ativistas sobre a própria

33 Para maiores informações: [amarcbrazil.org](http://amarcbrazil.org)

34 RADCOM é o termo empregado para designar rádios comunitárias. Em entrevista à autora, em fevereiro de 2017.

35 FIGUEIREDO, G. G. *Inventando Autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. Tese Defendida Rio de Janeiro, 2013, p. 197.

36 Idem (p. 93).

prática ativista. Não se trata de impor um sistema sobre as comunidades locais, mas pinçar experiências próprias destas comunidades em busca de questões que as interliguem entre si, de maneira universal visando compreender o contexto como um todo. Deste modo, buscar um diálogo dentro daquilo que aparece comum, que é exatamente o movimento social das rádios livres. Afinal, deve haver uma identidade sobre questões corriqueiras entre as noções esboçadas nos relatos e nas experiências dos ativistas radioamadores de modo a se construir um movimento coeso. Neste sentido, é necessário destacar do tema das rádios livres conceitos como: liberdade, liberdade de expressão, princípios de justiça e organizações autônomas.

### **(b) A Teoria Fomentadora da Prática**

A questão da liberdade é abrangente o suficiente para englobar um conceito importante que é o de justiça. Livre é aquele que, segundo o filósofo John Rawls<sup>37</sup>, é um agente detentor de liberdade, ou seja, o agente que é livre de limitações ou restrições, que deve saber no interior da sua consciência<sup>38</sup>, o que deve, ou não fazer. As liberdades básicas perpassam, portanto, pelas noções incorporadas de direitos e deveres, sem influências coercitivas, pois cabe ao indivíduo saber o que fazer em todas as situações de decisão. A única coerção viável, pelos princípios de justiça, para um indivíduo seria a opressão da opinião pública ou a pressão social, consideradas aqui como ferramentas naturais de cerceamento daquilo que a sociedade civil acredita coletivamente ou por consenso ser certo ou errado<sup>39</sup>. Sendo assim, as limitações legais e/ou constitucionais podem servir não só para orientação dos cidadãos conscientes de seu dever-ser e de seus direitos, mas como uma nítida forma de manter a ordem.

A liberdade seria, assim, corporificada como uma estrutura de instituições, ou seja, um sistema de normas públicas que definem direitos e deveres. Cabe aqui entendermos os dois princípios de justiça colocados por John Rawls, em sua obra *Uma Teoria da Justiça*: “O primeiro é de que cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras” (RAWLS, 2002, p. 64). E o segundo, para entendermos em que bases jurídicas essa estrutura social da liberdade se acomoda, afirma-se que as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (RAWLS, 2002, p. 64).

O ponto importante para nós que Rawls toca, está especificamente no segundo princípio de justiça. As liberdades básicas individuais não são e nem devem ser *igual para todos*. Há níveis de liberdade que se enquadram em hierarquias específicas, simplesmente porque os homens são diferentes entre si. Há aqueles que têm mais liberdades do que outrem. No caso do movimento de rádios livres, a contestação é pungente: até que ponto essa liberdade maior é um privilégio de

37 RAWL, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

38 Segundo Hanna Arendt, a liberdade está no interior da consciência e ela é a *raison d'être* da Política.

39 MILL, J. S. *A Liberdade/Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

poucos? Existem meios de lidar com essas liberdades colocando em xeque o modelo tradicional e hierárquico por uma forma de organização autônoma, horizontal e livre, mesmo sabendo que há diferenças entre os homens?

#### **4. Liberdade de Expressão e Liberdades Individuais**

Do ponto de vista da liberdade de expressão, quando se implantam regras de comunicação, ela perde totalmente o seu valor<sup>40</sup>, pois é um pressuposto dessa linha de pesquisa que os homens sabem o que é ser livre, quais são seus direitos e quais são os deveres. Não cabe às rádios livres uma definição igual entre os programas nelas contidos sobre o que deve ou não ser divulgado; ao contrário, cada programador em seu programa deve definir o que será divulgado desde que não interfira nas liberdades dos demais.

Nesse espectro abrem-se diversas discussões, no meio das mídias livres, sobre como definir o que deve, ou não, ser publicado e/ou veiculado. Há uma grande divergência de opiniões sobre o assunto e há rádios que vão em busca de uma solução aderindo a políticas editoriais que – quer queira, quer não – limitam a universalidade e a potência da liberdade de se expressar.

Aqui, inclusive, cabe a pergunta que não quer calar: como, na prática de rádio livre, é possível se proteger as liberdades individuais diante da possibilidade universal da expressão de cada um? O que fazer quando a liberdade de uns interfere nas liberdades de outrem? O que fazer diante de casos extremos como os discursos de ódio e a incitação à violência? Afinal, sem hierarquia, como expulsar alguém? Como proteger as liberdades individuais de cada um?

Há, obviamente, que se tomar uma medida de mediania entre as partes envolvidas, pois a liberdade de expressão, quando se torna violência ou incitação ao ódio no caso das rádios, passa a não ser mais palavras ditas, mas conflito civil. Deste modo, quando ela passa a incitar o conflito ou crimes contra a honra, já não há mais diálogo e aí deve haver intervenção jurídica<sup>41</sup>.

#### **5. Entrevistas: o material empírico**

Em busca de um horizonte sobre as questões colocadas, selecionamos dois entrevistados, um de uma rádio livre e outro de uma rádio comunitária. As identidades foram omitidas, de modo a não trazer problemas judiciais futuros. As perguntas para cada entrevistado são muito semelhantes, mesmo que as respostas sejam bem diferentes umas das outras. Escolhemos o modelo de questionário via *e-mail*, pois acreditamos que assim o entrevistado pode pensar melhor sobre suas respostas. Entretanto, as respostas serão dadas na íntegra de modo a não nos distanciarmos muito do universo de cada um deles.

---

40 Para mais ver: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMidia%2FEm-defesa-da-regulamentacao-da-midia%2F12%2F32688>, acesso 31/01/2015.

41 Para mais ver: <http://usinfo.state.gov/>

## 5. 1 Um diálogo Sobre Rádios Comunitárias

1) O que é rádio comunitária para você?

Rádio Comunitária para mim é um veículo de comunicação público, que possui entre seus objetivos, construir e fortalecer as lutas populares, garantindo o desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura criada e feita pelo povo.

Para mim, devido às contradições do modelo de comunicação social brasileira, surgiu um espaço de luta de classe frente ao monopólio da comunicação. De minha parte, sou participante de uma emissora comunitária localizado na Região Noroeste de Campinas, com objetivos bem definidos que são;

a) Participativa - Com programação voltada e construída por coletivos organizados da comunidade (negros, mulheres, hip hop... etc.)

b) Organizativa - Com uma programação exclusiva na construção de organizações autônomas da comunidade, além do fortalecimento de outras organizações já existentes;

c) Cultural - Com uma proposta de valorizar as manifestações culturais criadas e feitas pelo povo;

d) Laica - A emissora não possui posicionamentos religiosos, o elo entre a comunidade e a rádio é o fato puro e simples que pertencemos a uma comunidade sem distinção de raça, clero, etc.

e) Comunitária - O conceito de comunitária não se dá no conceito de territorialidade, mas do conceito de ser de uso comum... Por isso defendemos que a rádio é patrimônio político da comunidade, de gestão plural e coletiva.

2) Como as rádios comunitárias podem contribuir para o desenvolvimento da democracia?

Depende do tipo de democracia que se coloca... Não defendemos a democracia burguesa e suas regras de defesa da propriedade privada (a democracia do lobo e do cordeiro, um por ter dentes afiados e outro por ter uma carne apetitosa). Entendemos que a democracia representativa é o modelo de democracia definida pelas elites para escolherem quem vai defender os interesses do capital e impor à classe trabalhadora o melhor modelo de exploração. Para nós, entendemos a democracia participativa como instrumento de emponderamento da classe trabalhadora para uma transformação radical deste modelo. Não existe democracia sem igualdade, para nós a democracia será plenamente garantida quando, através da luta, a classe trabalhadora consiga acabar com a relação existente em duas classes a de explorados e exploradores. Não existe democracia, se existirem pessoas sendo exploradas e exploradores.

3) Porque vocês escolheram rádio comunitária e não livre?

SOMOS RÁDIO LIVRE. Não se tratou de uma escolha, se tratou de uma estratégia. Se olharmos a partir da realidade concreta entre as relações sociais estabelecidas na periferia, percebemos que as forças de repressão do estado agem

de forma muito mais violenta na periferia do que onde funcionam as denominadas rádios livres de estudantes. A rádio Noroeste FM em 20 anos de existência passou por 14 ações de repressão, sendo que a rádio Muda, por exemplo, passou por apenas 3 ações repressivas. A busca por um “papel pregado” na parede (a licença) foi uma estratégia política de assegurar a diminuição da repressão do estado e assim garantir a liberdade de expressão para nossa comunidade. Nossa região é tratada pela grande mídia como uma região de grandes problemas sociais. A Rádio existe justamente para se contrapor à lógica criada pela grande mídia de um bairro de tráfico de drogas, violência urbana e de grandes convulsões sociais. Queremos garantir a rádio no ar (mesmo através de uma concessão burocrática) justamente para manter uma estratégia de romper este modelo midiático. Mostrar para a cidade que nosso povo não é composto de traficantes, mas de pessoas que produzem riqueza e que não têm acesso a distribuição desta mesma riqueza. Para nós, irradiar nossos valores, nossa cultura e nossa luta é mostrar que estamos lutando, que temos posições políticas claras na construção de uma nova sociedade.

Os conceitos “livre” e “comunitária”, construídos dentro da academia para dividir o movimento, é uma estratégia que serve somente aos interesses da ABERT<sup>42</sup> e do grande capital. Rompemos com este conceito há alguns anos, quando a rádio Noroeste FM auxiliou na primeira Rádio Livre, no Fórum Social Mundial de 2001, quando nossos transmissores foram emprestados para a rádio Muda construir sua emissora livre naquele evento.

Sempre respeitamos o posicionamento político das rádios livres em não buscar suas outorgas, mas se olharmos (mesmo com uma visão superficial) a história da Rádio Noroeste e a Rádio Muda, perceberão que temos muito mais afinidade do que diferenças conceituais. Lutamos juntos na resistência, na luta contra o monopólio da comunicação, nos juntamos sempre contra a repressão e somos muito mais próximas do que muitos podem imaginar. Estamos quebrando esta divisão na prática e no cotidiano de nossas lutas, o que nos aproxima muito na construção de um modelo de comunicação dialógico, com um forte corte de classe pelo fim da propriedade privada da comunicação no Brasil. Esta bandeiras nos une e nos dá uma dimensão de unidade muito forte. As diferenças são conceituais e muito pequenas para ser debatidas abertamente. Debatermos isso com muita maturidade entre nós, afinal expor estas diferenças só fortalece os inimigos da comunicação popular.

#### 4) Você acha a legislação de rádio adequada?

Literalmente, esta legislação é uma grande “salsicha” (se você ver como é feita a salsicha, obviamente não vai querer comer). A mesma coisa é a lei. Não é possível ser cumprida. Não temos nada a comemorar com esta lei. Antes da lei, se fechava rádios porque não existia legislação para pequenas emissoras. Após a lei, se fecharam 30 mil emissoras comunitárias em decorrência desta lei. Alguns se equivocam ao falar da lei como uma vitória (uma lei mínima) para garantir o

42 ABERT: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

funcionamento das rádios comunitárias. Hoje após 19 anos desta lei esdrúxula, o movimento se volta contra ela de forma radical. Com ela foram fechadas 30 mil emissoras, das 5 mil emissoras autorizadas, cerca de 70% estão nas mãos de políticos e de segmentos religiosos. Todas as verdadeiras rádios que fizeram verdadeira revolução no conteúdo e formatos radiofônicos e que construíram o movimento não mais existem, foram violentamente reprimidas, dando lugar a um modelo que não se diferenciou no formato e na forma como são realizados os processos de concessão. São poucas as que ainda sobrevivem, uma delas é a Rádio Noroeste, com mais de 20 anos de lutas e histórias. Passa a ser obrigação moral da Rádio Noroeste FM organizar a resistência para romper esta lei. É obrigação moral da Rádio Noroeste FM e das Rádios Livres iniciar imediatamente uma nova estratégia de desobediência civil, pois o espectro está sendo privatizado. Neste caso, assumiremos em breve a postura de chamar todos que querem lutar para a ocupação do espectro e o não reconhecimento desta legislação absurda. Desta vez teremos que juntar todos os movimentos sociais para este debate. Um golpe midiático se estabeleceu no Brasil, para que se faça a reparação política contra este golpe, teremos que ser ousados, unificando rádios comunitárias, livres, *softwares* livres, pontos de cultura, rádios web para a construção de um programa efetivo pelo fim da propriedade privada da comunicação no Brasil.

## 5.2 Sobre as Rádios Livres

1) O que é rádio livre para você?

Uma rádio aberta à diversidade de opiniões, programas e pessoas com o cuidado da formação desses programadores sobre a importância do direito à comunicação, de modo que o bom uso desse espaço e meio de comunicação se dê através da formação dessa consciência e não, necessariamente, através de regras impostas.

2) Como as rádios livres podem contribuir para o desenvolvimento da democracia?

Através do ensinamento na prática da responsabilidade para com o uso de um meio de comunicação democrático, quando o programador de rádio livre vai ganhando consciência da importância de fazer um bom uso consciente daquele espaço que ocupa, ele está, indistintamente, colocando em prática seu entendimento de democracia.

3) Porque não legalizar as rádios livres como comunitárias?

Por que a legalização no atual momento da democracia brasileira exige a elaboração de leis e regras que guiem a maior parte dessas rádios, tal ação tira boa parte do poder de desenvolvimento das democracias como indicado na questão anterior.

4) O que você acha da legislação de rádio atual?

Não estou muito por dentro, mas estava até o ano de 2014 e, até onde

me recorde, essa legislação das rádios comunitárias formatam muito, dificultando um uso diverso. Destaco a lei que permite apenas uma rádio comunitária no raio de 10km, tal lei faz com que não haja pluralidade no caso de todas as rádios serem legalizadas. Além disso, a elaboração de leis não tem se demonstrado eficiente para barrar a má utilização desse meio de comunicação, como exemplo tem o caso das inúmeras rádios comunitárias que são de igrejas, logo, que barram um uso diverso dessa comunicação. Assim, a mim parece que quanto mais leis, maior a possibilidade de burlá-las, reduzindo o espaço de formação que a luta pela democracia permite.

## Conclusões

A primeira questão que surge do estudo teórico das rádios e pelas entrevistas feitas é que a distinção entre rádios livres e comunitárias serve cada vez mais como fortalecimento dos inimigos. Embora existam diferenças conceituais, há que se unir no momento para lutar por um mundo diferente, mais livre e incentivador da democracia. Ambas as emissoras estão em busca de uma *radicalização da democracia* dentro de um contexto cada vez mais anticapitalista e auto gestor, através de práticas de democracia direta ou, para usar um termo contemporâneo, de ação direta.

Tanto as rádios livres quanto as comunitárias têm um modelo de gestão que serve não apenas para a prática da luta anticapitalista, mas também para as organizações, de um modo geral. A autogestão funciona muito bem, tanto nas microempresas quanto nas empresas de médio porte<sup>43</sup>.

Do ponto de vista das rádios comunitárias, enquanto aquilo que as sustenta, há um vasto campo capaz de oferecer, por exemplo, empregos assalariados para seus programadores. Há, inclusive, fortes pressões para que as *radcoms* como a rádio Maluco Beleza, do Hospital Psiquiátrico Cândido Ferreira, gerida coletivamente pelos usuários da saúde mental, de se transformar em Pontos de Cultura (ou Pontinhos, em caso de organizações menores). Isso é muito bom para a comunidade.

Há muitos aspectos deste texto que funcionam de forma *conclusiva*, mas vamos abordar alguns destes aspectos, como por exemplo, a necessidade de um diálogo cada vez mais intrínseco com as *radcoms*, afinal elas propõem novos modelos de democracia e participação.

Em busca de um questionamento sobre o monopólio das comunicações, as rádios livres representam uma utopia concreta. Isto porque elas propõem mudanças aqui e agora. Buscam novos modelos de gestão e propõem um modelo imediato de prática de livre expressão e de democracia/ação direta. No presente existem pistas para compreendermos as rádios livres e comunitárias de forma datada, dentro de um contexto histórico, talvez dentro de algumas décadas não existam mais as rádios analógicas. Talvez tudo esteja ligado ao mundo virtual. Mesmo assim, essas rádios nunca perderão o seu lugar e sua importância na história. As

43 Para mais ver: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/ sessao2/Josiane\\_Lombardi.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/ sessao2/Josiane_Lombardi.pdf). Acesso em: 07/02/2017.

rádios digitais são, deste modo, um fenômeno que aponta para o futuro, mas isso não significa que elas irão substituir as rádios analógicas livres e comunitárias. Tal como diz a filósofa Hanna Arendt (2002) a respeito do pensamento filosófico, entre o passado e o futuro, as organizações autônomas como as rádios e mídias livres se encontram em eterna tensão pelo modo que elas se organizam e pela prática de democracia que propõem. As rádios livres e comunitárias, em conformidade com Arendt (2002), representam, assim, “mais do que uma utopia concreta, um apontamento em direção ao futuro.”

### Referências Bibliográficas

ARENDRT, Hanna. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CARTA MAIOR. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2F-Midia%2FEm-defesa-da-regulamentacao-da-midia%2F12%2F32688>, acesso 31/01/2015.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil/Brasília. DF. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 220, § 5º, 1988.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Inventando Autonomias no Médio So-limões**: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes, tese defendida em UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

Lei nº 9.612/98 (Lei de Radiodifusão Comunitária). Disponível em <[www.indec.org.br/Lei9612.doc](http://www.indec.org.br/Lei9612.doc)>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

LOMBARDI, Josiane. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7\\_sessao2/Josiane\\_Lombardi.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7_sessao2/Josiane_Lombardi.pdf). Acesso 07/02/2015.

MACHADO, Arlindo (et al). **Rádios Livres: a reforma agrária do ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINELLI, Marina. **Diretos Civis e Novos Dilemas Contemporâneos: Uma Releitura de John Rawls**. São Paulo: Paco, 2016,

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sobre Las Libertades**. Cambridge University Press: Piados, 1990.

SEM, Amartya. **Uma ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

USINFO. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/>> - Acesso em: 10/02/2015.

Entrevista com Apiah: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMidia%2FEm-defesa-da-regulamentacao-da-midia%2F12%2F32688>, acesso 31/01/2015. Sobre autogestão em empresas de pequeno e médio porte: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao2/Josiane\\_Lombardi.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao2/Josiane_Lombardi.pdf) Acesso 07/02/2017



**PARTE 2**

**EDUCAÇÃO**



# Programa de Rádio Somos Todos dessa Terra: direito, educação e cultura na Terra Indígena Rio das Cobras/PR.

Nadia Teresinha da Mota Franco  
Patrícia Guerrero

## Introdução

Na região sudoeste do Estado do Paraná/PR, espalhada entre os municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu fica localizada a Terra Indígena Rio das Cobras (TIRC), com uma área de 18.681 hectares. Esta área, ocupada por 1143 famílias, é banhada pelos Rios da União e das Cobras, afluentes do Iguaçu. Nela, duas etnias convivem nesse território, a Guarani e a Kaingang. A primeira, numa região menor, mais ao oeste da área, com cerca de 450 habitantes<sup>44</sup>, e, a segunda com 2225 habitantes (IBGE, 2010).

A delimitação original, com aproximadamente 4.300 hectares, foi feita pelo Decreto n. 6, do Governo do Paraná, de 31 de julho de 1901, revogado em janeiro de 1951, pelo Decreto n.13.733. A redemarcação foi realizada a partir de um Acordo celebrado entre o Governo do Paraná e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 12 de maio de 1949, publicada no D.O.U em 18 de maio de 1949, em que este último reivindica, em 1950, uma área territorial em torno de 12.600 hectares. Como resultado de uma medição feita pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do PR, em 1964, foi definida a área atual. A nova demarcação foi contestada judicialmente e vencida pela Funai, em 1969. Momento de tensão em que muitos posseiros foram retirados à força. O Registro na Secretaria de Patrimônio da União deu-se em junho de 1988. Contornam a área propriedades de todos os tamanhos, desde o latifúndio às pequenas propriedades. Atualmente, não há conflito em relação à terra demarcada.

A população Kaingang é uma das quatro maiores populações ameríndias do Brasil, sendo que a maior parte dela concentra-se entre as bacias dos rios Tietê (norte), Paranapanema, Iguaçu, Uruguai, Jacuí e bacia do Guaíba (sul), Paraná (oeste) e Oceano Atlântico (leste) (FREITAS, 2009; RICARDO, RICARDO, 2001, 2007 *apud* ROSA, 2009), sendo a TIRC cortada por afluentes do Rio Iguaçu. Ocupam pouco mais de 30 áreas distribuídas entre os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A língua Kaingang pertence à família Jê, do tronco linguístico Macro-Jê e é falada e escrita por quase toda a população local, tendo como não letrados apenas os mais idosos e como não falantes da língua, uma minoria de migrantes. Um dos aspectos fundamentais da sua organização social é o dualismo, representado pela divisão nas metades exogâmicas Kame e Ka-

<sup>44</sup> Esse dado é com base em informação das lideranças locais, pois o IBGE não pesquisou.

nhru. Em conformidade com Veiga (2009, p. 105), “essa relação básica de oposição e complementaridade está presente no cotidiano das relações sociais Kaingang, e ganha especial destaque nos momentos de cerimônias fúnebres e dos ritos relacionados aos mortos”.

Segundo Newmann (2009), os Guarani estão intimamente relacionados ao processo de formação de algumas nações sul-americanas, como o Paraguai, regiões expressivas da Argentina (províncias de Corrientes e Misiones), do Brasil (estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso), da Bolívia e do Uruguai. No tocante à língua Guarani, grupo do tronco linguístico Tupi, família Tupi-Guarani, dividem-se em três sub-grupos: Mbyá, Nhandéva e Kaiová. Na TIRC, o Guarani falado é o Mbyá. Conforme o mesmo autor, a história destes países recebeu importante contribuição dos Guarani. Exemplo disso é o uso da erva mate: “o mate era a bebida predileta dos guaranis e dos americanos do sul, em geral, índio e colonos” (LUGON, 2010, p. 90). Este foi um importante produto comercializado no território das Missões e continua sendo largamente consumido, até hoje, no sul e centro-oeste do país, principalmente.

Dentro da Terra Indígena Rio das Cobras (TIRC) existem 09 aldeias, sendo 02 da etnia Guarani e 07 da etnia Kaingang. Cada aldeia tem um cacique local, com mandato de 04 anos. Nesta região, em locais onde têm duas etnias, a aldeia da Comunidade Sede é o centro das decisões e é comandada pelo cacique geral. Entretanto, cada comunidade tem autonomia para decidir livremente sobre as suas questões e somente leva para análise do cacique geral aquelas que não são possíveis de resolver em sua comunidade. Sempre que necessário, há encontros entre o cacique geral e os caciques locais. O cacique geral da TIRC é da etnia Kaingang que tem o maior número de integrantes.

Na TIRC, divididas entre as aldeias, existem 07 escolas, todas bilíngues, alfabetizando em português e guarani, e português e kaingang, conforme esteja localizada a escola em aldeia de uma, ou de outra etnia. Nestas, o ingresso dos professores passa pela análise das lideranças indígenas.

Os indígenas circulam pelas cidades do entorno, principalmente devido à venda do seu artesanato, uma das suas fontes de renda<sup>45</sup>. Também ocorre a migração para os centros urbanos da região, onde trabalham em atividades que não requerem qualificação e de baixa remuneração. Sabe-se que há o desrespeito aos direitos de livre circulação e ao uso da língua materna. Os indígenas são, frequentemente, evitados com manifesto receio. A população do entorno ignora completamente a relação do indígena com a terra e não entende como estes que tem à sua disposição uma grande área de terra e, segundo voz corrente, não fazem uso adequado delas.

Sobre a questão, Mota (2008, p. 82) afirma que “isso não significa que as comunidades não sabem a importância do território para sua sobrevivência enquanto povo distinto dos brancos e de outras sociedades indígenas”. E complementa dizendo que a relação dos povos indígenas com o território está vinculada

---

45 Eles também participam de programas como o Bolsa Família e o SESC Mesa Brasil.

à sua própria identidade, como diz o mesmo autor, para o indígena “perder a terra significa perder o *ethos* tribal, significa perder a **alma indígena**” (grifo do autor, *idem*, p. 82).

Nota-se um desconhecimento completo da sociedade local com relação às etnias Kaingang e Guarani, com relação à cultura, seus saberes, costumes, à organização política, às suas demandas, direitos e potencialidades.

Dessa forma, buscando divulgar a cultura e a língua das duas etnias para os municípios do entorno, se pensou na veiculação de um programa por rádio AM, dada a penetração desta mídia, tanto na cidade como na zona rural. A Terra Indígena Rio das Cobras (TIRC) não possuía nenhuma emissora, havia apenas um projeto, não executado, de transmitir conteúdos por meio de alto-falantes a serem espalhados na aldeia da Comunidade Sede. A solução foi buscar uma parceria, visto que nenhuma rádio comunitária está presente na região. A escolhida por sua expressiva audiência e alcance foi a rádio comercial Campo Aberto, ondas médias ZYJ 310 – 1020 Khz, situada no centro de Laranjeiras do Sul. A TIRC fica distante apenas 25 quilômetros do centro de Laranjeiras do Sul, as aldeias mais longínquas distam em torno de 35 quilômetros. Como a rádio transmissora atinge estes locais, a escolha foi efetivada.

### **1. Programa de Rádio: Somos Todos Desta Terra**

O projeto do Programa de Rádio *Somos Todos dessa Terra* foi submetido a um Edital de Projetos de Extensão (Ed. 804-2014-PROEC-UFFS), emitido pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e aprovado com verba total de R\$1.540,00, basicamente para a despesa com transporte, mais o recurso para uma bolsa estudantil para o período de abril de 2015 a julho de 2016. Cinco meses depois de iniciada a execução do projeto, não foi mais disponibilizada a verba para transporte, fato que colocou em risco a continuidade dos trabalhos. As pesquisas de campo foram reduzidas e soluções alternativas foram colocadas em funcionamento, desde o aproveitamento de carona em veículo que atuava em outro projeto, com verba externa, ao uso do carro próprio, passando pela busca dos estudantes indígenas da UFFS, quando estavam no *campus*.

A ideia de um programa de rádio feito por indígenas, para indígenas e para a população não indígena, na língua materna deles, se deu no ano anterior, quando, na TIRC, fora executado um projeto de extensão abordando os direitos dos povos indígenas. Um dos textos abordados foi o do Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 26 de fevereiro de 1997, que previa no artigo VIII, 2: “Os Estados tomarão medidas para promover e assegurar a transmissão de programas de rádio e televisão em idioma indígena em regiões de alta presença indígena, bem como para apoiar a criação de emissoras de rádio e outros meios de comunicação indígenas”. Esse documento gerou surpresa e entusiasmo em tantos quantos puderam examiná-lo. Diante disso, a liderança máxima do local, no caso, o cacique, foi consultado sobre a proposta da produção de um programa de rádio

semanal de 10 minutos, a ser veiculado numa Rádio AM, com alcance na Terra Indígena e nas demais comunidades rurais da região e o mesmo expressou sua concordância.

Dessa forma, teve início o Programa de Rádio *Somos Todos dessa Terra*, com o objetivo de divulgar temas referentes às questões indígenas, tornando-as conhecidas das populações do entorno, a fim de possibilitar a compreensão de sua cultura bem como demonstrar às comunidades da região que os povos indígenas são portadores dos mesmos direitos de todos os cidadãos brasileiros, como também de direitos específicos previstos na Constituição Federal.

O Programa de Rádio, de frequência semanal, com 10 minutos de duração, teve a seguinte dinâmica: divisão em três tópicos, sendo a primeira parte do tempo, com o título “*Conhecendo a Terra Indígena*” de 3 minutos, utilizada para informações gerais sobre a TIRC, tais como dados etnográficos, geográficos, culturais, históricos e econômicos; no outro segmento, denominado “*Fala Professor*”, de 3 minutos, era apresentado um texto da área da economia, história, direito ou antropologia preparado por professores, por bolsistas e por voluntários, relacionado com o tema desenvolvido na primeira parte e, posteriormente, o texto era traduzido por estudantes e professores indígenas. A última parte, com o nome “*Indígena Ensina*”, era utilizada para divulgar a língua Kaingang e Guarani, com palavras e expressões escolhidas pelos indígenas. Todos os textos eram veiculados nas três línguas, pela ordem, português, kaingang e guarani. Como última informação do programa, havia a divulgação de um endereço eletrônico disponibilizado pela rádio, a fim de que os ouvintes pudessem se manifestar e avaliar.

O trabalho de tradução foi realizado por estudantes e professores das escolas indígenas e por acadêmicos Kaingang e Guarani da UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Acompanhado, inicialmente pela coordenadora do projeto, esse trabalho ocorreu nos próprios locais de atividades dos tradutores, ou seja, nas aldeias, muitas vezes, com a supervisão de lideranças indígenas, e nas dependências da universidade.

Algumas questões surgiram durante a execução do projeto: a) a necessidade de uma revisão e verificação da qualidade das traduções; b) tempo dos professores e estudantes para a análise dos termos e conceitos que não eram conhecidos ou dominados dos tradutores; c) um local adequado para o trabalho de tradução; d) local protegido de ruídos para a gravação dos áudios.

Como primeira experiência para verificar a qualidade das traduções, buscou-se o traslado da tradução da língua indígena para o português. E, nestes novos textos surgidos, verificou-se uma grande diferença de sentido, comparados ao texto original. A partir daí se intensificou o trabalho de explicação para os tradutores do sentido das palavras, expressões e conceitos e, concomitante a isso, as lideranças indígenas, ou seus prepostos, passaram a aprovar e/ou discutir as traduções até chegarem a um consenso com os tradutores.

Neste ponto do trabalho, percebeu-se a dificuldade no movimento de traduzir, não só em razão da falta de um vocábulo equivalente entre as línguas por-

tuguesa e as kaingang e guarani, mas pela não compreensão da ideia, do conceito ou da palavra, especialmente quando esta referia-se aos textos jurídicos. Exemplo disso foi a dificuldade para a tradução do texto do Artigo 231, da Constituição Federal: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. O número de conceitos e palavras presentes neste trecho provocou uma série de debates que trouxeram outras e novas perspectivas para o projeto.

De acordo com os estudantes indígenas que participaram deste trabalho, a tradução das leis demandou um processo desafiador de interpretação, fomentando discussões entre eles na procura por palavras ou expressões que conseguissem transmitir à comunidade o conteúdo e o teor expresso na Lei. Mesmo porque, ao longo da avaliação que fizemos sobre o projeto, ressaltaram a importância da comunidade indígena de conhecer seus direitos. Dessa forma, procuravam compreender, da maneira mais clara possível, para poder compartilhar com a comunidade o conhecimento adquirido, tornando-o inteligível, de modo a estimulá-los a exercitar seus direitos.

Em outro momento, quando em contato com tradutores que eram estudantes da UFFS, e na presença de um professor, já se aproveitava para atender alguma dúvida sobre textos que estavam lendo, por exemplo: texto sobre reforma agrária. A relação do indígena com a terra é totalmente diferente daquela do não indígena, como já se viu. Mais uma vez, surgiram novas discussões e ideias de desdobramentos para o projeto.

Havia também a dificuldade de disponibilidade de tempo dos tradutores que acabavam ocupando o período de trabalho na escola para fazer as traduções e para as gravações de áudio. Mencione-se aqui que os estudantes tradutores da UFFS eram vinculados ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, oferecido na modalidade de alternância<sup>46</sup>. Com isso, o tempo livre na escola era muito reduzido. Dificuldade não menos importante quando se tratava de tradutores estudantes e professores das escolas indígenas, que conciliavam suas atividades ordinárias com o trabalho das traduções e gravações.

Cabe aqui destacar que os locais do trabalho eram inadequados para as gravações de áudio; problema compensado com aquelas feitas no campo, muitas vezes, sob as árvores, que tinham como fundo o canto dos pássaros. Para que nas gravações ficasse diminuída a captação do ambiente, tentou-se o uso de um microfone profissional, cedido por empréstimo pela Rádio Campo Aberto, mas os tradutores não se sentiram à vontade com aquele instrumento enorme e estranho, então, descartou-se.

---

46 Vale ressaltar que o projeto contou com a participação de 30 voluntários: 22 da etnia Kaingang e 08 da etnia Guarani. Apenas dois dos voluntários não moram na Terra Indígena Rio das Cobras e somente cinco deles não são estudantes da UFFS. Do total de estudantes voluntários, 24 deles estão concentrados no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, que funciona em regime de alternância. No regime de alternância, os tempos básicos de formação se intercalam entre Tempo Escola (ou Tempo Universidade) e Tempo Comunidade (que ocorre nas escolas e comunidades de origem dos estudantes). O outro estudante voluntário cursa Ciências Econômicas.

## 2. O Direito de se Expressar na Própria Língua

Nesta parte do trabalho, se pretende analisar o respaldo dado pela Constituição Federal ao uso da língua, aos costumes, crenças e tradições indígenas, do regramento infraconstitucional e dos textos dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos sobre o tema.

Como se viu, a Constituição Federal, no Artigo 231 prevê o respeito às línguas indígenas. Entende-se que para este direito ser efetivado, é necessária a utilização dos espaços de mídia para veicular a língua. Há que se mencionar a importância do uso da língua para a construção da identidade do indivíduo, assim como do conceito de dignidade da pessoa, intrínseco ao respeito à identidade pessoal.

De todas as Constituições Brasileiras, de longe, a de 1988 é a mais justa com os povos indígenas, ainda que se reconheça a fragilidade de seus dispositivos no aspecto da eficácia. Analisando-se o *caput* do Artigo 231, que fala do reconhecimento da cultura e tradições indígenas, e dos incisos II e III, do artigo 1º que coloca a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil, pode-se afirmar que os direitos ao livre uso da língua, o respeito à cultura e tradições indígenas encontram sua sustentação nestes fundamentos.

Conforme Nery Júnior (2009) a cidadania tem dois sentidos, o primeiro é aquele que vincula juridicamente o cidadão ao Estado, lhe confere a nacionalidade e, o segundo, mais amplo, o compatível com a nossa Constituição, é o que define aquele que participa da vida do Estado, ou seja, é a “pessoa humana titular de direitos fundamentais” (p. 151). É nesse sentido que se entende que o indígena está amparado pela nossa Lei Maior. A dignidade da pessoa humana, no dizer do mesmo autor é “o fundamento axiológico do Direito”, e diz mais, que este princípio “é a razão de ser do Direito. Ele se bastaria sozinho para estruturar o sistema jurídico”. Cabe aqui destacar um conceito de Dignidade Humana, o emitido por Sarlet (2002):

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (p. 62).

O exercício do direito à cultura é protegido pela nossa Carta Magna e por vários textos internacionais de Direitos Humanos. Todos os direitos fundamentais têm aplicação imediata no nosso país, conforme se depreende do que dispõe o § 1º do Artigo 5º: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. A melhor interpretação deste dispositivo nos informa que os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Estado brasileiro é signatário estão em pleno vigor, ainda que tenham sido adotados antes da promulgação da Constituição. Portanto, todos aqueles que respaldam o direito à cultura,



podem ser invocados. Assim é que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Resolução nº. 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de janeiro de 1948, e, assinada pelo Brasil na mesma data, em seu Artigo 19º, assegura o direito à expressão, inserto no qual está o direito ao uso da própria língua.

Segundo Mota (2008, p. 25), um dos critérios para perceber a diversidade étnica dos indígenas no território brasileiro é a diferença entre as suas línguas maternas. E não são poucas as etnias. Pelo censo de 2010, há no Brasil 305 etnias e 274 línguas indígenas<sup>47</sup>. Não se pode esquecer que o número de etnias e de línguas faladas no Brasil já foi muito maior. Antes da chegada dos colonizadores, existiam cerca de 5 milhões de indígenas, divididos em 1400 povos e falando cerca de 1200 línguas. No início do século XX, especialmente durante o período de atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), muitos povos foram proibidos de falar a sua língua materna, dentre eles, os Kaingang. Por séculos, apesar da resistência indígena, muitos povos foram dizimados, seja pelos efeitos da escravidão, seja pelo contato com a sociedade não indígena, resultando, ainda, no desaparecimento de muitos códigos linguísticos.

O SPI foi extinto em 1967 e no mesmo ano, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) dando continuidade à algumas ações do SPI. Dentre elas, o convênio que vinha se estabelecendo entre o governo militar e instituições internacionais, como o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), para trabalharem junto aos povos indígenas no Brasil, tendo como uma de suas frentes, a educação bilíngue.

No programa de educação bilíngue então vigente, os índios eram alfabetizados na sua língua materna ao mesmo tempo em que eram introduzidos no aprendizado da língua portuguesa. Quando atingiam o domínio deste idioma, o ensino passava a ser realizado exclusivamente em português. Essa metodologia, na qual a língua materna é usada como ponte para o domínio da língua nacional, é chamada de bilinguismo de transição. A partir dela a língua indígena servia para facilitar, e mesmo acelerar, o processo de integração do índio à cultura da sociedade não índia, pois quando aprendia o português e deixava de falar sua língua, simultaneamente, abandonava seu modo de vida e sua identidade diferenciada (SECAD, 2007, p.14)

Segundo Wilmar D'Angelis (2008, p.3), o “bilinguismo de *substituição* ou de *transição*” era a perspectiva adotada pela SIL que, ao contrário do que se esperava, fortalecia a língua portuguesa em detrimento da língua dos povos indígenas, fragilizando seu modo de vida e de organização social concorrendo, assim, para a “integração do índio à sociedade nacional”.

Ao apresentar contradições da educação escolar indígena, que se propõe diferenciada, mas que “efetivamente tem contribuído para a perda de vitalidade das línguas indígenas”, o autor chama a atenção para um aparente paradoxo e defende que o desenvolvimento da escrita em língua indígena – que costuma ocorrer no ensino escolar – “pode ser um dos instrumentos mais importantes de vitalização e fortalecimento dessas línguas” (D'ANGELIS, 2008, p. 2).

---

47 <http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada> – acesso em 04-12-2016.

Em sintonia com este autor, o Programa de Rádio *Somos Todos dessa Terra* tem se mostrado um instrumento significativo de difusão e visibilidade das culturas indígenas presentes em nossa região. O processo de elaboração de textos bilíngues, traduções e transmissão via rádio tem sido, por sua vez, um importante motivador da oralidade, pautada no registro da história e da cultura desses povos além de estar sendo um importante meio de divulgação dos direitos dos povos indígenas.

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que entrou no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto no. 591, de 06 de julho de 1992, prevê que os Estados Partes do presente Pacto,

reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1992).

Neste sentido, o Brasil estabeleceu através da Lei n. 13.005, de 25 de julho de 2014, no Plano Nacional de Educação, a atuação em regime de colaboração entre todas as esferas de governo (União, Estados, DF e Municípios) para atingir as metas que objetivem a educação de qualidade no país, estando entre estas, conforme o § 4º, do Artigo 7º, a implementação de educação escolar que,

necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade (Lei n. 13.005, 2014).

Ainda na mesma lei, consta no inciso II, do artigo 8º, que os Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecerão estratégias que “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas à equidade educacional e à diversidade cultural”. Portanto, não faltam regras que assegurem o direito dos indígenas a usar a própria língua, o que falta é o cumprimento das mesmas.

### **3. O Direito de Veicular a Língua e a Cultura Indígena Pelo Rádio**

Um dos instrumentos para efetivar os direitos dos indígenas é a divulgação destes, através do rádio. Trata-se este de um instrumento muito eficiente principalmente pelo largo alcance. Neste sentido, a Convenção nº. 169, Sobre Povos Indígenas e Tribais, no artigo 30, dispõe que:

1 - Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da pre-

sente Convenção.

2 - Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, à traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.

Esta convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº. 143, que entrou em vigor no dia 25 de julho de 2003. Portanto, entende-se que os povos indígenas podem se socorrer desta Convenção para fomentar o uso do rádio sem as limitações estabelecidas pela lei ordinária, tais como às prescritas para as rádios comunitárias (Lei 9.612-1998), que são, entre outras, a baixa potência e a cobertura restrita.

Segundo Martínez (2013, p. 60)<sup>48</sup>, os povos originários têm sido passivos em relação ao uso dos meios de comunicação devido muito mais à continuidade e conservação das desigualdades que os mantem à margem da sociedade, como espectadores, do que pela sua vontade ou capacidade para o uso das tecnologias. Nesse sentido, a maioria dos meios de comunicação (especialmente o rádio e a televisão) têm desempenhado um papel relevante no enfraquecimento da cultura dos grupos étnicos, ao atuarem como instrumentos de difusão da ideologia e da cultura dominantes, colocando “em risco os elementos de integridade” desses povos ao produzir e inserir, em seus tempos e espaços de vida, formas diferentes no seu modo de pensar, de sentir, de crer e de agir (SANDOVAL, 1993 *apud* MARTINEZ, 2007, p. 61). Além disso, como ressalta o autor: “los medios influyen en la vida de los pueblos cuando éstos nunca oyen sus palabras y sus ideas, cuando nunca se ven a sí mismos con dignidad por los medios de comunicación”<sup>49</sup> (MARTINEZ, 2007, p. 61).

O relato dos estudantes que participaram do projeto do programa de rádio reforça a importância de “ouvirem suas palavras” quando nos contam que “se sentiram especiais quando se escutavam no rádio” ou quando receberam o reconhecimento e o agradecimento da comunidade que também “se ouviu” e se viu representada por eles por meio do Programa: eles gostaram “quando falou na nossa língua”.

Esses relatos bem como a experiência iniciada com o projeto e, atualmente implementada pelos próprios estudantes indígenas que instalaram um rádio livre na aldeia, apontam as potencialidades dos meios de comunicação para a revitalização e valorização da língua, da cultura e da identidade dos povos indígenas bem como para a sua inserção nos espaços de poder, visibilidade e representatividade, pois como descreve D’Angelis (2008), “o que está em jogo, aqui, são os espaços de expressão, de comunicação e de relações sociais”. Estes, por sua vez, se configuram como:

---

48 Martínez (2013) desenvolveu uma pesquisa de mestrado com o povo Ayuujk, na comunidade Tlahuitoltepec, na cidade de Oxaca, México, com o objetivo de conhecer qual o impacto de uma rádio comercial entre os povos originários, bem como dimensionar a capacidade de uma rádio comunitária na contribuição da permanência da música e da língua nativas.

49 Tradução livre: “Os meios de comunicação influenciam na vida dos povos quando estes nunca ouvem suas palavras e suas ideias, quando nunca veem a si próprios com dignidade pelos meios de comunicação”.

[...] espaços de poder – que podem permanecer sob o monopólio da língua majoritária, ou podem conscientemente, ser disputados e conquistados para a língua indígena. E o fato mais lamentável, ainda, é que à medida em que a língua majoritária conquista ou impõe novos espaços no cotidiano da vida indígena, isso lhe confere poder com o qual avança, igualmente, sobre espaços e papéis sociais que eram, até então, exclusivos da língua indígena. Da escrita, a língua majoritária também passa a invadir o espaço da oralidade na aldeia (D'ANGE- LIS, 2008, p. 14).

A rádio, e os demais meios de comunicação, quando nas mãos dos que se encontram à margem da sociedade, convertem-se em espaços de expressão e de comunicação, que buscam reverter esse quadro, tanto nas aldeias, quanto nas comunidades periféricas.

## **Conclusão**

O Programa de Rádio *Somos Todos dessa Terra*, ao ser elaborado a partir das referências da cultura e da história Kaingang e Guarani, e ao ser transmitido nestas duas línguas e também em português, buscou criar um canal direto de comunicação com as comunidades indígenas e um “autorreconhecimento” de seu grupo e de seus direitos, bem como buscou estabelecer uma aproximação com as comunidades não indígenas.

Ele foi elaborado com base nos Direitos dos Povos Indígenas, visando afirmar identidades, promover o diálogo entre as comunidades indígenas do Rio das Cobras e as não indígenas de seu entorno e viabilizar relações de alteridade. Para isso, se organizou a partir de algumas premissas: a) Dar visibilidade às etnias indígenas; b) Praticar o que preconiza o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas; c) Veicular a cultura indígena e as línguas faladas na Terra Indígena Rio das Cobras através de um veículo de comunicação de massa; d) Fortalecer a identidade do indígena (ao ouvir a si e a seus parentes nas ondas do rádio) e e) Colocar as questões indígenas em evidência para torná-las conhecidas e assim, fomentar o tratamento respeitoso dos moradores das cidades do entorno, em relação às essas populações.

A realização desse Projeto revelou-se semente e desencadeou novas propostas. O processo inicial de produção de textos, traduzidos pelos estudantes indígenas da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo - acompanhados pelos(as) professores(as) do curso -, e veiculados via rádio, criou relações mais dialógicas, mas também provocou reflexões críticas e questionamentos por parte desses estudantes. Aliando a oralidade ao registro dos saberes e fazeres tradicionais bem como das demandas atuais e ao exercício de seus direitos, esses estudantes Kaingang e Guarani sentem-se, hoje, motivados a criar sua própria rádio: uma rádio livre na aldeia.

## **Referências Bibliográficas**

D'ANGELIS, Wilmar R. **Educação escolar e ameaças à sobrevivência das línguas indígenas no Brasil Meridional**. IX BRASA – Brazilian Studies Association,

New Orleans, USA, mar 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadernos SECAD 3. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Brasília/DF: Abril de 2007.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coords.). **Povos Indígenas**. V. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná**: o caso Kaingang. UFPR: Tese de Livre-Docência, 1974.

LUGON, Clovis. **A República Guarani**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTÍNEZ, Floriberto Vásquez. **Rádio comunitaria, música y lengua en el pueblo Ayuujk**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS. Museu Nacional, 2013. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/ UFRJ, 2013.

MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares de. **Populações indígenas no Brasil**: histórias, culturas e relações interculturais. 21. ed. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí -PR**: história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

NEUMANN, Eduardo S. Os guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coords). **Povos Indígenas**. V. 5. Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, Méritos. 2009.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direitos Humanos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Rogério R. G da. Lenda e Mito do cacique Nonohay: guerra e vingança Kaingangue no fio do tempo. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coords.). **Povos Indígenas**. V. 5. Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, Méritos. 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SOUZA, Márcio, et al. **Os índios vão à luta**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981. (Coleção 2 pontos, V. 2).

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas/SP: Curt Nimuendajú, 2006.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin, PEREIRA, Paola Masiero (Orgs.). **Cultura, arte e comunicação**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

# Programas radiofônicos da Rádio Educação Rural de Tefé: limites e possibilidades do Movimento de Educação de Base

*Maria de Lourdes Valente Hounsell  
Leni Rodrigues Coelho*

## **Introdução**

O capítulo discute os limites e as possibilidades dos Programas Radiofônicos da Rádio Educação Rural de Tefé. Tem-se como objetivo analisar se os programas oferecidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>50</sup>, através da Rádio Educação Rural de Tefé proporcionavam cursos com enfoque mais catequético ou uma formação mais conscientizadora. A pesquisa tem como aporte teórico: Fávero (2006), Freire (1981), De Kart (2009), Paiva (2009), Peixoto Filho (2003; 2010), Raposo (1985), Wanderley (1984), entre outros. Utilizou-se também história oral<sup>51</sup> e foram entrevistados ex-coordenador, ex-supervisores e ex-monitores do MEB. Nas análises documentais constatou-se que o surgimento da Rádio Educação Rural de Tefé se deu em 1964, ano da criação do Movimento de Educação de Base, liderado por Dom Joaquim de Lange, Bispo da prelazia de Tefé. As aulas radiofônicas da Rádio Educação Rural de Tefé propiciavam à população tefeense uma instrução formal e cristã, sendo, portanto, ações educativas e catequéticas, pois, além de ensinar a ler e escrever com perspectiva de prática social democrática, havia a preocupação também de formar um cristão participativo dentro da igreja católica. Ficou evidenciado que os programas levados ao ar tiveram contribuições relevantes no âmbito da educação, da política, da cultura, do lazer e da saúde. Acredita-se que os programas radiofônicos cumpriram com sua função pedagógica e social já que se constituiu em experiência inovadora na maior parte do tempo em que desenvolveu suas ações, considerando a realidade dos ribeirinhos, por valorizar suas experiências e por envolvê-los nas atividades.

---

50 O Movimento de Educação de Base foi criado em âmbito nacional em 1961 e resultou do convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do governo federal, com o objetivo de desenvolver ações nas áreas da educação, da saúde e da cultura, nas regiões nordeste, norte e centro-oeste do país. Foi criado através do Decreto n.º 50.370, de 21 de março de 1961, ficando estabelecido que, o Ministério da Educação e Cultura, forneceria os recursos para aplicação do Programa Educativo organizado pelo MEB, utilizando a rede de emissoras católicas. Em Tefé, o MEB foi criado em 1963 e sua extinção se deu em 2003, atuando por quarenta anos no município e região do Médio Solimões.

51 Optou-se por utilizar nomes fictícios ao se referir aos sujeitos entrevistados.

## As Aulas Radiofônicas em Tefé/AM

As aulas Radiofônicas<sup>52</sup> em Tefé tinham como objetivo alfabetizar a população ribeirinha que viviam as margens dos rios. Esta foi a alternativa encontrada pelo Bispo da Prelazia de Tefé, Dom Joaquim de Lange para diminuir a distância entre as pessoas que residiam na cidade e nas comunidades mais longínquas da região do médio Solimões. Em âmbito nacional, Paiva, Et al, (2009, p.50-51), ressalta que:

A implantação de um sistema educativo com base em emissões radiofônicas encurtava distâncias, facilitando o acesso dos camponeses à educação, dando-lhes possibilidades de se desenvolverem enquanto membros de uma comunidade maior. O rádio significava, de forma concreta, a tecnologia a serviço da educação do homem campesino.

Nos documentos primários que estão sob a guarda da Rádio Educação Rural de Tefé revelam que o MEB oferecia através dos programas radiofônicos cursos não apenas de alfabetização de adultos, mas também cursos acerca da saúde familiar, cultura, sindicalismo, puericultura, economia doméstica, entre outros. De acordo com o Relatório do MEB, Tefé, (1988, p. 11), o movimento aplicava treinamento de:

Animadores de setores, dinâmica de grupo, educação para o lar, formação familiar, técnico administrativo, comunitária, aprofundamento em evangelização, formação religiosa, sindicalismo, cooperativismo, representantes de comunidades, técnicos agrícolas, noções de horticultura, saúde, liderança, educação sanitária, desenvolvimento de comunidade de base.

As fontes documentais revelam também a importância do papel da mulher nos trabalhos comunitários, a qual deveria ser valorizada por todos, reconhecendo assim a força de trabalho feminino. A seguir encontra-se um trecho do script da aula radiofônica, na matéria de linguagem que trata deste questão:

A mulher trabalha e ajuda o homem a desenvolver as atividades na comunidade. Ela é mulher sim, é do outro sexo, mas não é por isso que ela é inferior ao homem. Ao contrário hoje a mulher está colocada ao lado do homem na sociedade, produz o mesmo tanto que ele, mas não é por isso que ela querará pisar em cima do homem. (SCRITP, 1968, p. 01).

Percebe-se a partir do trecho do script, que o professor locutor, na aula de linguagem, procurava sensibilizar a população da importância e da valorização do trabalho feminino para a comunidade rural. O MEB buscava conscientizar a sociedade de que o caminho mais viável para a mudança social, política e econômica seria por meio da educação, ou seja, através do conhecimento. Segundo Medeiros (2008, p. 64), “É por meios de atividade social, culturais e sobretudo, pela educação de base, que engloba a politização e a conscientização dos sujeitos nela

---

52 O MEB em Tefé distribuía para a população ribeirinha o rádio cativo, ou seja, as pessoas só poderiam assistir a programação da Rádio Educação Rural de Tefé. Segundo Antônio, ex-coordenador do MEB em Tefé, “o rádio apesar de cativo era um instrumento importante na comunidade que cuidava dele com presteza e carinho. O rádio era cativo para impedir que o povo ouvisse as outras emissoras, menos a Rádio Rural. Assim, eles eram obrigados a ouvir as orientações, aulas e a programação da emissora”.



envolvidos, os capacitaria para vivência na sociedade em passos largos de mudanças estruturais”.

As narrativas dos entrevistados revelam que a educação oferecida pelo MEB levava os estudantes a uma promoção humana, a vida compartilhada socialmente que visava a politização. De acordo com Pedro, ex-supervisor do MEB em Tefé, “O programa da Rádio Educação Rural de Tefé, especificamente o programa do MEB, orientado pela CNBB, tinham como objetivo a promoção humana, justamente através da politização”.

A politização e a conscientização para o MEB a nível nacional referia-se a educação para libertação do homem rural embrenhado em seu mundo, e só através dessa educação o homem da zona rural poderiam alcançar. Para Wanderley (1984, p.109), educação de base é “o processo de autoconscientização das massas para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade”. Portanto, a consciência crítica da realidade, daria ao homem do campo o conhecimento de sua existência no mundo, levando a fazer parte dele. Em âmbito local, foi possível perceber que:

A presença educativa do MEB tem sido realizada através da assessoria (supervisão), nas comunidades, em todas as atividades desenvolvidas, como também por meio de programas radiofônicos, treinamentos, cursos, encontros, realizados nas sedes e nas bases, nas áreas de suplência, suprimento, qualificação e grupalização. (Apostila do Curso de Moral e Cívica do MEB, Tefé, 1988, p. 10).

Ao analisar os Relatórios, no Arquivo da Rádio Educação Rural de Tefé, percebeu-se que no curso oferecido pelo MEB sobre “Formação de Líderes de Comunidade para o Trabalho”, os assuntos discutidos abordavam questões relacionadas à horticultura, tecelagem, primeiros socorros, educação para o lar, educação alimentar, corte e costura. Em linhas gerais, os cursos profissionalizantes buscavam capacitar os sujeitos para uma perspectiva de vida melhor através do trabalho por eles desenvolvidos. A respeito da promoção humana, Fávero (2006, p. 53), ressalta que:

O Movimento de Educação de Base, como movimento essencialmente educativo, tem como objetivo a formação integral do homem para sua promoção. A educação, como um processo global, não pode se limitar à instrução, dissociando-a de seu aspecto de trabalho, que implica em ação aperfeiçoadora, não somente por parte do educador, mas também por parte do educando. É formação na ação, ajudando o homem a promover-se.

Como se vê, os temas ou assuntos discutidos pelo MEB para formar líderes comunitários, tratavam de questões referentes ao cotidiano dos alunos, além disso, proporcionava informações que permitiam a população ribeirinha, ter acesso ao conhecimento dos seus direitos e deveres, buscando assim, uma melhor qualidade de vida. Portanto, os temas se constituíam em uma tomada de consciência através do conhecimento, para a valorização integral do homem do campo. Segundo De Kadt (2007, p.175):

[...] A educação de base deveria tratar os camponeses como ‘homem integral’

e iria ajudá-lo a desenvolver-se plenamente. Para alcançar isto, o Movimento dedicar-se-ia ao desenvolvimento da comunidade, à alfabetização, a educação sanitária e agrícola e a introdução de práticas democráticas. Pretendia-se criar um espírito de iniciativas que ajudasse a preparar os camponeses.

O desenvolvimento das comunidades rurais foi um dos objetivos traçados pelo MEB nacional e por isso, foi necessário qualificar em âmbito local os líderes comunitários. Estes recebiam a instrução/formação para orientar e conduzir os trabalhos comunitários juntamente com a população rural, visando assim, o desenvolvimento das famílias e das comunidades como um todo.

A respeito das aulas radiofônicas, Antônio, ex-coordenador do MEB em Tefé, afirma que: “*de nossa parte era politizadora, era fazer com que o homem despertasse da sua realidade de pobreza [...] e se libertasse dessa cultura*”. A fala do ex-coordenador do MEB, deixa claro que as aulas radiofônicas eram consideradas como um ato de libertação do estado de dominação e segundo Wanderley (1984, p.114), para o MEB “a conscientização era vista como algo essencial à educação”. As aulas radiofônicas do MEB em Tefé, levadas aos ribeirinhos, davam a orientação para alcançarem uma conscientização libertadora de seus opressores, os donos dos seringais que na época dominavam e oprimiam os ribeirinhos com trabalhos forçados, se aproveitando da falta de conhecimento desses sujeitos.

Ao analisar as falas dos entrevistados verificou-se que as ações do MEB não se restringiam apenas as questões educacionais, culturais e da saúde, pois havia também uma preocupação em levar aos ribeirinhos, discussões relacionadas à importância da religião para a vida do ser humano. Nesse sentido Wanderley (1984, p.109), afirma que:

Se, em nossa ação educativa, levarmos o homem a ter consciência de que é imagem e semelhança de Deus, fazemo-lo também engajar-se em seu mundo próprio, em sua cultura, [...] e ser dela um grande criador. A partir desta situação, cada pessoa poderá afirmar sua dignidade.

Assim, tendo o MEB sua origem no meio confessional da Igreja Católica, seus objetivos com os programas radiofônicos, iam além da educação formal, ou seja, visava também uma educação cristã na proposta de desenvolver no homem um espírito fraterno de amor ao próximo, harmonia com a natureza, e como criaturas de Deus buscar um mundo melhor a partir dele mesmo.

Outra questão relacionada à orientação confessional foi percebida na Cartilha “*Vamos Refletir um Pouco*”, sendo esta, elaborada pela equipe que coordenava o MEB em Tefé. O conteúdo da Cartilha versa sobre a criação do homem, da família, do direito e da valorização do homem, conceitos estes baseados no livro de Gênesis e, portanto, a temática é de cunho religioso. Apresenta-se a seguir um trecho da Cartilha que ressalta essa questão:

Vendo no livro de Gênesis sobre a história da criação, sabemos que Deus criou o homem e a mulher. Deu-lhe vida e entregou o paraíso. O próprio filho de Deus nasceu de uma família. A família é a principal célula da sociedade. Todo ser humano tem direito a uma família. Não cabe a família colocar filho no mundo. É seu dever sustentar e orientar para que se torne digno da sociedade. A ninguém

cabe o direito de tirar a vida. Todos têm o direito de nascer. Todos são filhos de Deus. Maravilhas existem, mas nenhuma é mais maravilhosa do que o homem, imagem e semelhança de Deus. O homem deve valorizar-se, para que também possa ser valorizado. (Cartilha do MEB: Vamos Refletir um Pouco, Tefé, s/d, p.01)

A partir da análise documental, acredita-se que as aulas radiofônicas organizadas e desenvolvidas pelo MEB em Tefé foram de cunho politizador e confessional. Em entrevista, o ex-monitor Raimundo, afirma que o MEB utilizava “*as duas, por que a gente também aplicava aulas de evangelização*”. Para Medeiros (2008, p.71), “nessa ambivalência entre instrução e advertência, os meios de comunicação católicos, em especial o rádio, destinavam-se a ‘formar’ entre fiéis, jovens e adultos, um juízo cristão de fatos e acontecimentos”.

Portanto, verificou-se que, o MEB propiciava a população ribeirinha uma instrução formal e cristã através das aulas radiofônica, ou seja, em alguns momentos oferecia uma educação politizadora e em outros uma ação catequética, pois além de ensinar a ler e escrever com perspectiva de uma prática social democrática, havia também a preocupação de formar no homem o espírito cristão e participativo na construção do seu meio, desenvolvendo a fé confessa.

### **Os Programas do MEB na Rádio Educação Rural de Tefé/AM**

Os programas radiofônicos que iam ao ar pela Rádio Educação Rural de Tefé versavam sobre as mais diversas temáticas e propiciavam ao povo ribeirinho formação e informação acerca da realidade nacional e regional. De acordo com Antônio, ex-coordenador:

*O MEB em Tefé sempre foi rico em atividades educativas, pois a sua mensagem e objetividade são levar o ribeirinho a descobrir por si mesmo os meios de dominar a situação de abandono em que vivia e vive, em mudar a estrutura de sua vida e tornar-se um verdadeiro cidadão com todos os seus direitos.*

À luz desse entendimento, verificou-se que, os programas oferecidos pelo MEB não visavam somente ensinar o indivíduo a ler e a escrever, mas também orientá-lo pela busca de melhores condições de vida. Com essa perspectiva, o MEB buscou fortalecer as relações com os ribeirinhos através de suas atividades e programas radiofônicos diários voltados para a Animação Popular, com o intuito de organizar os grupos, de aproximar as pessoas, e de formar lideranças criando assim, uma melhor estrutura política, cultural e econômica nas comunidades ribeirinhas. Acerca da animação popular Paiva (1987, p.242), afirma que:

[...] A Animação Popular, sistematizada após 1962-64, era definida como um ‘processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir dos elementos de liderança’. Com tais grupos visava-se a ‘integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos os membros da comunidade local, [...] Através dela buscava-se, conjuntamente a reflexão e a ação ‘no contexto da luta pela transformação de estruturas’. A Animação Popular era, portanto, essencialmente um processo político enquanto conscientização que prepara para

a participação política na vida da comunidade e no processo político nacional.

Como se vê, foram muitas as ações desenvolvidas pelo MEB em Tefé e isso só foi possível graças à existência da Rádio Educação Rural, pois sem esta, não seria possível encurtar a distância da população que residia às margens dos rios. A intenção dos programas era de fazer com que os próprios ribeirinhos participassem do processo de transformação e que partissem de suas próprias necessidades. Na entrevista concedida por João, ex-supervisor do MEB em Tefé a Rádio Educação Rural de Tefé *“não era exclusiva do MEB, a rádio tinha sua programação normal que além de evangelizar, orientava politicamente e existiam programas de orientações de outros órgãos que orientavam a comunidade tefeense nos seus diversos setores”*.

Observa-se que, as ações desenvolvidas pelo MEB em Tefé, iam desde a educação formal até as questões referentes à cultura, a saúde, o lazer e o trabalho. Segundo Paiva (1987, p.242):

Buscava-se integrar a escola á vida da comunidade, formando alunos e monitores, e estimulando a atuação da liderança treinada, o esteio da Animação Popular. Nesse trabalho procurava-se conhecer e valorizar a cultura e a arte popular incentivando a organização de teatros populares, a produção artesanal, a preservação e multiplicação dos conjuntos folclóricos.

O MEB em Tefé procurou desenvolver programas e cursos que favorecessem e valorizassem o homem do campo e dentre esses programas e cursos, podemos citar: o Clube de Mães, o Clube Esportivo, o Curso de Parteias, o Curso de Saúde Popular, de Animadores de Setores, de Artesanato, de Sindicalismo e de Educação Alimentar. Será discutido a seguir os programas e cursos desenvolvidos pelo MEB em Tefé.

### **1.Clube de Mães**

O MEB criou o programa Clube de Mãe para envolver as mulheres das comunidades, pois acreditava que as mulheres poderiam contribuir com novas formas de saberes, bem como ampliar a renda familiar através de trabalhos comunitários. O Programa ofereceu curso profissionalizantes de artes, corte, costura, culinária, higiene e trabalhos domésticos, uma vez que tais cursos proporcionaria a população a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento não apenas das famílias, mas da comunidade como um todo. No trecho do Relatório de atividade encontram-se as atribuições e responsabilidade das mulheres associadas no clube.

Nessa reunião compareceram 46 pessoas. [...] Na ocasião falamos de como trabalhar no clube [...], a responsabilidade das sócias e uma série de assuntos referente ao clube de mães. As responsabilidades como sócias, pagar mensalidades, trabalhar de comum acordo, produzir material para apresentar na feira. (Ronilde Queiros, Relatório de Atividade do MEB, 1974, p. 01).

As fontes documentais relevaram o interesse das mulheres em participar do clube de mães, da organização dos trabalhos comunitários, da produção de materiais artesanais, da venda destes materiais na feira da cidade e o lucro arrecada-

dado era dividido entre as famílias. Com esta ação a renda das famílias aumentou e as comunidades começaram a se reestruturarem de forma mais organizadas. As associadas se reuniam semanalmente, geralmente aos sábados, às reuniões eram realizadas nas casas das associadas para discutirem estratégias para a solução dos desafios enfrentados em cada comunidade ribeirinha. A seguir encontra-se um trecho do Relatório de Treinamento, das associadas do clube de mães:

[...] Há realmente grande interesse em aprender algo novo [...] pediram que dessem um estatuto onde tivesse uma lei que pudesse ser apresentada as sócias no momento que quisesse participar do clube, então só entraria no clube quem tivesse condições de cumprir o regulamento e quem pudesse assumir as responsabilidades. (Relatório de Treinamento do MEB de Tefé, 1974, p.03).

Assim, percebe-se que o clube de mães era sistematizado e exigia regras para se associar. A filosofia do clube levava em conta a realidade vivenciada pelas mulheres das comunidades ribeirinhas, bem como incentivava o trabalho coletivo na busca da superação dos desafios presentes no cotidiano.

## 2.Clube Esportivo

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo MEB foi criado o Programa Clube de Esporte. O objetivo de criar os grupos esportivos foi de incentivar a população que residia isoladamente nas comunidades ribeirinhas uma aproximação maior, de interagir e dialogar com as pessoas de outras comunidades. Segundo Fávero (2006, p. 141), com a criação do clube esportivo “[...] possibilitava observar outras facetas do comportamento não reveladas no trabalho, e dava oportunidade para testar a responsabilidade, o espírito de iniciativa e o desembaração”.

O MEB em Tefé, por meio do clube esportivo realizava torneios entre grupos que representava não apenas as comunidades ribeirinhas, mas também as cidades do estado do Amazonas e para incentivar a participação de todos havia premiações para o grupo vencedor do torneio. Segundo Antonio, ex-coordenador do MEB, “o primeiro campo de futebol foi construído em um terreno doado pela câmara de vereadores no local chamado Campina, com trezentos metros de frente por noventa e oito de fundo. Era um barranco de mais de dois metros de altura. Todos dedicaram a escavar o barranco”.

O clube esportivo de Tefé foi criado em 1964, organizava e promovia os torneios intercomunitários e interestaduais, geralmente, ocorriam no verão. De acordo com Antonio, ex-coordenador do MEB:

*Para a inauguração do campo Zé Trovão foi formado o time para jogar no Palmeira Esporte Clube com os seguintes jogadores: João Cavalcante, Osvaldo Orico marques, Manduca, Amélio como goleiro, Bito, Zé Valdick, Valdo Macaco, Fávio Hermogenes, Augusto (capitão) Chico Lopes. No dia 21/04/64, organizaram o primeiro torneio para inaugurar o campo Zé Trovão que contou com a participação de 10 times e o Palmeiras foi o segundo colocado.*

O time do Palmeiras Esporte Clube participou do 5º campeonato intercomunitário organizado pelo MEB e os campeonatos visavam o entretenimento e a recreação do povo de Tefé e das comunidades ribeirinhas. Essa prática espor-

tiva tem seu legado, uma vez que os campeonatos ainda hoje acontecem em Tefé e nas comunidades, graças aos clubes esportivos oferecidos pelo MEB.

Cabe destacar que o MEB em Tefé atuou também no âmbito da cultura do povo amazonense, uma vez que organizou e promoveu festas ou encontros com a finalidade de disseminar e valorizar a cultura local. Acerca dessa questão, Antônio, ex-coordenador do MEB salienta que:

*Além do Esporte havia as promoções das festas sociais como as brincadeiras de cordões; o boi bumba; imperial; dança do escorpião. Além dessas brincadeiras existiam as pastorinhas, apresentadas na época do natal; as festas juninas que se tornou tradição entre o povo tefeense. O MEB modificou o modo de viver do povo. O objetivo do MEB era fazer que as pessoas se promovessem por si mesma.*

Observa-se que as festas e os encontros eram motivos para que o povo ribeirinho valorizasse e desenvolvesse sua cultura e tradições. A interação entre as pessoas nas festas culturais promovia recreação e entretenimento, o que propiciava momentos de alegria para aqueles que na maioria das vezes não tinham acesso aos bens culturais. Segundo Fávero (2006, p.141), “Percebe-se um destaque especial à recreação, considerada importante para o entrosamento de pessoas que não só viveriam alguns dias juntas, mas que deveriam trabalhar em conjunto”. Portanto, acredita-se que a ação educativa do MEB permitiu ao povo tefeense através das festas culturais e dos encontros a valorização da cultura local, o que é de suma importância para manter vivo os valores, as crenças e o modo como cada povo vive nas diferentes regiões do nosso país.

### **3. Curso de Puericultura**

Para proporcionar o bem-estar das mães ou das futuras mães do Município de Tefé, o MEB criou o Curso de Puericultura. Neste curso, o MEB tinha o objetivo de ensinar as mulheres as técnicas ou os meios mais adequados ao desenvolvimento fisiológico das crianças, diminuindo assim, os altos índices de mortalidade infantil. Para atuar nesta área a equipe do MEB buscava envolver nas comunidades pessoas interessadas em adquirir conhecimentos e técnicas acerca dos cuidados que a família deveria ter com as crianças.

No Curso de Puericultura, havia uma preocupação em adotar metodologias que associava questões teóricas e demonstrações de procedimentos que deveriam ser adotados na prática. Encontra-se a seguir um trecho do Relatório do Curso de Puericultura do MEB em Tefé (1974, p.01), em que salienta a importância do cuidado da família com suas crianças para que estas se tornem adultos saudáveis e produtivos: “A puericultura tem sua importância porque estuda a criança para que seja sadia, porque a mesma será o homem de amanhã e não há Nação verdadeiramente forte sem homens fortes para trabalhar”. O curso de puericultura tinha carga horária de 80 horas e envolveu em 1974, aproximadamente mil setecentas e trinta e uma (1.731) mulheres/alunas nos municípios de Tefé e Carauri, que atuariam posteriormente não apenas como parteiras, mas também como agentes responsáveis pelas orientações acerca dos cuidados necessários aos recém-

nascidos, da higiene e da alimentação saudável das mães. No trecho da Apostila elaborada para o Curso de Puericultura encontra-se tais orientações:

A puericultura divide-se em puericultura pré-natal e pós-natal. Pré-natal engloba a pré-concepcional e a intrauterina. A pré-concepcional compreende a prática da Eugenia, quer dizer higiene de raça com restrição à idade e ao parentesco dos nubentes, a prática do exame médico pré-nupcial, a segregação e esterilização dos incapazes de procriação sadia, etc. É necessário noivos e casais sadios para que a criança seja normal e sadia. Os sífilicos, os tuberculosos, os alcóolatrás, podem gerar filhos doentes. A mulher que amamenta precisa alimentar-se tão bem quanto a mulher em estado de gravidez. O valor do leite depende do valor de uma alimentação. Uma alimentação fraca produz leite fraco, uma alimentação forte, produz leite forte. A mulher que amamenta, de preferência deve comer: ovos, carne, verduras, frutas, peixes e deve tomar leite. (Apostila: Curso de Puericultura do MEB/Tefé, 1974, p.2).

A luz desse entendimento, conclui-se que o Curso de Puericultura, abordava assuntos acerca da importância da higiene, da faixa etária e do grau de parentesco dos casais para a geração futura de homens e mulheres saudáveis e ativos, sugerindo que os casais com problemas de doenças ou vícios, como o alcoolismo, por exemplo, não optassem pela maternidade/paternidade, pois tal decisão poderia acarretar em nascimento de crianças não saudáveis.

#### **4. Curso de Saúde Popular**

Como já foi mencionado anteriormente, o MEB em Tefé não tinha o objetivo de atuar apenas na área da educação, pois o município enfrentava grandes desafios em outras áreas, como por exemplo, a da saúde. Foi pensando nestes desafios que o movimento criou o Curso de Saúde Popular para orientar e sensibilizar as famílias acerca dos cuidados que deveriam ter com a prevenção de doenças causadas por falta de higiene e de saneamento básico. De acordo com o Relatório Nacional do MEB:

A observância dessas medidas preventivas, de modo geral, como o saneamento básico que é de capital importância no combate às verminoses, depende muito da educação sanitária do público. É através da educação sanitária que se pode esclarecer as populações sobre o valor das medidas de proteção contra as verminoses e a conservação da saúde. (Relatório do MEB Nacional, 1964, p.07).

Observa-se que o MEB, buscou através dos cursos radiofônicos alternativos para orientar e prevenir os indivíduos acerca da saúde familiar que viviam isolados nas comunidades, principalmente aquelas mais longínquas das grandes cidades. Segundo Fávero (2006, p. 130), o MEB oferecia Educação de Base “procurando proporcionar noções sobre saúde e conhecimentos gerais para uma organização em sociedade”.

As noções básicas sobre saúde familiar apresentada nas aulas radiofônicas eram teorizadas por meios de apostilas elaboradas pela equipe do MEB/Tefé. Os conteúdos apresentados aos alunos que seriam posteriormente os Educadores Sanitários, enfatizavam conceitos acerca da importância da saúde e do bem estar

físico e mental do ser humano. O trecho da Apostila do Curso de Educação Sanitária apresentado a seguir revela esta questão:

A saúde é muito mais do que a inexistência de doença. Podemos defini-las como o estado de completo bem-estar físico, mental, social e espiritual e não apenas a ausência de doenças. Consideramos como Saúde esse equilíbrio entre os diversos fatores e ainda como algo dinâmico, em contínuo crescimento, devemos trabalhar com força para que a comunidade desfrute e cresça nela. É impossível que uma comunidade, um povo, um país possa desenvolver-se sem saúde. Você tem um papel importante, no desenvolvimento da sua comunidade, através de sua atuação como “Educação Sanitária”, pois não se deve conformar em dar remédios ou fazer curativos, pois o essencial é prevenir as doenças através da Educação Sanitária. (Apostila do Curso de Educação Sanitária do MEB em Tefé, 1974, p.01).

De acordo com Antônio, ex-coordenador do MEB em Tefé, os cursos oferecidos com enfoque na saúde familiar, tinha a parceria de profissionais ligados ao hospital São Miguel, mas quem estava à frente dessas ações era a irmã Adonai, que ocupava a função de freira na paróquia de Santa Tereza na cidade de Tefé. Após a capacitação dos alunos foram criados nas comunidades os cargos de agentes de saúde, sendo estes, os responsáveis pelos atendimentos aos pacientes em domicílio. Além da atuação dos agentes de saúde foi disponibilizado também um posto de saúde em cada comunidade e uma lancha para atender as emergências das comunidades.

### **5. Curso de Animadores de Setores**

O Curso de Animadores de Setores desenvolvido pelo MEB em Tefé tinha o objetivo de fazer com que as comunidades tivessem uma interação maior e pensassem suas ações de forma coletiva e não individual. O animador de setor deveria interagir e estimular a população ribeirinha a participar das tarefas realizadas na comunidade, proporcionando assim, desenvolvimento social, econômico, político e cultural para todos.

Ao analisar os relatórios elaborados pela equipe do MEB em Tefé acerca do curso de animadores de setores, percebe-se que havia a intenção de orientar e sensibilizar os participantes acerca da relevância do seu trabalho junto as comunidades, uma vez que, estes profissionais seriam os agentes de transformação nas localidades mais longínquas da região do Médio Solimões.

A proposta do MEB era levar os animadores de setores para conhecer a realidade de cada comunidade, a fim de que houvessem o melhor desempenho possível na solução dos problemas enfrentados no cotidiano das famílias e da comunidade como um todo. De acordo com Antônio, ex-coordenador do MEB em Tefé, *“os cursos de treinamento duravam em média 15 dias, e a função dos animadores de setores era de proporcionar reação à comunidade, organizando os jogos de futebol e a participação em campeonatos entre as comunidades, as brincadeiras de cordão, boi bumba e a ciranda”*. Portanto, vale destacar a relevância do papel desempenhado pelos animadores de setores do MEB em Tefé.



## 6. Curso de Artesanato

Para desenvolver habilidades e capacitar a população de Tefé, o MEB criou o Curso de Artesanato para que os ribeirinhos produzissem seus produtos manufaturados e posteriormente, comercializassem, gerando assim, renda para as famílias. Para Antônio, ex-coordenador, o MEB/Tefé:

*Incentivou o artesanato. Com a introdução de objetos de plásticos, os objetos de tradição artesanal iam desaparecendo rapidamente. Em vista disso, o MEB promoveu a recuperação da produção de objetos trabalhados em madeira, argila, talas, fibras e pintura. A equipe procurou em cada localidade, os que sabiam fazer objetos, trouxe para o centro de treinamento e orientou-os para serem professores na arte artesã. Em menos de um ano, os objetos de artesanato começaram a aparecer. Pintores surgiram e se projetaram produzindo belos trabalhos. O artesanato voltou a ser uma realidade na região.*

Com essas ações o MEB buscou sensibilizar a população da importância de se buscar outros meios para complementar a renda familiar e ao mesmo tempo, valorizar a cultura e o artesanato, utilizando para isso, a matéria prima da região amazônica. O MEB organizava eventos, como por exemplo, feiras de artesanatos para expor e comercializar os produtos produzidos pelas comunidades.

Geralmente as confecções dos materiais produzidos eram apresentadas na feira da cultura popular que era realizada na festa Santa Tereza, padroeira da cidade de Tefé, realizada em outubro na praça da matriz. Os produtos artesanais eram vendidos na feira e a renda era dividida entre as pessoas associadas ao clube de artesãos em Tefé.

## 7. Curso de Sindicalismo

Com a intenção de ampliar os horizontes da população mais carente do município de Tefé, o MEB criou o Curso de Sindicalismo, pois este seria utilizado como instrumento de transformação social, uma vez que proporcionaria aos ribeirinhos conhecimentos políticos do contexto não só da região amazônica, mas também do país como um todo. Para Wanderley (1984, p. 284):

*O trabalho de sindicalismo rural se constituiu numa pedra de toque do processo educativo do MEB, exercendo influência sobre as equipes dos Sistemas radiofônicos, sobre a programação das aulas, sobre os treinamentos, e, de certa forma, exigindo mais dos agentes. Uma constelação de fatores convergentes influenciou na necessidade do Movimento dedicar atenção especial nesta área de atuação[...].*

A partir das discussões realizadas nos cursos acerca dos direitos e dos deveres dos cidadãos, o MEB selecionava representantes nas comunidades para disseminar os conhecimentos e para liderar as ações de cunho sindical. Na entrevista concedida pela ex-supervisora do MEB, percebe-se os desafios enfrentados na condução do trabalho desenvolvido pelo Movimento acerca do sindicalismo:

*A minha satisfação se dá em ver que várias categorias de trabalhadores buscam se organizar em sindicato (saúde, educação, construção civil, taxista, trabalhadores*

*rurais, etc). É satisfatório poder conversar com pessoas que almejam e lutam por um sindicato forte, e principalmente quando há envolvimento de jovens e mulheres que apesar de trabalharem ainda tem pouca representatividade nas organizações. Por outro lado é incômodo e notório a falta de interesse da maioria dos trabalhadores, seja de qual for a categoria, que mesmo sentindo na pele a falta de transporte, saneamento, salário digno, condições de trabalho e várias implicações que impedem o direito de uma vida digna, não querem se envolver na luta, contribuindo dessa forma, para o enfraquecimento da organização. Outra inquietação é o assistencialismo por parte de políticos que aproveitam da ignorância de certas pessoas e desse jeito tiram proveito seja na produção ou nas questões eleitorais. Tenho procurado aproximar mais do sindicato dos trabalhadores rurais e juntos tentar descobrirmos um caminho que possamos planejar, executar e avaliar os trabalhos por eles desenvolvidos. (Joana, Ex-Supervisora do MEB em Tefé).*

O curso de sindicalismo tinha por finalidade explicar, formar e sensibilizar os participantes da relevância do tema, além disso, discutia os benefícios que o sindicato poderia propiciar aos comunitários. De acordo com De Kadt (2007, p.190):

Desde o começo do trabalho pela sindicalização no campo, estava claro que o Movimento iria ocupar-se da educação para o sindicalismo: usaria suas escolas radiofônicas e outros modos de atingir as comunidades rurais para suscitar o interesse pela ideia de sindicalismo e para transmitir o conteúdo básico de sua teoria e prática. Tudo isso deveria acontecer no processo geral da conscientização. O tema do sindicalismo deveria ser levantado aos poucos e naturalmente, na medida em que os camponeses comessem a expressar anseios por organização e ação.

À luz desse entendimento, conclui-se que, o MEB, por meio de ações presenciais e a distância, treinou os líderes comunitários acerca do sindicalismo rural para que estes discutissem com a população a relevância do sindicato para a construção de uma comunidade mais organizada, bem como, conscientizá-los dos problemas sociais e políticos tão presentes nas regiões subdesenvolvidas, mas possíveis de serem superados.

## **8. Curso de Educação Alimentar**

O MEB, preocupado com a alimentação das classes populares, criou o Curso de Educação Alimentar. O MEB tinha como objetivo orientar a população mais carente da importância da alimentação saudável, bem como, os cuidados necessários a preservação dos alimentos, pois sem estes cuidados os alimentos poderiam deteriorar-se causando mal-estar, como por exemplo, vômitos e diarreias. Encontra-se a seguir um trecho da Apostila do Curso de Educação Alimentar oferecido pelo MEB às populações ribeirinhas:

Um dos cuidados que você deve ter é procurar conservar os alimentos. Por exemplo: a carne deve durar muitos dias, isto é, para que você possa comer carne durante vários dias, você deve separar a parte que será usada naquele dia e o resto você salga para que possa usar em outro dia. Precisamos comer carne sempre, pois se comermos sempre farinha e peixe não estaremos nos alimentando bem. (Apostila do Curso Radiofônico de Educação Alimentar do MEB/ Tefé, s/d, p.11).

Além dos cuidados na conservação dos alimentos, o MEB também procurou orientar os ribeirinhos acerca do cultivo de verduras e frutas, não apenas para o próprio consumo, mas também para vender no mercado municipal em Tefé, e com isso, adquirir renda para o sustento da família. Segundo Antônio, ex-coordenador do MEB em Tefé, “o MEB trouxe técnicos da EMATER para orientar no plantio de bananas, hortaliças, legumes, mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar e árvores frutífera”.

Observa-se que, o MEB através do Curso de Educação Alimentar, nor-teou a população, a fim de que esta produzisse a sua própria alimentação, bem como, sensibilizou acerca dos cuidados necessários na preparação dos alimentos para que tivesse uma vida com mais qualidade. Encontra-se tais orientações na Apostila do Curso de Educação Alimentar, na Unidade, “Higiene na Preparação dos Alimentos”, da 11ª aula:

Os alimentos que comemos precisam ser bem cuidados, para evitar a contaminação de micróbios em nosso organismo. As frutas que comemos devem ser bem lavadas [...], mesmo que estas tenham cascas. Se comermos as frutas sem lavar, os micróbios que estão na casca da fruta, penetram em nosso organismo, podendo surgir várias doenças. (Apostila do Curso Radiofônico de Educação Alimentar do MEB/Tefé, s/d, p.18).

Há que considerar que, o MEB, por meio do curso radiofônico de Educação Alimentar, discutiu com a população ribeirinha assuntos de grande relevância para a saúde pública, uma vez que, em suas aulas, orientava não apenas sobre higiene, mas também, discutia questões relacionadas ao valor nutritivo dos alimentos, a melhor forma de acondicioná-los, de aproveitamento, das suas funções, da conservação, etc.

## **9. Curso de Moral e Cívica**

O MEB em Tefé, criou também o Curso de Moral e Cívica para a população ribeirinha, uma vez que pretendia discutir questões relacionadas a democracia, a participação coletiva e a religião. A seguir apresenta-se os objetivos do curso de Educação Moral e Cívica do MEB em Tefé:

Oferecer instrumento de que o homem do campo necessita para comunicar-se eficazmente com os outros e para compreender a realidade social em que está inserido; ajudar o homem rural a ter uma visão dos seus problemas, buscar solução na perspectiva de uma nova sociedade, verdadeiramente democrática, participativa e fraterna; colaborar ativamente para que ele se integre na comunidade rural na perspectiva de transformação da sociedade global a partir de sua situação concreta e cultural e histórica; criar espaço na mente e no coração do camponês, para que possa escutar e escolher a boa nova de Jesus Cristo. (Apostila do Curso de Educação Moral e Cívica do MEB/Tefé, 1988, p.4).

Como se vê, o curso de Moral e Cívica desenvolvido pelo MEB em Tefé, orientava, discutia e sensibilizava a população que vivia isolada às margens dos rios sobre questões de democracia, participação, solidariedade, cooperação, religião e transformação, questões estas, fundamentais para o desenvolvimento de

uma sociedade mais justa e fraterna. Na Apostila adotada no Curso de Moral e Cívica do MEB em Tefé (1988, p. 12), salienta que:

Faz-se a mobilização de lideranças visando a integração grupal. Para isso procura-se despertar a comunidade para encontrar os seus próprios problemas, refletir sobre os mesmos e buscar solução. Através da grupalização se mobiliza os comunitários para maior participação nas atividades da comunidade como: construção de CEB, capelas, campo de futebol, hortas comunitárias, casas para o clube de mães, posto de saúde, casa de farinha, roças comunitárias, festas religiosas, limpeza do povoado, círculos bíblicos, torneios intercomunitários, campanha de documentação, ação litúrgica, ação pastoral e campanha comunitária.

Portanto, acredita-se que o MEB em Tefé, proporcionou a população ribeirinha uma educação de base, buscou sensibilizá-los quanto aos direitos e deveres dos cidadãos e mostrou que uma realidade por mais precária que seja pode ser modificada ou transformada, desde que a população esteja organizada, unida e que tenha conhecimento. Segundo Fávero (2006, p. 272), a prática pedagógica do MEB era entendida como:

Conscientização, no sentido de formação de consciências, e como politização, em termos de organização e animação de grupos de base, com o intuito de possibilitar a organização da classe – converteu-se, em sua experiência original e também ao longo das experiências que lhe sucederam, em uma original pedagogia da participação popular.

Cabe destacar ainda que, as ações do MEB em Tefé foram em alguns momentos de cunho politizadoras/conscientizadoras e em outros momentos suas ações davam mais ênfase às questões religiosas/catequéticas.

### **Considerações Finais**

O Movimento de Educação de Base, juntamente com a Rádio Educação Rural de Tefé, contribuíram de forma significativa para a vida dos ribeirinhos que residiam em comunidades isoladas às margens dos rios. Para que a população tivesse acesso à educação formal e informal, o MEB desenvolveu suas atividades de forma presencial e via rádio, sendo este, o principal instrumento pedagógico do movimento. De acordo com Paiva, (2009, p.54):

O rádio, recurso tecnológico moderno, rápido, econômico, veículo de grande alcance, tornou-se, logo nos primeiros meses de experimento, um instrumento pedagógico de extraordinária utilidade e de fundamental importância como auxiliar para o desenvolvimento da alfabetização.

É importante lembrar que, os programas oferecidos pelo MEB em Tefé tinham na maioria das vezes, conteúdos relacionadas a formação da consciência crítica, pois, incentivava os indivíduos acerca dos direito e deveres, no entanto, em alguns momentos havia uma preocupação com as questões catequéticas e a formação de uma consciência religiosa. Dessa forma, percebe-se que as práticas pedagógicas do MEB, evidenciaram contribuições relevantes nos âmbitos da educação formal e informal, da política, da cultura, do lazer, da saúde e da religião. Segundo Peixoto Filho (2010, p. 38):

O trabalho pedagógico realizado pelo MEB, tendo o rádio como veículo de transmissão de suas atividades didáticas no campo da educação popular percorreu uma trajetória intensa e diversificada na produção de atividades próprias do trabalho educativo.

Acredita-se que o MEB em Tefé através dos programas radiofônicos cumpriu com sua função pedagógica, social e religiosa, já que se constituiu em experiência inovadora na maior parte do tempo em que desenvolveu suas ações. As práticas do MEB se destacaram por levar em consideração a realidade dos ribeirinhos, por valorizar suas experiências e por envolvê-las nas atividades, causando assim, na grande maioria de seus alunos e ouvintes a transformação social, política, educacional, cultural e religiosa.

### Referências Bibliográficas

BEISIGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

DE KADT, Emanuel. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

FÁVERO, Osmar. **Uma Pedagogia da Participação Popular**: análise da prática educativa do MEB (1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de adultos (1964-1985)**. São Paulo: USP, 1991.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **A Travessia do Popular na Contradança da Educação**. Goiânia: UCG, 2003.

\_\_\_\_\_. O Rádio e a Educação: a experiência do MEB e as contribuições para a educação popular. In: PRETTO, Nelson de Luca; TOSTA, Sandra Pereira (Org.). **Do MEB à WEB**: o rádio na educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PAIVA, Marlúcia Menezes de (Et al). **Escolas Radiofônicas de Natal**: uma história construída por muitos (1959-1966). Brasília: Liber Livro, 2009.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base-MEB**: discurso e prática, 1961-1967. São Luís: UFMA/Secretária de Educação, 1985.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar**: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.



# A Voz da Universidade: uma voz que se expande através das ondas do rádio...

Núbia Litaiff Moriz Schwamborn  
Franklin Pantoja Valério

## Introdução

O texto, de caráter documental, registra as concepções e atividades desenvolvidas pelos acadêmicos do Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST, ex-integrantes e atuais participantes do projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio*<sup>53</sup> desde 2006. Almeja-se também mostrar a importância da comunicação no meio acadêmico e enfatizar a relevância dos espaços democráticos para a interação entre a comunidade acadêmica do CEST e a comunidade tefeense. Fundamentando-se, principalmente, no histórico do próprio projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio* e dialogando com os depoimentos de integrantes, de ex-integrantes e de outras pessoas que, de alguma forma, estão relacionadas ao projeto, pretende-se informar como foi implantado o programa “A Voz da Universidade”, de que forma se estabeleceu a parceria com a Rádio Educação Rural de Tefé; quais acadêmicos integram atualmente o projeto; quem coordena o programa de rádio e como o programa radiofônico vem se expandindo pelas ondas do rádio, entre outras informações, relacionadas ao desenvolvimento efetivo do projeto. Assim, ao descrever as atividades e ações do projeto desenvolvido em parceria com a Rádio Educação Rural de Tefé, concebe-se que a experiência extensionista, sobretudo dos acadêmicos integrantes se mostrou significativa e trouxe importantes contribuições para a socialização democrática de informações, através do programa radiofônico “A Voz da Universidade”.

Na pesquisa, a teorização sobre comunicação, linguagem e mídias e os breves dados da emissora Rádio Educação Rural de Tefé, fundamentaram-se na revisão de literatura, recorrendo-se aos estudos, já realizados por teóricos como: Freire (1967), Coseriu (1980), Díaz Bordenave (2006), Santaella (1996), Ruas (2004), Schwamborn (2013), entre outros teóricos.

## Programa Radiofônico “A Voz da Universidade”: das Origens à Expansão...

Em agosto de 2001, implantava-se no município de Tefé, o Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, como unidade acadêmica da Universidade

53 O projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio* foi solicitado por Portaria Interna do CEST/UEA (PI 003/2006). Foi aprovado pela então Câmara de Extensão do CEST e está sendo desenvolvido, desde 2006, sob a coordenação da docente Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, professora do colegiado de Letras do Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST/UEA. Em 2011, o projeto foi aprovado pelo Edital 04 - PROEXT/MEC/SESU, sem orçamento financeiro e em 2015, foi aprovado pela Comissão de Produtividade (GP) da referida professora do CEST/UEA.

do Estado do Amazonas – UEA. Entre os professores que integravam a equipe pedagógica inicial, destaca-se aqui o saudoso professor Kleber Filgueira Bastos, que atuava na unidade acadêmica como coordenador dos cursos de licenciatura, do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST. Após uns meses em Tefé, considerando que, na época, o meio de comunicação mais acessível era o rádio, o professor coordenador dos cursos implantados no CEST, procurou o diretor da Rádio Educação Rural de Tefé – RERT para conversarem acerca de uma ideia que perpassava a mente de um grupo de acadêmicos: a criação de um programa de rádio que envolvesse os acadêmicos do CEST. Dessa forma, em 2002, o diretor administrativo da Rádio Educação Rural de Tefé, Thomas Schwamborn, recebeu na emissora de rádio, Kleber Filgueira Bastos. Sobre o teor da conversa, em entrevista, o diretor administrativo da Rádio Educação Rural de Tefé, informou que o professor e coordenador dos cursos do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, “*sentiu a necessidade de tornar a universidade mais atuante no município de Tefé*” (Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Após outros encontros das lideranças universitárias com a presença do Bispo da Prelazia de Tefé, D. Sérgio Eduardo Castriani, o diretor administrativo da emissora, desejoso também de contribuir com o sucesso da universidade no nosso município, aceitou a proposta, oportunizando a entrada da UEA de Tefé nas ondas do rádio. Em entrevista, o diretor administrativo da rádio assim se pronunciou:

Na verdade, creio que toda a comunidade almejava uma universidade implantada em Tefé. Sabedor de que a rádio se fundamenta no tripé “Informar, educar e divertir”, interessei-me pela proposta, desejoso também de contribuir com o sucesso da universidade no nosso município. Para tanto, o programa poderia contribuir com a divulgação das atividades da UEA e a interação da universidade com a comunidade e vice-versa (THOMAS SCHWAMBORN. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Assim, no dia 13 de abril de 2002, foi feita a primeira transmissão do programa “ao vivo” e no dia 20 de abril de 2002, o site da UEA: [www.uea.edu.br](http://www.uea.edu.br) anunciava no seu Portal de Notícias que a UEA estava “*nas ondas do rádio através do programa A Voz da Universidade, que está sendo transmitido todos os sábados, das 12h às 13horas, pela Rádio Educação Rural de Tefé, com produção do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST*”. O texto destacava que o objetivo era “*promover a aproximação da Universidade do Estado do Amazonas, junto às comunidades, através do programa*”. A notícia também informava que a concessão fora feita “*por Thomas Schwamborn, diretor da Rádio Educação Rural de Tefé, (...) sem qualquer ônus para a universidade*” (Portal de Notícias da UEA, 20/04/2002). Dessa forma, surgiu o programa “A Voz da Universidade”, embora não houvesse nenhum projeto sistematizado acerca do mesmo. Os primeiros participantes eram representantes dos vários cursos de licenciaturas existentes na época no centro: destacamos aqui Welner Campelo, Ronei Costa e Manuel Cristiano Lopes, do curso de Letras e Eloy Assunção e Alexandre, o “Xandão”, do curso de História.

Welner Campelo, professor de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino, faz suas considerações: “*Nós começamos ‘A Voz da Universidade’ assim que*



*iniciou o Centro de Estudos Superiores de Tefé, faço parte da turma pioneira do curso de Letras e fiz parte do projeto, que hoje é coordenado pela professora Núbia Litaiff Moriz” (WELNER CAMPELO. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).*

O programa ‘A Voz da Universidade’ foi importante demais para o CEST, porque foi quando a Universidade chegou às comunidades ribeirinhas, às cidades e aos municípios vizinhos. E era interessante, porque trazia os projetos da Universidade, pela primeira vez em uma Rádio de grande abrangência. Um Centro de Estudos Superiores, fixo, estava no município e, para os estudantes, era uma oportunidade única para partilharem os conhecimentos adquiridos no centro e fazer com que a comunidade evoluísse também na sua formação crítica (WELNER CAMPELO. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Após a inesperada morte do professor Kleber F. Bastos e os acadêmicos terem se formado e outros integrantes até já terem regressado para seus municípios de origem, o programa foi perdendo, gradativamente, o foco. Praticamente, não havia mais programa, no entanto, a emissora continuava divulgando as atividades do CEST e os serviços de utilidade pública, enviados para divulgação radiofônica.

### **A Voz da Universidade: A Ressignificação do Programa Radiofônico**

Em 2006, ao tomar conhecimento de que a Rádio Educação Rural de Tefé disponibilizava um espaço gratuito para o CEST, o professor Wilson Guilherme Acácio, que gostava muito da comunicação radiofônica, pois tinha participado do Projeto Rondon<sup>54</sup>, no município de Tefé, na sua gestão, instituiu uma portaria (Portaria Interna 003/2006 do CEST/UEA)<sup>55</sup> nomeando novos integrantes e a docente Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, do Colegiado de Letras, como presidente da Comissão com o objetivo de “reestruturar”, termo verbal utilizado na própria portaria interna, o programa radiofônico “A Voz da Universidade”.

O objetivo do diretor do CEST era usar o espaço radiofônico para novamente divulgar as ações feitas no Centro de Estudos Superiores de Tefé. Assim, a docente, como presidente da comissão, fez muito mais: elaborou e sistematizou um projeto, com todos os dados precisos a um projeto de extensão, inovando o programa “A Voz da Universidade”. A seguir, apresentou o projeto aos membros nomeados pela comissão e, por unanimidade, o projeto foi aceito pelos novos integrantes. Participavam da referida comissão, além da coordenadora do projeto, Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, o docente José Lino do Nascimento Marinho, com ampla experiência na comunicação jornalística, Evandessa Sabrine Lopes, do curso de Letras, o acadêmico de Geografia, Warison F. Cardoso, hoje conhecido também no ramo da comunicação radiofônica como F. Cardoso; o universitário de Letras e servidor da empresa MURAKI, Raifran Brandão, editor do jornal impresso regional *O Solimões*, além de Manuel Cristiano Lopes, professor da rede

54 O Projeto Rondon foi uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa em colaboração com a Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação – MEC, desenvolvido no período inicial de 1967 até 1989.

55 A Portaria Interna do CEST/UEA, de 09 de março de 2006 propunha a Comissão de Reestruturação do Programa A VOZ DA UNIVERSIDADE, dando autonomia para que fossem feitas as modificações necessárias no modelo atual do programa, transmitido aos sábados pela Rádio Educação Rural de Tefé.

estadual de ensino e egresso da primeira turma do curso de Letras, do CEST e que tinha participado como apresentador, no ano de 2002.

Posteriormente, o projeto foi também apresentado ao diretor administrativo da rádio, parceira do projeto, e o programa “A Voz da Universidade” passou a fazer parte da grade radiofônica da emissora. Veiculado efetivamente para toda a região do Médio Solimões e sem ônus para a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, através das ondas da emissora Rádio Educação Rural de Tefé, a pioneira no serviço de comunicação na nossa região, passou a contribuir, de forma significativa, para a integração do homem no seu grupo e sua sociedade, além de possibilitar a interação entre o mundo acadêmico e o mundo comunitário, expandindo a comunicação, divulgando e partilhando conhecimentos de forma democrática. Também foi apresentada a nova proposta metodológica do programa de rádio aos integrantes. O programa passaria a ser dividido em três blocos: I Bloco de Apresentação, II Bloco de Notícias e Entrevistas e III Bloco Espaço Cultural. Entre um bloco e outro haveria seleção musical. As primeiras vinhetas para o programa “A Voz da Universidade” foram gravadas, voluntariamente, por Fernando Banen e Marcelo Souza.

Em outra reunião, o professor José Lino Marinho ainda propôs a mudança de nome do programa radiofônico para A Universidade em Destaque. Após a exposição dos argumentos feita pelo professor, a presidente da comissão propôs uma votação entre os presentes na reunião e os membros da comissão deliberaram da seguinte forma: a favor da permanência do nome do programa A VOZ DA UNIVERSIDADE: quatro (4) votos; a favor da mudança do nome para A UNIVERSIDADE EM DESTAQUE, um (1) voto. No entanto, o professor José Lino Marinho sugeriu que fosse feita uma enquete para que a própria comunidade acadêmica escolhesse o nome do programa e assim, curiosamente, com grande participação dos discentes e docentes da época, foi feita uma enquete e manteve-se, através de eleição no dia 05 de abril de 2006, o nome original do programa: “A Voz da Universidade”, com larga diferença de votos. A eleição foi feita no próprio CEST e para transparência do processo eleitoral, foram designados professores e alunos para integrarem a comissão de contagem dos votos.

Conforme o que consta no Relatório 004/2006 do projeto *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio*, as universitárias Ana Gláucia Lima, no turno matutino e Edyana, no turno vespertino e o acadêmico Aroldo, no turno noturno, todos egressos do CEST, foram os responsáveis pelo desenvolvimento da votação. A votação encerrou-se às 19h17 e a contagem iniciou-se logo após o encerramento. A apuração foi feita sob a coordenação da professora Tatiana Gaion Malosso, na época, professora do Colegiado de Matemática e participaram como fiscais da apuração, as universitárias do curso de Biologia: Greicinilda Frazão, Salimara Moura Souza e Niclândia Lima. Dessa forma, após a apuração, chegou-se ao seguinte resultado: dos 304 votantes, 249 votaram a favor da permanência do nome A VOZ DA UNIVERSIDADE para o programa, 54 votaram a favor da mudança para A UNIVERSIDADE EM DESTAQUE e registrou-se ainda um (1) voto

nulo. Portanto, com 81,9 % dos votos válidos, manteve-se o nome do programa de rádio, com a efetiva participação da comunidade acadêmica.

Com o resultado, obtido democraticamente, o programa de rádio manteve e mantém até os dias atuais o nome original e assim, o projeto apresentado passou a ser desenvolvido como extensão no Centro de Estudos Superiores de Tefé, em parceria com a Rádio Educação Rural de Tefé.

O projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio* continha, inclusive, cronograma de atividades e cronograma financeiro. Embora o projeto tenha sido enviado para Manaus e recebido elogios das pró-reitorias da UEA, durante o decorrer de todos os anos, nunca foi repassado nenhum recurso financeiro. Contudo, a docente proponente e coordenadora estava bastante motivada e, com boa vontade, contribuiu com recursos próprios para o sucesso do trabalho, efetuando despesas tais como compra de tintas e papel para a impressão dos *scripts*, impressão de pautas, notícias, convites para os convidados, confecção de folders, compra de CDs e um gravador portátil, entre outras ações. Atualmente, além dessas despesas básicas, a coordenadora também se responsabiliza pela compra de brindes e prêmios para as edições especiais do programa, pela compra de canetas personalizadas, bonés e camisetas de identificação do projeto, além da confecção de banner para os eventos.

No dia 08 de abril de 2006, foi ao ar o primeiro programa “A Voz da Universidade”, sob a coordenação da professora Núbia Litaiff Moriz Schwamborn. O programa foi veiculado “ao vivo” pela emissora no horário das 12h às 13h, sob a apresentação dos professores José Lino Marinho e Manuel Cristiano Lopes. É fato que a partir da apresentação do projeto à direção do CEST/UEA, ainda em março de 2006, o projeto se expandiu e hoje é considerado o mais antigo e atuante projeto de extensão, no Centro de Estudos Superiores de Tefé, com participação, no Bloco de Entrevistas, de vários segmentos da sociedade tefeense. Entre os representantes da sociedade tefeense que estiveram no programa, destacam-se aqui a participação do professor Djaik Nery de Souza, da Organização Vaga Lume; de Zélia Maria M. Figueredo, representando a Coordenadoria Regional de Ensino; da professora Tatiana Malosso, representando o SENAC/Tefé, além de outros representantes do Instituto MAMIRAUÁ, ICMBio, Exército Brasileiro, SUSAM, SEDUC, SEMED, entre outros.

Destacam-se também as várias participações do primeiro reitor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Dr. Lourenço Pereira Braga, no programa de rádio, além da participação de ex-diretores do CEST e docentes. Em depoimento, Manuel Cristiano Lopes refere-se às entrevistas feitas com o primeiro reitor da UEA: [...] *fazíamos entrevistas com professores, com pró-reitores e reitor da universidade, eu tive a oportunidade de entrevistar duas vezes o primeiro reitor, né? Um reitor muito importante, que conduziu muito bem a Universidade do Estado do Amazonas...* (MANUEL CRISTIANO. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja/2015).

Entre os reitores, o professor Dr. José Aldemir de Oliveira e o atual reitor da UEA, Dr. Cleinaldo de Almeida Costa, em visita ao Centro de Estudos Superiores de Tefé, também concederam entrevistas externas à equipe de acadêmicos, integrantes de “A Voz da Universidade”. Segundo depoimento da própria coordenadora do projeto, registra-se aqui que: [...] *igualmente como o primeiro reitor da UEA, Dr. Lourenço Braga, que se mostrou um incentivador do trabalho de extensão desenvolvido no CEST, o atual reitor da UEA, Dr. Cleinaldo de Almeida Costa, também se mostrou um grande incentivador do projeto* (NÚBIA LITAIF. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Na mesma entrevista, a coordenadora do projeto fala sobre a importância do apoio do reitor ao projeto: *“Tive a oportunidade de conversar com a professora Samara Barbosa de Menezes e com o magnífico reitor em Manaus, na Reitoria, por ocasião da Gratificação de Produtividade que envolvia o projeto de minha autoria”*. E sobre a forma como trabalha faz a seguinte consideração: *“Manter uma equipe motivada é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. O reitor, em uma das ocasiões em que visitou o CEST, concedeu entrevista externa que foi veiculada no programa”* (NÚBIA LITAIF. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Entre os docentes de diferentes áreas do CEST/UEA, que participaram do Bloco de Entrevistas do programa radiofônico, destacamos as entrevistas com Germano Martins, Wanderlan Barbosa, Assunta Castro, Sérgio Luiz Gianizella, Núbia Litaiff Moriz, sobre o tema Ensino da Literatura, José Siqueira Benites, sobre o tema Educação Ambiental, Afonso Valois, acerca da Semana de Ciência e Tecnologia, Cilene de Miranda Pontes, José Dalvo Santiago, que foi presidente da Câmara de Extensão do CEST/Portaria 068/2011, Greta Tamy, sobre o Ensino da Química no cotidiano, Rosineide Monteiro, José Lino Marinho, Rita de Cássia Machado, Veronica Prudente, Rita de Cássia Eutrópio, o atual diretor do CEST, Marcus Lúcio de Sousa, Whasgthon A. de Almeida, além de Macário Carvalho, Thiago Santos, Feliciano Parente e Guilherme Gitahy de Figueiredo, professores que muito incentivam o trabalho e valorizam o programa de rádio, como instrumento democrático de comunicação e socialização.

Também concederam entrevistas ao programa, o músico Celdo Braga, o escritor amazonense Tenório Telles, a professora Joelma Carvalho, o professor Dr. Valteir Martins, na ocasião, coordenador institucional do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/ UEA e em 2016, o Juiz Federal. Dr. Alan Fernandes Minori, que se pronunciou acerca das eleições municipais.

Em junho de 2015, o programa recebeu um grupo de jovens comunicadores de vários países da América Latina: doze jovens comunicadores integrantes de “A Nave Vai”, que estavam viajando de maio a junho para conhecerem a realidade dos povos amazônicos entre Puyo e Tefé. Acompanhados do docente do CEST, Guilherme Gitahy de Figueiredo, jovens do Peru, do Equador, da Colômbia e do Brasil participaram do Bloco de Entrevistas do programa “A Voz da Universidade” e a interação entre o grupo visitante e os integrantes do programa foi excelente.

O projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio* está registrado na UEA/Sisproj, sob o nº. 22.022 e integram a equipe do projeto, os acadêmicos dos diferentes cursos do CEST. Constatou-se que o número de alunos do curso de Letras é maior, devido à proximidade com a coordenadora do projeto e sua atuação no colegiado de Letras. Entre os acadêmicos e egressos do CEST que participaram do projeto de extensão compreendendo o período de 2006 a 2016, sob a coordenação da professora Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, além de Evandessa Sabrine Lopes, Raifran Brandão, Warison Fabrício Cardoso e Manuel Cristiano Lopes, integrantes da primeira turma, instituída por Portaria do CEST, citamos: Josué Meireles, Suzye Sevalho, Lenize Bittencourt, Mateus Epifânio, Siney Leocádio, Adenilson Mafumba, Paulo Jorge, Rutiane Souza, Mirlene Rodrigues, Juçara Pinheiro, Silvana Rodrigues, Ozilene Meireles, Maria das Graças Pereira, Fábio Fonte, Jonas Souza, Carlito Farias, Raissa Moriz, Edvan Lima, Kyssia Oliveira, Jackson Marinho, Adryanne Vasconcelos, Marcos Rogério, Augusto Gomes, entre outros.

### **Gradativamente, a Valorização do Programa Radiofônico...**

Inicialmente, apesar de ser um projeto de extensão, coordenado por uma docente da instituição, os acadêmicos participantes não recebiam créditos referentes à disciplina Atividades Acadêmico-Cultural-Científicas. Sentindo que os acadêmicos participavam com responsabilidade e muita boa vontade, a professora coordenadora apresentou novamente o projeto à Câmara de Extensão do CEST, solicitando que os acadêmicos que integravam o projeto, desenvolvendo inúmeras funções inerentes ao projeto, passassem a ganhar créditos referentes à disciplina Atividades Acadêmico-Cultural-Científicas. Então a partir de 2009, todos os integrantes passaram a receber os créditos, contabilizando as horas para a referida disciplina. Em entrevista Welner Campelo também reafirma que *“somente a partir de 2009, os acadêmicos passaram a usufruir dos créditos destinados à disciplina obrigatória para a conclusão e colação de grau dos cursos oferecidos pela UEA”* (Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Atualmente, a equipe de acadêmicos, atuando no primeiro semestre de 2017, é formada por Franklin Pantoja, Eliazar Brandão, Alessandra Barbosa, Ândria Tamires Cruz, Kerolayne Mota, Luiz Auleriano, Marilson Cruz e Raquel Rebouças, todos universitários de diferentes períodos, do curso de Letras.

### **Breves Dados Sobre a Emissora, Parceira do Projeto...**

Em 1962, Dom Joaquim de Lange, primeiro bispo da Prelazia de Tefé, juntamente com os padres da Congregação do Espírito Santo da Prelazia de Tefé, deram início ao projeto radiofônico de evangelização. A ideia era dar acesso à comunicação, principalmente, nas comunidades distantes e isoladas, geograficamente, da cidade. A Rádio Educação Rural de Tefé seria uma proposta fundamental para fazer a catequização e, principalmente a educação dos jovens comunitários, com isso surgiu também o Movimento de Educação de Base – MEB com propostas

alternativas, através da instalação de uma estação radiofônica.

Então, em 15 de dezembro de 1960, a rádio católica se tornou pessoa jurídica. A entidade foi “inscrita no cartório de Tefé com o seu contrato social, no dia 15 de dezembro de 1960, assinado por D. João de Souza Lima, pela Irmã Admir Bamberg e por Elisa Martins” (SCHWAMBORN, 2013, p. 28) e serviram de testemunhos, os senhores José Marques e José Martiniano Sobrinho.

Após a doação de um terreno pela Câmara Municipal, o padre Paulo Verweijen e o irmão Canísio iniciaram os trabalhos de montagens e instalação dos transmissores: “as pioneiras antenas foram erguidas em 1963, pelo padre Paulo e por técnicos da FAB - Força Aérea Brasileira” (SCHWAMBORN, 2013, p. 30). No dia 13 de outubro de 1963, as transmissões feitas dos estúdios provisórios, no Seminário São José iniciaram-se pela Rádio Educação Rural de Tefé e em 17 de julho de 1966, inaugurou-se o prédio onde funcionaria a emissora, na Praça da Matriz de Santa Teresa.

Com o transcorrer dos anos, através das suas atividades radiofônicas, a Rádio Educação Rural de Tefé tornou-se o símbolo pioneiro da comunicação através do rádio:

Foi através dessa emissora que o MEB - Movimento de Educação de Base - alfabetizou, com suas escolas radiofônicas, os ribeirinhos dos municípios de Tefé, Alvarães, Uarini, Maraã, Juruá, Carauari, Itamarati, Fonte Boa e Jutai (SCHWAMBORN, 2013, p. 44).

Através das ondas do rádio, os ribeirinhos e o camponês também passavam a “tomar conhecimento do que acontecia no seu estado, na sua região, no seu país e no mundo” (PAIVA 2009, p. 51). Através do som das ondas da Rádio Educação Rural de Tefé, Dom Joaquim de Lange, consoante Pessoa (2002): “levou a mensagem evangelizadora de Cristo aos ribeirinhos nos seus tapires e deu-lhes a entender que são homens e mulheres capazes de fazer mudanças”. Sobre a importância da emissora para o projeto de extensão, o egresso do curso de Letras, Mateus Epifânio, que integrou o programa “A Voz da Universidade”, sob a coordenação da docente Núbia Litaiff, afirma que “[...] *a grande parceira do projeto que não pode ser esquecida é a Rádio Educação Rural de Tefé*”.

[...] Essa Rádio que faz um programa social e educacional há muito tempo (barulho de vozes de alunos), é ela que oportunizou não só a mim, mas oportuniza ainda hoje, os jovens a utilizarem de meios radiofônicos para se comunicarem ou levar uma mensagem de esperança a tantos e tantos amazônicos espalhados nessa linda Amazônia (MATEUS EPIFÂNIO. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

E assim, gradativamente, a emissora tornou-se o meio eficaz e catalizador para realizar a formação de lideranças leigas e a formação de comunidades, na Prelazia de Tefé e dessa forma, a emissora parceira do projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio* continua “educando, informando, divertindo e evangelizando” (GRUYTERS, 1997, p. 65) até os dias atuais. Cabe ainda aqui registrar que, na ocasião do cinquentenário da nossa maior parceria: a Rádio

Educação Rural de Tefé, o programa “A Voz da Universidade” recebeu o diploma de reconhecimento pelas atividades desenvolvidas, no âmbito da comunicação.

## O Papel da Comunicação no Mundo Contemporâneo

Desde os primórdios, o homem já tentava interagir com seus semelhantes e com o mundo. Assim, socializar e ter acesso a conteúdos significativos, ou seja, o ato de comunicar, já representava um requisito fundamental para o homem viver em sociedade. Comunicar-se e interagir com as demais pessoas que integram uma comunidade são atribuições que permitem o melhor relacionamento do homem consigo e com a realidade na qual está inserido, sobretudo, na contemporaneidade, em que as informações são legitimadas pelo avanço da tecnologia.

Sobre a importância da comunicação, como instrumento de consciência crítica, Diáz Bordenave (2006), assim se reporta:

E a comunicação? Será que o modo de nossa sociedade usar sua comunicação ‘social’ responde às necessidades das pessoas reais? Os meios de comunicação ajudam na tomada de decisões importantes? Oferecem oportunidades de expressões a todos os setores da população? Fornecem ocasiões de diálogo e de encontro? Estimulam o crescimento da consciência crítica e da capacidade de participação? Questionam os regimes políticos e as estruturas sociais que não respondem aos anseios da liberdade, convívio, beleza, além de não satisfazer às necessidades básicas da população? ( p. 9).

Portanto, saber comunicar-se e interagir com o “outro” são atribuições que capacitam o diálogo e permitem o relacionamento consigo e a integração com o mundo. Na concepção de Paulo Freire (1967), o homem deve não somente estar em contato com o mundo, mas estar intimamente integrado a ele. Recorrendo-se ainda a Freire (1967), o teórico afirma que “ao se integrar ao mundo, o homem faz cultura”, dessa forma, é justamente o diálogo, a integração ao mundo e a comunicação que permitem a cultura em nossa sociedade. Nessa perspectiva, no projeto de extensão *A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio*, consta que “ao se integrar ao mundo, o homem, pela comunicação e por suas ações é capaz de transformar a realidade na qual está inserido” (MORIZ, GP/ 2015) <sup>56</sup>. Sobre o termo comunicação, o mesmo “exprime a totalidade do processo que coloca em relação duas (ou mais) consciências” (MARTINO, 2001, p. 75) e nesse contexto, democratizar coletivamente as informações, interagir com o outro (receptores do programa) e expandir conhecimentos, é “transmitir cultura, é fazer educação” (BARBOSA; SAMPAIO, 2008, p. 50).

Estima-se que “gastamos cerca de 70% do nosso tempo ativo nos comunicando: ouvindo, falando, lendo e escrevendo” (BERLO, 1999, p. 1). Essas ações caracterizam a comunicação como um agente do processo social: por meio da comunicação o homem se torna um ser social e assim se mantém (RUAS, 2004, p.

56 O projeto de extensão que serve de suporte teórico, de autoria de Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, docente do CEST/UEA, foi aprovado pela Comissão de Gratificação de Produtividade (GP) da UEA, para ser desenvolvido no período de 2015 a fev./2017.

27). Com referência ao uso da linguagem, o teórico Coseriu (1980) afirma que a linguagem: “expressa o indivíduo por seu caráter de criação”, mas também expressa,

o ambiente social e nacional, por seu caráter de repetição, de aceitação da norma, que é, ao mesmo tempo histórica e sincrônica: existe o falar porque existem indivíduos que pensam e sentem, e existem línguas como entidades históricas e como sistemas e normas ideais, porque a linguagem não é só expressão, finalidade em si mesma, senão também comunicação (COSERIU, 1980, p. 59).

Através de uma linguagem espontânea, informal, dinâmica e acessível a todos os ouvintes, a radiodifusão do programa “A Voz da Universidade” possibilita a interação entre os próprios integrantes do projeto e com a sociedade teffense, sendo assim, a coordenadora do projeto sempre enfatiza que o discurso linguístico deve se tornar cada vez mais dinâmico, coletivo e fluente. Ainda relacionado ao tema linguagem, o renomado linguista Bakhtin (1986) prenuncia que “o ato da fala ou, exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido do termo” (BAKHTIN, 1986, p. 109). Para Bakhtin, toda enunciação é de “natureza social”. Portanto, ainda em conformidade com o linguista, toda “palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1986, p. 109).

Sobre a ideologia dos membros integrantes do projeto é consenso que, através da radiofusão, expressam-se as representações sociais relacionadas aos interesses, desejos, pensamentos, ideias filosóficas, mas sem impor uma ideologia de classe dominante. Em suma, a ideologia para o grupo deve ter como função, “assegurar uma determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptar os indivíduos a suas tarefas fixadas pela sociedade” (SANTAELLA, 1996, p. 2014).

Para os integrantes do projeto, a ideologia conjunta é de que o programa radiofônico deve representar a “voz” acadêmica, mas efetivamente deve comportar todas as classes sociais.

As ideologias podem conter elementos de conhecimento, porém nelas predominam elementos que têm uma função de adaptação à realidade. Os homens interagem entre si e com o mundo dentro da ideologia. É ela que forma e conforma nossa consciência, atitudes, comportamentos, para amoldar-nos às condições de nossa existência social (SANTAELLA, 1996, p. 214).

Assim, no programa “A Voz da Universidade”, a equipe interage com o ouvinte como um grupo social que dialoga de forma extensionista visando à troca e partilha de informações. Desse modo, toda informação, inserida no processo de democratização das mídias, também visa à coletividade. É exatamente a proposta do programa de rádio “A Voz da Universidade”: uma voz que almeja ser uníssona, plural e eficientemente democrática, no âmbito da comunicação.

Logo, socializar conhecimentos, partilhar informações, interagir com os ouvintes de forma prática, informal ou formal, visto que o rádio, por ser um veículo de comunicação preza o uso correto da língua padrão, mas, ao mesmo



tempo, utilizado de forma descontraída e acessível a todos que ouvem e usam o rádio como instrumento significativo de comunicação e interação.

Através da experiência partilhada no programa “A Voz da Universidade”, percebe-se que entre os integrantes do programa: docente coordenadora, acadêmicos e público-alvo, no caso, os ouvintes do programa, e mesmo os internautas que se utilizam do site da emissora e da rede social *facebook*, almeja-se uma real necessidade comunicativa de enquadrar-se no conceito de democratização de informações e partilha de conhecimentos.

De acordo com Castells (2009) comunicar é “compartilhar significados mediante o intercâmbio de informação”. Quanto ao processo de comunicação, segundo o teórico, ele se define “pela tecnologia da comunicação, as características dos emissores e dos receptores da informação, seus códigos culturais de referência, seus protocolos de comunicação e o alcance do processo” (CASTELLS, 2009, p. 87) que também vai se transformando, particularmente, com o avanço da internet. Cumpre, portanto aliar a radiodifusão a outros meios tecnológicos para a propagação do programa e partilha de informações.

Sobre a evolução radiofônica, Ruas (2004), enfatiza que “toda esta evolução nos leva à compreensão de que não haveria sociedade, tal como conhecemos hoje, evoluída e globalizada, sem a consequente evolução da comunicação”. Portanto, não haveria evolução no processo da convivência e do desenvolvimento humano, sem a evolução dos meios de comunicação. São eles,

que levam informação e entretenimento à casa das pessoas por meio de satélite, radiodifusão, cabo e telefone. Cada sistema se constitui e construiu novos caminhos, criou facilidade e, de tempos em tempos faz surgir, como no caso do computador, novos registros linguísticos: temos hoje um tipo de escrita ‘fala’, um modo de escrever ‘oralizado’. São maneiras de se expressar, de se relacionar com o outro e de perceber o mundo na sua globalidade, em que espaço real e distância vão se tronando cada vez mais irrelevante (RUAS, 2004, p. 33).

Dessa forma, mais uma vez, enfatiza-se que a comunicação é algo inerente ao homem, visto que ele é um ser social, que precisa constantemente partilhar seus pensamentos, ideias, anseios, objetivos e sonhos para os demais que interagem no mundo contemporâneo. No âmbito do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, unidade acadêmica da UEA, o projeto vem cumprindo seu papel de socializar as informações e de disseminador antecedentes de ações sociais: todos os sábados, comunicados diversos, oriundos da direção do CEST, notícias locais de interesse da comunidade ou transcritas do portal da UEA são divulgadas no programa radiofônico “A Voz da Universidade” almejando que a “voz” da universidade, através dos integrantes do programa se transforme em uma voz social, democrática e pluralizada.

### **Interação, Coletividade e Atividades: a Metodologia do Programa Radiofônico “A Voz da Universidade”**

Como já foi afirmado, através da comissão criada e presidida pela docente do CEST, surgiu o projeto, cujo título *A Universidade em Destaque pelas On-*

*das do Rádio*, já insere a intenção do projeto: destacar a instituição. Para maior dinâmica e participação no projeto, a coordenadora distribui entre os acadêmicos, as funções inerentes ao desenvolvimento do projeto, de acordo com as aptidões dos membros integrantes. Dessa forma, os integrantes vão desenvolvendo suas funções escolhidas ou descobrindo novas aptidões. Alguns gostam de apresentar o programa, outros preferem ler as notícias selecionadas, uns declamam poemas, outros selecionam as músicas.

O programa, que vai ao ar das 12h às 13h é dividido em três blocos: Bloco de Apresentação e interação dos membros com os ouvintes, Bloco de Notícias e Entrevistas e Bloco Espaço Cultural. No programa radiofônico, para facilitar a interação com os ouvintes, a apresentação, comumente é feita entre dois apresentadores. No primeiro bloco, além da vinheta, música de abertura, apresentação da equipe, saudação aos ouvintes e aniversariantes, é feita a divulgação das manchetes das notícias, além de cortinas musicais. No Bloco de Notícias e Entrevistas, há, principalmente, a divulgação das atividades desenvolvidas pelo CEST e pela UEA e das notícias de interesse da comunidade, incluindo reportagens externas, além da participação de professores e de representantes da sociedade, em entrevistas. No horário do programa, fica disponibilizado o endereço eletrônico e o telefone da emissora, assim, a interação pode ser feita de forma simultânea à veiculação do programa. No Bloco Espaço Cultural são atendidas solicitações de músicas, leitura de poemas, mensagens diversas e dicas de filmes.

Como projeto, evidentemente, que várias atividades são desenvolvidas pelos membros do grupo, visando à extensão, ao ensino e à pesquisa. Cogita-se para o segundo semestre de 2017, a inserção de um quadro “Divulgue sua pesquisa ou projeto” para possibilitar que os acadêmicos divulguem seus projetos, sejam do PIBID, PAIC ou Trabalhos de Conclusão de Cursos.

Algumas funções e atividades dos integrantes do projeto de extensão são realizadas de forma ininterrupta, tais como: Apresentação do programa “A Voz da Universidade”, aos sábados, direto dos estúdios da Rádio Educação Rural de Tefé; Seleção e Edição das notícias usando como fonte, sobretudo, o portal de notícias da UEA. Cumpre destacar aqui a importância do próprio site da Universidade do Estado do Amazonas para a seleção de notícias feitas pelos integrantes e pela coordenadora do projeto, além da divulgação de serviço de utilidade pública: avisos e comunicados enviados pela direção do CEST, para a Rádio Educação Rural de Tefé. Outras atividades são referentes à produção dos textos que envolvem as notícias locais e seleção de notícias para alimentar a página na rede social do *Facebook*: Voz DA Universidade. Outras atividades são referentes à participação dos acadêmicos, nas reuniões com a coordenadora do programa, geralmente no prédio da rádio e planejamento das edições especiais do programa radiofônico como: Carnaval, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Aniversário da cidade, Dia do Estudante, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia do Professor, Edição de Natal, entre outras datas festivas. A equipe preocupa-se com a divulgação no âmbito acadêmico e disponibiliza o endereço eletrônico: vozdauniversidade@gmail.com para

divulgação de notícias e interação com os acadêmicos do CEST. Convém aqui enfatizar, que somos ouvidos pela comunidade rural, tanto de Tefé, quanto de outros municípios vizinhos; pela comunidade urbana, com a participação de ouvintes dos vários bairros do município de Tefé e pela internet, no entanto, muitos acadêmicos, alegando que não dispõem de rádio, não ouvem o programa que representa a “voz” da comunidade acadêmica do CEST/UEA.

Nessa perspectiva, é clara a concepção da coordenadora do programa:

Sobre o programa de rádio, eu gostaria que ‘A Voz da Universidade’ representasse a nossa voz, que fosse conhecida por todos os acadêmicos. Lamento que muitos acadêmicos não conheçam o projeto, mas os ouvintes da emissora parceira do projeto conhecem e valorizam o nosso trabalho. Desde 2006, estou coordenando o projeto que tem crescido bastante e minha equipe é bastante comprometida com o trabalho... (NÚBIA LITAIF. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Dessa forma, consciente de que muitos alunos desconhecem o projeto e sob a orientação da professora Rita de Cássia Eutrópio, o atual integrante Franklin Pantoja, ministrou palestras para os discentes da Escola Estadual Corinto Borges Façanha e da Escola Municipal Wenceslau de Queiroz e, na ocasião do I Simpósio Regional de Estudos Linguísticos e Literários do Médio Solimões – I SIRELLMS, promovido pelo Curso de Letras do CEST, os alunos integrantes do projeto, distribuíram folders com informações sobre o projeto, canetas personalizadas, além da apresentação de pôster. Em 2014, o integrante Franklin Pantoja submeteu o trabalho para comunicação oral e apresentação de banner no INTERCON/Norte 2014, promovido pela Universidade Federal do Pará – UFPA em Belém/Pará, Coincidentemente, após a apresentação no sábado, o acadêmico informou, que naquele momento, o programa “A Voz da Universidade” estava no ar, “ao vivo”, o que levou os integrantes da Rádio Web Universitária, da UFPA a se interessarem ainda mais e a fazerem contato, através do site da rádio e por telefone. E assim estabelecemos comunicação com o então integrante Fábio Fonte, que na ocasião, apresentava o programa.

Outra atividade importante, desenvolvida pelos integrantes do projeto, diz respeito à participação dos mesmos nas atividades promovidas pelo CEST/UEA, de um modo geral, e em outros eventos promovidos por instituições diversas.

Um aspecto que caracteriza o projeto é a rotatividade dos integrantes. Os novatos que se integram ao projeto são recebidos pelos antigos integrantes com alegria e respeito. Entre eles, passam noções de entonação de voz, lembrando que a coordenadora sempre fala: “*o maior instrumento do nosso programa é a nossa própria voz. Precisamos pronunciar com entonação as palavras e deixar a nossa mensagem fluir entre os nossos ouvintes*”.

Portanto, a rotatividade de integrantes é um aspecto no projeto. A cada ano, alguns acadêmicos, saem do projeto, após a conclusão do curso, e assim são inseridos novos integrantes, tanto do curso de Letras quanto de outros cursos do CEST. A rotatividade permite que outros acadêmicos integrem-se ao trabalho e

possam usufruir também dos créditos acadêmicos. Convém enfatizar que, geralmente, os acadêmicos, integrantes do projeto, não possuem curso de comunicação ou jornalismo. São acadêmicos, principalmente do curso de Letras, que demonstram, principalmente, um comprometimento com o projeto, coordenado pela docente do CEST.

### **Programa “A Voz da Universidade”: concepções diversas...**

Em conformidade com Santaella (1999), toda linguagem “precisa estar encarnada numa materialidade qualquer para que possa ser transmitida, ou seja, para que se efetive o processo de comunicação” (p. 316). Portanto, “não há linguagem sem meio” (p. SANTAELLA, 1999, p. 317). Nesse sentido, a “voz” plural dos acadêmicos vai se expandindo com fins de alcançar uma audiência, agregando valores e disseminando a informação de forma democrática e através de uma linguagem acessível a todos.

Sobre a importância do projeto, o professor Manuel Cristiano Lopes, se pronuncia da seguinte forma: “[...] *Durante os três anos que fiquei sob a coordenação da professora Núbia Litaiff, foi um sucesso, o programa ‘pegou’ assim uma grande ascensão de audiência, conseguimos produzir melhor os nossos programas...*” (MANUEL CRISTIANO LOPES. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Perguntado ao ex-integrante o que “A Voz da Universidade” possibilitou a ele, quais as contribuições, reafirma: “[...] *esse programa me trouxe uma oportunidade esplêndida de poder me comunicar, de poder me desenvolver na comunicação, de poder (pausa longa) ter um raciocínio lógico bem afinado na oralidade, né?*” (MANUEL CRISTIANO LOPES. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Quanto às experiências do ex-integrante Carlito Farias, do curso de Matemática, no programa “A Voz da Universidade”, o mesmo relaciona sua experiência à disciplina Física: “*Inicialmente comecei como voluntário, pois queria conhecer não só o espaço físico da rádio, mas poder sentir a emoção de estar junto daqueles que faziam tudo acontecer*”. E continua, em sua entrevista:

[...] então me tornei membro e fiz parte do grupo, onde por sinal, fui recebido de braços abertos, por todos que faziam parte da equipe, que participavam de forma direta ou indiretamente do programa “A Voz da Universidade” [...] Fiquei muito feliz e quando me foi dada a oportunidade de fazer parte da equipe, comecei a fazer perguntas a mim mesmo, e uma delas foi: o que seria uma rádio, claro além de um espaço físico? Então descobri que além de um espaço físico, é também um espaço sonoro, é som; para a física é uma mídia que pode ser utilizada como um meio de criação artística que nos introduz uma grande variedade de sons, vozes, instrumentos musicais, manifestações linguísticas, vozes que interagem que podem ser ouvidos pela rádio, impressionando nossa mente, criando assim imagens desde a sua escuta e cada um desses sons nos traz alguma percepção, informação sobre algo, como um acontecimento em si (fonte) do qual a provem, como também nos dá informações do lugar onde está acontecendo tal fato (CARLITO FARIAS. Em entrevista concedida a Franklin Pantoja, 2015).

Em 2014, o projeto foi apresentado no Seminário Internacional Pan-Amazônico – I SIS CULTURA. Após a análise do Grupo de Trabalho e apresentação da Comunicação Oral, a pesquisadora, Dra. Ivânia Vieira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, assim se pronunciou, a respeito do trabalho apresentado:

É um prazer estar falando com Tefé e com todos os municípios vizinhos, enfim, com toda essa parte da Pan-Amazônia. Nós estamos hoje aqui, na UFAM, no segundo dia do Seminário Internacional Pan-Amazônico onde o trabalho do Franklin que discute esse projeto de rádio e de uma rádio que quer levar a VOZ DA UNIVERSIDADE, por isso uma Voz plural por isso uma Voz que tem que inquietar por isso uma Voz que tem que gerar outras interrogações é importante. Nós acabamos de sair do GT (Grupo de trabalho) que analisou esse projeto, ficamos muito contentes com a característica e com o empenho do Franklin em mostrar esse trabalho de vocês. (IVÂNIA VIEIRA. Trecho da entrevista concedida a Franklin Pantoja, durante o evento I SIS CULTURA PANAMAZÔNIA-Interdisciplinaridade, Desafios e Perspectivas – UFAM, 2014).

Como resultado positivo da participação de acadêmicos no projeto referenda-se também o fato de que vários integrantes que passaram ou participam do programa, hoje atuam nas emissoras de rádios comerciais do município de Tefé: Siney Leocádio, Warison Fabrício (F Cardoso), Jonas Souza, Jackson Marinho, Adryanne Vasconcelos, Augusto Gomes, Josué Meireles e Marilson Cruz. O fato demonstra que o programa “A Voz da Universidade” serve para formar locutores, radialistas e apresentadores para a comunicação radiofônica e serve como oficina (workshop) para a aprendizagem da oralidade, oratória e interação pessoal comunicacional, visto que alguns integrantes atuam nas outras rádios do município de Tefé, devido à experiência adquirida com o projeto de extensão.

Para todos os envolvidos representa uma experiência proveitosa e eficaz na disseminação das ideias e recepção das notícias de interesse também da comunidade local. É a UEA, através do projeto de extensão, cumprindo o seu papel social.

### **Consideração Final**

Tal qual como a emissora de rádio, parceira do projeto, onde o “povo tem direito de falar” (SCHWAMBORN, 2013, p. 67), constatou-se, através dos depoimentos dos participantes que o programa “A Voz da Universidade” possibilitou que um significativo número de acadêmicos e comunitários partilhem experiências educacionais, socioculturais e comunicativas. Constatou-se ainda que a equipe preocupa-se em interagir com a população, utilizando-se de uma linguagem espontânea e acessível a todos. E assim, o programa “A Voz da Universidade” cumpre seus objetivos propostos, viabiliza e socializa informações de forma democrática.

Para finalizar, sobre um programa de rádio que visa partilhar informações de interesse da comunidade acadêmica, até hoje, a única unidade acadêmica da UEA a ter um programa radiofônico desse porte, restringe-se ao Centro de Estudos Superiores de Tefé. Portanto, o programa “A Voz da Universidade” é re-

levante para a comunidade acadêmica do CEST e forma eficaz de interação entre os ouvintes da Rádio Educação Rural de Tefé e a equipe componente do projeto. Sendo assim, é um eficiente meio de comunicação e de informação para divulgar as atividades do CEST, da própria UEA e da sociedade tefeense.

### **Referências Bibliográficas**

BERLO, David K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e à prática. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BARBOSA, Ierecê; SAMPAIO, Eliana Santos. **Comunicação e Marketing na Gestão Escolar**. Manaus: Edições UEA, 2008.

CARLITO FARIAS. “Entrevista concedida ao pesquisador sobre a participação no programa A VOZ DA UNIVERSIDADE”. Tefé/AM, 2015. Concedida a Franklin Pantoja para o TCC/2015.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

COSERIU, Eugênio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é Comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação com Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GRUYTERS, Antônio. **Cem anos de Presença Espiritana em Tefé**. Tefé/AM, 1997.

IVÂNIA VIEIRA. “Trecho da entrevista concedida ao pesquisador, durante o evento I SIS CULTURA PANAMAZÔNIA - Interdisciplinaridade, Desafios e Perspectivas” – UFAM, 2014. Concedida a Franklin Pantoja (2014).

MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MANUEL CRISTIANO LOPES. “Entrevista concedida ao pesquisador sobre o programa A Voz da Universidade”. Tefé/AM, 2015. Concedida a Franklin Pantoja para o TCC/2015.

MATEUS EPIFÂNIO. “Entrevista concedida ao pesquisador sobre a Rádio Educação Rural de Tefé, parceira do programa A VOZ DA UNIVERSIDADE”. Tefé/AM, 2015. Concedida a Franklin Pantoja para o TCC/2015.

NÚBIA LITAIFF. “Entrevista concedida ao pesquisador sobre a coordenação do programa A VOZ DA UNIVERSIDADE”. Tefé/AM, 2015. Concedida a Franklin Pantoja para o TCC/2015.

PAIVA, Marilúcia Medeiros de (Org.). **As Escolas Radiofônicas de Natal**: uma história construída por muitos (1958-1966). Brasília: Liber livro/UFRN: Natal, 2009.

PESSOA, Protásio Lopes. **Da educação radiofônica à educação política**. MEB/Tefé, 2002. (Semana Dom Joaquim “Assim é contada a nossa história” – Material impresso), 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **Produção da Linguagem e ideologia**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHWAMBORN, Thomas. **Rádio Educação Rural de Tefé - Evangelizando e comunicando**. Tefé: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2013.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Rádio comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 204.

UEA <[www.uea.edu.br](http://www.uea.edu.br)> Portal de Notícias da Universidade do Estado do Amazonas (2002). Disponível em folha impressa no Arquivo da Rádio Educação Rural de Tefé.

WELNER CAMPELO. “Entrevista concedida ao pesquisador sobre a participação no programa A VOZ DA UNIVERSIDADE”. Tefé/AM, 2015. Concedida a Franklin Pantoja para o TCC/2015.





# Repensando as rádios universitárias: perspectivas de interações entre movimentos sociais, rádios comunitárias e movimentos de mídia livre

*Doriedson Alves de Almeida*  
*Ednelson Luís de Sousa Júnior*  
*Fábio Gonçalves Cavalcante*

## Introdução

Neste capítulo reflete-se sobre possibilidades de uma rádio universitária ser gerida em um modelo institucional tripartite que permita a administração de recursos e conteúdos entre rádios universitárias, públicas e comunitárias, numa perspectiva de forte interação com movimentos sociais. A ideia central do modelo é permitir a cogestão de recursos técnicos e financeiros, a produção, seleção e difusão de conteúdos, por meio de editais públicos, pautados na colaboração, no compartilhamento e na cooperação de conteúdos entre rádios universitárias, emissoras públicas, comunitárias, movimentos e coletivos de mídias livres atuantes na defesa da democratização do acesso aos espectros, numa relação horizontalizada e descentralizada. Nesse sentido, as rádios comunitárias, grupos de midialivrismo e demais instituições civis envolvidas nos debates sobre democratização do acesso à comunicação serão parceiros prioritários, o que não exclui outras possibilidades de parcerias.

Relata-se aqui a construção do projeto para implantação de oficinas de radiodifusão por membros do grupo de pesquisa *oficiber* do Centro de Formação Interdisciplinar – CFI, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, que culminou com a elaboração do projeto para implementação da Rádio Universitária da UFOPA (em fase de finalização para apreciação pelo grupo de trabalho instituído em 2015, pela reitoria e definição dos próximos passos). A proposta inicial era operar como rádio web e *podcasting*<sup>57</sup>, com planos para atuação também nas frequências de FM e AM<sup>58</sup>. Por isso, questões conceituais e técnicas que envolvem as discussões sobre o modelo institucional, aspectos técnicos, de gestão, de interação com as comunidades e experiências de rádios livres e comunitárias no Baixo Amazonas e nas demais regiões do país, serão objeto de análise.

Transmissões radiofônicas sempre fomentaram interações sociais. Elas desempenham papel importante na socialização do conhecimento, seja por meio de programas produzidos com objetivos de entretenimento, veiculados em rádios comerciais, públicas e universitárias, ou por meio de programas específicos des-

57 Armazenamento e transmissão de áudio e vídeo via internet.

58 Frequência modulada e amplitude modulada.

tinados à formação de professores. Entretanto, numa perspectiva de produção e distribuição centralizada ou em rede no modelo que Macluhan (1998) denominou de Broadcasting<sup>59</sup>, hoje superado pelo avanço das técnicas de radiodifusão sobre IP (Internet Protocol) e digitais como o DRM<sup>60</sup>. A radiodifusão está presente no Ensino a Distância – EAD, desde o movimento educacional brasileiro: Movimento de Educação de Base – MEB; passando pelo Projeto Minerva e tantas outras iniciativas destinadas à formação de professores da educação básica, algumas ainda em curso, como o projeto Rádio pela Educação, veiculado pela Rádio Rural de Santarém (emissora que opera em ondas médias em Santarém, na região oeste do Pará).

Considerando que estas atividades compõem o triplé: ensino, extensão e pesquisa, a implantação de uma rádio universitária constitui-se em um recurso técnico potencializador das atividades acadêmicas, facilitando e ampliando os canais utilizados nesses processos, numa perspectiva inter, trans e multidisciplinar. A apropriação dos espectros numa perspectiva de aprendizado ativo é por si, espaço potencializador de inovações didáticas, na medida em que corroboram para as atividades criativas, para novas metodologias nos processos de ensino e aprendizagem.

Experiências já consolidadas em rádios universitárias como as da UFS, UFES, UFMG, dentre outras emissoras universitárias e públicas, mostram que as rádios universitárias fomentam e potencializam atividades de pesquisa, ensino e extensão, além de contribuírem para mudanças na comunicação científica e na interação entre universidade e sociedade. O que se propõe é um esforço para construção de redes horizontalizadas e descentralizadas, envolvendo rádios comunitárias, movimentos de mídia livre, rádios públicas e os coletivos sociais em defesa da democratização dos espectros. Nossa proposta considera os avanços técnicos na área de comunicação digital, que permitem uma mudança na forma como a produção e difusão de conteúdos ocorrem, evoluindo de um modelo centralizado, personificada na figura das emissoras cabeças de rede, para modelos descentralizados, colaborativos e transmidiáticos, estruturados, a partir de forte interação entre a comunidade acadêmica e os movimentos sociais.

Na proposta discutida na UFOPA e em fase de finalização para envio à reitoria destaca-se que a proposta técnica prevê operação em frequências AM e FM, e a fusão entre as transmissões analógicas e digitais via WEB, incluindo TVWEB, uso de softwares livres para edição e distribuição de áudio sob protocolo TCP-IP<sup>61</sup> e adequação para a migração para o espectro digital no formato DRM (já testado e aprovado em diversas regiões do mundo e no Brasil). Institucionalmente, pensamos um modelo de gestão que permita interação e participação das rádios comunitárias e livres, a partir de um modelo institucional estruturado, a partir dos seguintes princípios:

- Gestão via fundação, órgão público ou autarquia via conselhos gestores com representantes dos segmentos envolvidos;

59 Um para muitos em tradução livre.

60 Digital Rádio Mondiale.

61 Transfer Carrier Protocol – Internet Protocol.

- Regulamentação de funcionamento por meio de um regimento interno;
- Conselho gestor com representantes da comunidade acadêmica, sociedade civil, movimentos culturais, rádios comunitárias e livres, instituições públicas e demais segmentos envolvidos, com representantes eleitos ou indicados pelas instituições envolvidas;
- Interação com a sociedade civil organizada, numa perspectiva dialógica, colaborativa e de compartilhamento.

### **1. Democratização do espectro e descentralização na formulação e execução de políticas públicas**

Nos estudos realizados nos cursos de mestrado (Almeida, 2004, PPGE-UFES) e doutorado (Almeida, 2011, PPGE-UFBA) analisamos o tema macro e transversal das políticas públicas, para inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, nos processos de ensino e aprendizagem e para democratização do acesso às TIC e aos espectros em sua relação com o Estado, sociedade e redes de ensino e os movimentos culturais. Tais estudos permitem afirmar que essas relações e temas são objeto de tensões em aspectos relacionados à democratização, formulação, implementação e gestão, com baixa compreensão da importância dessa temática pelas comunidades escolares e sociedade.

O acesso dos cidadãos aos recursos, a democratização das ações e a inversão das agendas das Políticas Públicas relacionadas às tecnologias digitais e a democratização do acesso à rádio e à teledifusão, nos contextos de transição do analógico para o digital, fundantes dos processos contemporâneos da cibercultura, são recorrentes enquanto metas e argumentos principais dos planos, ações e discursos dos governos. Porém, práticos e cotidianos não referendam as decisões e acordos de gabinete, tomados ou firmados por governos, de diferentes matizes ideológicas. Por isso, prefiro tratá-las de ações de governos, pois, à revelia dos aparatos da burocracia estatal, orientados para fortalecer monopólios, suportados por legislações e por marcos regulatórios ultrapassados e desconexos da realidade, inúmeros coletivos atuam de modo contracultural e hegemônico, fato que ao mesmo tempo corrobora para que estas não se consolidem enquanto políticas de Estado e apontam pontos de fuga e outras possibilidades de construção descentralizada desses processos.

No caso brasileiro, consideramos que para se avançar no fortalecimento do conceito de políticas públicas, enquanto políticas de Estado nesse campo, é preciso um diálogo franco e horizontal com e entre os movimentos sociais, de modo a estabelecer uma agenda de desobediência civil, capaz de questionar e tencionar para democratizar o acesso às técnicas e equipamentos necessários à utilização dos espectros e da infraestrutura de redes digitais de longa distância de modo sensato, inteligente e mais plural, buscando desconstruir os marcos legais criados para consolidar e fortalecer monopólios de produção e tráfego de informações. Avanços nesse sentido serão impossíveis sem mudanças nas formas de destinação das verbas públicas, na legislação e nos marcos regulatórios vigentes, daí a

assertiva da necessidade de atos de desobediência civil ou apropriação popular das mídias pela guerrilha, como, de acordo com Figueiredo (2006) os efetivados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, em Chiapas, no México. Embora iniciativas que provoquem importantes tensionamentos ocorram em espaços e coletivos de mídia alternativa organizados, que em sua maioria, atuam em rede e de modo descentralizados, tais iniciativas são sempre ignoradas pelos governos e pelos representantes eleitos pela democracia representativa vigente. Em muitos casos, estes optam por capturá-los, ao invés de fortalecê-los, utilizando seu potencial para fortalecer seus discursos e práticas, devido aos interesses envolvidos. Nesse sentido, seu potencial de potencializar o debate sobre as possibilidades para a colaboração, cogestão de recursos governamentais entre Estado, sociedade civil organizada e instituições públicas ou civis, propondo novas formas de representação política, controle social e exercício da cidadania são minimizados, quando não, anulados.

Temas como a criação de mecanismos para a descentralização dos orçamentos públicos; democracia direta, hoje viáveis via redes distribuídas; democratização do espectro; formulação e gestão descentralizada e colaborativa de políticas ou ações de governo; são quimeras, embora sejam experimentados de modo exitoso e pontual por governos ou gestores mais ousados no Brasil e em outros países; sobretudo na Europa, onde tais iniciativas e experimentos, embora pontuais e descontinuados, são mais frequentes, em que pesem as fortes retaliações econômicas e políticas dos que temem e desaconselham tais iniciativas, o que leva ao quase banimento de iniciativas desse tipo, das agendas governamentais, enquanto políticas públicas.

Nessa perspectiva, mesmo se considerarmos a necessidade de aperfeiçoamentos em aspectos como: critérios de descentralização e definição de valores, acesso e fiscalização dos recursos, mecanismos de controle social, mudanças dos atuais modelos e práticas da burocracia estatal para planejar e distribuir recursos governamentais, tais iniciativas, mostram que são viáveis e necessários. Entretanto, anulados pela ação dos grupos políticos e sociais ao serviço da agenda neoliberal hegemônica, fato que corrobora para o recrudescimento das pautas neoliberais e tensões geopolíticas contemporâneas. A principal hipótese, nesse caso, é que tais ações de acordo com Silveira (2009), são “mapeadas e controladas, a partir dos centros hegemônicos irradiadores das agendas públicas e dos atuais mecanismos de planejamento e cooperação econômica vigentes em escala global”.

Embora tais mecanismos sejam práticas comuns na cibercultura, permitindo avanços significativos em temas como: participação popular, colaboração e cooperação entre governos e sociedade civil, melhor gestão e controle social de fundos públicos e privados, etc., estes temas estão ausentes das agendas dos governos neoliberais e, a cada dia, mais suprimidos pelos representantes dos chamados governos populares, onde a tecnocracia a serviço destes, avança em estratégias que priorizam, a centralização e o controle do planejamento e das ações, a ciber-vigilância de larga escala. Estudos como os de Castells (2003), mostram que na

maioria dos casos, esses aparatos são operados por aqueles que acreditam numa espécie de panóptico geostacionário orbital, a cada dia, capturados e legitimados por sistemas financeiros e legais, a serviço da construção e consolidação dessas hegemonias.

Para tanto, contam com mecanismos de lavagem e fluxos e técnicas chanceladas e oficializadas por inúmeros Estados. Operam a partir do chamado “primeiro mundo” e de suas filiais e mecanismos de controle espalhados geograficamente ao redor da terra. Tal oficialidade permite livre transferência e colaboração entre esses diversos entes, seus agentes e operadores a partir de artifícios legais consolidados, para citar alguns dos elementares que compõem esse aparato complexo: empresas de fachada; *off-shores*, contas em paraísos fiscais, algoritmos e empresas de cibervigilância, rede planetária de satélites de vigilância. Todo esse aparato contribui segundo Chomsky (2009), para o recrudescimento de marcos jurídicos e do aparato militar e bélico utilizado em nome do combate à escalada terrorista, perpetrada por líderes e Estados fundados na teocracia e no totalitarismo. São estes os contextos macros que estruturam e referenciam nossas reflexões.

## **2. O Potencial da Comunicação Enquanto Fomentadora das Relações entre Estado e Sociedade Civil**

Partimos do pressuposto que para que expectativas exitosas e inovadoras se tornem efetivas e consolidem-se, são necessários o enfrentamento dos embates e os desafios políticos e ideológicos, fortalecendo os canais de debate e diálogos, refutando os mecanismos construídos com fins claros de desclassificação dos aspectos positivos, inerentes aos processos de gestão colaborativa e compartilhada das ações e políticas de governo, conforme àqueles vivenciados nas ações do Programa Cultura Viva Almeida (2004), (2011), nos pontos de cultura e em outras iniciativas do Programa, como os pontos de leitura, atualmente em processo de desconstrução.

Entraves e dificuldades surgidas, embora contribuam para aumentar a compreensão pelos movimentos sociais da importância desses processos, não contribuem para a consolidação dessas ações enquanto políticas públicas, de governo ou de Estado. Para exemplificar a nossa assertiva, destacamos a desconstrução e o engavetamento de marcos jurídicos regulatórios que contribuiriam para o fortalecimento e a disseminação das experiências acumuladas pelos diversos coletivos sociais envolvidos; o fim das experiências de cogestão; a tentativa de exterminar o Ministério da Cultura; que constitui um órgão federal brasileiro que protagonizava os debates em torno desses e de outros importantes temas. As mudanças no Ministério da Cultura podem contribuir para o aniquilamento de mecanismos criados para o fortalecimento do acesso, distribuição e fiscalização dos recursos oriundos dos orçamentos públicos; a mudança do foco ou a paralização dos debates destinados ao fortalecimento de conceitos e práticas colaborativas, além de autorias locais e liberdade de criação, dentre outros.

Caso não sejam revertidas ou retomadas essas ações, tal desconstrução contribuirá para que, em um futuro breve, tenhamos uma espécie de retorno ao medievo, o que pode ser descrito como uma profunda contradição, pois contradiz o potencial integrador, disseminador e a riqueza das redes apontadas por Benkler (2006), que tem como central o fortalecimento das diversidades e pluralidades e pode ser neutralizado em nome do controle e do medo. Assim, as decisões estratégicas perpetradas pelo atual governo brasileiro, corroboram com a nossa assertiva, pois estão relacionadas aos aportes de recursos e às decisões políticas e administrativas nesse campo; nesse sentido, o que hoje configura-se como desconstrução e risco, poderá se concretizar, num horizonte que poderíamos denominar de profundamente comprometedor de futuros.

Nesse sentido, as relações entre Estado, sociedade e Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC (aqui compreendidas as ações e políticas de rádio e teledifusão), permeadas e perpassadas por cenários conflituosos e de tensões, onde diferentes visões e formas de uso das TIC estão colocadas, aí envolvidos os embates político-ideológicos e as questões de cunho prático, devem ser considerados durante a formulação dessas ações e/ou políticas públicas, pois estas ainda se mostram fragmentadas e descontinuadas, em alguns casos, simplesmente, inexitem, devido à ausência e inoperância do Estado.

Os mecanismos ideológicos de gestão do Estado, os discursos e matrizes teóricas que se preocupam com a racionalização e a eficiência na aplicação e gestão de recursos governamentais, contribuem para sustentar os discursos dos que combatem ações com esse viés, comprometendo o protagonismo social e a cogestão dos recursos governamentais. Tais práticas, invariavelmente, são rechaçadas por governos de orientação neoliberal, mas tal prática não é exclusiva dos governos dessa vertente ideológica. Assim, essa visão de gestão estatal privilegia as propostas hegemônicas, cujo verniz moderno e modernizante disfarça suas verdadeiras intenções, além de não oferecer espaços para práticas de gestão de suas políticas e orçamentos, fato que torna suas agendas submissas e aliadas aos interesses dos mercados.

Em que pese os diversos discursos sobre a necessidade de apropriação das TIC pelos diversos segmentos sociais, alguns deles serviram apenas para nortear as ações governamentais que buscam consolidar a infraestrutura de telecomunicações do país, na perspectiva hegemônica que apontamos. Tal fato contribuiu para que, em diversas regiões do país, esse processo ocorra de forma desigual e seletiva, obedecendo a uma agenda dos interesses de mercado das empresas que controlam as telecomunicações. A priorização das regiões com maior poder econômico nega a amplos extratos sociais, o acesso aos recursos de comunicação já universalizados em outros países, comprometendo o acesso à informação e a capacidade de mobilização política e social, além do exercício de cidadania, colocando-os à margem dos benefícios que a utilização desses recursos pode proporcionar.

Mesmo em áreas onde ocorreram avanços, como no caso da telefonia celular, é preciso destacar que tais avanços custam caro, tanto do ponto de vista

pecuniário, devido ao alto custo das tarifas, quanto do ponto de vista estratégico, devido à incapacidade do Estado ou das empresas nacionais de produzir tecnologias e planejar novos investimentos em infraestrutura para o setor. Apesar da tentativa de encobrir os fatos pelos discursos pseudo modernizantes, o que ocorre de fato é o controle operacional, financeiro e estratégico exógeno, a partir de conglomerados financeiros e técnicos, cujas matrizes atuam de forma supranacional, mas sempre, a partir das nações que detêm tais controles.

Além disso, os avanços ocorridos nos últimos anos em relação à oferta de serviços e tecnologias que possibilitam maior acesso às TIC pelas camadas mais amplas da sociedade, em sua maioria, se devem às inovações tecnológicas desenvolvidas por empresas privadas, que necessitam de mercados para novos produtos, a cada dia, mais eficientes, cuja escala de produção já é garantida por uma planta industrial consolidada e distribuída, mundialmente, graças aos avanços na logística.

Tais reflexões permitem afirmar que o modelo atual de formulação das ações ou políticas governamentais que determinam o modo como ocorre o acesso a esses meios, depende mais dos interesses de mercado do que das ações de Estado, afetando também o modelo de inovação e disseminação de informação e novos arranjos produtivos para produtos e serviços utilizados por essas empresas e mercados, inviabilizando a diminuição de preços e inovações em produtos e serviços que permitam acesso mais amplos e democráticos à produção e disseminação de informações.

Reafirmamos que tomadas enquanto meras mercadorias e/ou serviços, as TIC não serão apropriadas de forma crítica, numa perspectiva contracultural e sua disseminação acontecerá sob um modelo que considera apenas as relações de consumo, fato que impede aos governos, alardear os resultados como resultado de suas ações e/ou políticas para democratizar o acesso às TIC, pois, nesse caso estas permitirão apenas a ampliação da escala de oferta, fazendo com que esses produtos e/ou serviços sejam apropriados numa perspectiva apenas das relações de consumo, descontextualizados dos demais potenciais e contextos que os envolvem.

No modelo vigente, o atual marco regulatório delega ao Estado, a fiscalização dos serviços de telecomunicações através de uma agência pública: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que em tese, tem funções fiscalizadoras e regulamentadoras dos serviços de telecomunicações. O campo de atuação desta agência vai desde a homologação de equipamentos e tecnologias para comunicação, até a concessão de direitos de uso do espectro e faixas analógicas e digitais para comunicação de voz, vídeo e dados, cabendo ao Ministério das Comunicações o planejamento de políticas públicas e/ou ações no setor de telecomunicações, entretanto a atuação desses órgãos tem se mostrado uma profunda subordinação aos interesses de mercado.

Entendemos que tais fatos contribuem para tornar ainda mais complexa as relações entre a sociedade e o Estado quando o assunto é acesso à informação e apropriação das tecnologias utilizadas para tal fim. Um dado comprovador da

assertiva acima, por exemplo, é o não cumprimento das metas para universalização do acesso aos serviços de telecomunicações, pactuados durante o processo de privatização e não cumpridas pelas concessionárias ganhadoras dos certames. Mesmo, se levarmos em conta, os avanços e modernizações das tecnologias no setor, não podemos relativizar a pouca atenção do Estado e/ou dos grupos políticos que o governam, pois são muitas as evidências, conforme aponta Biondi (2001), sobre os interesses comerciais relacionados ao controle de padrões tecnológicos e o controle dos mercados e como estes se sobrepõem aos interesses nacionais e da sociedade.

Por outro lado, as transformações provocadas pelas TIC no cotidiano dos indivíduos e das organizações interferem nas formas de organização e manifestações sociais, nos processos técnicos e de produção do saber, devido às suas possibilidades para a integração de diferentes coletivos e contextos sociais, e pela sua importância crescente para a nova lógica de funcionamento do sistema-mundo, fatores que colocam na ordem do dia, os discursos sobre a necessidade imediata de popularização do acesso a esses meios. Entretanto, a manifestação intencional do potencial dos meios técnicos comunicacionais contemporâneos é insuficiente para garantir maior autonomia aos processos de descentralização econômica e acesso à informação, de modo a possibilitar e estimular novos fluxos e formas de apropriação contra hegemônica desses recursos.

Na contramão dessas possibilidades, as estratégias adotadas para a difusão e popularização das técnicas que estruturam essas novas formas de comunicação seguem o curso natural dos contextos ideológicos nos quais se baseiam e se desenvolvem, prevalecendo e fortalecendo suas características homogeneizadoras. Estas, hegemônicas e de controle, são suportadas por discursos que valorizam e tomam seus usos massificados enquanto processos unos, tidos como verdades inelutáveis, das quais não podemos escapar, pois são consideradas como estruturalmente necessárias ao desenvolvimento das novas estratégias de sobrevivência, à manutenção dos sistemas econômicos, às manifestações culturais e às novas formas de organização social contemporânea.

### **3 . Aspectos Práticos e Operacionais Considerados na Elaboração do Projeto de Radiodifusão Colaborativa e Compartilhada da UFOPA**

Desde as primeiras discussões e propostas visando à criação de um grupo de trabalho para elaborar o projeto inicial da proposta de radiodifusão da Universidade, contamos com contribuições externas, vindas de especialistas em comunicação, técnicos e professores da universidade, técnicos ligados à radiodifusão comunitária, pesquisadores e ativistas em comunicação livre, além da inspiração e da referência de outras experiências em rádio difusão via web ou espectro realizadas por grupos de pesquisas ou rádios universitárias de IFES já consolidadas como as da UFPA, da UFBA, no caso de WEB rádios e os da UFES, UFS, e UFMG em radiodifusão via frequência modulada, também TVs e as emissoras de rádios públicas, como as de Pernambuco e Bahia.



Outras experiências como as das rádios livres, rádios comunitárias e o ativismo transmidiático dos coletivos pela democratização do acesso aos espectros também são referências importante para a nossa proposta. Nesse sentido, enumeraremos a seguir, alguns dos marcos estruturantes do projeto inicial de radiodifusão e integração entre universidade e comunidade, via radiodifusão, que construímos ao longo dos últimos 06 anos, como foi dito com importantes contribuições importantes tanto da comunidade acadêmica da UFOPA, quanto externas.

### **I - Atividades iniciais**

- Formação e institucionalização de grupo de trabalho com membros “*ad hoc*” para elaborar o plano macro da rádio e TV universitária, envolvendo modelo de gestão, produção e difusão de conteúdos e projeto técnico básico;
- Aprovação de projetos de extensão e pesquisa que permitiram reflexões teóricas e práticas sobre o tema, fato importante em uma Universidade em construção;
- Interação com as temáticas sobre cibercultura, democratização do espectro, *software* livre e inclusão social e digital;
- Assimilação da colaboração vinda de demais iniciativas de radiodifusão e produção de conteúdos vindas da universidade, sobretudo, os da Assessoria de Comunicação e da Pró-Reitoria de Extensão e relações com a comunidade;
- Criação de outros espaços na universidade para desenvolvimento de projetos relacionados ao tema (estúdio de áudio; Cine mais cultura; programas de rádio veiculados por emissoras comerciais ou confessionais).

### **II - Definição do Modelo Institucional**

Alguns pressupostos iniciais foram definidos para nortear as propostas e encaminhamentos visando à elaboração da nossa proposta inicial, de modo a tornar os futuros espaços como estúdios, laboratórios e recursos de transmissão que pudessem contemplar, além da programação normal, atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da interação com as rádios livres e comunitárias em modelo de produção e difusão de conteúdos descentralizada, horizontal e compar-tilhada, conforme já mencionado.

Nesse sentido, a utilização de recursos (edição audiovisual, *softwares* livres, plataformas na WEB 2.0, etc.) nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, mesmo os que não são ligados à comunicação, que poderão participar via editais públicos numa perspectiva interdisciplinar. Nessa perspectiva, tratou-se de pensar o rádio em sua relação com outras linguagens no conjunto das atividades de pesquisa, ensino e extensão, buscando avanços na comunicação científica e na interação da universidade com a sociedade, que pode ser muito mais dialógica.

A proposta de uma rede horizontal estruturando pontos de comunicação, distribuídas em interação com movimentos sociais, instituições e sociedade são centrais para a compreensão da proposta. A seguir, citamos os eixos utilizados em nossas reflexões iniciais: a) Transmissão em frequências analógicas, em AM e FM, e sobre IP, observando os avanços técnicos e as decisões políticas para as

transmissões em frequências digitais, buscando fortalecimento de uma concepção de radiodifusão transmídia; b) Criação de Espaços para experimentações técnicas e desenvolvimento de oficinas e atividades e ensino, extensão e pesquisa; c) Modelo operacional que não reproduza o modelo de cabeça de rede, ou seja, a rádio universitária não será uma cabeça de rede, mas sim uma articuladora e facilitadora da formação de uma rede de rádios na região atuando na facilitação de produção e veiculação de programas e na captação de recursos que viabilizem experiências de rádio e mídiativismo e de radiodifusão comunitária; d) O modelo institucional deverá ser estruturado a partir de um Conselho Gestor quadripartite, envolvendo representantes eleitos dos segmentos como a Comunidade acadêmica (alunos, professores e servidores); a Sociedade civil (movimentos culturais, rádios comunitárias e livres); as Instituições públicas (escolas públicas, secretarias, hospitais, etc.); o Empresariado local (associações comerciais e empresariais); e) O conselho gestor deverá atuar na elaboração de documento de referência que defina as diretrizes da rádio UFOPA, permitindo o acompanhamento e aprimoramento constante, pelas comunidades internas e externas à Universidade, das atividades da Rádio.

### **Pressupostos norteadores para as diretrizes ao documento de referência**

A rádio deve ser institucionalmente concebida para permitir interação e participação das rádios comunitárias e livres, já existentes na região. Deste modo, a rádio universitária não objetiva ser unicamente uma cabeça de rede, mas sim uma articuladora e facilitadora da formação de uma rede de rádios na região. Entre os pressupostos, destacam-se:

- Envolver as comunidades dos municípios de abrangência do veículo em seu projeto e prática cotidiana;
- Garantir espaço e promover formação técnica a fim de promover e estimular a produção de conteúdos pelas comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas;
- Buscar sempre o aprimoramento e a capacitação técnica das pessoas que fazem a rádio UFOPA;
- Disseminar o conhecimento produzido e armazenado na Universidade;
- Prestação de serviços de interesse da sociedade em geral;
- Promoção e defesa da diversidade cultural, social e política;
- Promoção da cidadania.

### **III - Aspectos do Modelo Operacional**

Com uma programação estruturada, a partir de editais públicos internos (para a comunidade acadêmica) e externos, permitindo a proposição de programas pela sociedade e coletivos de mídias livres e rádios comunitárias, o modelo operacional permitirá uma produção de conteúdos diversificada e colaborativa, interagindo com as demais experiências de radiodifusão existentes na região e no

país. Nesse sentido, a emissora universitária que propomos atuará como articuladora e fomentadora de produções internas e externas, sem assumir a figura de cabeça de rede, mas com capacidade de operar em rede, quando necessário.

Desse modo, o projeto deverá contemplar uma chamada pública anual (interna e externa) e a criação de comissões ou executivas ou grupos de trabalho para cuidar de temáticas diversas como: a) Aspectos Jurídica e institucionais - questões administrativas, formação de estatutos e burocracia para concessão dos espectros, regimento interno e normas de funcionamento; b) Aspectos técnicos - responsável pelo projeto técnico, instalação de equipamentos, antenas, laboratórios e estúdios e manutenção e operação dos mesmos; c) Aspectos institucionais e de gestão - responsável pela elaboração e julgamento dos editais públicos; normatização e relações institucionais intra e extra corpore; d) Chamadas públicas internas e externas.

## **Conclusão**

As reflexões trazidas aqui são fruto de estudos, práticas e olhares dos autores, realizadas ao longo dos últimos anos. Resultam de êxitos, projetos inacabados e das lições aprendidas, a partir de experiências que, realizadas nesse período, contribuíram para entendermos ser necessário repensar o papel do Estado quando da formulação e fomento de políticas públicas e ações governamentais nesse campo. De modo geral, no arcabouço das metas e objetivos das ações destinadas à implantação de telecentros, democratização das comunicações e espectros, não estão previstos fomentos à produção e à difusão de conteúdos digitais numa perspectiva dialógica, em que a interação entre o local e o global sejam concebidos para explorar todo o potencial multidirecional e compartilhador das redes.

Deriva daí nosso entendimento de que reflexões críticas sobre essas formas de interação são desconsideradas pelos governos e por ampla parcela da sociedade civil organizada, por isso, consideramos importante estimular reflexões sobre a multidirecionalidade e multiplicidade dos fluxos de informação que fluem e estruturam esses espaços, num viés de desverticalização e descentralização das ações a serem executadas. Ações planejadas por órgãos centrais podem ser feitas em colaboração com redes de movimentos sociais, ensinos ou outros mecanismos e espaços que permitam maior interação com a sociedade, considerando suas diversidades e peculiaridades.

Entendemos que é no vazio provocado pela ausência das ações do Estado que os agentes de mercado instalam-se, determinando tanto a forma, quanto a qualidade do acesso aos universos da cibercultura à disposição dos cidadãos. Sob a lógica do mercado, as formas de apropriação tendem a ser desiguais e geograficamente concentradas, e os fluxos de difusão das informações serão centralizados e baseados no potencial de consumo dos cidadãos, modelo já incorporado pelos meios de comunicação de massa tradicionais, daí a necessidade de uma espécie de ativismo contra hegemônico por parte dos movimentos organizados.

Nesse sentido, as interações propostas aqui utilizando as redes digitais de comunicação e os espectros, devem ser percebidas e compreendidas em seus aspectos plurais, consideradas suas constantes transformações, devido ao seu caráter inovador e capacidade mutante. Nessa concepção, não podem ser tomadas como algo estático, ou que possam ser circunscritas em territórios e espaços previamente definidos, sejam estes conceituais, geográficos ou institucionais, visto que permitem uma insurgência latente e novas contribuições às manifestações artísticas, sociais, culturais e políticas nas quais se inserem, criando conteúdos, narrativas e tensões que são o fomento para a desobediência civil aqui proposta, caracterizando os espectros e o ciberespaço enquanto ponto de fuga das diversas culturas digitais, movimentos e ativismos pela democratização da comunicação e dos espectros em suas tensões e embates, compreendendo a diversidade e as diferenças enquanto riquezas das culturas brasileiras.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, D. A. **Relações entre Estado, Sociedade e TIC: uma análise das tensões a partir do modelo proposto pelos Pontos de Cultura.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. FAGED. UFBA. Salvador, 2011.

\_\_\_\_\_. **Criação e aprendizagem em ambientes virtuais livres por alunos e professores do ensino fundamental.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. FAGED. UFES. Vitória, 2004.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

BRASIL. Governo Federal. **Cultura viva: Avaliação do programa arte educação e cidadania.** Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo: (orgs.) Brasília: Ipea, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** [Trad. Maria Luiza X. de A. Borges]. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados: O abuso do poder e o ataque à democracia.** [Trad. Pedro Jorgensen Jr]. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom.** New Haven and London: Yale University Press, 2006.

FIGUEIREDO, G. G. de. **A guerra é o espetáculo: Origens e transformações da estratégia do exército zapatista de libertação nacional.** São Carlos: RIMA, FAPESP, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

TURINO, C. **Culture point: the construction of a public policy.** Cadernos CENPEC, v. 5, n 7 (2010), p. 24. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/index.php/cadernos/issue/view/3>> Acesso em: 30/jan/2012.

SILVEIRA, S. A. da. **Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato: confrontos na sociedade do controle.** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

## ANEXOS

### ANEXO A - DETALHAMENTO DE ALGUNS ASPECTOS OPERACIONAIS E TÉCNICOS

#### 1. Programação da Rádio

##### 1.1 Organização da programação por meio de editais públicos

A grade de programação deve ser estruturada a partir de **editais públicos internos** (para a comunidade acadêmica) e **externos**, que disponibilizem os recursos da rádio e do estúdio de áudio para a produção e divulgação de programas radiofônicos propostos pela própria sociedade.

A programação (que inicialmente será levada ao ar em horários marcados, mas com o propósito de ir aumentando até estar 24 horas no ar), pode ser transmitida, tanto ao vivo, quanto com programas pré-gravados. Esses programas podem ser de vários tipos: entrevistas, radionovelas, musicais, notícias, projetos da UFOPA, jornalismo comunitário etc. No caso dos programas pré-gravados, estes serão produzidos (gravados, mixados e masterizados) no estúdio de áudio, e renderizados em um único arquivo final, para transmissão e *download*.

Também deve ser reservado espaço na programação para os projetos que estão sendo desenvolvidos na UFOPA, notadamente os programas de extensão. Vários desses programas possuem projetos de registro de áudio de grande importância cultural, que pode ser ampliada com a rádio. Aqui também a rádio contará com o apoio do estúdio de áudio.

##### 1.2. Formação de Rede de Rádios

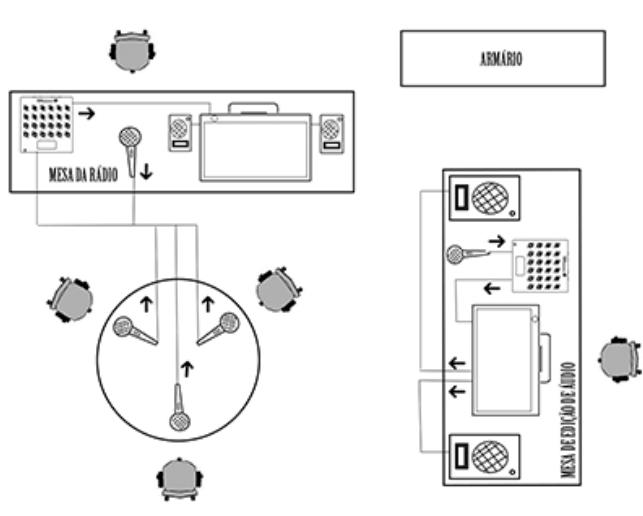
A rádio UFOPA deve agir no sentido de facilitar a produção e veiculação de programas de uma rede de rádios na região, permitindo o compartilhamento da grade de programação e interagindo com as rádios livres e comunitárias, e outras rádios universitárias e públicas, notadamente da Amazônia. Assim, a emissora universitária atuará como articuladora e fomentadora de produções internas e externas, sem assumir a figura de cabeça de rede, mas com capacidade de operar em rede quando necessário.

##### 1.3. Licenças Autorais

Atentando para os problemas relativos aos direitos autorais, o repertório musical da rádio pode ser ampliado com material que utilizem licenças flexíveis, como *Creative Commons*. Para isso, vários sites na internet reúnem áudios

do tipo, como Overmundo ([www.overmundo.com.br](http://www.overmundo.com.br)) e o Internet Archive ([www.archive.org](http://www.archive.org)). Além disso, em concordância com o objetivo de valorizar a cultura pan-amazônica, deve-se buscar parcerias com os artistas da região para a veiculação de suas produções.

## ANEXO B - PROPOSTA DE PLANTA BAIXA BÁSICA PARA SALA DE EDIÇÃO E TRSMISSÃO DE ÁUDIO



Nesse espaço de uma única sala, o estúdio de áudio será usado para a edição e tratamento de gravações que, em sua maioria, não poderão ser feitas dentro desta sala. Quando o espaço necessário para gravação for maior que o disponível, outro lugar dentro da universidade (como um auditório, por exemplo) pode ser utilizado. Mas o material gravado será tratado no computador disponível aqui. Essa situação deve ser contornada com a criação de um espaço específico para o estúdio de áudio, com aquário acusticamente tratado e sala de controle.

### Equipamentos Necessários

#### Kit Básico para Oficinas de Rádio Difusão

- 2 Mesas e 4 cadeiras;
- Armário para guardar material como: microfones, cabos e demais materiais da Rádio;
- 1 computador;
- 1 Mesa-de-som com, no mínimo, 6 canais;
- 4 microfones cardioides;
- 4 pedestais de mesa, para microfones;
- Cabos para os 4 microfones;

- Caixas de som para o computador;
- Fone de ouvido;
- Gravador de áudio portátil (Tascam DR40).

### **Os SOFTWARES utilizados na rádio, serão livres, operando em Linux.**

- Software de automação para rádio.

### **Kit Para o Estúdio de Áudio**

- 1 Mesa e 1 cadeira;
- 1 Computador (definir configurações mínimas);
- 1 placa de áudio externa, usb;
- 1 Mesa de som com, no mínimo, 6 canais;
- 4 Microfones cardioides;
- 4 cabos para os microfones;
- 4 pedestais para os microfones;
- Gravador de áudio portátil - Tascam DR40;
- Monitores de referência de áudio, ativos;
- Fone de ouvido.

### **Os Softwares Utilizados na Rádio serão Livres, Operando em Linux.**

- Gravação multi-canal: Ardour (<http://ardour.org/>)
- Editor de áudio: Audacity (<http://audacity.sourceforge.net/?lang=pt-BR>)

### **Pessoa**

Técnico de Estúdio / Formação: Áudio Digital (Laboratório de Áudio Digital + Estúdio de Áudio + Web Rádio) OBS: Este cargo está descrito neste concurso da UFPB. ATRIBUIÇÕES: Participar das atividades de planejamento e operação do estúdio de som, visando realizar gravações de áudio (agendadas ou ao vivo), assegurando a qualidade técnica necessária às mesmas. Criar projetos de sistema de sonorização e gravação; Instalar e configurar equipamentos de áudio e acessórios: microfones, mesas de som analógicas e digitais, equalizadores, compressores, gates, crossovers, amplificadores, alto-falantes; Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação (em estúdio ou PAs); Editar, mixar e pré-masterizar gravações de áudio em *softwares* livres e comerciais; Participar da criação de trilhas sonoras, efeitos de áudio, etc.; Apoiar a produção de CDs e DVDs -áudio e Locutores (alunos, professores, técnicos proponentes de programas).



## Attribution-NonCommercial-ShareAlike

### CC BY-NC-SA

Esta licença permite aos outros remixar, ajustar e construir a partir desse trabalho de forma não comercial, contanto que eles credenciem e licenciem suas novas criações nos termos idênticos.



**PARTE 3**  
**TECNOLOGIA**



# A Rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta<sup>62</sup>

*Guilherme Gitahy de Figueiredo  
Pedro Pontes de Paula Júnior*

## **Introdução**

Por que falar de rádio na “era da internet”? A Xibé é uma rádio livre que opera em 106,7 FM na região de Tefé, município do estado do Amazonas e do Médio Solimões que possui 61.453 habitantes (IBGE, 2010) e é acessível por via fluvial e aérea, distando 523 km de Manaus. Ela adota a identidade “livre” por ser gerida por um coletivo que procura estar aberto à entrada de novos membros, evita a formalização de cargos e hierarquias, e fomenta a participação horizontal na gestão e na programação. O nome do coletivo é Centro de Mídia Independente de Tefé<sup>63</sup> (CMI-Tefé), pois está ligado às redes CMI-Brasil<sup>64</sup> e Indymedia<sup>65</sup>. Além da rádio, o coletivo ajuda a gerir sites de notícias participativos e atua com vídeo, software livre e qualquer outra mídia que seja do interesse de algum dos seus participantes. Enquanto rádio, também faz parte do Rizoma de Rádios Livres<sup>66</sup>, que usa softwares livres e encontros presenciais para facilitar a intercomunicação em rede.

Segundo Manuel Castells (2003, p. 7), a humanidade encontra-se na “Era da Informação”, cuja forma organizacional por excelência é a rede, e a internet a base tecnológica: “a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes

---

62 Versão atualizada do trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Foi elaborado para ajudar a amadurecer as análises da tese de doutorado “Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes”, defendida no Museu Nacional da UFRJ em 20 de fevereiro de 2015 sob a orientação do Prof. João Pacheco de Oliveira Filho. Acabou por ter, porém, um desenvolvimento diferente da tese e que foi concluído apenas em 2017. Está sendo publicado também em Justamand, Michel; Albuquerque, Renan; Cruz, Tharcício (orgs). Fazendo antropologia no Alto Solimões 11. São Paulo: Alexa, 2018. Sou grato aos comentários críticos de Joseph Handerson, Lívia Moreira de Alcântara, Francisco Antunes Caminati, Ana Carolina Barbosa de Lima e Marko Monteiro.

63 O coletivo divulga suas atividades através do site <<http://xibe.radiolivre.org/>>, que é rodado em software livre e hospedado no servidor livre do coletivo Saravá, disponível em <<http://www.sarava.org/>>. Acesso em: 08/09/2017.

64 Rede nacional ligada à rede mundial Indymedia. Começou a ser formada em São Paulo em meados de 2000, a partir da participação de coletivos anarquistas nas manifestações dos chamados “dias de ação global”. É gerida por coletivos locais como o CMI-Tefé e possui um site de publicação aberta, ou seja, os movimentos sociais podem publicar em <<http://www.midiaindependente.org/>>. Acesso em: 08/09/2017.

65 Trata-se da rede mundial de centros de mídia independente, que nasceu durante as manifestações de Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999. Disponível em: <<http://www.indymedia.org/>>. Acesso em: 08/09/2017.

66 O Rizoma de Rádios Livres começou a ser formado a partir do Encontro de Rádios Livres realizado no Fórum Social Mundial de 2002, em Porto Alegre, e o seu portal está em <<http://www.radiolivre.org/>>. Acesso em: 08/09/2017.

de informação energizadas pela internet”. Michael Hardt e Antônio Negri (2012), por sua vez, afirmam que nas últimas décadas o “trabalho biopolítico” se tornou hegemônico, tomando o lugar do “trabalho industrial”. Os autores não querem dizer que o trabalho imaterial seja quantitativamente superior, mas que corresponde a uma tendência que tem efeitos transformadores sobre as outras formas de trabalho, de modo que estas passam, aos poucos, a adquirir as suas principais qualidades. O trabalho imaterial é intelectual, linguístico e afetivo. Produz “ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens e outros produtos do gênero”, além de manipular “afetos como a sensação de bem estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 149). O conceito de “trabalho biopolítico” se refere ao trabalho imaterial, mas destaca o seu papel nas relações de poder. Se ele depende da comunicação, ao mesmo tempo produz novas relações e formas de vida.

A informação, a comunicação e a cooperação tornam-se as normas de produção, transformando-se a rede em sua forma dominante de organização. Assim é que os sistemas técnicos de produção correspondem estreitamente à sua composição social: de um lado, as redes tecnológicas, e de outro a cooperação dos sujeitos sociais que trabalham (HARDT; NEGRI, 2012, p. 156).

Os autores alertam, porém, que o trabalho biopolítico não é necessariamente agradável e compensador. Algumas de suas características como a flexibilidade, a mobilidade e a dificuldade de se distinguir entre trabalho e lazer têm sido sistematicamente aproveitadas por empresas capitalistas na invenção de novas formas de alienação e exploração.

Parece improvável que a experiência de uma rádio de Tefé tenha algo a nos dizer neste cenário. No interior do Amazonas, a grande maioria das pessoas tem pouco ou nenhum acesso à internet e, entre os “conectados”, a maioria navega com uma velocidade abaixo de 50 kbps<sup>67</sup>. Numa época em que o acesso e a capacidade de lidar com a informação são vistos como primordiais, por que ouvir Tefé? Gayatri Spivak (2012) colocou no título de sua obra uma pergunta parecida: “pode o subalterno falar?”. Ela respondeu inicialmente que os textos das ideologias dominantes definem o sujeito subalterno de tal modo que falam por ele, praticando uma “violência epistêmica” que é levada a efeito até pelos teóricos que defendem a autoexpressão dos oprimidos. Citando Derrida, a autora afirma que somente ao “tornar delirante” o outro que há dentro de nós, podemos escapar da cilada de ter que optar entre um discurso que torna o subalterno invisível e aquele que, ao caracterizá-lo, acaba por impor molduras à sua fala.

Este artigo está organizado em quatro planos discursivos. No primeiro evocamos autores que nos ajudam a desconstruir o imaginário que faz da Amazô-

67 Em 2017 começou a funcionar em Tefé a conexão à rede de fibra ótica do Programa Amazônia Conectada do Exército Brasileiro, mas ainda não há sinais de que haverá inclusão digital. Disponível em: <<http://www.amazoniaconectada.eb.mil.br/pt/index.php>>. Acesso em 08/09/2017. De acordo com dados do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, em 2015 49% dos domicílios brasileiros encontravam-se sem conexão à internet. Na região Norte o índice é 62%, na zona rural de todo o país 78%, na faixa de renda até 1 salário mínimo 76% estão desconectados e, entre 1 e 2 salários, são 61%. Em contraste, o número de domicílios desconectados cai a 9% na faixa acima de 10 salários. Disponível em:< <http://data.cetic.br/cetic/explore> >. Acesso em: 08/09/2017.

nia o lugar da natureza virginal e dos povos primitivos, e mostramos que ele tem a mesma origem que a ideia de rádio como tecnologia ultrapassada. No segundo, dialogamos com uma narrativa de Pedro Pontes de Paula Júnior, um dos fundadores do CMI-Tefé, pois sua trajetória mostra um dos modos pelos quais o rádio e os povos da Amazônia têm renovado sua vitalidade em processos de resistência conectados às tendências históricas contemporâneas. O terceiro trata da experiência de mobilização em rede em que o coletivo de Tefé mais conseguiu se fazer ler, ouvir e ver, estabelecendo diálogos à distância por internet: a rede Flor da Palavra, de inspiração zapatista. No final, refletimos sobre os novos desafios do coletivo diante do surgimento da hegemonia das redes sociais corporativas, e são apontadas as linhas gerais de como o coletivo tem lidado com este novo cenário. O facilitador do artigo é participante do CMI-Tefé, daí a escolha de uma análise que prioriza a reflexão sobre a situação, o desenvolvimento, os limites e os horizontes das táticas de expressão e interação do coletivo, intensificando a sua práxis dialógica.

### **Um Lugar Duplamente Improvável**

Por que a rádio Xibé é um lugar improvável de enunciação? Primeiramente por ser uma rádio da Amazônia. Manuel Sena Dutra (2005) mostra que a Rede Globo, uma das instituições mais poderosas na invenção do imaginário nacional, retrata a região enfatizando a abundância de recursos naturais e o vazio demográfico. É, eternamente, a última fronteira das aventuras e das explorações coloniais. Sua população é escassa, primitiva e incapaz de gerir, por si própria, os preciosos recursos que a humanidade tanto precisa conservar. O documentário “Olhar Estrangeiro”, de Lúcia Murat (2006), revela que o cinema da Europa e dos EUA reduz o Brasil a Rio de Janeiro, Bahia e Amazônia. Reproduz os clichês da paisagem natural e da população sensual e exótica, mistura de povos ibéricos, africanos e indígenas. O cinema ambientado na Amazônia destaca os animais selvagens, os povos da floresta e a importância de se defender a selva e seus habitantes primitivos. São imagens que pouco diferem do discurso dos primeiros colonizadores analisado por Todorov (1999), a não ser pelo novo imperativo de se recolonizar a Amazônia para supostamente protegê-la da destruição e assim salvar o mundo.

Segundo João Pacheco de Oliveira (2010), quando o tema é a Amazônia entra em cena a imagem da última fronteira, o paraíso maravilhoso ou terrível, a floresta rica ou decadente, que permanece virgem ou que já começa a ser colonizada. Quanto aos seus povos, são considerados insignificantes, primitivos, iniciantes na história.

Tais imagens, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. São rigorosamente exteriores e arbitrarias, convenções cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrechoque de concepções engendradas por gerações passadas, formuladas em lugares próximos ou distantes de nós. Mas são elas que dirigem as nossas perguntas e ações, e muitas vezes governam nossas expectativas e emoções (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

A antropologia tem tecido, ao longo de sua história, uma tradição de crítica aos pressupostos do pensamento que anuncia a superioridade do Ocidente em relação aos povos colonizados. Uma das suas principais vertentes é a crítica do “evolucionismo”, uma perspectiva presente em várias teorias da ciência ocidental e que toma a história da humanidade como uma evolução única, em que certos povos da Europa estariam no limiar do tempo, enquanto os demais corresponderiam a estágios mais ou menos primitivos.

Para Johannes Fabian (1983), o evolucionismo resultou da secularização e universalização do tempo judaico-cristão:

Na tradição judaico-cristã o Tempo tem sido concebido como o meio da história sagrada. O tempo era pensado e mais frequentemente celebrado como uma sequência de eventos específicos que se sucedem para um povo escolhido. Muito tem sido dito sobre o caráter linear desta concepção como oposta às pagãs, caracterizadas pelas visões cíclicas do Tempo do *eterno retorno*. Esta metáfora espacial do pensamento temporal tende a obscurecer algo que é mais imediatamente significativo em uma tentativa de esboçar a ancestralidade do uso antropológico do Tempo: o que a Fé num pacto entre a Divindade e um povo e a crença em uma divina providência que se desenrola na história de salvação centrada em um Salvador fazem por concepções sagradas do Tempo. Elas enfatizam a especificidade do Tempo, suas realizações em uma ecologia cultural dada – o Mediterrâneo Oriental, primeiro, e o Círculo Mediterrâneo com Roma no centro, depois (FABIAN, 1983, p. 2).

Para demonstrar a tradução do tempo linear judaico-cristão ao pensamento iluminista, Fabian (1983) analisou o “Discurso sobre a história universal”, de G. Bousset de 1681. Sua narrativa articulava a totalidade histórica enquanto uma história da salvação, na qual figurava como centro a corte francesa de Luís XIV. A perspectiva da obra estava amarrada “pela intenção geral de validar (embora não de uma forma acrítica) as realidades políticas de seu tempo por meio de uma história que é universal porque expressa os sinais onipresentes da Providência Divina” (FABIAN, 1983, p. 4). Última tentativa de uma história cristã, a obra antecipou a metodologia iluminista: Bousset buscou contornar a confusão provocada pela multiplicidade dos fatos históricos, distinguindo os diferentes tempos com a ajuda da história universal. Esta seria como o mapa geral, que ajuda a localizar e ordenar os mapas específicos. Uma das consequências da reprodução em novos termos do tempo judaico-cristão foi a continuidade da defasagem temporal entre a Europa e outros povos, com a primeira olhando os demais como se fossem etapas do seu próprio passado. Ora, essa defasagem torna impossível o diálogo, já que não se pode estabelecer relações intersubjetivas entre povos que são de tempos diferentes: entre o superior e o inferior, o avançado e o primitivo, o complexo e o simples. O diálogo só é possível quando há “coetaneidade”, ou seja, quando os sujeitos não se consideram pertencentes a estágios evolutivos diferentes.

Como se não bastasse ter que enunciar desde uma Amazônia considerada natural e primitiva, o diálogo com a Xibé é ainda improvável porque parte de uma rádio. Embora o rádio seja “o mais difundido meio eletrônico no mundo hoje”, tem sido, muitas vezes, percebido como um “precedente da televisão” (BES-

SIRE; FISHER, 2012, p. 1) e uma entidade do passado (TACCHI, 2012). No Brasil, desde os preparativos para o lançamento da TV Tupi em 1950 já se especulava a obsolescência do rádio (FERRARETTO, 2010). Segundo Richard Barbrook (2009), a Guerra Fria intensificou como nunca a associação entre o desenvolvimento tecnológico e a evolução. Oferecer o “futuro” era condição para liderar os povos no presente, convencendo o mundo de que a tecnologia “de ponta” é a chave para se chegar a qualquer utopia. O determinismo tecnológico produziu o evolucionismo tecnológico, que passou a ser reproduzido até nas ciências sociais.

Em sua pesquisa sobre os desafios do software livre, Francisco Caminati (2013) afirma que as pesquisas sociais sobre “novas” tecnologias tendem a ser consideradas “inovadoras” mesmo quando não merecem, pois a “aura” de novidade é facilmente transferível. Muitos pesquisadores se limitam a traduzir esta aura para a linguagem de sua especialidade:

Isto só funciona pois, a despeito da crescente importância, irreversibilidade e mesmo dependência da mediação tecnológica para a vida social na contemporaneidade, os cientistas sociais em geral tendem a se acomodar facilmente atrás de enunciados do tipo: ‘não entendo nada de tecnologia’ e ‘este assunto é muito técnico’; para logo em seguida voltarem a se dedicar a suas respectivas especialidades temáticas. Esta situação informa um contexto no mínimo peculiar às Ciências Sociais: os cientistas sociais (e não só os das novas gerações) vibram e aderem com facilidade e entusiasmo às novidades tecnológicas, do iPhone ao Facebook, enquanto consumidores, ao mesmo tempo que se recusam a pensar sobre elas – obviamente há exceções (raras) (CAMINATI, 2013, p. 58).

O autor aponta dois fatores históricos para explicar essa reprodução acrítica do evolucionismo tecnológico até mesmo nas ciências sociais: a dependência histórica do Brasil, enquanto importador de tecnologia estrangeira, que faz com que a tecnologia seja vista como uma “ausência” responsável pelo “subdesenvolvimento” do país; e a especialização das ciências, especialmente o “distanciamento entre os saberes técnicos e filosóficos” (CAMINATI, 2013, p. 58), algo que o software livre coloca em cheque ao fazer da tecnologia um meio e uma linguagem para a agência política. O mesmo pode ser dito sobre as rádios livres.

Para se combater o evolucionismo tecnológico, uma referência é Pierre Lévy (1993), que compara as recentes transformações na inteligência humana com as que ocorreram com a invenção da escrita. Apesar de acreditar que estão acontecendo transformações intensas com a informática, o autor procura mostrar que a oralidade e a escrita continuam tão importantes como foram no passado, assim como as mídias sonoras e visuais:

Devemos pensar na imbricação, na coexistência e interpretação recíproca dos diversos circuitos de produção e de difusão do saber, e não em amplificar e extrapolar certas tendências, sem dúvida reais, mas apenas parciais, ligadas apenas à rede informático-mediática (LÉVY, 1993, p. 117).

A invenção de novas tecnologias não é determinante nas transformações sociais. Apenas abre novas possibilidades para a comunicação e a inteligência, que passam a se imbricar com possibilidades já existentes. Quando tecnologias,

tidas como antigas, conservam a vitalidade, é porque continuam a ser reinventadas em suas configurações, usos e “imbricações”.

### **Inventando Autonomias desde o Rio Solimões**

Os participantes da rádio Xibé brincam que são “época bodes”. Conta a história que uma canoa ia pelo rio levando farinha, mas ela virou e a farinha foi parar na beira. Um bode que estava passando, ao ver a farinha, ficou feliz da vida e comeu, comeu, comeu, até que espocou! Como conhecer as perspectivas dos “época bodes”? Optamos pela elaboração de histórias de vida, dentre as quais escolhemos apresentar aqui a de Pedro Pontes de Paula Júnior, primeiro contador da história acima.

Pedro nasceu em Parintins (AM) em 29 de junho de 1987, e é filho de mãe nativa e pai cearense. No começo, a vida da família era difícil, pois os pais trabalhavam na prefeitura que passava meses sem pagar salários. O pai foi a Manaus procurar emprego e tornou-se segurança no setor privado, o que trouxe uma fase de conforto. Não demorou muito, porém, “arrumou outra mulher” e a família reduziu-se a mãe e dois filhos. A dificuldade financeira voltou e, aos doze anos, Pedro começou a lavar piscinas em um clube perto de casa. Depois a mãe aceitou o convite de um tio para morar em Tefé, onde o filho começou uma longa carreira em uma padaria:

*As pessoas vinham, pediam pão e outras mercadorias, e a gente era balconista e a gente atendia, né? Eu fui pra trabalhar num balcão lá. Aí eu trabalhei bastante tempo lá, ao todo eu trabalhei sete anos lá. Quando eu entrei na faculdade ainda trabalhava lá. Aí trabalhando lá, depois eles mudam o sistema lá deles, deixou de ser balcão e passou a ser mercadinho mesmo. Aí eu continuei trabalhando, né? Trabalhando, aprendendo e tudo mais. A minha mãe e eu costumamos dizer que aquele trabalho ali foi o meu pai, aquele que me formou, me ensinou muita coisa (entrevista com Pedro Pontes de Paula Júnior, Santo Antônio do Içá, 21/02/2012).*

Na história de vida de Pedro, até a entrada na universidade predomina um estilo narrativo que podemos chamar de “trabalho enquanto sacrifício e superação”. Ela começa tendo o pai como personagem principal, quando este era o provedor da família. Pedro só vai para o primeiro plano da narrativa quando começa a trabalhar, substituindo o pai no papel de provedor. Além do trabalho, aborda a busca por moradia, problemas de saúde, situações de privação e as iniciativas para a família sair do sufoco. O trabalho, central na narrativa, é descrito como sendo um sacrifício para se conquistar a subsistência familiar e, se possível, satisfazer expectativas de consumo. A sua caracterização na narrativa é análoga ao elemento subjetivo presente no conceito de “alienação” de Marx (1987, p. 664): “a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista”. Ricardo Antunes (2000) cita Lukács para afirmar que “estranhamento” é o termo preciso para o processo pelo qual, no trabalho alienado, o trabalhador passa a perceber o produto do seu trabalho, o próprio trabalho e a si mesmo como estranhos, transformando-se em mercadoria



de pouco valor a ser trocada por subsistência. Apesar de Pedro narrar inicialmente o seu trabalho como estranho, a conquista da estabilidade financeira pela família é retratada como uma forma de libertação:

*Aí a minha mãe contou para a minha mulher como é que era o nosso natal antes, que a gente não tinha natal, não tinha ano novo, nada [começa a falar emocionado], minha mãe fazia a gente dormir cedo pra gente não ver o barulho dos fogos, essas coisas assim [pausa, devido à emoção]. E a partir daí as coisas começam a mudar, né? As coisas começam a mudar, mudar muito mesmo. A gente começa a ter as coisas que a gente precisa, as coisas pra dentro de casa: geladeira, fogão, tudo o que a gente passou a ter ali, tudo coisa nova mesmo, e também a gente passou a ter natal, ano novo, começamos a poder comemorar as coisas que ninguém podia antes [nova pausa devido à emoção] (entrevista com Pedro Pontes de Paula Júnior, Santo Antônio do Içá, 21/02/2012).*

A estabilidade financeira também tornou possível a decisão familiar de que Pedro iria parar de trabalhar para se concentrar nos estudos universitários. Nessa parte, a narrativa passa por uma transformação estilística, pois o trabalho e o estudo começam a ser descritos com riqueza de detalhes quanto aos conteúdos, métodos e frutos, e o interesse do narrador se desloca da busca de renda para a construção de si e da sociedade, aproximando-se do conceito de trabalho biopolítico. Podemos chamar o novo estilo de “produção lúdica da vida”. A entrada na universidade correspondeu ao início da experiência como pioneiro do CMI-Tefé e da rádio Xibé em 2006:

*Aí essa galera ficou junto assim, né, em coletivo, fazendo rádio e tal, uma coisa que a gente se divertia. Porque a universidade em si, ela é muito estressante, muito trabalho, tinha muita reflexão daquilo que a gente tava estudando e tudo mais e a rádio Xibé com o CMI era, sei lá, uma válvula de escape. A gente se divertia, brincava, e era bom que era ali no mesmo espaço acadêmico que a gente queimava os neurônios pra trabalhar. E lá a gente realizava, começou assim, acho que tipo... pra mim como para os outros começou como uma brincadeira e acabou se tornando uma coisa mais, mais séria assim... Engraçado que num momento assim, como a coisa fica apaixonante, eu me lembro de dias em que a gente ficava lá até 1, 2, 3 horas da manhã ali na rádio e tal, botando música e falando coisas e tudo mais... sem se preocupar com o conteúdo que a gente produzia, fazendo piada, se divertindo, se divertindo. O bacana era isso, que a gente se divertia com o que a gente fazia” (entrevista com Pedro Pontes de Paula Júnior, Santo Antônio do Içá, 21/02/2012).*

Pedro se interessou pelo CMI porque, quando estudava no ensino médio, tinha muitos colegas filhos de militares que vinham de outras regiões do país com preconceitos sobre a Amazônia, e avaliou que a apropriação dos meios de comunicação era necessária para mudar essa situação. Quando mergulhou no mundo da comunicação e das rádios livres, surpreendeu-se com a paixão de dedicar-se a formas de estudo e trabalho que poderiam trazer a formação necessária para conseguir não apenas uma fonte de renda, mas ainda prazer e um sentido maior para as práticas do seu dia a dia. Em uma das reuniões do CMI, fez a proposta de que fosse escrito um livro sobre a rádio. Então outra participante, que já era pesquisadora de iniciação científica, sugeriu que realizasse sua ideia através de um

projeto como o dela. Um dos mais valiosos resultados de sua pesquisa foi o artigo “Transformação e reprodução social na experiência do Centro de Mídia Independente de Tefé”, apresentado através de um pôster que foi considerado o melhor do seu grupo de trabalho<sup>68</sup> na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 2008 em Porto Seguro (BA). A partir de relatos de história de vida dos membros do coletivo, Pedro concluiu que a experiência deles na Xibé levou a uma maior participação política em diversos movimentos sociais, a um acesso mais amplo a novas e antigas tecnologias e às formas de produção cultural que elas propiciam, à redução da timidez e à interação mais intensa na universidade e na sociedade, além da ampliação das oportunidades profissionais.

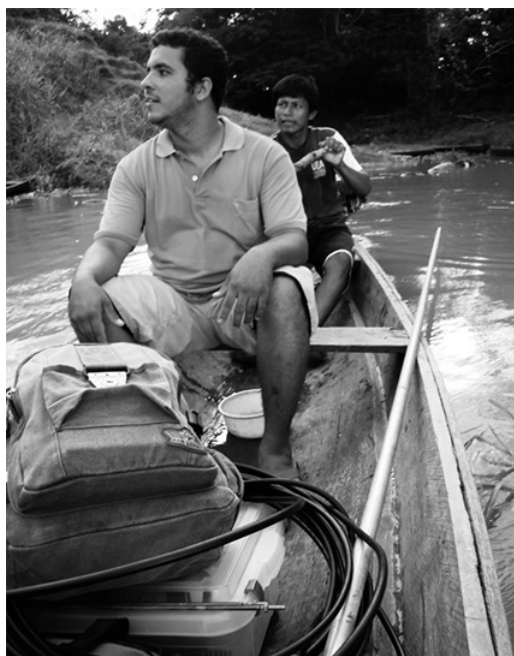
*[O artigo era] muito pobre mesmo, bem fraco, mas já era alguma coisa. Pra mim era muita coisa. Embora hoje, quando eu pego e olho: ‘nossa, isso é muito ruim, tá muito mal escrito’, mas naquela época eu achava muito interessante. Pra mim era uma coisa... pô, uma coisa de outro mundo estar conseguindo fazer aquilo ali. Eu nunca me imaginei conseguindo escrever um texto de dez, sete, dez páginas, analisar coisas da vida das pessoas e tudo mais, ver o que aconteceu de mudanças no grupo... E aquilo ali fez com que... como eu participava do CMI também, né, eu comecei a ver que os resultados eram interessantes, né, bem legais, e imaginasse como seria bacana se você tivesse projetos de comunicação semelhantes em escolas, em instituições formadoras, achava bacana (entrevista com Pedro Pontes de Paula Júnior, Santo Antônio do Içá, 21/02/2012).*

Pedro parou de trabalhar na padaria na mesma época em que foi a Porto Seguro e sua pesquisa foi reconhecida, ganhando assim mais confiança em sua capacidade para transformar estudos e ativismo em uma carreira que unisse renda e satisfação:

*Aí, a partir daí eu comecei a achar: ‘pô, o meu trabalho foi escolhido um dos melhores, tinha um monte de trabalhos ali, de gente que era realmente da... tava fazendo curso de, da área de... social, né, gente que estava sendo formada em antropologia’. E eu que era totalmente... de uma área de geografia, né, estava realizando um trabalho em antropologia, ainda fui escolhido como o melhor do GT. Então eu achei muito... uma coisa assim que me surpreendeu bastante assim: ‘pô, estava... não é coisa de terceiro mundo’. E a partir daí já começo a encucar: ‘pô, quero trabalhar com pesquisa e tal’. Já fico com essa coisa assim de: ‘pô, quando eu terminar a faculdade vou fazer um mestrado pra trabalhar com universidade, pra eu continuar com esse negócio de fazer pesquisa e fazer extensão’. Que uma coisa que eu achava legal era essa: fazer o rádio, brincar, e fazer a pesquisa também: ‘pô, já pensou fazer isso e ainda ganhar pra fazer isso? Ganhar bem? Pô, seria bacana! (entrevista com Pedro Pontes de Paula Júnior, Santo Antônio do Içá, 21/02/2012).*

---

68 Era o GT “Antropologia, engajamento militante e participação política”.



*Pedro Pontes e Jovane Noteno Neves levando o transmissor da Xibé para Tefé depois de uma oficina na Aldeia Marajaí, município de Alvarães, em 14/12/2008.*

Depois de formado, Pedro passou em primeiro lugar no concurso da SEDUC para professores do interior do Amazonas, entrando em 2012 na Escola Santo Antônio do município de Santo Antônio do Içá (AM) no Alto Solimões. Desde então já aprovou quatro projetos para a escola, através de editais do Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), com os quais conseguiu recursos para criar uma rádio, atividades de cinema, teatro e dança, além de bolsas para 10 alunos pesquisarem a história social da mídia e a poluição sonora no município. Na sala de aula, Pedro passou a propiciar debates sobre comunicação e práticas como a produção de programas de rádio<sup>69</sup>. Em 2016, se afastou da docência em Santo Antônio do Içá e do CMI para se dedicar ao curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus (AM).

Há, porém, uma face deste trabalho que apareceu nas narrativas apenas quando o gravador estava desligado: o baixo salário, a sobrecarga de turmas e disciplinas que torna quase impossível ao professor encontrar tempo para ler, pesquisar ou preparar aulas, entre tantos outros problemas estruturais da rede pú-

<sup>69</sup> Essas ações podem ser encontradas em <<http://sai.radiolivres.org>>. Acesso em: 08/09/2017.

blica de ensino que desafiam os profissionais de educação. De acordo com Pierre Bourdieu (1998), em meados dos anos 1990 o Estado francês tinha duas mãos: a esquerda e a direita. Enquanto esta apoiava as políticas neoliberais que produziam precariedade e sofrimento, a outra oferecia serviços paliativos em saúde, educação, etc., nos quais os profissionais contavam com cada vez menos recursos. No estado do Amazonas o vínculo com as políticas neoliberais começou cedo com a implantação da Zona Franca de Manaus, e o investimento em educação sempre foi precário. Apenas em 2001 foi criada a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que tinha como prioridade inicial a formação de professores, e que teve Pedro como um dos seus primeiros estudantes. Embora as novas condições de estudo o tenham ajudado, passou a sofrer novas formas de exploração.

Segundo Hardt e Negri (2012), os novos modos de organização do capital têm por base a “apropriação do comum”: a exploração do trabalhador que produz em rede, que busca o prazer com o que faz e se identifica com os frutos do seu trabalho. No entanto, os mesmos autores também afirmam que seria impossível a apropriação de toda a criatividade humana. Mesmo quando explorado, uma parte do trabalho biopolítico fica livre para inventar novas relações e formas de vida para além do capital. É assim que o trabalhador criativo ajuda a tecer a “multidão”, conceito com o qual os autores teorizam sobre os movimentos sociais em rede que têm aparecido de maneira cada vez mais forte desde a rebelião da juventude de 1968: “um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 140). Para estes autores, a multidão é a única capaz de realizar a democracia.

No final de 2013, o CMI-Tefé e o CMI-Barcelona estiveram na Escola Santo Antônio realizando o minicurso “Cultura, comunicação e resistência” (FIGUEIREDO, 2017). Foram filmados relatos dos estudantes, que indicam que eles estavam passando por experiências libertadoras, semelhantes à vivida por Pedro anos antes:

*A gente está fazendo aqui uma rádio, com a ajuda do professor Pedro. A gente começou com um trabalho de aula, numa brincadeira, a gente começou a desenvolver essa rádio. Começamos a gravar em celular para produzir esse trabalho. E conforme a gente fez a gente gostou da experiência. Aí o professor Pedro trouxe a rádio para a escola e a gente montou o nosso programa. O intuito inicial era diversão. Começou e continuou assim. Eu e meus amigos brincando. E tem toda uma questão das músicas que a gente gosta, músicas que a gente baixava para colocar aqui. (...) Começou como um trabalho de aula, uma brincadeira, e hoje é o que está sendo agora, e que está se formando com o intuito de continuar, e quem sabe futuramente eu vou ser um radialista (entrevista com Jocy Souza, Santo Antônio do Itá, 7/12/2013).*

A presença da voluntária Antônia<sup>70</sup> do CMI-Barcelona foi viabilizada, em parte, pelo acaso de sua viagem ao Brasil para aprender melhor o português. Mas é também um fruto dos contatos da rede Indymedia. Sua participação tornou possível confrontar os diferentes estereótipos com os quais vemos uns aos outros,

70 Pseudônimo escolhido pela voluntária.

quando mediados pela mídia corporativa: se o mundo olha a Amazônia como selva virgem e despovoada, vê a Espanha por clichês como as touradas, e Barcelona por seu time de futebol. Ela teve a oportunidade de contar um pouco da história de dominação e resistência da Catalunha, e mostrou um vídeo sobre a luta pelo direito à moradia em sua terra. Conversar com Antônia no curso, na rádio ou passeando pela cidade de Santo Antônio foi uma experiência viva de desconstrução dos estigmas reproduzidos pelas mídias corporativas, e de tecedura de relações de comunicação e solidariedade. Quando entrevistada, comparou a luta dos espoca bodes com a que fazem os seus companheiros de Barcelona por educação pública:

*Depois do trabalho na escola eu lembrei muito dos meus amigos professores. Eu vou mostrar pra eles o que se passou aqui. Então quando eu faço essa coisa eu estou pensando neles. [Eu] seria essa ponte, de muitas atividades que eu faço... porque se foi fácil pra mim chegar até aqui, pode ser útil para outros, como um olho que chegou (...). Eles têm uma camisa dessa cor [apontando a camiseta amarela do entrevistador] pela escola pública. A luta, nessa crise, entre o público e o privado, a favor do privado, é muito forte. A ideia é que essa crise foi provocada, e tem uma linha para os trabalhadores perderem direitos em favor do privado e contra o público - a saúde, a educação-, tudo isso que o pessoal ganhou através de muitas e muitas lutas. A imagem dos professores é que a cada quarta-feira todos vão dessa cor que você tem aqui, amarelo forte. Então você aqui, diante de mim, representa isso, esse símbolo (entrevista com Antônia, Santo Antônio do Içá, 6/12/13).*

Em 15 de agosto de 2014, após ler a primeira versão deste artigo, Antônia enviou por e-mail o relato de uma apresentação sobre a viagem que fez para um grupo de 50 ativistas na Grécia. Contou que este evento tinha sido uma continuação do curso “Comunicação, cultura e resistência,” com fotos, vídeos e relatos que guiaram o público a um rompimento de estereótipos semelhante ao que foi feito em Santo Antônio. Vários participantes foram ao evento, atraídos pelo exotismo das aventuras na Amazônia, mas se depararam com imagens em que apareciam poucos animais e plantas selvagens e muitas pessoas iguais a eles. A diferença era o grande Rio Solimões e a adaptação das pessoas ao seu ritmo vital. Ficaram surpresos ao ver que grande parte da viagem girava em torno de rádios livres, e que os estudantes de Santo Antônio usavam telefones móveis com os quais continuavam a se comunicar com Antônia. Em Barcelona, suas imagens despertaram nos participantes do CMI a saudade do tempo em que o movimento de rádios livres era forte na Catalunha.

### **O Rio Solimões Proliferando em Redes**

Entre os ativistas de outras partes do país e do mundo que tiveram contato à distância com a rádio Xibé e o CMI-Tefé através de sites, listas de e-mail, chats e raros encontros presenciais, aqueles que se interessaram e simpatizaram com a experiência geralmente declaram ter achado surpreendente a existência de uma rádio livre ou um CMI no meio da selva. A perplexidade resulta da sobreposição de temporalidades dissonantes: o tempo contemporâneo dos “novos” movimentos sociais e suas tecnologias, e o tempo “ancestral” ou “natural” das imagens exóticas da Amazônia. Como afirma Spivak (2012), a ambiguidade é a forma do

subalterno escapar das ideologias dominantes. Promovendo deslocamentos de sentido e alguma perplexidade, ele consegue finalmente dar expressão às suas performances na exata medida em que torna difícil rotulá-la.

A fase em que o CMI-Tefé mais conseguiu dialogar à distância foi durante a experiência com a rede Flor da Palavra, entre 2006 e 2009. Esta rede começou com a tática de realizar eventos híbridos, que procuravam colocar em comunicação dialógica movimentos sociais, artistas, cientistas, ativistas, grupos populares e quaisquer outros atores locais e à distância que pudessem somar na techedura de “um mundo onde caibam muitos mundos”. A aposta era na promoção das conexões: mobilizar tecnologias de comunicação livre, juntar eventos diferentes em um só, estabelecer pontes entre grupos diversos que geralmente não compartilham os mesmos processos, organizações e ações. A organização tanto da rede como dos eventos era colaborativa, e foi a partir da iniciativa de voluntários ligados a servidores livres que a rede obteve os seus sites<sup>71</sup>. Mesmo com páginas próprias, a principal forma de divulgação dos eventos e da ideia da rede era a publicação de editoriais no site do CMI-Brasil<sup>72</sup>, que na época era o site de esquerda mais acessado no país<sup>73</sup>. A comunicação mais direta entre os participantes acontecia através de uma lista de e-mail Riseup, serviço sem fins lucrativos e que visa proteger os dados de usuários ativistas. Todos os servidores, sites e serviços utilizados eram geridos por coletivos e redes autônomas, usando softwares livres.

O nome “Flor da Palavra” e um discurso poético inspirado nos povos indígenas do México ajudavam a interligar a diversidade de grupos e tecnologias, abrindo um campo comum de performances e interação. A poesia, por sua ambiguidade e por admitir mais facilmente as contradições, parece ter um poder muito maior na produção de identidades interculturais do que o discurso que se pretende racional. A rede inspirava-se especialmente na VI Declaração da Selva Lacandona do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) dos povos maias de Chiapas, México, e participava do seu objetivo de fortalecer a construção de autonomias locais e a união em redes para combater a opressão capitalista. O nome “Flor da Palavra” vinha da IV Declaração da Selva Lacandona:

Não morrerá a flor da palavra. Poderá morrer o rosto oculto de quem a nomeia hoje, mas a palavra que veio do fundo da história e da terra já não poderá ser arrancada pela soberba do poder. [...] Nosso sangue e a palavra nossa acenderam um fogo pequenino na montanha e o caminhamos rumo à casa do poder e do dinheiro. Irmãos e irmãs de outras raças e outras línguas, de outra cor e mesmo coração, protegeram nossa luz e nela beberam seus respectivos fogs.

71 O site mais participativo que a rede teve era hospedado pelo coletivo Saravá, e foi perdido quando um servidor deste coletivo foi apreendido pela polícia civil em 2008: <<https://www.sarava.org/pt-br/node/44>>. Acesso em 4/2/2015. Posteriormente foi feito o site <<http://flordapalavra.noblogs.org/>>. Acesso em 08/09/2017. 72 O melhor link para se encontrar os editoriais publicados pela rede no CMI é <<https://midia independente.org/pt/blue/2009/06/448087.shtml>>. Acesso em 08/09/2017.

73 Num comentário de Toya, ex-voluntária do CMI, feito num artigo de dezembro de 2009 no site Passa Palavra, a mesma afirma que o site do CMI-Brasil estava então entre os 100 mil mais acessados do mundo segundo o Alexa, e era certamente o site de esquerda mais acessado no Brasil. Em consulta realizada no Alexa em 24/07/2014, o mesmo site encontrava-se na posição 414.565. Em 08/09/2017 estava em 1.067.569. O comentário está disponível em: <<http://passapalavra.info/2009/12/16807>>. Acesso em: 24/07/2014. O cálculo da popularidade do site está disponível em: <<http://www.alexa.com/siteinfo/www.midia independente.org>>.

Veio o poderoso a nos apagar com seu forte sopro, mas nossa luz cresceu em outras luzes. Sonha o rico em apagar a luz primeira. É inútil, há já muitas luzes e todas são primeiras. Quer o soberbo apagar a rebeldia que sua ignorância localiza no amanhecer de 1994. Mas a rebeldia que hoje tem rosto moreno e língua verdadeira não nasceu agora. Antes falou com outras línguas e em outras terras (EZLN, 1997: 80-81).

O texto traz a ideia de que as lutas nascem a partir de múltiplas origens e que, quando conectadas, semeiam-se umas às outras, intensificando o florescer das múltiplas palavras. Podemos interpretar a “palavra”, por sua vez, como autonomias construídas e unidas através da tecedura de relações de escuta. Ao todo foram realizados 19 eventos Flor da Palavra: 5 em Tefé (AM), 4 em Curitiba (PR), 2 em Brasília, e 1 em Campinas (SP), São Paulo, Marília (SP), Maringá (PR), São José dos Pinhais (PR), Canguarateguá (RN), Rio de Janeiro<sup>74</sup> e cidade do México. Envolveram movimentos indígenas (Tefé e Canguarateguá), anarcopunks (Tefé, Curitiba e Brasília), movimentos ribeirinhos (Tefé), grafite (Tefé), capoeira (Tefé), skate (Tefé), MST (Maringá), sem teto (Curitiba e São José dos Pinhais), ocupações libertárias<sup>75</sup> (Curitiba e Brasília), luta antimanicomial (Brasília), feminismo (Tefé, Curitiba e Brasília), rock (Tefé e Brasília), música eletroacústica (Campinas), pagode e funk (Curitiba e Tefé), artesanato (Tefé, São Paulo e Campinas), TV livre (Campinas), software livre (Tefé), danças folclóricas (Tefé), agroecologia (Curitiba), artes plásticas (Curitiba), e rádios livres, ciberativismo, zines, a solidariedade com as comunidades de Chiapas e a conexão com pesquisas acadêmicas eram elementos presentes em quase todas as cidades.

Na Cidade do México, a participação ocorreu primeiramente em 2006, quando o evento realizado em Campinas foi transmitido pela rádio Muda e por *streaming*<sup>76</sup> de internet, sendo retransmitido por outras rádios livres no Brasil e pela mexicana rádio Zapote. Na hora combinada, a retransmissão se inverteu, e os mexicanos reunidos em sua rádio transmitiram a sua participação por *streaming*, que foi retransmitida em FM pela rádio Muda. A Zapote também enviou por correio zines, cartazes e vídeos. Em 2007 aconteceu uma Flor da Palavra na Terra Indígena Barreira da Missão, em Tefé, que contou com a transmissão ao vivo em FM da Assembleia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (ACPIMSA). A rádio Nahndiá<sup>77</sup>, do estado mexicano de Oaxaca, enviou um áudio postal para o evento e, como resposta, foi gravada uma vídeo carta. Junto com ela foram enviados filmes de movimentos sociais brasileiros. Outra conexão internacional se deu com a ida de alguns brasileiros da rede ao Festival Digna Raiva, realizado em 2008 na Cidade do México. Eles montaram uma barraquinha com textos, fotos e desenhos dos eventos no Brasil e gravaram programas junto a várias rádios livres.

74 O evento do Rio de Janeiro, realizado em 2010, teve o nome um pouco diferente de Festival Intergalático. Depois deste houve apenas mais uma Flor da Palavra, realizada em 2013 em Curitiba.

75 Também chamadas de “okupas” ou “squats”, são casas abandonadas pelos proprietários e ocupadas por movimentos de juventude que as transformam em espaços culturais e de moradia para a tecedura de novas formas de sociabilidade libertárias.

76 Transmissão de áudios ou vídeos por fluxos de dados digitais via internet.

77 Um blog da rádio pode ser encontrado aqui: <<http://radionandiamf.radioteca.net/>>. Acesso em: 08/09/2017.

Em 2009, a realização do Fórum Social Mundial em Belém (PA) serviu como oportunidade para se propor a construção de um “Caracol” brasileiro na Ilha de Caratateua, na periferia da metrópole paraense. O nome vinha dos caracóis ligados ao EZLN: comunidades a partir das quais se organiza a autogestão das regiões autônomas zapatistas, e que fazem a mediação entre as comunidades dessas regiões e os movimentos, ONGs, meios de comunicação e ativistas que desejam conhecê-las e desenvolver ações conjuntas. Os caracóis ajudam a reunir as demandas de cada comunidade e as ofertas de solidariedade, orientam os visitantes em relação à repressão e aos cuidados necessários para uma relação respeitosa com os indígenas, facilitam a comunicação entre as comunidades e entre elas e o mundo. Em entrevista realizada em 2004 por Hannah, Sabine e Serfi, a Junta de Bom Governo do Caracol de Oventik respondeu que:

*O caracol era um meio para comunicar-se em diferentes modos. Quando havia festas, reuniões ou problemas anunciavam através das conchas de caracol. Quando havia insegurança ou para alertar as pessoas, usavam o caracol. Claro que tinha seus diferentes sons. Se era para uma reunião havia um som diferente que para uma festa. Se era para alertar as pessoas, tinha outro. Então nossos antepassados usavam este caracol com muita inteligência. O caracol tornou-se um meio importante para se comunicar. Porém também usavam o caracol para escutar ou para receber mensagens.*

Aproveitando que muitas pessoas iriam ao FSM no Pará, foi sendo citada na lista de e-mail a proposta de se construir um espaço físico que serviria para um encontro da rede. A ideia era que, antes e durante o encontro, se buscasse aprender com a população da Ilha e estabelecer com ela relações de comunicação e solidariedade. Depois do encontro, o espaço se tornaria permanente: uma espécie de espaço cultural e de articulação dos movimentos locais entre si e com os que estavam longe. Quem quisesse ir à Ilha poderia se hospedar no Caracol, e ali teria a oportunidade de aprender e ensinar como podemos lutar juntos. Durante os dias do encontro foram realizadas assembleias diárias no novo espaço, e uma vivência especial com movimentos locais. No dia 31 de janeiro de 2009 aconteceu o Encontro da Amizade, em que os visitantes ajudaram a colher o lixo do bairro e deixaram tudo na frente da subprefeitura, como protesto pela falta de uma coleta adequada. Também aconteceram várias oficinas, em que moradores do bairro compartilharam saberes e artes com os visitantes numa inversão da relação mais comum em que militantes políticos vão à periferia com a pretensão de ensinar. Depois do FSM, o Caracol começou a funcionar como local aberto à população e a militantes de outras regiões.

Durante os primeiros meses de 2009 a rede estava efervescente e, ao mesmo tempo em que se esforçava para construir o Caracol, realizava novos eventos. Em Tefé houve a Flor do Rock na Rua, que tinha como tema o combate ao preconceito e à segregação da juventude da periferia. Ela contou com a participação da rádio Xibé, mostra de zines anarcopunks, grafite, capoeira, palhaços, skate, publicação no CMI e a produção de um vídeo. O evento ajudou a aproximar vários movimentos de juventude que geralmente se mobilizam separados e, ao mesmo



tempo, ecoava para os quatro cantos do mundo o protesto da juventude tefeense. A experiência e a repercussão do Caracol ajudavam a dar expressão aos movimentos de Tefé e das outras regiões envolvidas na rede, e intensificavam ainda mais a comunicação e a solidariedade entre eles, como mostra o relato da ativista carioca Tatiana Wells:

*A minha ida a Belém em 2009 acabou também criando um novo fluxo para mim. Conheci você e a prática da Flor, do Caracol e vi que ali estava o que procurava adiante. Passei a colaborar mais com a Flor da Palavra, fui ao México, conheci a ancestralidade da região onde estava - que nem nos livros ou na net ainda existe. Com meu companheiro criamos o Baobá Voador que buscava reflexões e espaços de prática, paralelamente, ainda que de forma aprendiz, experimental, em erros. Até hoje busco por essa teoria e pelos espaços que me façam refletir sobre este mundo que habitamos e queremos. Foi então que a permacultura adquiriu um significado muito importante para mim, não como ela é feita hoje em institutos, mas como raiz de uma forma de viver mais harmônica com o planeta e seus seres viventes. Essa cosmologia que hoje me inspira é o que tento difundir a partir das minhas práticas antigas, as tecnologias e as escritas inclusive (entrevista por e-mail com Tatiana Wells, 2014).*

Figueiredo (2007) elaborou o conceito de “baile” para analisar a interação criativa na invenção de redes horizontais entre movimentos autônomos, e Rancière (2012, p.10-11) usa o termo “dança coletiva” quando cita a oposição de Platão ao teatro grego e sua proposta de uma “comunidade coreográfica, na qual ninguém permanece como espectador imóvel”. A “multidão” de Hardt e Negri (2012, p. 141) contempla essa ginga quando é caracterizada como “um mundo no qual as diferenças possam expressar-se livremente [...] para acabar com o caráter limitador, negativo e destrutivo das diferenças e transformá-las em nossa força”. Assim como na imagem poética da “flor da palavra” que se espalha como “fogo”, em 2009 a comunicação e a solidariedade na rede se intensificavam, os movimentos se fortaleciam com as suas diferenças e se tornavam mais criativos. No entanto, foi também neste ano que emergiram as brigas que levaram à ruptura e à dispersão.

Nós vivemos uma situação histórica em que tende a prevalecer o lado negativo das diferenças. Este caráter limitador se manifesta através da projeção do “mal” no militante próximo. O “racista”, “machista”, “burguês”, “individualista” é sempre o outro, e as agressões mútuas que resultam das rotulações tornam-se círculos viciosos que inviabilizam o diálogo e a criatividade. Como dizem os zapatistas, nós “nascemos na noite” e “nela vivemos”<sup>78</sup>: somos frutos da sociedade capitalista e patriarcal, então é evidente que reproduzimos de alguma maneira as suas relações de exploração e dominação. Porém, também estamos envolvidos nos processos de união, conflitos e invenções que movem a história. Quando explode a intolerância entre militantes, a fragmentação e o isolamento resultantes tendem

---

78 “Nosotros nacimos de la noche. En ella vivimos. Moriremos en ella. Pero la luz será mañana para los más, para todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niega el día, para quienes es regalo la muerte, para quienes está prohibida la vida. Para todos la luz. Para todos todo. Para nosotros el dolor y la angustia, para nosotros la alegre rebeldía, para nosotros el futuro negado, para nosotros la dignidad insurrecta. Para nosotros nada.” IV Declaración de la Selva Lacandona. Disponível em: [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996\\_01\\_01\\_a.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_a.htm) Acesso em 08/09/2017.

a enfraquecer os processos de emancipação e a intensificar a reprodução das relações de dominação. Apesar das brigas que dispersaram a Rede Flor da Palavra em 2009, dois anos e meio depois um casal enviou para a lista de e-mail do Caracol um relato que revela algo das apropriações e transformações que se seguem ao fim de uma rede:

*Ainda estamos em Outeiro, e persistindo no trabalho, usando o espaço do Caracol e ampliando as relações com as pessoas da vizinhança. Depois de todo esse período de experiências, exercitando o autoconhecimento, fomos transformando as formas das atividades, e estamos ainda aperfeiçoando, aprendendo com a prática e as necessidades que a cada dia se apresentam. Os princípios são os mesmos: a fraternidade, a igualdade, a solidariedade, que superam, pouco a pouco, todas as injustiças que brotam do orgulho e do egoísmo - os pais de todos os males, cremos. As experiências nos revelaram como é difícil organizar-se em grupo para uma ação coletiva coesa, justa com todos que dela participam. Aqui no bairro da Brasília, onde as pessoas são, em geral, bem simples e ignorantes (espero que não choque essas palavras, somos sinceros), quase a totalidade dos livros que foram doados pelo pessoal da lista não foram usados, e não despertaram interesse, a não ser para as pessoas que já tinham interesse por aquelas literaturas, de modo que não fez tanta falta quando os livros começaram a sumir. Os livros que mais foram usados foram os livros didáticos, escolares, doados pela própria comunidade, e que foram usados mais pelas crianças, que sempre frequentaram mais o espaço (casal de ativistas, e-mail de 16/8/2011).*

## **Novos Desafios**

Com a dispersão da Flor da Palavra, a capacidade de diálogo à distância do CMI-Tefé e dos movimentos que ajuda a conectar ficou fragilizada, mas nada que se compare à chegada do Facebook e outras redes sociais corporativas. Logo estas passaram a ser os principais instrumentos de mobilização na internet dos movimentos sociais. Quando as ocupações mundiais da Primavera Árabe e *Occupy Wall Street* contagiaram várias cidades do Brasil em 2011, já tinha se tornado necessário entrar no Facebook para acompanhar os acontecimentos. Servidores livres e sites rodados em software livre e geridos por grupos autônomos, como o do CMI-Brasil, estavam sendo empurrados para as margens da internet.

Para um coletivo como o de Tefé, as redes corporativas trazem limitações e riscos ainda maiores do que os que atingem os coletivos das capitais. É verdade que nelas é possível espalhar assuntos de interesse através do “efeito viral”, fator que foi importante para as mobilizações mundiais que explodiram no Brasil em junho de 2013. Segundo Manuel Castells (2013, p.177), esses movimentos “estão reconstruindo a esfera pública no espaço da autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes de internet”. Porém, nas redes corporativas os movimentos perdem o controle sobre o desenvolvimento da tecnologia, que é configurada para obter lucros e poder com a retenção de dados dos usuários. No Facebook, por exemplo, tem mais visibilidade quem pode pagar, ou seja, as empresas e grupos políticos que expandem os seus negócios através da compra de publicidade ou pagando pessoas e programando máquinas para disseminar os seus conteúdos. Mesmo no caso da difusão através de curtidas e compartilhamentos, a

capacidade de comunicação depende da quantidade de usuários que se interessam pelo assunto, relegando às sombras os discursos minoritários. Como os usuários geralmente sabem apenas o que compartilham os seus amigos, dificilmente percebem o isolamento.

Em Tefé, o Facebook e o WhatsApp se tornaram tão importantes que chegaram a substituir o e-mail e as operadoras de celular na comunicação diária. Em 2012, emergiu com força um fenômeno inédito na região: milhares de pessoas entraram em comunidades voltadas para o debate público municipal, e surgiram vibrantes discussões que foram determinantes nas eleições municipais de 2012 e nas mobilizações de junho de 2013 em Tefé (FIGUEIREDO, 2014). No entanto, logo ficou claro que essas comunidades eram dominadas por cabos eleitorais locais que tentavam monopolizar as discussões, e serviam ainda para o monitoramento por parte de grupos que controlam as esferas políticas estadual e federal. Algumas pessoas que se manifestaram nessas comunidades passaram por duras perseguições, e jovens lideranças que surgiram em junho de 2013 sofreram tentativas de intimidação e cooptação.

Por que as redes sociais corporativas se tornaram hegemônicas? Como mostra Caminati (2013), as indústrias estão cada vez mais contratando profissionais capazes de mobilizar o trabalho em rede para facilitar a inovação nos seus empreendimentos. O movimento software livre, principal responsável pela onda de ferramentas e servidores livres que impulsionou redes como o CMI e a Flor da Palavra, está sendo devorado pelas bordas por novos negócios em torno do conceito pretensamente mais “técnico” e menos “político” de “open source”. Ao planejar negócios com softwares de código aberto e redes de colaboração, as empresas praticam o que o autor chama de “apropriação sem propriedade”. Elas elaboram estratégias para explorar o trabalho voluntário, criando mecanismos de participação no aperfeiçoamento dos seus produtos. Algo semelhante acontece com os usuários das redes sociais corporativas: enquanto se divertem ou fazem militância, estão trabalhando para as corporações, pois o lucro delas está baseado no processamento de cada bit deixado como rastro, e para os órgãos de inteligência, que praticam a vigilância em massa com esses dados. Segundo Jacob Appelbaum (apud ASSANGE, 2013), nas redes sociais o usuário não é o cliente. É o produto que as empresas comercializam com os anunciantes. Elas reproduzem, assim, a transformação da audiência em mercadoria que ocorre na Indústria Cultural desde o começo do século XX (FERRARETTO, 2010), com a novidade de que nas redes a mercadoria humana colabora ativamente, é produto e produtor.

O paradoxo vivido pelos movimentos sociais é que as ferramentas corporativas estão se tornando cada vez mais “amigáveis”, oferecendo facilidades e prazeres sofisticados, enquanto as redes livres estão ficando mais fechadas, criptografadas e desconfiadas diante do cerco crescente dos negócios, da vigilância e da repressão. Como grande parte da população passou a habitar as redes corporativas, até ativistas experientes se renderam a elas para não cair no isolamento. As tecnologias e redes livres estão perdendo para o capital grande parte do trabalho,

criatividade e poder de inovação que antes convergiam para elas, e isso está acontecendo num vasto campo que vai das margens do movimento software livre até os grandes movimentos iniciados com a Primavera Árabe, passando ainda pela vida íntima e as relações do cotidiano. Caminati (2013) afirma que precisamos reduzir a fronteira entre a “filosofia e a técnica”, pois esta separação é uma das condições que levam à renúncia do controle sobre o desenvolvimento tecnológico. Como a Xibé e outros coletivos do Rio Solimões estão enfrentando essas dificuldades?

Em redes como a Flor da Palavra, CMI e Rizoma de Rádios Livres, o poder de comunicação de grupos pequenos depende da organização coletiva. A agência local e em rede é possível porque existe um controle real ou potencial sobre a tecnologia e, mesmo quando o controle não é total - entre os ativistas tem havido a tendência à concentração das habilidades técnicas em coletivos especializados -, o acesso e o aprendizado para a apropriação das tecnologias é viável e é encorajado. Partindo dessas práticas, o CMI-Tefé tem intensificado as oficinas de rádio livre e os cursos de comunicação popular através de uma nova abordagem que visa não apenas a apropriação dos meios de comunicação, mas também da ciência e dos processos de desenvolvimento tecnológico. Desde 2005, o coletivo vem mantendo relações de parceria com a Universidade do Estado do Amazonas, o que garantiu que boa parte dos processos de estudo em disciplinas de graduação, pesquisas de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso fossem apropriados para a invenção da autonomia na comunicação e em outros movimentos sociais. A partir de 2016, com a criação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, foi possível estabelecer aí o projeto de pesquisa “Inventando Autonomias no Médio Solimões” para dar continuidade e intensificar esses processos de democratização e descolonização da comunicação e da universidade.

Por outro lado, antigos voluntários e ex-alunos têm desdobrado essas práticas em outros projetos e coletivos. Em 2010, alguns voluntários do CMI-Tefé e da Xibé deram início à rádio Voz da Ilha, com um coletivo formado por adolescentes e jovens do bairro do Abial de Tefé que, além de movimentar a vida cultural e a educação do bairro instalando uma rádio livre na Escola Estadual Getúlio Vargas, deram início a um informativo impresso, um site participativo, uma biblioteca popular, oficinas de software livre, práticas de autodidatismo, apoio mútuo e metarreciclagem, e ainda passaram a realizar oficinas em comunidades rurais onde tinham parentes (FONSECA, 2015). Em 2015, o “Projeto Construção de Minitransmissores” da Escola Estadual Professora Nazira Litaiff Moriz, coordenado pela ex-aluna da UEA e professora de Física Leomicy Nascimento, reuniu dezenas de professores, estudantes e militantes da universidade, escolas públicas, rádios livres e movimentos sociais em encontros e ações semanais que fizeram da tecnologia rádio o catalisador para debates interdisciplinares, transdisciplinares e para ações coletivas (FIGUEIREDO, 2016). Em 2016, um integrante do CMI-Tefé e da Voz da Ilha facilitou a criação, no município de Santo Antônio do Içá (AM), do coletivo Kukama Yat+r+ykua (União do Conhecimento). Com uma forma de organização semelhante à dos coletivos de rádio livre, ele trabalha a apropriação de

tecnologias de comunicação juntamente com o estudo e a realização de oficinas de língua Kukama, arte e conhecimentos ancestrais, entre outras ações.

Nas atuais oficinas e cursos do CMI-Tefé, também tem ocorrido a diversificação das pessoas e saberes que são mobilizados e produzidos para a construção da resistência, abrindo um leque que vai da análise do colonialismo, passando por estudos e ações com culturas, artes, identidades, línguas e movimentos sociais dos povos urbanos e rurais, até chegar na aprendizagem de teorias da física, construção de transmissores, software livre e metarreciclagem. Este trabalho vem sendo feito de maneira descentralizada e em parceria com diversos movimentos sociais da região, tais como os feministas, de juventude, extrativistas, indígenas, etc., e instituições como o ICM-Bio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Secretaria Municipal de Educação de Tefé.

Finalmente, para retomar a tecedura de redes de comunicação e solidariedade à distância, o coletivo de Tefé tem apostado na colaboração com projetos de entidades de comunicação alternativa como *Radialistas Apasionadas y Apasionados* do Equador, *Instituto de Defensa Legal* (IDL) e Rádio Ucamara do Peru, Associação Mundial de Rádios Comunitárias do Brasil (AMARC-Brasil), Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC) e a Rede de Rádios Comunitárias e Software Livre, que envolve 8 países latinos. Entre 2015 e 2017 participou dos projetos *La Nave Va*, Rádios Comunitárias em Tempos Digitais e Mídia dos Povos, através de convites da AMARC-Brasil, que propiciaram encontros face a face e ações conjuntas com comunicadores indígenas, ribeirinhos, quilombolas e de coletivos urbanos de vários estados brasileiros, dos Andes e da Amazônia do Equador, Peru e Colômbia, e de outros países como Argentina, Chile, México, Alemanha e França. Em 2017, ajudou a organizar o Encontro Mídia dos Povos na aldeia Marajá (localizada no município de Alvarães, vizinho de Tefé), que contou com a participação de comunicadores e jovens do Peru, Rio de Janeiro, Amapá e Pará, além do Alto e Médio Solimões. Trata-se de uma nova era de alianças, invenção de redes, táticas e dificuldades, cuja análise crítica já está começando a ser feita em outras pesquisas e publicações.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e estranhamento. In: \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

BESSIRE, Lucas & FISHER, Daniel. Introduction: radio fields. In: \_\_\_\_\_. **Rádio Fields: Anthropology and wireless sound in the 21st century.** New York: New York University Press, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CAMINATI, Francisco Antunes. **Terra incógnita:** liberdade, espoliação. O software livre entre técnicas de apropriação e estratégias de liberdade. 2013. 353f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000906826> Acesso em 30/01/2015.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da TV:** uma leitura dos discursos da mídia sobre Amazônia, biodiversidade, povos da floresta... Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.

FABIAN, Johannes. **The time and the other:** how anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 1983.

FERRARETTO, Luiz Artur. **O rádio e as formas do seu uso no início do século XXI:** uma abordagem histórica. In: MAGNONI, Antônio Francisco & CARVALHO, Juliano Maurício de. O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital. São Paulo: SENAC, 2010.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Vamos ao baile:** gingas da comunicação e da participação no zapatismo. Revista Lua Nova, 72, 2007, 47-82. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ln/n72/a03n72.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a03n72.pdf) - Acesso em: 5/6/2014.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Como fazer um curso aberto? In: Machado, Rita de Cássia Fraga; Castro, Amanda Motta (Orgs). **Educação popular em debate.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **O que a floresta da mídia esconde?** “Junho” em Tefé-AM. In: BRANCALEONE, Cássio & DE BEM, Daniel. As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. Disponível em: [http://www.academia.edu/9271661/O\\_que\\_a\\_floresta\\_da\\_m%C3%ADdia\\_esconde\\_Junho\\_em\\_Tef%C3%A9](http://www.academia.edu/9271661/O_que_a_floresta_da_m%C3%ADdia_esconde_Junho_em_Tef%C3%A9) Acesso em: 30/01/2015.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Rádio rompendo barreiras: um ajuri de projetos envolvendo escola, universidade e movimentos sociais. In: Coelho, Leni Rodrigues; Silveira, Cristiane da; Bezerra, Rita de Cássia Eutrópio Mendonça. **Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FONSECA, Sérgio. **Tirando vendas:** convergências midiáticas e humanas nas redes da rádio livre Voz da Ilha de Tefé (AM). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Estudos Superiores de Tefé, Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, 2015.

HANNAH; SABINE; SERFI. Entrevista com a Junta de Bom Governo.

Oventik, 2/4/04. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2005/12/340703.shtml> Acesso em 5/6/2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento humano na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, volume II. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In:\_\_\_\_\_.

**Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MURAT, Lúcia. **Olhar Estrangeiro**. 2006. (Documentário)

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira**. Indiana, vol. 27, 2010, 19-46.

PAULA Júnior, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Transformação e reprodução social na experiência do Centro de Mídia Independente de Tefé**. In: 26a Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro (BA). Disponível em: [http://201.48.149.88/abant/arquivos/24\\_5\\_2008\\_17\\_57\\_41.pdf](http://201.48.149.88/abant/arquivos/24_5_2008_17_57_41.pdf) Consultado em: 29/03/2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

TACCHI, Jo. Radio in the (i)home: changing experiences of domestic audio technologies in Britain. In: BESSIRE, Lucas & FISHER, Daniel. **Radio Fields: Anthropology and wireless sound in the 21st century**. New York: New York University Press, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.





# Reflexões sobre tecnologia social e comunicação popular a partir de uma oficina integral de comunicação e rádio

*André de Souza Fedel  
Ricardo Franco Llanos*

## Introdução

O capítulo a seguir constitui um relato de experiências, acrescido de reflexões coletivas e individuais, a respeito da construção e organização de uma oficina de comunicação popular. Os objetivos são: sistematizar o processo em questão, demonstrando as dificuldades e possibilidades a partir de um ambiente autônomo de sujeitos e organizações populares, e contribuir com o debate da radicalização da democracia nas comunicações, principalmente, no que se concerne à apropriação da tecnologia de radiocomunicação.

Encontramo-nos em uma linha tênue onde optamos, politicamente, em não mencionar lugares, pessoas e informações específicas sobre o processo sistematizado, pois sabemos que ainda no Brasil fazer comunicação com objetivos de emancipação é considerado crime e sabemos que o verdadeiro criminoso é *aquele que está atrás do ouro*. No entanto, o tema da democratização da comunicação, tratado por especialistas e instituições, está muito aquém do que necessita ser tratado, restringido em escritórios e salas refrigeradas onde a população pouco tem acesso. Tal motivo nos leva, mesmo que minimamente, a publicizar o processo em questão.

O capítulo está estruturado em três partes, sendo a primeira uma interpretação do contexto social e político onde se situa as organizações populares e autônomas a respeito da comunicação no Brasil. Acreditamos que as legislações brasileiras sobre a comunicação - e conseqüentemente a sua aplicação - precisam ser compreendidas de dois pontos de vista: o primeiro ponto é que, historicamente são marcadas por uma ausência de debate público, e o segundo que foram em sua grande maioria reduzidas “à questão de polícia”, de segurança federal e de controle social pelo Estado e pelas empresas.

Na segunda parte, a partir deste contexto, mencionamos os princípios, referências e questões disparadoras que problematizaram a construção da oficina de comunicação. Neste ponto, buscamos caracterizar o para que(m) estamos construindo este ambiente de formação e organização.

Por fim, descrevemos o processo de desenvolvimento da oficina de transmissores de rádio e comunicação popular, dando ênfase às dificuldades encontradas pelos sujeitos e organizações, como também às possibilidades e avanços de

novas oficinas e um ambiente organizativo autônomo da comunicação popular. Salientamos que o processo teve dois pilares de debates e práticas, um a respeito da tecnologia e construção dos transmissores, e outro, sobre política e organização.

### **Para reflexões, vários exemplos...**

Inicialmente, para levantar reflexões, foram transcritos alguns diálogos, que infelizmente são recorrentes no cotidiano de comunicadores e comunicadoras que ousam a transmitir sua interpretação do mundo em que vivem buscando assim transformá-lo, confrontando a autoridade e o poder dos setores que dominam os meios de comunicação. Vale mencionar que estes diálogos só foram transcritos pois houve alguma gravação, seja em vídeo ou em áudio. Por isso acreditamos que é de extrema importância evidenciar a intensidade destas ações, pouco quantificadas ou sistematizadas. Outra observação importante é que grande parte destes exemplos ocorreram em espaços universitários, o que por um lado demonstra a incapacidade de diálogo das administrações com os coletivos e iniciativas de rádios livres, e por outro a falta de projetos de pesquisa/ensino/extensão que sejam dialógicos, que compreendam os saberes da comunidade, e não se apropriem ou vampirizem os saberes destes sujeitos para os ritos acadêmicos, respeitando uma estrutura mais livre de contínua construção e transmissão de informação, cultura e conhecimento.

Acredita-se que estas ações repressivas também aconteçam diariamente com rádios comunitárias (outorgadas ou não pelo Estado) pelo Brasil. No entanto, a visibilidade deste momento repressivo é pouca ou nula. Apresentamos a seguir os exemplos:

[...] Que rege a Constituição brasileira, portanto, nós queremos deixar claro que o que tá ocorrendo aqui é uma atitude autoritária, tá aqui, estamos aqui... é... sendo surpreendidos, [...], essa rádio é uma iniciativa de pessoas da comunidade, da universidade [...] Não está sendo respeitada pelo juiz que aceitou uma denúncia de interferência sem nenhum estudo técnico porque o que deveria ter sido pedido era um estudo técnico para comprovar essa interferência [...] E nós queremos deixar claro, deixar aqui nosso repúdio, convidar inclusive a sociedade a se manifestar contrária a essa atitude arbitrária, essa não é uma atitude de uma sociedade democrática, isso é coisa de ditadura [...] Que poder de interferência tem uma rádio com 25watts de potência? [...] É lamentável, é uma atitude profundamente autoritária que um Estado que ainda não aprendeu a conviver com a democracia [...]

-Mas que perito? Cadê o perito? Eu tô querendo saber

-Reinaldo, Reinaldo, relaciona tudo então [...] tá criando caso é porque tá querendo levar de doido né? É esse o problema?

-A gente só quer o laudo técnico.

-Bom pessoal, seguinte. Eu sou delegado da polícia federal, meu nome é Flávio, tô cumprindo um mandado judicial de busca e apreensão dos equipamentos da rádio de vocês, tá certo? Ordem judicial a gente não discute, a gente cumpre. A minha função aqui é arrecadar os aparelhos da rádio e, conseqüentemente vocês vão tentar na justiça, e se for possível, a justiça vai liberar pra vocês, tá ok? Vou pedir a colaboração de vocês aí pra deixar a gente cumprir o trabalho, assim, do jeito que a gente tem que cumprir pra evitar algum problema.

-O mandado judicial tá pedindo pra gente cumprir o mandado, certo? E se al-

guém se opor à decisão judicial vai preso vai isso vai aquilo, resistência, desobediência, tá ok? Então vou pedir a colaboração de vocês pra deixar a gente fazer o nosso trabalho tá certo? E [...] tentar na justiça aí [...]

-Eu quero saber do senhor, seu Flávio, se o senhor, como um delegado da Polícia Federal me afirmar que isso tá certo. Não tem laudo técnico?

-Busca e apreensão independe de laudo em determinados casos.

-Então isso é autoritarismo, ditadura! (Rio Branco/AC. Momento em que a Polícia Federal realiza apreensão de equipamentos e fechamento do estúdio da Rádio Filha da Muda, em janeiro de 2007).

[...]-Vocês tão comunicando agora [...] é ilegal [...] o que a ANATEL está fazendo?

-Você pede pro policial lá e [...] ver os direitos e ver com a justiça [...] Nós estamos aqui prestando apoio aos fiscais da ANATEL [...]

-Não [...] são vocês [...] é a Polícia Federal que está levando.

-Gente, tá na ilegalidade[...]

-Bom o senhor tem que tá comunicando essa ilegalidade antes de vir aqui

-Vamos para a delegacia

[...]

-Quem tá levando o transmissor não está uniformizado, não é da Polícia Federal?

-Ele disse que é da ANATEL

-Eles têm autorização da UFRJ?

-Não, até agora eles não mostraram

-Eles não mostraram nada... E quais foram os documentos que foram apresentados?

-Foi apresentado que essa solução já vem de muito tempo e que eles iriam chegar numa solução pra isso [...]

-Mas para levar o transmissor foi apresentado [...] algum mandado [...] nada?

-Não, nada. Nada oficial, nada.

-Nenhum mandado judicial?

-Cadê o mandado? Eu tô esperando o mandado

-É normal uma apreensão de equipamentos sem mandado?

-E o carro (da Polícia Federal) nem placa tem.

-Num tem mandado, num tem placa.

- [...] Acho desnecessário [...] eles já têm idade para compreender, se eles quer aparecer pros pais, eles faz discurso [...] mas tentar, ao menos sem ofensa pessoal... Nós tamo tratando todo mundo na maior educação, aí acho que poderia manter o mesmo nível.

-Mas uma apreensão sem mandado e sem placa no carro, é normal assim?

-O carro não tem identificação nenhuma (Rio de Janeiro – RJ. Momento em que a Polícia Federal leva transmissor da Rádio Pulga, em setembro de 2011).

[...]-Ô chefia, vamo conversar [...] Eu quero saber sua identificação[...] ANATEL, senhor Celso Luiz Maximino, senhor Celso, a gente tem umas perguntas para fazer para o senhor:

- Como que foi essa chegada do senhores ao campus da universidade?

-É um espaço público, né?

-Isso, onde a polícia só pode entrar com autorização da reitoria, o senhor sabia disso?

-Não, nem conhecimento [...] Já que você conhece tanto de leis, você pode cercar o nosso direito de [...]

-Não [...] essa manifestação é pacífica, porque os senhores estão entrando no campus da universidade.

-Mas você tá segurando o servidor público aqui [...]

-Isso porque a gente tem uma razão muito forte pra fazer.  
-Qual?  
-Porque os senhores são polícia, os senhores estão dentro do campus universitário e os senhores vieram fechar a Rádio Muda [...]  
-Tô indo embora, não tem mais nada pra fazer aqui [...] vocês levaram o transmissor, eu não tenho mais o que apreender aqui [...] não é uma ameaça, tá? [...] Eu só vou explicar [...] A rádio Muda vai voltar, provavelmente. E se nós formos acionados novamente, tá? Esse fato obviamente vai ser relatado [...] obviamente o poder público não vai chegar assim [...] com três fiscais, desarmados, tendeu? Conversando [...] Tendeu? A gente vai querer se resguardar disso aí [...] (Campinas - SP, momento de debate com agentes da ANATEL, em novembro de 2011).

[...] - Olha, eu só posso informar o que eu sei, qualquer coisa você procura a Procuradoria Geral que [...]  
-Você pode falar o que aconteceu?  
-Aconteceu que a Polícia Federal veio e levou os equipamentos [...] -E aí e agora? (os caras arrombaram a porta também?)  
-Olha, isso eu não sei te informar, porque eu não estava aqui...  
-Entendi [...] e aí, os seguranças do campus estão aqui para fazer a segurança do espaço por que então?  
-Porque é um espaço da universidade, por isso que a gente está aqui, preservando...  
-E aí eles vão ficar aqui a noite toda, de agora em diante, até instalar uma porta?  
-Vão... (Campinas - SP, um dia, após os equipamentos da Rádio Muda serem saqueados pela Polícia Federal, em fevereiro de 2014).

A seguir, um trecho da fala de um integrante da Rádio Coité, na Bahia, sobre o processo de apreensão indevida de equipamentos da rádio pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) [...] “A ANATEL levou juntamente com a Polícia Federal o primeiro transmissor, e aí o segundo transmissor nós conseguimos com ajuda da comunidade e daí o segundo transmissor levaram também.” E o integrante, continua: “compramos o terceiro da mesma forma, pode acreditar, da mesma forma, com ajuda da comunidade, hoje a rádio só existe por conta da comunidade” (Conceição de Coité – BA, fala de integrante da Rádio Coité que está respondendo processo criminal, em março de 2015).

[...] Existe uma determinação da instância suprema da universidade, que é o reitor...  
-Mas a administração deste prédio é feita pelos estudantes...  
-Querida, esse prédio é público, é da universidade [...] quem tem a responsabilidade legal? Inclusive, quem responde legalmente por isso, é você? É você? É você? Quem responde é o reitor.  
-Então toda militância feita pelos estudantes não resultou na garantia de um prédio como este? Foi em vão?  
-Quem responde é o reitor, é ele quem vai pra cadeia se não cumprir uma ordem judicial...  
-Então cadê a ordem judicial?  
-Não [...] tô dizendo[...] se vier uma ordem judicial[...]  
-E vocês vão fazer o que agora?  
-Agora se vocês não desocuparem, vocês serão retirados à força, com força judicial, e quem determina isso é o juiz [...] (Curitiba - PR, dias antes da desocupação do prédio onde a Rádio Gralha estava instalada, em abril de 2015).

## **Legislação e o Contexto Social e Político das Organizações Populares e Autônomas**

Antes de debater o contexto social e político no qual estão inseridas as Organizações Populares e Autônomas, é necessário abordar, em primeiro lugar, as categorias que são utilizadas neste texto no que diz respeito às formas de apropriação da tecnologia de radiodifusão, com o objetivo de melhor qualificar estes termos e afastar dúvidas e preconceitos existentes. Essa necessidade justifica-se também pela pouca literatura e teoria produzida acerca destas formas de apropriações, visto que o debate se centraliza, costumeiramente, nos modelos públicos e privados de comunicação. As apropriações não seguem a formalidade destes modelos, pois elas acontecem à sua margem, em diferentes contextos, finalidades, formatos e com diversos níveis de impactos sociais.

O espectro eletromagnético brasileiro segue um modelo de gestão no qual o Estado é proprietário e possui um sistema de concessão e autorização de seu uso para a transmissão de conteúdo de rádio, televisão e internet, visando, através da partilha do espectro, alocar as frequências utilizadas dentro do espaço existente<sup>79</sup> com melhor eficiência possível para que não haja interferências entre elas. Esta condição deriva da premissa tecnológica de escassez do espectro, paradigma atualmente contestado frente às inovações tecnológicas da área. Assim, dentro do universo da radiodifusão, são consideradas ilegais as emissoras que transmitem sem a autorização do Estado, exclusivo proprietário do ar, portanto denominadas de “Rádios Ilegais”. No entanto, estas emissoras recebem a alcunha genérica de “Rádios Piratas”, com um sentido muito forte de criminalização de suas atividades, a despeito da própria validade das leis e dos mecanismos que regem o sistema de concessão de uso do espectro e também dos impactos e legitimidade destas emissoras, perante a sociedade.

Por outro lado, o termo “Rádio Pirata”, de acordo com Machado, Magri e Massagão (1987), remete a uma forma de apropriação ilegal que historicamente ocorreu nos anos 50 e 60 na Europa. Estas emissoras transmitiam sem a autorização do Estado, mas possuíam uma lógica comercial e de realização do lucro. A ocupação do espectro não era compreendida como um ato político, mas sim como uma maneira de burlar o monopólio estatal, embora esta atividade tenha permitido abrir brechas e questionamentos sobre a autoridade do Estado sobre o espectro. Já a constituição do termo “Rádios Livres” ocorreu em outro capítulo histórico, especialmente na Europa, durante os anos 70, no qual as emissoras que transmitiam sem a autorização do Estado encaravam esta ação como um ato político, de forma que a apropriação possuía um sentido de engajamento e emancipação social, desprovida da lógica comercial e lucrativa. Assim, aquelas Rádios Livres possuíam uma postura de ação política direta e dialogavam com movimentos sociais e suas demandas, buscando também outro tipo de comunicação que não a realizada pelas

---

79 O espectro eletromagnético: todas as possíveis frequências da radiação eletromagnética se aloca integralmente dentro de um intervalo cujo nome é espectro eletromagnético, que engloba desde as ondas de baixa frequência, até as ondas de rádio, ondas de maior frequência como a da radiação gama. Trata-se do ar, onde a radiação eletromagnética se aloca. Outro nome possível é Éter.

rádios tradicionais, com a participação dos ouvintes e dos sujeitos no ambiente na qual estavam inseridas, e buscando uma comunicação democrática. É a partir desta experiência e de outras fortemente identificadas com a atuação política, “que se forjou uma identidade de ‘Rádios Livres’ como rádios cuja apropriação ilegal possui um significado político e social, diferenciando-as dos outros gêneros” (ANDRIOTTI, 2004, p.10-15).

No Brasil, a história das Rádios Livres também se situa no contexto de luta pela emancipação e transformação social travada por diversos agentes pela democratização dos meios de comunicação. Neste embate, elas compreendem a ocupação direta do espectro eletromagnético como forma de atuação, resistência e questionamento dos poderes dos meios de comunicação hegemônicos e do modelo autoritário e pouco democrático de concessão de uso do espectro para a transmissão imposto pelo Estado. Também buscam formatos alternativos de comunicação, que sejam inclusivos, plurais. Isto significa que as Rádios Livres não apenas transmitem narrativas próprias contra hegemônicas, como também se apropriam dos meios de produção e transmissão do conteúdo, o que implica na apropriação tecnológica e no desenvolvimento de mecanismos de contribuição para que este conhecimento não fique repressado.

O modelo de regulação dos meios de comunicação e as suas respectivas leis e códigos privilegiam um setor de proprietários e poderosos, uma vez que representam a cristalização dos interesses organizados deste setor que historicamente protagonizou os espaços de debate e proposição destas leis, marginalizando outros setores e seus respectivos interesses. A expressão máxima desta condição é o monopólio da mídia corporativa e o sufocamento de outras iniciativas de comunicação, seja tanto na ausência de um conjunto de políticas eficazes e plurais de comunicação pública, como também na repressão aos sujeitos e organizações que realizam uma comunicação livre e autônoma.

Por sua vez, essa repressão manifesta-se de maneiras distintas. Um destes formatos é a campanha realizada pelos meios de comunicação hegemônicos para difamar e marginalizar as Rádios Livres. Um exemplo desta prática, segundo Andriotti (2004), é a criação e a propagação do “mito da interferência”: a hipótese absurda de que a transmissão sem outorga interfere na comunicação aérea, acarretando acidentes. Estas propagandas contra as ditas “rádios piratas” são baseadas em premissas falsas e são extensivamente difundidas, de modo a corroborar com a criminalização das Rádios Livres.

Já em seu formato truculento, a repressão direta é herdeira da ditadura militar, que nunca terminou para os que fazem rádio livre (e para muitas outras pessoas que lutam por seus direitos também), pois o decreto nº 236 de 1967, assinado pelo ditador Castelo Branco, “alinhou o já autoritário e pouco democrático Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, à política de militarização, transformando-a em questão de segurança nacional” (NUNES, 1995, p. 33). A lei 4.117/62, reforçada pelo decreto de 1967, perdura até os dias atuais e aplica a sentença de criminalização de transmissões sem outorgas, culminando com as

forças públicas fechando as emissoras livres, apreendendo seus equipamentos e detendo ou aplicando multa e processos aos envolvidos.

Se analisarmos o próprio funcionamento do aparato repressor estatal, é possível observar a articulação entre estas duas formas de repressão, o que evidencia os interesses de quem controla os meios de comunicação no país. Este mecanismo inclui um sistema de denúncia<sup>80</sup>, uma vez que a quantidade de rádios sem outorga que funcionam no país extrapola a capacidade da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de fiscalizar o espectro, conclamando através de propagandas os cidadãos a denunciarem as “rádios piratas”, ou rádios que transmitem sem a autorização. Este sistema aponta que transmitir sem autorização é crime, sem especificar o porquê, e ignora qual é o propósito das rádios que transmitem sem autorização. A denúncia pode ser realizada também através do site da ABERT<sup>81</sup>, associação que representa os interesses do setor de proprietários das grandes corporações de telecomunicações, criada em 1962 durante a votação do Código Brasileiro de Telecomunicações. Assim, mesmo as Rádios Livres, que possuem um objetivo emancipador e de transformação social acabam sendo fechadas, perseguidas e incluídas dentro da categoria de “Rádios Piratas”. Este processo autoritário é marcado pela ausência de um debate público sobre o caráter que as Rádios Livres possuem enquanto meios de comunicação pública e sem considerar a sua legitimidade perante a sociedade.

Nesse aspecto, é importante trazer alguns dados a respeito do número de rádios que funcionam sem outorga no país. De acordo com dados apresentados pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO/Brasil), estimava-se que o número de rádios no ar sem outorga, comunitárias ou não, no ano de 2010, chegaria a 12 mil. Já segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT), a estimativa é que existiriam 10 mil emissoras nessa situação. O número total de rádios licenciadas no país hoje é de 9.459 (Artigo 19/Defesa da Liberdade de Expressão das Rádios Comunitárias no Brasil: Teses Jurídicas Aplicáveis, 2016, p. 49).

O fim do período militar no final dos anos 80 e a consequente reabertura democrática trouxe o debate sobre a democratização dos meios de comunicação que culminou com a promulgação de cláusulas específicas sobre a regulação dos meios de Comunicação na Constituição Federal de 1988. Neste debate, novamente confrontaram-se os interesses do setor que detém os meios de comunicação e de setores que buscavam outro tipo de comunicação, de modo que houve alguns pequenos avanços, como a garantia à liberdade de expressão e comunicação, ao mesmo tempo em que o panorama da concentração dos meios de comunicação pouco foi alterado, sobretudo porque o sistema de concessão de uso do espectro, ao não primar pela participação da sociedade civil sobre suas deliberações, manteve seu caráter concentrado, autoritário e não democrático.

80 <<http://www.anatel.gov.br/consumidor/reclamacao-denuncia-ou-pedido-de-informacao>>(último acesso em 2 de fevereiro de 2017).

81 <<http://www.abert.org.br/web/index.php/menuradiodifusao/associado-como-denunciar>>(último acesso em 2 de fevereiro de 2017).

No ano de 1997 foi criada a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que separou serviços de radiodifusão de telecomunicações e revogou muitos trechos do CBT de 1962, porém sem retirar a validade da lei 4.117/62. Nesse sentido, a cláusula de criminalização da atividade de radiodifusão sem outorga não apenas deixou de ser revista como também foi reforçada pela lei 9472 de 1997<sup>82</sup>, que estipulou, segundo Andriotti (2004), o “desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunicações” como crime punível com a detenção dos envolvidos, possibilitando o uso tanto do CBT quanto do LGT, no âmbito da repressão. No ano seguinte, quando é aprovada a lei que origina as Rádios Comunitárias (Lei 9.612/98), abrindo espaço para a legalização e formalização de rádios que transmitiam sem autorização, ocorre uma divisão entre as que optam pela legalização e as que refutam este processo, considerando que estas leis não atendem as demandas por uma comunicação, de fato, mais democrática e plural. Nesse entendimento, o caráter restritivo da lei de Rádios Comunitárias evidencia a capacidade do Estado de sufocar as iniciativas de comunicação pública e social, privilegiando a comunicação corporativa e comercial. Assim, as Rádios Livres distanciam-se das lutas institucionais e afirmam sua identidade enquanto um movimento autônomo e cuja postura é radical na luta pela democratização dos meios de comunicação, estendendo seu diálogo e atuação com outros movimentos sociais que não possuem voz.

Atualmente, ambos os códigos são utilizados para a criminalização, processos e fechamento de Rádios Livres e Comunitárias, mesmo esta última sendo legal. As forças públicas de repressão abusam de sua autoridade, ao reprimir de forma autoritária e violenta, conforme exemplificam os relatos iniciais ilustrados no texto, estas emissoras que por sua vez “possuem importância e impacto social e que são legítimas, inclusive pelo que é previsto pela Constituição Federal Brasileira que garante o direito à liberdade de expressão e comunicação” (SIMIS, 2006, p.14).

### **A organização da Oficina: antecedentes e o processo**

Procura-se nesta seção oferecer reflexões que possam demonstrar caminhos e possíveis limitações, não esgotando o tema, mas que em nossa concepção são atuais e muito invisibilizadas.

As Rádios populares e livres e coletivos de comunicação que possuem tendências anticapitalistas e autônomas<sup>83</sup> sofrem, além de uma grande repressão do Estado e das corporações midiáticas, como já mencionado, uma dificuldade organizativa específica da qual Beskow (2014) consegue apontar:

Enquanto movimento de rádios livres há muito mais uma prática cotidiana em transmitir, uma transmissão que questiona a legislação, inadequada no caso das rádios comunitárias, por exemplo, e da própria constituição, quando fala da liberdade de expressão. Alguns se referem ao ‘direito’ de transmitir, de se expressar. Ou ainda, a ‘liberdade’ em comunicar. Diria que manter a prática de

82 <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3975](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3975)> último acesso em: 2 de fevereiro de 2017).

83 Quando mencionamos estes princípios, como também ação direta e solidariedade, queremos nos referir ao que Felipe Corrêa discorreu sobre os princípios e orientações de agrupamentos de tendência. Ver aqui: <http://passapalavra.info/2010/01/18055>



transmitir através do rádio é o grande objetivo das rádios livres. Uma prática diária que coloca em prática a descentralização dos meios de comunicação (BESKOW, 2014, p.108).

Discordamos da autora acima, quando se refere à ausência de estratégias: “não há estratégias e metas, objetivos claros a serem atingidos em determinado período de tempo”. O que se pretende também é argumentar que não é só a prática de transmitir que faz os coletivos de comunicação, mas também a sua própria organização cotidiana.

Para bem argumentar, acredita-se que há duas escalas-polos de grandes contribuições que partem de diferentes espaços. Uma contribuição, proveniente da luta comunitária, de base territorial, com grande apoio de entidades religiosas, - inspiradas na teologia da libertação - foi grande base para fortalecimento de diversos movimentos sociais e pautas políticas latentes e vigentes até hoje, como exemplo, a luta pela terra e por moradia. Também proveniente de partidos políticos, sindicatos e movimentos populares. Teve seu grande ‘auge’ nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil e outros países latino-americanos na resistência a regimes civis-ditatoriais e teve como base teórica e política principal a Educação Popular, inspirada muito por Paulo Freire, Mario Kaplun entre outros. A conhecida comunicação popular, alternativa e logo em seguida a comunicação comunitária (FESTA, 1986; PERUZZO, 2004).

A outra escala-polo de contribuição em nossas reflexões é proveniente de uma luta antiglobalização (ou antissistêmica), também de base territorial, mas que se difere nas táticas e estratégias adotadas pelos seus sujeitos, em grande parte, a juventude. Tal movimento teve seu início nas décadas de 1990 e 2000. Como destaca Santos (2013), ao levantar a história e contribuição do Centro de Mídia Independente para o debate sobre a democratização da comunicação, principalmente sobre o olhar da juventude. Assim como Brancaleone (2014) menciona a respeito dos motivos e contextos de surgimento, o histórico e a composição dos membros do Movimento Passe Livre, a respeito de sua maneira organizativa, o movimento de rádios livres e coletivos independentes de comunicação compactuam e vivem grande parte deles. Para o autor,

Se há uma virtude central no tipo de ação política praticada, a nosso ver, é a capacidade de conjugar autonomia organizativa e ação direta com uma atitude política antidogmática e antissectária [...] uma atuação pautada na articulação com outros tantos coletivos, espaços culturais, rádios livres, associação de moradores, movimentos estudantis, sindicatos e mesmo alguns partidos de esquerda (BRANCALEONE, 2014, p. 9).

Também destacamos neste mesmo contexto o zapatismo<sup>84</sup> enquanto um dos campos da esquerda que trouxe uma inovação quanto ao papel da comunicação no conflito<sup>85</sup>. O conflito gerado na comunicação,

[...] sinaliza também um aspecto que parece se manifestar em muitos processos e movimentos antissistêmicos contemporâneos: a manifestação e realização de uma sociabilidade e de uma práxis que evoca a autonomia, em sua dimensão de autodeterminação, autogoverno e autogestão (BRANCALEONE, 2012, p. 152).

Essa comunicação gerada no/do conflito também oxigenou o debate na própria esquerda, foi um dos grandes propulsores. Contudo, não é nosso intuito aprofundar tal discussão, pois o objetivo principal deste texto não é um debate teórico, mas estas duas grandes referências foram importantes no debate da organização da oficina. Elas foram alicerces na discussão de acordos comuns, que traziam referências para aqueles e aquelas que se envolveram no processo de organização e efetivação da oficina.

Estas referências possuem em comum a ligação quase orgânica da comunicação com outros contextos de lutas sociais, como pela educação, pela moradia, pela terra, pelo direito à cidade, pela autodeterminação dos povos, entre outros. Foram (e são) movimentos e lutas que nasceram juntas ou que perceberam que a junção de tais práticas seria extremamente saudável. Afinal, quando há comunicação das ações em um contexto de dar visibilidade aos grupos e aos sujeitos e às comunidades às quais pertencemos ou nos solidarizamos, estamos ampliando nossa luta. Acredita-se que a construção da “Voz dos sem voz” passa também por estes caminhos.

Desde o último encontro de Rádios Livres se percebeu uma insuficiência organizativa e estratégica em relação ao que o encontro entre coletivos e indivíduos poderia despertar, houve muitas inquietações por parte de um pequeno grupo de pessoas que compactuavam com a noção de um encontro ser um momento propício para a reflexão e reorganização na pauta da comunicação, ou seja, do direito de fazer comunicação. Já haviam pequenas ações e movimentos criando laços com coletivos de rádios livres de diferentes maneiras de organização, onde a comunicação, se não contribuir, poderia ser um grande catalisador de formação política e inserção social. Com isso aproximou-se das experiências a organização em torno da comunicação popular e alternativa proveniente da Argentina, que foram grandes referências práticas no sentido pragmático de promoção e desenvolvimento de um encontro que buscasse alguns objetivos comuns.

Através deste grupo referido, soubemos que alguns coletivos de comunicação estavam organizando uma oficina de construção de transmissores. Outros coletivos interessaram-se muito por ela e decidiram participar da organização da

84 Apesar do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ter surgido também pelo apoio de uma ala dos e das praticantes da teologia da libertação, seus desdobramentos se deram de maneira completamente diferente dos movimentos sociais e pautas políticas do Brasil. Ver aqui: <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/09/18/descolonizacao-autonomia-igualdade-de-genero-e-solucao-zapatista/>  
85 Quando se menciona a comunicação no movimento zapatista, refere-se ao que Alex Hilsenbeck discorreu sobre “A Guerra de palavras e a guerra pela palavra”. Ver aqui: <http://passapalavra.info/2009/04/2677>

oficina. Algumas reuniões foram feitas onde se discutiram muitas coisas. Desde o início, *quem somos*, enquanto um grupo de pessoas/coletivos e que buscam um ambiente de comunicação autônoma e anticapitalista, que procuram criar e estreitar os laços de solidariedade. Foram muitas reuniões, nas quais sempre novas pessoas se aglutinavam, apresentavam-se e contribuíam, na medida do possível, para esta experiência que acabava de iniciar.

Discutiu-se a possibilidade de aparecer algum coletivo e/ou grupo mais próximo ao governo, e que o espaço da oficina não suportaria este tipo de tendência. O que construímos nos objetivos era que o espaço comum da oficina era para agregar grupos com afinidade em um campo anticapitalista, não sendo estritamente grupos que trabalham com rádio e sim grupos que desejam realizar comunicação popular e também rádio. Integrantes de vários coletivos e movimentos sociais estavam presentes. Uma das organizadoras, então, após ser viabilizado definir quem somos, o que queremos e com quem queremos, apresentou um pouco a proposta da oficina, como uma cooperativa popular de construção de transmissores e apoio técnico às organizações e o contexto argentino de comunicação alternativa e popular. A proposta consistia em realizar uma grande oficina de construção de equipamentos de comunicação (transmissores de rádio e antenas). A oficina procuraria atender ao quesito técnico e organizativo-político. Uma linha de produção para construção de transmissores, antenas e testar todos e também vários momentos de formação organizativa de rádio, análise de conjuntura política e oficinas práticas como criação de programas de rádio.

Com a oficina tomando corpo, foi proposto que o planejamento e as tarefas mais aprofundadas da oficina fossem realizadas em comitês para melhorar a organização. O grande grupo se reunia e as tarefas mais específicas eram realizadas nos comitês.

O comitê técnico estava empenhado em, ao mesmo tempo, organizar o espaço para a linha de produção dos transmissores, como também conhecer e aprender os esquemas técnicos eletrônicos. Também, após superar estas duas tarefas, o comitê buscou sucatas de antigos computadores para servir de estrutura para os transmissores a serem construídos. Estavam responsáveis por este comitê quatro pessoas e foi definido, por fim, a construção de transmissores de 10watts e de 100 watts.

O comitê de comunicação, também com quatro pessoas, foi o articulador de todos os outros comitês; iniciou o debate da proposta inicial da oficina, lançou a convocatória/chamado para a oficina e ficou em contato com todas as pessoas/coletivos que manifestaram interesse, repassando informações da conta bancária, local de realização da atividade, sobre alimentação e estadia.

O comitê de infraestrutura, integrado por cinco pessoas, foi responsável pela articulação com o local de atividade da oficina. Essa tarefa foi difícil, pois havia uma grande preocupação e intencionalidade da oficina de gerar laços com o espaço da atividade e a organização que aceitaria e se envolveria com a proposta da oficina. Também foram responsáveis em organizar a alimentação de todos os

dias, fazendo um levantamento prévio da quantidade dos alimentos e quais seriam (cabe mencionar que o cardápio contou em todas as refeições com alimentação vegana<sup>86</sup>).

O comitê de formação política, formado por cinco pessoas, foi responsável em criar um cronograma da oficina com debates, rodas de conversa e atividades de programação política. Também ficou responsável esse comitê por convidar entidades, organizações e representantes de movimentos em luta, próximos da concepção da oficina para abrir diálogos e apresentar a situação destas lutas, em relação ao debate sobre a comunicação. A proposta inicial deste comitê era realizar rodas de conversa com temas gerais que buscassem uma leitura comum, relatos de experiências de organizações e sujeitos sobre as lutas que são próximas da comunicação e oficinas práticas sobre a elaboração e gestão de um meio de comunicação popular.

Com as tarefas e atividades iniciando-se, também houve um debate em torno da organização da oficina, visto que muitos movimentos e organizações que se interessaram pela oficina não tinham um mínimo contato com o debate e com a parte prática (técnica) e que realizar pequenas oficinas antes da ‘oficina maior’ poderia ser uma boa estratégia. Deste modo, algumas pequenas oficinas antecederam e serviram como fase preparatória para a oficina integral de comunicação popular e rádio.

## **A Oficina**

A Oficina pragmaticamente ocorreu no mês de setembro de 2015, em 5 dias, com aproximadamente 45 pessoas inscritas, das quais 13 eram mulheres. Foram 7 coletivos de Rádios Livres, 1 coletivo de rádio comunitária, 2 coletivos ‘tech’, 3 coletivos de comunicação independentes, 2 coletivos estudantis, um projeto de extensão universitária e algumas pessoas inscritas autonomamente. Cabe mencionar que, entre os inscritos, havia indígenas Guaranis-Mbya e camponeses de territórios da reforma agrária. Infelizmente, não foram todas as pessoas inscritas que participaram de todo o processo da oficina, o que para nós já é um ponto importante a mencionar, pois com isso há uma ‘quebra’ de rotina da oficina, do próprio cotidiano pré-estipulado.

As formações políticas tiveram a contribuição de coletivos e organizações de apoio com temas a respeito de uma análise de conjuntura da histórica luta pela democratização da comunicação e sua importância em ser construída em conjunto com outros movimentos sociais e grupos oprimidos. Foram debatidas e construídas análises de conjunturas sobre os seguintes temas: lutas populares pós 2013, a comunicação popular e o contexto argentino, a situação das Rádio Livres, entre outras.

---

<sup>86</sup> Uma alimentação vegana inclui todos os tipos de grãos e feijões, ervilhas, lentilhas, verduras, frutas e legumes. Leia mais <http://www.mundoboaforma.com.br/comida-vegana-o-que-e-beneficios-e-alimentos/#5Tol5blvtaUKDppU99>

### ***As lutas populares pós 2013 e a comunicação como papel fundamental***

Nesta roda de conversa, integrantes de um coletivo de comunicação apresentaram um olhar sobre 2013, indicando como as organizações populares por moradia e principalmente o MPL já estavam realizando há muito tempo um trabalho de formação e comunicação popular sobre o direito à cidade e ao transporte público. O grande destaque foi justamente a capacidade de diálogo com outros movimentos e organizações e a postura clara da horizontalidade nas decisões sobre as atividades de formação e as manifestações. Concluiu-se que estas lutas só conseguirão estar com um elevado vetor social, quando imbricado em uma grande rede de solidariedade.

### ***A Comunicação Popular e o Contexto Argentino***

Nesta roda de conversa, integrantes de uma cooperativa de comunicação popular e de uma rádio comunitária, ambos da Argentina, apresentaram questões gerais para compreender onde a comunicação popular e a sua luta cotidiana se inserem. A partir da história destes coletivos, abriram alguns debates de como entender as ferramentas comunicacionais postas hoje, por exemplo a grande mídia que cria “estereótipos comuns” à população, sobre diversos sujeitos de nossa sociedade ou comportamentos ditos “normais”, frente às situações do cotidiano.

A partir disso, provocaram os participantes para discutir duas grandes táticas que a comunicação popular tem em suas mãos: a primeira que é a contra-informação, composta pelas narrativas dos próprios sujeitos protagonistas das lutas cotidianas, colocadas em confronto com as notícias tradicionais, e a segunda, a formação cotidiana e sua mobilização junto aos grupos organizados ou que pretendem organizar-se, para desconstruir os consensos construídos pela mídia convencional. Também comentaram da legislação que, desde 2009, há um parcelamento no espectro eletromagnético para emissoras comunitárias. No entanto *nem tudo são flores*, e não há nenhum tipo de incentivo do governo, muito pelo contrário, há sim uma grande perseguição velada aos comunicadores e aos meios de comunicação populares e comunitários.

### ***A situação das Rádios Livres***

Relatos de repressão, estratégias e táticas de transmissão e segurança, além de tentativas de formar um núcleo mais sólido foram temas mencionados na roda de conversa entre coletivos de rádios livres presentes. A tônica maior do debate foi o rompimento do ambiente universitário, seja pelo apoio às iniciativas em comunidades e junto dos grupos oprimidos, ou por meio de ações que aproximam a universidade destes.

### ***A digitalização do Rádio***

Esse debate foi coordenado por um dos integrantes do Conselho Consultivo da Digitalização do Rádio e por representantes da Plataforma Internacional Digital Radio Mondiale (DRM), os quais apresentaram o que é a digitalização do

rádio e suas consequências, caso o governo brasileiro adote um modelo de digitalização do rádio sem o debate público com a sociedade organizada<sup>87</sup> e visando a lógica de mercado.

### ***Feminismo e Mídia***

Essa roda de conversa teve vários desmembramentos, o primeiro a abrir um debate da maneira como a mulher é tratada nos meios de comunicação, criando um cenário comum de mercantilização do seu corpo e demonstrando o machismo velado e escancarado dos meios de comunicação. No entanto, também foi um momento para as comunicadoras relatarem casos de silenciamento e machismo dentro dos coletivos de comunicação ali presentes. Algumas comunicadoras apresentaram ações coletivas dos movimentos feministas presentes em relação aos meios de comunicação, outras relataram as iniciativas de programas construídos apenas por mulheres e para mulheres, e também houve espaço para a intenção de construir uma rádio feminista, a partir daquele debate.

Também houve tempo e espaço para formações mais técnicas no sentido do projeto de um meio de comunicação, onde se discutiram maneiras de gestão de um meio de comunicação popular/comunitário; a construção de um projeto político comunicacional e também estratégias econômicas do projeto, bem como a construção de objetivos, necessidades e recursos básicos.



**Figura 1:** *Reunião organizativa no decorrer da Oficina*

**Fonte:** Fedeli, Llanos (2015).

Do ponto de vista da parte técnica, membros do coletivo organizador, com conhecimentos técnicos avançados, planejaram os transmissores, desenharam o projeto e fizeram a lista do que seria necessário para a oficina, tais como: ferramentas, componentes e equipamentos. Este processo foi realizado ao longo de 2015, juntamente com membros de uma cooperativa de comunicação popular e do coletivo da rádio comunitária argentina, que já possuíam experiência prática com oficinas semelhantes.

<sup>87</sup> A respeito do rádio digital: <http://www.drm-brasil.org/content/o-que-%C3%A9-r%C3%A1dio-digital>

No primeiro dia de Oficina, o comitê de comunicação realizou uma reunião prévia onde explicou como funcionaria a oficina na prática: os trabalhos com previsão de 12 horas por dia e com a participação de todos os membros em cada etapa do processo, pois o intuito era que todos fossem capacitados e tivessem a experiência completa, ao invés de, simplesmente, prezar pela divisão do trabalho pelo puro objetivo de eficiência. Por outro lado, o tempo curto e a mão de obra limitada também demandavam que os trabalhos fossem divididos em mesas para que o objetivo de construir os transmissores fosse alcançado em cinco dias. Assim, embora cada mesa fosse responsável por efetuar uma etapa do processo, buscou-se apresentar e introduzir estes processos para todos os presentes, cumprindo o objetivo de oferecer uma experiência completa.

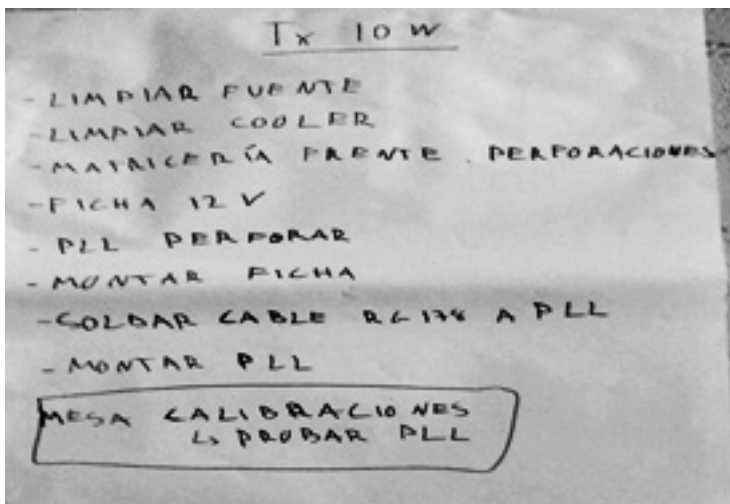
Nesta reunião também houve um diálogo para que os participantes que possuíssem mais experiências na área técnica ajudassem os que possuíam menos experiência, baseados nos valores de trabalho em conjunto, solidariedade e troca de conhecimentos e informações, criando mecanismos que permitissem a apropriação popular de uma tecnologia complexa. Estes valores também ajudam a romper uma linha tradicional de produção e mostram que este tipo de mobilização é possível.

Dois tipos de transmissores foram confeccionados na oficina, sendo quatro transmissores de 100 Watts e 16 transmissores de 10 Watts, além de suas respectivas antenas. O processo foi realizado de forma artesanal, a partir de muitas peças novas e algumas outras reutilizadas de outros equipamentos, num processo chamado de “canibalismo tecnológico”: os *chassis* dos transmissores foram adaptados de gabinetes de CPU de computadores para os maiores e de fontes de computadores para os menores; o painel de medição do transmissor foi adaptado de multímetros e os *coolers* de resfriamento foram reutilizados. Os projetos de ambos os transmissores foram desenhados, a partir do uso de um componente adquirido já pronto, denominado PLL.



**Figura 2:** Reciclagem dos Gabinetes de CPU's como Chassis dos transmissores

Fonte: Fedel; Llanos (2015).



**Figura 3:** Descrição das etapas de construção dos transmissores de 10W

Fonte: Fedel; Llanos (2015).

Dessa forma, dividiu-se o processo em mesas de trabalhos com coordenadores técnicos que ensinariam as etapas de montagem e seriam responsáveis pelo seu controle de qualidade, acompanhando e trabalhando junto com os participantes. Este processo consistia em soldar e montar as placas eletrônicas que compõem o transmissor (etapa 1), preparar o gabinete (*chassis*), o transmissor, furando-o e fazendo os rasgos e entradas (etapa 2), confecção das antenas e sua calibragem (etapa 3), montar o transmissor com as placas, demais componentes e soldar os fios (etapa 4), verificação da montagem e da solda (etapa 5) e por fim calibrar o transmissor na frequência escolhida junto à antena respectiva (etapa 6). Todos os materiais e ferramentas necessárias ficavam sob o controle de um comitê denominado “Estoque”, que possuía como objetivo entregar, receber e controlar estas ferramentas e materiais, para que não houvesse perda e desperdício.



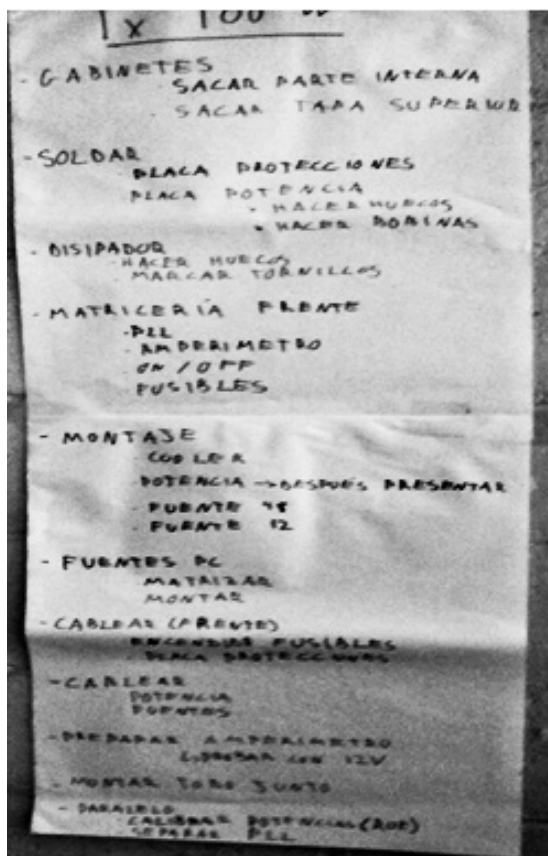


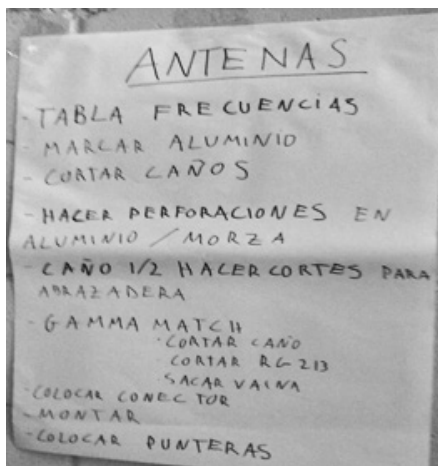
Figura 4: Descrição das etapas de construção dos transmissores de 10W

Fonte: Fedel; Llanos (2015).

Durante a etapa (1) foram confeccionadas as placas para os transmissores, soldando os componentes eletrônicos e a perfuração das placas prontas para que fosse possível prendê-las nos *chassis* dos transmissores. Já a etapa (2) consistia em furar e preparar os gabinetes reutilizados das CPU's para os transmissores maiores e as fontes de computadores para os transmissores menores, com menor grau de dificuldade em relação aos maiores, que possuem mais componentes. A etapa (3) consistia em cortar tubos metálicos e montar a antena com braçadeiras no tamanho exato da frequência que era designada para cada transmissor, além de sua regulagem.

A etapa (4) consistia na montagem conjunta de todos os componentes do transmissor dentro do *chassis*, soldagem dos fios e organização interna destes elementos, seguida pela etapa (5) na qual se verificou a montagem, as soldas, con-

tatos e funcionamento. Já a etapa (6) consistia na regulagem do transmissor com sua respectiva antena. Como os transmissores menores demandavam menos componentes, possuindo assim um grau de dificuldade menor para sua montagem, o prazo estipulado pela organização da oficina de cinco dias foi suficiente para que todas as etapas fossem cumpridas, sendo finalizados no tempo estipulado. Já os transmissores maiores, devido à sua maior complexidade, não foram concluídos antes do término da Oficina, sendo interrompidos durante a etapa 5. Assim, as últimas etapas que consistiam na verificação da montagem e na regulagem dos transmissores acabaram sendo finalizadas, posteriormente, pelos coordenadores técnicos, fora do espaço da oficina.

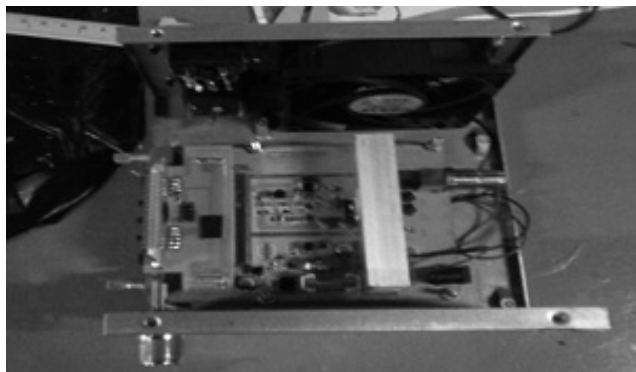


**Figura 5:** Orientações para a etapa de confecção das Antenas

Fonte: Fedel; Llanos (2015).

Houve algumas dificuldades na montagem devido ao caráter relativamente artesanal e ao custo limitado, de modo que faltavam algumas ferramentas, equipamentos e diversos componentes específicos. O prazo de apenas cinco dias também se mostrou curto, pois os transmissores de 100 watts não foram finalizados dentro do tempo estipulado. Isto significa que os participantes da oficina não presenciaram uma etapa importante do processo de construção que é a regulagem destes transmissores junto com a antena. Outra dificuldade foi inerente à escolha da frequência do transmissor, uma vez que esta frequência deveria estar livre na região em que o transmissor operaria, e a configuração não poderia ser alterada depois de finalizados. Esta condição gera um entrave no sentido de que não há muita flexibilidade para os transmissores regulados em uma frequência específica, o que significa que, caso o transmissor mude de localidade, ele apenas funcionará perfeitamente se a frequência pré-estabelecida também estiver vaga nesta nova localidade. Outra questão é que essa escolha haveria de ser feita previamente e sem

equipamentos específicos para apontar precisamente qual frequência estaria vaga em cada localidade, já que este processo demandaria um analisador de espectro, um instrumento caro e complexo. Assim, a solução encontrada pela organização da oficina foi requisitar, previamente, que cada grupo responsável por um transmissor cuidadosamente escolhesse uma frequência vaga na localidade onde operaria através do “ouvido”, ou seja, escutando cuidadosamente o dial ou utilizando uma frequência que é reconhecidamente vazia. No final, estas dificuldades mostraram-se apenas pontuais, visto que todos os 20 transmissores confeccionados funcionaram perfeitamente. A única questão que ficou pendente na oficina técnica foi ensinar a todos os participantes como regular o transmissor com a Antena, uma tarefa que também necessita de instrumentos específicos – como carga fantasma e wattímetro.



**Figura 6:** Montagem do transmissor de 10w.

Fonte: Fedel; Llanos (2015).

### **Para não Concluir: a oficina terminou, mas...**

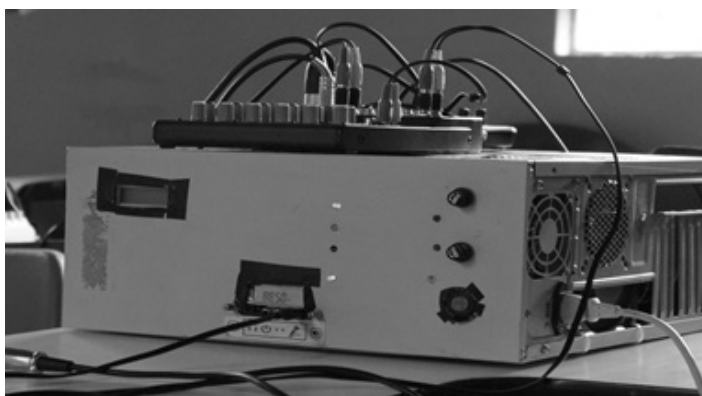
Com um pouco mais de um ano, após a realização da oficina, pode-se minimamente fazer algumas considerações sobre o que foi organizado, o que foi realizado e o que há por vir... Primeiramente, avalia-se que tal iniciativa é imprescindível para que mitos sejam desconstruídos e para que, verdadeiramente, o direito em realizar comunicação seja estritamente respeitado.

Por ser o segmento com maior participação na oficina, aponta-se que tal iniciativa foi importante para se pensar a relação que a juventude possui com a tecnologia, principalmente aquela que acreditamos ser socialmente referenciada. Acredita-se também que tal reflexão esboçada aqui é somente uma pequena contribuição, necessitando, urgentemente, que mais experiências práticas e de sistematização como essa aconteçam e que venham a convergir esforços práticos e teóricos sobre a problemática da democratização da comunicação.

Como exemplos de uso da tecnologia apropriada, pode-se apontar que um dos coletivos de rádio livre, em posse de um transmissor de 100 watts cons-

truído na Oficina Integral de Rádio e Comunicação Popular, realizou oficinas de radiodifusão em novembro de 2015 na gráfica popular Maloca, localizada no bairro Vila União em Campinas, com a transmissão de um debate e um evento cultural e artístico com artistas locais e dos moradores do bairro, iniciando o diálogo para realizar atividades e fortalecer relações com o intuito de levantar rádios livres em outros lugares.

Nesse sentido, é importante indicar que tal coletivo já buscava dialogar com organizações do bairro Vila União, tendo, antes mesmo de participar da Oficina Integral de Rádio e Comunicação Popular, realizado oficinas de rádio livre. A proposta da Oficina convergia perfeitamente com a atuação do coletivo de participar e colaborar com o fortalecimento da mobilização das Rádios Livres. Assim, a oficina ofereceu uma experiência imersiva na construção artesanal de transmissores FM a baixo custo, além da capacitação técnica de seus membros.



**Figura 7:** Transmissor em uso durante oficina de Rádio Livre

Fonte: Rádio Muda (2015)

Outro coletivo também já havia iniciado um processo de trabalho de base com a juventude indígena, *guarani-mbya* e *kaingang* do estado do Paraná, a fim de fortalecer o processo de resistência e rede de solidariedade destes povos, através da comunicação popular e a instalação de rádios nas escolas indígenas de suas comunidades<sup>88</sup>.

Infelizmente, avalia-se que por mais que houve tamanhas discussões realizadas e uma relevante linha de produção de transmissores e antenas na oficina, poucas propostas desta possível rede de comunicador@s, ativistas e militantes conseguiram ser levadas adiante. Pontua-se que a sementeira ainda está em processo e que a questão econômica foi um fator relevante para grande parte dos coletivos e sujeitos participantes iniciarem um trabalho de inserção social em suas comunidades e redes de sociabilidade.

<sup>88</sup> Podendo ser conferido nos portais <http://radiolivre.org>, <http://muda.radiolivre.org> e na matéria do Jornal Brasil de Fato <https://www.brasildefato.com.br/node/34167/>

Por fim, agradecemos todas e todos envolvidas. Acredita-se que somente a partir da apropriação técnica com orientação política socialmente referenciada, a comunicação enquanto direito humano será efetivamente construída e exercida. Não tá morto quem peleia.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRIOTTI, Cristiane. D. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: Unicamp. 2004.

ARTIGO 19/Defesa Da Liberdade de Expressão das Rádios Comunitárias no Brasil: Teses Jurídicas Aplicáveis. 2016, disponível em <<http://artigo19.org/blog/2016/02/29/defesa-da-liberdade-de-expressao-das-radios-comunitarias-no-brasil-teses-juridicas-aplicaveis/>> (último acesso em: 6 de janeiro de 2017).

BESKOW, Daniela A. Vozes sobre o momento atual: Junho e pós-junho de 2013 em Campinas. In: BRANCALEONE, Cassio; BEM, Daniel (Orgs.). **As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014.

BRANCALEONE, Cassio; CHAGUACEDA, Armando (Orgs.). **Democracia, autogoverno e emancipação aproximações à praxis rebelde zapatista**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

BRANCALEONE, Cassio. Junho rebelde e a espontaneidade com lastro social. In: BRANCALEONE, Cassio; BEM, Daniel (Orgs.). **As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014.

FESTA, Regina. Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa. In: FESTA, Regina. SILVA, Carlos E. (Orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MACHADO, Arlindo. MAGRI, C., MASSAGÃO, M: **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. “**Rádios Livres: O outro lado da voz do Brasil**” São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

PERUZZO, Cecília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Carlos A. **Rebeldia por de trás das lentes: o Centro de Mídia Independente no Brasil**. Florianópolis: Editoria Em debate, 2013.

SIMIS, Anita. “**A legislação sobre as concessões na radiodifusão**”. UNIREvista - Vol. 1, nº 3, julho/ 2006.



# Rádio Livre: arranjos e rearranjos tecnológicos

Angela Meili

## Introdução

Quando Felix Guattari (1987) afirmou que as Rádios Livres prenunciavam uma era pós-midiática, referia-se, ainda na década de 1980, a uma utopia comunicacional que, aos poucos, ia tomando corpo juntamente com a consolidação de uma sociedade informacional. No Brasil, considerando o caráter heterogêneo e até fragmentário do movimento de rádios livres, observamos que este adaptou-se às inúmeras marés tecnológicas e, progressivamente, associou-se às crescentes soluções digitais das redes.

Mesmo antes da utopia libertária que se anunciava com a Internet e a cultura colaborativa, os entusiastas de mídia livre atuaram como debatedores comprometidos com a questão da democratização das mídias, chamando a atenção para o monopólio dos meios de comunicação, em especial, para o controle político do espectro eletromagnético, que, por padrão e com o aval do Estado, continua inalterado há décadas. O campo de domínio do espectro de transmissão (protegido legalmente pelo sistema de concessões) configura-se como um espaço de poder simbólico e tecnológico que não deixou de protagonizar os episódios mais decisivos da política nacional. Nesse contexto, no último século, apesar de toda a produção crítica desenvolvida por teóricos e ativistas midiáticos, em realidade, o controle do espectro eletromagnético não deixou de ser a principal carta nas mãos daqueles que decidem o rumo das sociedades de poder centralizado.

## 1. Rádio Livre: como o rádio permanece atuante no contexto pós-midiático?

O sistema de concessões que rege o uso do espectro eletromagnético é o que sustenta e garante um lugar de enunciação privilegiado àqueles que o herdaram, o qual relega ao plano da marginalidade, qualquer outra prática radiodifusora, fechando as portas de exploração desse recurso comunicacional. Por isso, muito se falou, desde a década de 1980, de reforma agrária no ar (MACHADO *et al*, 1987), formulando-se uma crítica ao controle dos meios (difusão ou produção) por grupos dominantes na sociedade, desde a própria gênese da mídia no Brasil.

Quando antes da Internet, parecia estar clara e definida a posição dos jogadores midiáticos, de uma mídia de massa que tudo controlava e manipulava, cabendo ao público, apenas a função de espectador e às rádios livres, o rótulo de piratas desobedientes – cuja prática, muito menos nociva para a sociedade do que para os donos da mídia, era incansavelmente perseguida e marginalizada –, com

o surgimento das redes digitais, parecia apontar uma nova fronteira, um espectro ainda mais amplo de conexão, com a possibilidade de entrelaçar iniciativas midiáticas já existentes e gerar novas plataformas e linguagens. Assim, a Internet tornou-se um espaço de infinitas possibilidades de arranjo simbólico e tecnológico, totalmente desburocratizado, onde a liberdade de expressão, de fato, poderia ocorrer.

Se, por um lado, a emergência de novas esferas comunicacionais (o digital) aparecia como um bálsamo para o obscurantismo simbólico da mídia de massa, por outro, levou a uma mudança de foco que acabou por negligenciar o debate da democratização do espectro eletromagnético, cujas demandas, chegou-se, demagogicamente, a afirmar estarem amparadas pela lei de rádio comunitária. Assim, o enfrentamento proposto pelas rádios livres foi ficando, progressivamente, deslocado e aparentemente anacrônico, pois os esforços em transmitir analogicamente não encontravam reciprocidade com os interesses das novas gerações.

As práticas de rádio livre, que não cessaram de ocorrer, foram aos poucos apropriando-se das redes digitais para formar conexões diversas e configurar novos arranjos sociotécnicos, fazendo o uso de ferramentas de produção e transmissão cada vez mais acessíveis e adaptáveis.

No entanto, vale ressaltar que a utopia pós-mídia renunciada em 1980, conforme Morozov (2011), acabou desenvolvendo-se de uma forma distinta daquela imaginada, revelando-se de maior complexidade, impacto e, possivelmente, menor emancipação política. A abertura dos rizomas como espaços de realização para o desejo de comunicar e exercer a subjetividade não deixou de ocorrer, aliás, com um impacto tremendo nas percepções e na formação simbólica da sociedade, todavia passou longe de garantir um espaço definitivamente livre para as comunicações. Por tais razões, ainda são pertinentes críticas e as necessidades incansavelmente enunciadas no discurso das rádios livres, bem como a sua forma de fazer as coisas, o seu jeito de lidar com a tecnologia e o trabalho coletivo, que muito ainda têm a nos ensinar sobre um fazer comunicativo comprometido com a expressão de subjetividades e discursividades heterogêneas.

Quando veio a televisão, muitos pensavam que a magia do rádio estava perdida, ele continuou ocupando lugar na sociedade; é certo que a sua posição se deslocou e sua linguagem e estrutura também foram alteradas, porém o mais importante é que esse meio emprestou, ou melhor, doou seus elementos técnicos, estéticos e culturais para todos os outros meios que, da comunicação eletrônica para a digital, foram, progressivamente, emergindo<sup>89</sup>, inclusive a televisão. As Rádios Livres, enquanto corpos midiáticos híbridos e que se opõem à centralização do poder midiático (controle e cerceamento que asfixiam as tantas potencialidades culturais da ferramenta radiofônica) são o melhor exemplo de como o rádio pode permanecer vivo no contexto pós-midiático, pois dispõem da sua resiliência, ao permitirem que uma infinidade de arranjos sociotécnicos sejam experimentados.

---

89 Cf. Jenkins (2006); Manovich (2001).



Talvez a lição mais importante das Rádios Livres tenha a ver com o desencantamento ou a desmistificação da mensagem midiática, pois trata-se de uma atividade que exige desvelar os meandros tecnológicos para a transmissão e a prática radiodifusora. Para fazer rádio livre, não basta apertar um botão ou reagir a interfaces pré-programadas, é necessário ter uma noção, ainda que básica, de todo o aparato técnico que essa prática demanda e, ainda, desenvolver uma linguagem própria a partir dos recursos disponíveis.

Para melhor compreensão do tema, é interessante refletir sobre o conceito de *arranjo sociotécnico*, apresentado por Gilbert Simondon (1980), o qual permite figurar a dinâmica dos processos que produzem a experiência tecnológica; um conceito que sugere expandir para além do aparelho, aparato, entidade, equipamento ou objeto tecnológico *per se*, para se pensar nas configurações, arranjos, combinações que materializam conceitos, teorias, intenções e necessidades humanas. Ao considerar a humanidade das máquinas, é possível admiti-las como seres integrados à existência humana e superar um determinismo que tanta alienação produz, nos que se resignam a alvos de seus efeitos, tratando as tecnologias como bens utilitários acabados, cujas transformações simplesmente surgem em um mundo sem outra escolha a não ser estar, sob qualquer esforço, “antenido” e adaptado.

Pela interpretação de Simondon (1980), a tecnologia trabalha com um nível abstrato de conhecimento, cujos elementos produzem níveis abstratos de relações entre forças e relações lógicas, elementos materiais, componentes e automatismos, os quais se unem funcionalmente para compor os objetos tecnológicos, individualizações técnicas de caráter temporal e relacional. Nesse sentido, por analogia, uma rádio livre ou uma rádio comercial, ambas são compostas por esses níveis abstratos de operação e por componentes rearranjáveis, de modo que o conhecimento técnico, ou seja, a atividade do operante garante a liberdade de enunciar, de produzir informação e, possivelmente, comunicar.

Enquanto nas rádios comerciais fica muito definido o lugar do público como sendo aquele que decodifica o sinal, a experiência radiofônica livre permite ao operador entreter-se em uma trama de arranjos e rearranjos de elementos posicionais que o concede o lugar de enunciador.

O comentarista da mecanologia simondoniana, filósofo Bernard Stiegler considera a seguinte conceituação dos sistemas técnicos: “diversos níveis de combinações são estaticamente e dinamicamente interdependentes, implicando leis de operação e, ao mesmo tempo, processos de transformação” (STIEGLER, 1998, p. 31). O autor aproxima essa sistematicidade à noção de sistema linguístico, o qual possui a coerência sincrônica do sistema de regras que permite o sentido, que, por sua vez, se transforma diacronicamente/historicamente. Qualquer sistema técnico seria uma unidade temporal, uma estabilização de relativo equilíbrio, cuja atualização seria dada, exatamente, na criatividade que o sistema permite, na possibilidade de invenção que emerge da interação entre os múltiplos sistemas e de rearranjo das entidades técnicas.

Pode-se pensar em sistemas tecnológicos, considerando a questão da rádio livre, hoje, enquanto integrante de um contexto maior: o sistema econômico, os sistemas de comunicação digital e os sistemas políticos. O ponto de interseção entre esses sistemas é sugerido por Stiegler (1998), como uma “relação zootecnológica”, que convém ao homem e à matéria: ambos formam um ambiente em que o homem organiza a matéria inerte, compondo os objetos técnicos; mas ele não é um sobredeterminante original e, sim, situa-se num ambiente, onde também ocorrem sobredeterminações, de leis naturais ou condições já colocadas nos sistemas em funcionamento. Essa concepção Stiegler toma emprestada de Simondon (1980), a partir da noção de *milieu*, palavra francesa para meio. Esse meio não é um canal, um intermediador, mas é um ambiente composto por redes de interdependências, conhecimento e movimento em que o homem se situa. O *milieu* é uma combinação de determinações geográficas, culturais e históricas; sua “homeostase” apresenta coerência e movimento interno, estando exposta às interferências externas.

Um objeto técnico, seja uma rádio livre, uma rádio comercial, uma plataforma digital, um telefone, um aplicativo, ou qualquer outro objeto técnico, é mais do que um objeto ou arranjo de objetos, mas é depositário ou uma manifestação de intencionalidade, o que permite a comunicação entre a esfera material e a esfera humana. Ambas as esferas, em equilíbrio, configuram, para Simondon, o universo no qual ocorrem muitos movimentos e permanências. Sistematizar o universo material é fazer-se humano numa rede de relações, o que é o próprio objetivo da tecnologia; o mundo material passa a ser organizado conceitualmente para, em seguida, ser organizado materialmente a partir desses conceitos, produzindo objetos técnicos e automatismos.

Seguindo um modo de pensar simondoniano para desenvolver esta reflexão sobre rádios livres, podemos pensá-las como conjuntos de “entidades técnicas”, que são pequenas funcionalidades, conhecimentos específicos de mecanismos, que podem ser constantemente recombinações a partir da interação entre conhecimento intelectual e manipulação material. É na escolha desses pequenos elementos composicionais em detrimento da função empregada que se revelará a essência de uma rádio livre: as pessoas são organizadoras e, quanto mais permitem complexar essas organicidades, mais soluções criam e mais tipos de programação podem promover. Vale ressaltar que o arranjo de elementos, produzido por uma rádio livre não leva somente em conta as potencialidades da tecnologia, mas está também condicionado às limitações materiais advindas da própria marginalidade dos seus agentes, cuja proposta, muitas vezes, contempla a reciclagem e reutilização de objetos, até obsoletos em relação ao progresso técnico imposto no ritmo de constante inovação tecnológica.

Conforme observamos em Stiegler (2009), esse constante movimento de inovação atrela a tecnologia às dependências do sistema econômico. Em se tratando, no capitalismo, de um sistema excludente e levando em consideração que as rádios livres ocupam posição marginal nas relações de poder, pode-se dizer que o domínio material e tecnológico com o qual essas rádios trabalham é, por si mesmo,

um enfrentamento (a partir de suas limitações e de como lidam com elas) ao ritmo de inovação que é ditado na esfera comercial; aqui destacamos, principalmente, a reciclagem de aparelhos descartados pelas redes comerciais<sup>90</sup>, a fabricação artesanal de equipamentos de transmissão<sup>91</sup> e a utilização de equipamentos considerados obsoletos<sup>92</sup>.

## Conclusão

As rádios livres tornam evidente que as pessoas, constituem, enquanto seres políticos, o centro interpretativo da natureza e das técnicas, corroborando com a ideia simondoniana de que os objetos tecnológicos são a cristalização dessas funções humanas. A cultura, por sua vez, atua como mediadora das regulações comunicacionais entre técnicas, sistemas, símbolos e mediações; ela é essencialmente regulatória e tende a se estabilizar nas organicidades sociais e técnicas. Por isso, não nos referimos diretamente ao impacto ou aos efeitos da rádio livre no público, pois, nesse caso, não há uma dicotomia intransponível entre o emissor e o receptor, já que os arranjos tecnológicos e práticas que compõem as emissoras são constitutivos das coletividades onde estão inseridos. É necessário haver uma cultura radiolivrista para que possa existir uma rádio livre, pois ela emergirá do seio dessas interações.

A liberdade trazida pelas rádios livres se insere na liberdade possível de qualquer tecnologia, quer dizer, a liberdade de apropriação e arranjos do *milieu*. Bertolt Brecht e Hans Magnus Enzensberger idealizaram a possibilidade dialógica do rádio, demonstrando que cada aparelho receptor é um potencial transmissor, ou seja, é tecnicamente possível tornar todo receptor um transmissor. O suposto impedimento resulta muito mais de um discurso sobre a técnica, é um impedimento político. Qualquer postura desobediente em relação às limitações impostas sobre o uso da técnica reclama pela autonomia em não seguir um caminho previamente traçado. Isso, em termos práticos, requer conhecimento e autodidatismo, o que notamos, com grande extensão, nas práticas de rádio livre, que funcionam como sementes da produção concreta de espaços de liberdade de comunicação.

A possibilidade de uso livre da tecnologia depende de uma reação à passividade, seja a passividade do receptor, seja a mera reatividade do usuário. Essa emancipação depende, sobretudo, do conhecimento tecnológico; por isso não se pode deixar de considerar toda a multitude de formas que pode assumir a relação fundamental entre técnica e cultura. Nesse sentido, o midialivristismo permite estarmos atentos tanto à questão da agência do sujeito, quanto à articulação sociotécnica de tantas experiências radiofônicas (fora do eixo comercial e institucional) que, intituladas, ou não, de livres, compuseram a história do rádio em todo o mundo.

---

90 Ver exemplo da TV Cubo, que foi uma experiência televisiva livre possibilitada pela reciclagem de um transmissor da TV Globo.

91 Ver exemplo da Rádio Muda, de Campinas, cujos transmissores não são comprados prontos, mas sim produzidos artesanalmente.

92 Ver exemplo, também, da Rádio Muda, que utiliza em seus estúdios, computadores velhos e uma série de equipamentos de som, reaproveitados e antigos.

A dependência à tecnoestrutura está intimamente ligada à força dos mercados, que atuam em todas as esferas da vida humana, e conforme já bem lembrado pela Escola de Frankfurt, o capitalismo moderno gerou um processo de racionalização das condições de vida que colocaram o indivíduo em dependência direta dos mercados tecnológicos, os quais atuam até mesmo em nossos aspectos mais íntimos, especialmente através do campo simbólico, com as mídias.

Por fim, a postura das rádios livres é um exemplo muito significativo de reação a essa dependência, o que fica bastante claro na experiência com o midialivismo. Este produz e ocupa espaços de liberdade, criando possibilidades de formulação de arranjos tecnológicos e simbólicos que podem ressignificar a nossa relação com os instrumentos de representação que temos disponíveis a cada época.

### Referências Bibliográficas

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1944].

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **A Indústria Cultural - o iluminismo como mistificação das massas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARPENTIER, N. **Media and participation: a site of ideological-democratic struggle**. London: Intellect, 2011.

CASTELLS, M. **Communication and Power**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2009.

CUNHA, Mágda. “A era pós-mídia desenhada nas rádios livres: o pensamento de Felix Guattari”, in MEDITSCH, Eduardo (Org.), **Teorias do rádio – Textos e contextos** (vol. 1). Florianópolis: Insular, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, v. I, 1995.

ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: [s.n.], 2003.

GUATTARI, Felix. “As rádios livres em direção a uma era pós-mídia”, in MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres – A reforma agrária no ar**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HEIDEGGER, M. A Questão da Técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, 5 (3) 2007. 372-398.

JENKINS, H. **Convergence Culture: where old and new media collide**. New York:

NYU Press, 2006.

MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. **Rádios livres – A reforma agrária no ar**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANOVICH, L. **The Language of the New Media**. Cambridge: MIT Press, 2001.

MCLUHAN, M. Rádio, o tambor tribal. In: **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MOROZOV, E. **The net delusion: the dark side of internet freedom**. New York: Public Affairs, 2011.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SIMONDON, G. **On The Mode of Existence of Technical Objects**. London: University of Western Ontario, 1980.

STIEGLER, B. **Technics and Time. The Fault of Epimetheus**. Stanford: Stanford University Press, v. I, 1998.

\_\_\_\_\_. **Technics and Time. Disorientation**. Stanford: Stanford University Press, v. II, 2009.



# Rádio digital na Amazônia: experimentos para uma comunicação autônoma global

Thiago Novaes  
Rafael Diniz

## Introdução

Este capítulo é parte de um esforço coletivo em defesa da adoção do padrão DRM de rádio digital para o Brasil. Embora a portaria ministerial que instituiu o Sistema Brasileiro de Rádio Digital já some quase oito anos de existência, o impasse na definição da tecnologia a ser adotada no país, e que deverá ser seguida por nossos vizinhos na América Latina, reflete a influência que os modelos de negócios de empresas possuem sobre a definição de políticas públicas de comunicação social. Assim disposto, o contexto de produção do presente estudo sugere a necessidade de retomada do projeto de instalação das primeiras emissoras de rádio no Brasil, quando surge igualmente a demanda de um sistema de transmissão de radiofrequência capaz de alcançar um território continental, integrando fronteiras e culturas as mais diversas: assim se desenvolvem as Ondas Curtas no país.

Na segunda parte, dedicamo-nos a argumentar sobre as novidades trazidas com o rádio digital, e seu potencial para a comunicação de dados entre territórios extensos e distantes, qualificando a evolução técnica do rádio como algo além da melhoria do áudio, mas apontando que se trata realmente de uma nova tecnologia capaz de realizar funções impensáveis no sistema analógico, como envio de dados, novos serviços e interatividade.

Por fim, o texto delinea uma reflexão sobre a evolução técnica tomando como referência o pensamento do filósofo francês Gilbert Simondon, assumindo como referência a principal inovação do Sistema Brasileiro de TV Digital, o *middleware* Ginga, com ênfase em seu potencial para circulação de dados também no rádio digital. Em meio a tantas mudanças tecnológicas, que desafios surgem para uma apropriação sustentável e democrática, responsável e inovadora de dispositivos digitais, que descentralizam o desenvolvimento técnico e trazem a oportunidade de nos comunicarmos entre grandes territórios por meio de tecnologias de comunicação além, e independentes, da Internet?

## Breve Histórico da Expansão do Rádio no Brasil

O rádio chegou ao Brasil como um projeto de um grupo de intelectuais que ambicionava melhorar amplamente a educação no país. Na data de comemoração do centenário da Proclamação da Independência, a 7 de setembro de 1922,

foi instalada a primeira antena de transmissão no morro do Corcovado, na então capital do país, o Rio de Janeiro (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.17). As primeiras estações logo se seguiram no chamado “ciclo pioneiro do rádio brasileiro”, montadas entre 1920 e 1930 próximas à avenida Rio Branco, no centro da cidade, e na zona do porto. A Rádio Educadora foi criada em 1926, também no centro, e, em 1936, a Rádio Ministério da Educação e Saúde, hoje conhecida como Rádio MEC: ambas com missão cultural e educativa. Em 1929, conforme registra Lia Calabre, havia mais de 60 mil unidades receptoras em São Paulo, e o “*hábito de ouvir rádio ia se consolidando*” (CALABRE, 2002, p.16). De outro lado, embora quase metade dos domicílios do Rio de Janeiro possuísem aparelhos receptores de rádio (46,23%) em 1940, esse número era bastante distinto da presença nacional, que alcançava os 5% dos quase 10 milhões de domicílios visitados, refletindo tanto a distribuição desigual de eletricidade quanto de informação.

Nas eleições de 1930, o rádio já possuía uma papel preponderante, constando entre os elementos impulsionadores para conquista de votos, como acreditava o candidato à presidência, Júlio Prestes, associado da Rádio Educadora Paulista: “*o rádio mostrava-se um excelente meio de propagação ideológica*” (CALABRE, 2002, p. 18). Em 1933, a Rádio Cruzeiro do Sul foi criada na Tijuca, no Rio, mas logo se transferiu igualmente para o centro, onde inovou a produção radiofônica com os programas de calouros, que datam de 1935. O país viveu uma “*avassaladora expansão da radiomania no país*”, com antenas montadas em bambus sobre os telhados para aumentar a capacidade e qualidade de recepção do sinal de rádio (op. cit. p. 22), e seu potencial despertou um crescente interesse dos governos em investirem em equipamentos, capazes de transmitir para maiores distâncias, inclusive nas Ondas Curtas. Assim comentava Lourival Fontes, em 1936:

Dos países de grande extensão territorial, o Brasil é o único que não tem uma estação de rádio “oficial”. Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território. Essas estações atuam como um elemento de unidade nacional. Uma estação de grande potência torna o receptor barato e, portanto, o generaliza [...]. Não podemos desestimar a obra de propaganda e de cultura realizada pelo rádio e, principalmente, a sua ação extraescolar, basta dizer que o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é, aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto (*Apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 27).

Em 1930, começou a funcionar a quinta emissora no Rio de Janeiro, a Rádio Philips, mantida pela empresa holandesa de mesmo nome, que fabricava discos. Embora houvesse investido em um novo transmissor, com 25 kW de potência, a empresa logo encerraria suas atividades, dando origem, seis meses mais tarde, à Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Como veremos, esta é a emissora que, transmitindo da antiga capital, alçará os maiores voos na propagação das ondas de rádio no país.

No último dia de 1942, foi inaugurada uma emissora de Ondas Curtas afiliada da Rádio Nacional. Este produz e ocupa espaços de liberdade, criando possibilidades de rádio Nacional, dotada de um transmissor de 50 kW e oito an-



tenas, estando duas dirigidas para os EUA, duas para Europa e uma para a Ásia (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 98). Para confirmar o recebimento dos sinais de rádio desde longas distâncias, era comum se trocarem cartões postais. A partir de 1943, a Rádio Nacional começou a receber mensagens de países os mais distantes do Brasil, como Japão, Nova Zelândia, Índia e Alasca. Conforme comentam os pesquisadores:

O entusiasmo com as ondas curtas foi tão decisivo dentro da Rádio que, três meses depois do início das transmissões para o exterior, começaram a ser publicados os boletins informativos dos serviços da emissora: *Rádio Nacional – do Brasil para o Mundo: Boletim Informativo dos Serviços de Transmissão*. Eram publicações bimensais editadas em português, espanhol e inglês que, além da listagem dos programas, incluíam crônicas sobre a crescente importância da Rádio Nacional (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 100).

Quarenta anos depois da declaração de Lourival Fontes, em 1976, o Brasil possuía 977 emissoras de rádio, sendo 802 de Ondas Médias, 112 de Ondas Tropicais, 30 de Ondas Curtas e 33 de Frequência Modulada, de acordo com o anuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ou seja, um quadro bastante diverso do que verificamos hoje com a explosão das emissoras FM e uma redução das emissoras AM. De acordo com Virgínia Moreira (1991), a importância das emissoras AM estava na destinação da “maior parte do seu horário aos programas voltados para problemas cotidianos do cidadão comum” (MOREIRA, 1991, p. 41), com uma participação do ouvinte via telefone, carta ou até pessoalmente, registrando um estilo de programação que hoje influencia enormemente também os programas das emissoras FM.

### **Rádio Digital para Grandes Territórios**

Na Europa, o principal argumento para defender a implementação do rádio digital terrestre, com sinal aberto e gratuito, é o alcance de grandes públicos. No relatório publicado no começo de 2017 registrando o uso do padrão DAB+, argumenta-se que a BBC, a maior emissora transmitindo sinal digital no mundo, atinge cerca de 2,3 milhões de ouvintes por semana, apontando a Internet como uma plataforma complementar de escuta, que toma apenas um quinto do tempo dispendido recebendo o sinal de rádio. Na Espanha, quando comparada à escuta do FM analógico, a audiência da Internet é ainda menor, e não chegava a 4% da população em 2016 (EBU, 2017, p.41). Ou seja, na Europa, a audiência de emissoras na Internet ainda é insignificante quando comparada à rádio difusão digital ou analógica. A Noruega, em janeiro de 2017, foi o primeiro país do mundo a iniciar o desligamento das transmissões de rádio analógicas, migrando definitivamente para o rádio digital. A Europa desenvolveu e adotou o primeiro padrão de rádio digital concebido no mundo, o Digital Audio Broadcast (DAB), que tem as características de utilizar a banda 3 de TV para sua operação (canais 7 ao 13 de TV), e operar em multiplex, ou seja, entre 10 a 18 emissoras são transmitidas através de um mesmo sistema de transmissão. Recentemente teve o codificador de áudio atualizado (Mpeg-2 para Mpeg-4), e teve o rebatismo de DAB+. Nunca foi pensado para uso em grandes territórios, mas para

locais com grande concentração de pessoas, substituindo a transmissão em FM, cuja audiência é muito maior que a audiência de rádio escutada pela Internet.

Em seu artigo de 1999, Kischinhevsky descrevia a apresentação do padrão DAB de rádio digital na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, e destacava: o “rádio vem sendo objeto de diversas experiências, [...] mas a principal tendência das pesquisas atuais não é o aprimoramento de uma mídia específica já existente, e sim a fusão de várias delas (rádio, TV, internet) num único aparato” (KISCHINHEVSKY, 1999, p. 157).

O padrão DAB de rádio digital foi escolhido em novembro de 2016 para funcionar como único sistema de transmissão terrestre na Suíça, seguido pela Dinamarca, que implementará o DAB em outubro de 2017 e a Bélgica, em 2018. No Reino Unido, o DAB+ (uma evolução do padrão DAB) foi lançado em 2016 e adotado por várias rádios comerciais e locais (EBU, 2017, p.10). É importante ressaltar que o DAB nunca teve uso considerado no Brasil devido ao fato de operar na banda dos canais 7 ao 13 da TV, além de funcionar no modelo de operador de rede, em que com um transmissor/antena se transmite mais de 16 programações de rádio.

Na região da Ásia e Oceania, à exceção de Coreia do Sul e China, que utilizam o DAB, o rádio digital vem se expandindo em vários países, tais como Índia, Paquistão, Indonésia, Vietnã e Nova Zelândia, com o padrão Digital Radio Mondiale (DRM), que opera nas mesmas bandas da radiodifusão sonora terrestre já alocadas para operação em AM e FM. A vantagem de transmitir com o DRM em bandas como as Ondas Curtas (OC) é a possibilidade de poder cobrir uma região muito grande com somente um transmissor. A Índia é o país mais avançado na implementação do rádio digital com o sistema Digital Radio Mondiale, sendo que, aproximadamente, 85% da população indiana já está na área de cobertura de sinais DRM nas bandas de OM e OC (bandas nas quais era utilizada modulação AM), mas ainda uma pequena porcentagem da população já tem acesso a receptores compatíveis com o DRM.

Nos Estados Unidos utiliza-se um padrão de nome HD Radio, considerado híbrido pois funciona em conjunto com o sinal analógico, AM e FM, e tem sucesso moderado na banda do FM (no AM poucas emissoras ainda o usam devido a vários problemas), altos custos para operação, além de não ser utilizado em nenhuma LPFM (Low Power FM – as rádios comunitárias norte-americanas). O HD Radio, assim como o DRM, funciona nas bandas de OM e FM (VHF banda 2), mas não funciona na banda de Ondas Curtas, impedindo o uso desse padrão para cobertura de longas distâncias.

Na América Latina, excetuando-se o México, os países ainda esperam pela decisão de qual padrão de rádio digital o Brasil irá adotar, de forma semelhante ao que aconteceu com a TV Digital.

As primeiras transmissões digitais via satélite no Brasil ocorreram em 23 de setembro de 1993, durante o X Congresso de Radiodifusão do Estado de São Paulo, em Barra Bonita (BIANCO; MOREIRA, 1999, p. 53). Conforme des-

creveram os pesquisadores, a principal diferença em relação ao analógico foi a qualidade de som retransmitido, muito mais próximo do gerado em estúdio: o sinal enviado de forma analógica à Embratel era codificado e comprimido digitalmente para então ser remetido ao satélite, que se incumbia de distribuir para ser descompactado e, finalmente, retransmitido de maneira analógica. Esse sistema ficou conhecido no Brasil como rádio-sat digital. No entanto, o rádio via satélite nunca virou uma realidade para a população receber o conteúdo diretamente, senão somente como um sistema de distribuição de conteúdo das emissoras matrizes para afiliadas. Desse modo, “o mais importante é saber se o novo rádio será aberto (na hipótese de difusão via satélite, com recepção livre) ou restrito (via Internet, através de satélite ou fibra ótica; um apêndice à TV a cabo e à TV por satélite; ou mesmo por assinatura, fora da Rede)” (KISCHINHEVSKY, 1999, p. 190).

No Brasil, anos de testes e avaliações governamentais do rádio digital e escândalos de corrupção, ligados ao HD Radio, levaram a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV), que apoiava tal padrão, a pressionar o governo por desistir do rádio digital. Entretanto, a Rádio Nacional (atualmente ligada à EBC – Empresa Brasil de Comunicação), que possui vários centros de transmissão em OM, OC, e é profunda conhecedora da importância das transmissões nessas faixas, iniciou, em 2017, transmissões em caráter experimental na faixa de OC com o padrão DRM, com o apoio da ABRADIG (Associação Brasileira do Rádio Digital). Existe também a perspectiva de distribuição de receptores de rádio digital para algumas comunidades localizadas dentro da área de cobertura do sinal. Historicamente, o desenvolvimento do sistema DRM (ETSI, 2014) teve início em 1998, com a fundação do Consórcio DRM.

O Consórcio DRM é uma organização sem fins lucrativos, com sede na Suíça, criado com o objetivo inicial de conceber um sistema de rádio digital para as faixas nas quais a modulação AM (Modulação em Amplitude) é utilizada. Em 2005, o sistema foi estendido para operar também em VHF, banda onde estão as emissoras FM (Modulação em Frequência).

Uma apropriação interessante do rádio digital está se dando no Acre, pelo projeto Fônias Juruá (CAMINATI, 2016). O projeto, ainda em andamento, instalou em parceria com moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, seis (6) estações transceptoras de rádio operando na banda de 80m em Ondas Curtas, e experimentos com DRM estão sendo realizados, não apenas para transmissão de áudio, visto que para a população local o áudio SSB/AM atende plenamente às demandas, mas também para transmissão de dados, como imagens, textos, boletins escolares, material educacional e de saúde, dentre outros usos.

Outra localidade na qual está se utilizando o DRM para transmissão de dados é na região da Terra do Meio, no estado do Pará, na Amazônia, onde em 2017 se iniciou o uso do sistema digital para auxiliar na economia local e no monitoramento da floresta, seguindo o exemplo das experiências no Acre. Um dos experimentos, por exemplo, é o envio da planilha de preços dos produtos produzidos por populações ribeirinhas por meio do rádio digital.

## A Evolução Técnica dos Equipamentos Digitais

Quando se aborda o processo de migração das emissoras analógicas para digitais é muito comum se fazer referência à ideia de “melhoria da qualidade” da transmissão e da recepção dos conteúdos. Como tradicionalmente a recepção dos sinais necessitava ser ajustada manualmente, e o sinal analógico produzia chiados e fantasmas, no áudio e na imagem, respectivamente, ouvia-se a frase “agora melhorou!” para se referir à sintonia perfeita, quando a antena externa era reposicionada e conseguia reproduzir um conteúdo sem ruídos ou chuviscos. O imaginário hegemônico da qualidade de som e imagem assumiu desde então como parâmetro para falar de “qualidade” a passagem do preto e branco para o colorido, como no começo da televisão, ou ainda à passagem do cinema mudo para falado, quando o uso do espectro radioelétrico ainda estava em fase experimental.

No caso do rádio, a ideia de melhoria da qualidade na transmissão foi recentemente retomada com a proposta de migração das emissoras AM para a faixa de FM, considerando que historicamente o som transmitido em AM possui uma qualidade considerada inferior ao FM, com mais ruídos e menor nitidez, o que é tido pelas emissoras como determinante para a crescente perda de audiência das emissoras AM. Ademais, queixa-se do fato de que a maioria dos atuais aparelhos telefônicos celulares são capazes de receber o FM, mas não o AM, diminuindo ainda mais o público receptor quando comparadas as duas emissões. Contudo, além do argumento propalado pelo presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, desconhecendo a qualidade do sinal digital proporcionado pelo DRM para as Ondas Médias (AM)<sup>93</sup>, o decreto que autorizou a migração das emissoras AM para o FM foi ainda mais enfático, e propôs mesmo “a extinção da banda OM”, como se fosse da natureza da faixa de Ondas Médias ser tecnicamente inferior, ou, ainda mais estranhamente, como se fosse possível “extinguir” uma faixa do espectro. Como veremos, tal migração além de onerosa para as emissoras, torna-se inoportuna face à emergência do digital, suscitando um questionamento sócio-técnico das razões que teriam levado a tão disparatado decreto.

No Brasil, como vimos, as emissoras AM tiveram uma enorme importância para fazer chegar aos mais recônditos territórios informações e entretenimento para um público que, sem o rádio, permaneceria praticamente isolado das outras partes do país. Ora, em países com semelhante extensão territorial, como a Índia e a Rússia, está-se adotando um sistema de rádio que proporciona a transmissão digital em Ondas Curtas, próprias para atingir milhares, senão dezenas de milhares de quilômetros, chegando o conteúdo ao seu destino com uma “qualidade” comparativamente superior inclusive ao FM. Hoje, é possível sintonizar rádios da Nova Zelândia transmitindo em digital e ouvi-las como se estivéssemos com um aparelho de CD ligado em casa. Assim disposto, nosso argumento quer en-

---

93 Daniel Slaviero afirmou equivocadamente: “por muito tempo acreditamos que a solução seria a digitalização, mas os testes demonstraram que as dificuldades no AM digital são similares ao analógico”. Na verdade, o sinal digital DRM no AM, e em Ondas Curtas, é superior ao atual analógico no FM. Ver: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/11/dilma-assina-decreto-autorizando-migracao-de-radios-am-para-fm> Acesso em 15 de nov. 2017.

fatizar que não poderia mais ser a noção de “qualidade” a característica distintiva para justificar a migração do AM para o FM, ainda porque, uma vez comprados os transmissores FM, restaria realizar outra migração, dos equipamentos FM para Digitais. Mais do que discutir a “qualidade do conteúdo”, este artigo se dedica a investigar as novas qualidades que pode oferecer o rádio digital enquanto portador de capacidades técnicas que permitem fazer circular entre extensos territórios mais do que que áudios com maior ou menor nitidez: a pergunta que nos guia se destina a refletir sobre arranjos comunicacionais que essa nova plataforma de comunicação permite, indo muito além da melhoria do áudio, combinando transmissão analógica e digital para gerar soluções de comunicação impensáveis no século passado, quando foi inventado o rádio. Quais as características que distinguem o rádio digital e como essas podem beneficiar a comunicação local, regional e global de dados? Como, afinal, pensar a noção de evolução técnica tomando como parâmetro a migração da televisão e do rádio de sistemas analógicos para digitais?

A reflexão sobre modelos de evolução técnica surge, então, como fundo de análise para discutirmos as escolhas que vêm sendo feitas sobre nossos sistemas de comunicação, que refletem tanto uma intenção de controle sobre a circulação de informação quanto de manipulação e colonização das possibilidades inerentes aos novos sistemas técnicos. Combinados, os dois fatores representam ao mesmo tempo um empobrecimento e atraso de nosso modelo de evolução técnica, quanto um distanciamento crescente entre a pesquisa que é realizada por novos atores que se apropriam do digital como linguagem, e experimentam novos usos, e os antigos produtores de bens industriais que se mantêm hegemônicos com auxílio do poder dos Estados, responsáveis pela definição de políticas industriais de países e blocos comerciais transnacionais.

Quando falamos de evolução técnica como sendo o cerne do problema de escolhas tecnológicas, referimo-nos aos escritos de Gilbert Simondon, que em sua segunda tese de doutorado defendida em 1958, na França, alertava para a necessidade de reformulação do ensino visando a criação de uma cultura técnica unificada, que não confundisse os dois modelos de evolução técnica a que pertencem a ferramenta e o instrumento. Em seu livro *Du Mode d’Existence des Objets Techniques* (cuja versão em espanhol foi publicada em 2008 e em português em 2017), a distinção entre a ferramenta e o instrumento é trabalhada de maneira conceitual para exprimir um momento específico na história das ciências, quando é criado o microscópio, que nos permite passar a enxergar seres que antes nos eram simplesmente inexistentes. Assim explica Simondon: quando estamos de posse de uma ferramenta, um martelo, por exemplo, o corpo humano funciona claramente como eficaz meio para avaliar a evolução técnica: se temos um martelo mais adaptado ao gesto, o corpo humano percebe que esse gesto é melhorado, passando a considerar uma eventual nova ferramenta como melhor mediante o efeito de continuidade que produz no corpo humano. A evolução técnica é evidente e universalmente compartilhada, pois o corpo é o mediador da relação e essa sensação pode ser experimentada por qualquer ser humano que se utilize de um martelo. Diferen-

temente da ferramenta, o instrumento não funciona como uma continuidade do gesto, ao contrário, ele modifica mesmo a percepção: seres que nos eram invisíveis a olho nu passaram a existir por intermédio do microscópio, e mesmo o rádio e a televisão, que podem ser considerados simuladores de capacidades humanas, proporcionam, na verdade, uma forma de transmissão de conteúdo que exige uma ampla mobilização dos sentidos, que variam entre essa ou aquela capacidade que o instrumento possa oferecer. Ou seja, um microscópio, uma televisão ou um rádio não pertencem ao mesmo modelo de evolução técnica evidenciado pelo melhoramento do martelo.

Em suma, o que vemos hoje é uma deliberada confusão entre os dois modelos evolutivos, próprios da ferramenta e do instrumento, orientando a evolução técnica do rádio e da televisão como se fossem processos análogos à passagem do preto e branco para o colorido, aclamando a TV digital como uma mera continuação de uma linha evolutiva dada, e que traduz como evolução técnica a passagem do colorido para o super colorido. Eis a temática predominante na propaganda que convida à compra dos receptores digitais de televisão, para que se usufrua de uma imagem em “alta-definição”. Não se explicita, contudo, que além do receptor do sinal digital, o desfrute de uma imagem com “mais qualidade” depende da presença de uma tela capaz de reproduzir a quantidade de linhas e pixels que aumentam o detalhamento da imagem. Ou seja, a população que receber as caixinhas conversoras subsidiadas pelo governo brasileiro, ao conectá-las aos tradicionais televisores de tubo de raios catódicos, não perceberá a tão vendida “melhoria da imagem” como anunciada pelas emissoras. Porém, diante de tal impedimento, resta que a descoberta da TV digital pode vir acompanhada da recepção de mais informação, a ser armazenada nas caixinhas, permitindo uma navegação sobre novos conteúdos, caracterizando o que chamamos de interatividade local. Distanciando-se do plano de consumo de um mesmo conteúdo com “mais qualidade”, o que nos chama a atenção na migração da televisão analógica para digital é o aumento de recursos, a maior circulação de conteúdos, a possibilidade de provimento de novos serviços educativos, de saúde, de cidadania, tornando a televisão digital uma nova plataforma de comunicação totalmente distinta do modelo analógico. Diante de uma linha evolutiva considerada natural, de progresso evidente, destacamos que subitamente se crie um novo caminho, um salto estrutural qualitativo, impulsionado por uma nova cultura técnica, ou, antes, de um desvio no arranjo sócio-técnico, organizado pelas estruturas de poder vigentes em um país como o Brasil.

Voltemos ao caso do rádio digital. Assim como a televisão, o que está sendo propagado como evolução técnica é a melhoria da qualidade do sinal de áudio. Como já vimos, esse argumento orientou tanto o decreto de migração das AM para FM, quanto marca o discurso das empresas para defenderem a migração para o digital. Mas, afinal, qual o sentido político da digitalização? Que possibilidades estão de fato emergindo com as novas tecnologias, e como as sociedades podem incorporar essas novas plataformas de comunicação, não como evolução natural do preto e branco para o colorido, mas destacando suas novas funcionalidades?

Chegamos então à noção de linguagem, definida como um domínio específico (DSL – *Domain Specific Language*), convergente para uso, tanto na TV, quanto no Rádio, assim nomeada de declarativa. Nas linguagens declarativas, a inteligência da linguagem está na máquina e, portanto, elas são muito fáceis de usar. Essa facilidade foi definitiva para que fosse adotada no middleware do sistema brasileiro a linguagem NCL, que vinha sendo desenvolvida desde 1991, registrando-se, finalmente, que essa linguagem talvez seja, de fato, a única e principal inovação do sistema brasileiro de TV digital: a linguagem e o *middleware* Ginga que a suporta.

O Ginga não é nada mais, nada menos, que o player dessa linguagem, seu executor. A NCL permite fazer o sincronismo de mídia de forma muito simples. Outra característica a ser considerada é a capacidade da linguagem de permitir a adaptação de conteúdo.

Na televisão, é muito importante que se permita a um conteúdo que seja personalizado para cada telespectador, o que chamamos de “TV personalizada”. No caso do sistema de TV Digital e de Rádio Digital, a adaptação de conteúdo passa a ser fundamental também no sentido de ser possível desenvolver uma única aplicação que se adaptaria ao dispositivo receptor: TV ou Rádio. Essa é, sem dúvida, uma das vantagens de termos o Ginga também no Rádio Digital.

Outra questão importante da linguagem é que ela admita múltiplas redes de distribuição. No caso do Ginga, pensado para TV Digital, trata-se de receber conteúdos adicionais que possam vir pelo ar, ou por outra rede qualquer, como a Internet. Isso será importantíssimo no caso dos rádios digitais. A banda do rádio é muito pequena para mandar além do áudio, outras aplicações. Enviar um vídeo além do áudio, hoje, pode simplesmente ser inviável, mas nada impede que esses conteúdos sejam buscados através de outra rede. No entanto, textos, imagens estáticas e pequenas aplicações interativas são plenamente possíveis de serem enviadas pela própria transmissão de rádio digital.

No sistema de rádio digital, o rádio em si não será o único dispositivo de exibição. Por exemplo, imaginem que um carro ou barco tem o rádio do veículo, mas um passageiro pode ter também um celular na mão. O programa de rádio poderia mandar a música e algumas informações de texto para o rádio, enquanto outras informações adicionais poderiam ser recebidas através do celular, em uma aplicação distribuída. A capacidade de se ter múltiplos dispositivos é muito importante em termos de rádio digital, talvez até mais importante que a TV, por causa da limitação da banda do rádio para transmissão de outros dados. Essa é outra vantagem da linguagem NCL: ela permite o desenvolvimento de aplicações de múltiplos dispositivos de uma forma fácil. Ao todo, 76 instituições de pesquisa e universidades se envolveram nesses estudos. Foi um grande esforço, talvez o maior programa que o Brasil já investiu em uma área tecnológica.

## Conclusão

O capítulo reflete a atual demanda em se debater amplamente sobre a implementação do Sistema Brasileiro de Rádio Digital. Retomando a importância histórica das Ondas Curtas para a comunicação de longa distância, a pesquisa pretende ter apontado o potencial da digitalização do rádio para além da melhoria da qualidade do sinal de áudio, enfatizando algumas das características do digital que impulsionam o surgimento de uma nova mídia, convergente e muito mais democratizante do que permitiam os sistemas analógicos. Dedicando atenção à proposta de migração das emissoras do AM para o FM analógico, esperamos ter demonstrado o quanto é inoportuna e custosa essa ação, fundamentada em argumentos inverídicos, que ignoram a qualidade das transmissões digitais nas faixas de ondas médias pelo padrão DRM de rádio digital, o único no mundo que funciona em todas as faixas de frequência e é, certamente, a melhor opção para o desenvolvimento tecnológico e comunicacional do Brasil e vizinhos da América Latina.

Ao abordar a chegada do rádio digital, o intuito foi apresentar os interesses em disputa em torno da adoção de uma tecnologia com enorme potencial de circulação de dados, acessível à população, por ser de baixo custo e fácil manuseio, além de se configurar como uma alternativa aos regimes de controle sobre os conteúdos e comportamentos, tal como vigente hoje, em grande parte da Internet comercial. Por fim, depositamos na tecnologia brasileira, o *middleware* de interatividade Gínga, nossas esperanças para uma comunicação diversificada e mais inteligente, de interesse de todos, em contraponto à manutenção dos mesmos emissores atuais, mais interessados em manterem seus negócios do que investirem no desenvolvimento do país. Um desafio a ser enfrentado, para o qual pretendemos ter oferecido minimamente ferramentas, e muita munição argumentativa. Um convite ao *front* de batalha. Sigamos!

## Referências Bibliográficas

BIANCO, Nélia Del; MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **Rádio no Brasil: Tendências e Perspectivas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: UnB, 1999.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAMINATI, Francisco; DINIZ, Rafael; ORLOVA, Anna; VICENTIM, Diego; LARA, Paulo José. **Beyond the Last Mile: Fonias Juruá Project - an HF Digital Radio Network Experiment in Amazon (Acre/Brazil)**. Community connectivity: building the Internet from scratch: annual report of the UN IGF Dynamic Coalition on Community Connectivity, Rio de Janeiro/RJ: 2016, p. 171 - 186.

DINIZ, Rafael. **O Perfil NCL-DR e o Middleware Gínga para Receptores do Sistema Brasileiro de Rádio Digital**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. "Adeus, AM FM. O rádio nunca será o mesmo". Rev. Lugar Comum. N. 8, 1999, p. 157-172.



MOREIRA, Sonia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

NOVAES, Thiago e DINIZ, Rafael. “Digital Radio in Brazil: not left, nor right. Let’s move forward”. Rev. LiinC, vol. 13, n. 1. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3768> Acesso em: 15 nov. 2017.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo**: memórias de um pioneiro. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1984.

SAROLDI, Luiz Carlos; Sonia Virgínia MOREIRA. **Rádio Nacional**: O Brasil em sintonia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SIMONDON, Gilbert. **Sobre o Modo de Existência dos Objetos Técnicos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

European Broadcast Union and Media Intelligence Service. Market Insights: Digital Radio, 2017. Disponível em: [www.ebu.ch/publications](http://www.ebu.ch/publications) - Acesso em: 13 fev. 2017.



# A reforma agrária no ar que nunca foi...<sup>94</sup>

Nils Brock

## Introdução – O sonho postergado da Alice

Viver sem ter que jogar às escondidas – para muitos ativistas de mídia isso é a exceção. Depois do fechamento violento da rádio livre *Alice* na cidade italiana de Bolonha, no dia 12 de março no ano 1977, também Franco “Bifo” Berardi teve que fugir da justiça italiana. O filósofo-militante escreveu e viveu no exílio. E foi lá, sete anos depois, que foi surpreendido pela carta de uma antiga conhecida: *Alice*. Mais uma vez ela tinha saído do seu esconderijo, e era difícil a reconhecer à primeira vista porque ela “tem mil caras, modifica constantemente sua aparência, vadiando pelas cidades, bairros, fábricas, escolas, como uma gata selvagem” (KOLLEKTIVA/TRAVERSO, 1977, p. 146)<sup>95</sup>. Desta vez *Alice* se chamava *Xilik* e falava – sem contar alguns ilustres visitantes europeus – fluentemente português brasileiro, pois tinha chegado (de volta?) ao sul e construído um transmissor e uma antena. No primeiro andar da Universidade Católica, ocupava uma parte do céu de São Paulo...

Tal como a Rádio Xilik, na primeira metade dos anos 1980 dúzias de rádios independentes<sup>96</sup> brasileiras proclamaram uma “reforma agrária no ar”, transmitindo em frequências FM “sem licença prévia”. Era um golpe libertador, depois dos anos de chumbo da ditadura civil-militar que foi caracterizada por um “consenso reacionário” (MACHADO et. al., 1987, p. 9) em relação à regulamentação da radiodifusão. Como “reacionárias” foram criticadas a censura oficial, a falta de transparência na alocação de licenças e na gestão das poucas emissoras estatais. A nova Constituição de 1988 foi vista com esperança, pois prometia nada menos que defender a liberdade de expressão. Nos seus “direitos fundamentais” foi incorporado diretamente o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José), que concede para qualquer pessoa o direito de “procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha”<sup>97</sup>. Desde então, um dos meios mais escolhidos tem sido o rádio, mais precisamente as rádios livres e comunitárias.

94 Este texto resume os argumentos centrais da tese de doutorado “Agrarreform in der Luft. Eine medienethnographische Untersuchung zur Legitimierung unabhängiger Radios in Brasilien” defendido no Instituto de América Latina (LAI) da Universidade Livre de Berlim em outubro 2015 e disponível aqui: <http://www.grin.com/de/e-book/353897/agrarreform-in-der-luft>. Acesso em: 08/03/2017.

95 Para facilitar a leitura, todas as citações de obras não escritas em português foram traduzidas pelo autor.

96 Eu uso o adjetivo “independente” como um conceito infralinguístico. Na teoria ator-rede (ver p.3) esta noção se refere a um conceito descritivo que não faz mais que inicialmente definir um olhar amplo e aberto, menos interessado em definir algo de forma dedutiva do que um ponto de partida que será aprofundado de forma dialógica enquanto avança o texto.

97 Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm> Acesso em: 25/11/2016.

Porém, este processo midiático de emancipação se chocou rapidamente com a assim chamada “grande mídia”, que tinha consolidado o seu monopólio durante a ditadura (ver. CRUZ BRITTOS, et. al., 2005). O atual relator especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Edison Lanza, qualificou este processo de monopolização como o “pecado original” das políticas estatais de comunicação na América do Sul (BROCK, 2015). Depois do fim das ditaduras civil-militares, esta concentração ilegítima de frequências foi protegida pelos governos civis que se seguiram, e se aproveitaram das políticas de favorecimento do tipo “para os amigos tudo, para os inimigos, a lei.” Porque uma coisa é garantir o direito à comunicação no papel, e outra é fazer valer este direito na prática. Não é suficiente afirmar, como faz María Pia Matta, antiga presidenta da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), que “as rádios comunitárias já ganharam a sua legitimidade” uma vez que se proclamaram como alternativa aos formatos públicos e privados (BROCK, 2011)<sup>98</sup>. Esta ideia supõe que a radiodifusão comunitária (e outros modelos como as livres) é um conceito universal, realizado e respeitado do mesmo jeito em qualquer lugar do mundo, mas o contrário é que é o caso. As rádios fazem parte de complicadas negociações sociais que implicam não somente uma luta pelo reconhecimento legal, mas também dinâmicas muitas vezes ignoradas, como os diálogos espaciais e geográficos, os debates conceituais (acadêmicos e populares), sem falar na busca da legitimação concreta por parte de uma ou várias comunidades, da representatividade em diferentes redes, etc.. A atual existência de milhares de rádios comunitárias e livres no Brasil, com e sem outorga, indica que devem existir diversas estratégias pra legitimar e estabelecer práticas radiofônicas duradouras. Vale a pena perguntar *quais são*, pois até hoje a maioria delas são desconhecidas, seja por falta de estudos empíricos, seja porque os pesquisadores transcrevem precocemente hipóteses teóricas a uma realidade complexa. Isso acontece, por exemplo, quando certas expressões midiáticas como as “rádios livres” são categorizadas como “mídia radical”, e sem mais estudos se conclui que sejam indiferentes às reivindicações *de legitimidade* (ver DOWNING, 2001; VIZER, 2007).

Este artigo conecta o interesse em buscar conhecer as estratégias empíricas de busca de legitimidade da radiodifusão comunitária e livre com uma pergunta mais precisa, mas não menos complicada: **por que a “reforma agrária no ar”, postulada pelo forte movimento de rádios livres e comunitárias desde os anos 1980, até hoje não aconteceu?** Como foi possível que, ao invés disso, uma das únicas “conquistadas” frente ao Estado tenha sido a Lei 9.612/98 que, como afirma Dioclécio Luz (2007), criou milhares de “galinheiros”? Este militante da radiodifusão comunitária, antigamente associado da AMARC Brasil, se referia às restrições da lei para a operação das rádios comunitárias, pois ela passou a estipular um alcance mínimo e muitas outras obrigações - como o meio pré-selecionado e

98 Matta fez este comentário em relação à constante tentativa de deslegitimar ou criminalizar o movimento de rádios comunitárias a nível global em diferentes contextos. Porém, se esta lógica pode ser defendida num nível macro, dificilmente pode ser aplicada empiricamente. Se assim fosse, qualquer rádio que se chamasse “comunitária” automaticamente estaria legitimada, sem que tivesse importância a sua prática.

não “o meio de sua escolha”<sup>99</sup>. As respostas dadas a estas perguntas usualmente implicam o Estado, a grande mídia, interesses políticos e até teorias da conspiração. Porém, quase nunca se questiona o papel que jogavam e jogam as próprias rádios comunitárias. As próximas páginas se dedicam às vozes que emergem deste vazio.

Analisar empiricamente estas práticas radiofônicas traz consigo pelo menos dois desafios conceituais e metodológicos que precisam ser abordados. O primeiro diz respeito às noções de *mídia* e *meios de comunicação*, ambas caracterizadas por um uso inflacionário do termo mídia que se torna impreciso, e oscila entre teorias sociais que se recusam a levar em conta a materialidade da mídia e outras que se perdem num certo tecnocentrismo.<sup>100</sup> Para não entrar nessa dicotomia, me parece preferível redefinir a mídia/meio como um mediador ativo do social, baseado numa concepção ampliada do social que não reduz esta esfera a atos intencionais humanos e que leva em conta todas as entidades envolvidas num *fazer-mídia*. O segundo desafio é o conceito de legitimidade: é preciso questionar que ele se aplique apenas à legalidade e, partindo disso, quais são os diversos sujeitos e campos sociais em que ela se aplica. Nas teorias da ciência política, até hoje existem correntes que insistem em que somente Estados podem ser ou não legítimos no exercício de uma certa forma de dominação. Dizer que uma rádio é “legítima” nos obriga a enfrentar esta premissa e traduzir o conceito de legitimidade de no contexto da mídia.

A minha resposta teórica e metodológica frente a este cenário se chama *actor network theory* (ANT).<sup>101</sup> A *teoria ator-rede*, como é conhecida em português, e aplicada no marco de um estudo antropológico da mídia, permite analisar justamente como diferentes atores e traduções tecno-sociais articulam as divergentes legitimações ao fazer rádio. Chamarei o conjunto das práticas e entidades envolvido nesse processo de *roteiros*.<sup>102</sup> Os roteiros constroem, ou melhor, traduzem o social dentro de um processo que vai da *adscrição* de uma crise hipotética (por exemplo o não respeito do direito à comunicação), passando por uma *inscrição* de atrizes e atores (poderia ser um chamado público para fazer rádio livre ou comunitária) cujos interesses foram despertados (@s atrizes e atores passam a se reconhecer como “livres” ou “comunitárias”), até as *descrições* das suas mobilizações (a criação de um sinal radiofônico e a construção de sua legitimidade). Em seguida a análise começa *de novo pela adscrição da próxima crise*. É dentro desse movimento circular que se fazem e refazem as noções mesmas de radiodifusão comunitária e livre.

Até aqui a ANT não se distingue fundamentalmente de outras metodologias do campo dos estudos de ciência e tecnologia (abreviado comumente como

99 Estas obrigações incluem, entre outras, o dever de um transmissão contínua, um caráter informativo e educativo da programação, a constante gravação dos programas por motivos de fiscalização, etc.. Para mais detalhes confira a Lei 9.612/98 disponível aqui: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm). Acesso em: 08/03/2017.

100 Exemplos do primeiro tipo de noção com certeza são CASTELLS (2007) e MORAES (2011), do segundo são relevantes os trabalhos de WINNER (1986), NEGROPONTE (1995) e, de certa forma, KITTLER (1985, 1986).

101 Para uma introdução ver: BELLIGER et. al. (2006), LATOUR (2008), CRESSMAN (2009).

102 Ver AKRICH (1987).

STS em Inglês)<sup>103</sup>. Porém, um olhar mais atento à sua noção de atores e atrizes indica uma profunda mudança paradigmática ao nível ontológico: concede-se o potencial de ser um “agente social” também a entidades não-humanas. Ou seja, como atores e atrizes de uma rádio contam também as antenas, interferências, o perfil topológico e, é claro, muitas vezes também alguma pessoa falando por um microfone. Outra particularidade da ANT é o modelo fractal da realidade que postula: você pode, por exemplo, reconstruir um simples *click* de uma câmera digital como um complicado processo social de diferentes entidades que participam na criação de uma imagem. A ANT ajuda a iluminar o interior de *caixas pretas*, processos invisíveis para muitas outras teorias sociais. O preço que se paga para conseguir isso é uma linguagem especializada que tende a complicar a leitura, mas vale a pena enfrentar este novo vocabulário. Vou aproveitar este artigo para familiarizar @s leitor@s com ele, enquanto vamos juntos abrindo a caixa preta das legitimidades radiofônicas...

Responderemos às perguntas acima pelo seguinte movimento analítico. (1) Primeiro vamos mergulhar nos conceitos que informam este trabalho, ou seja, reconstruir a noção de legitimidade em relação à mídia sob uma perspectiva que toma por referência a ANT. (2) Em seguida, este dispositivo analítico será aplicado ao surgimento e à configuração das rádios fora dos ambientes estatal e comercial, resumindo (por questão de espaço) alguns dos momentos chave entre 1995 e 2011, nos quais foi (re)negociada (ou não) a legitimidade de fazer rádio no Brasil. (3) Depois de ter situado bem as atrizes-redes (as rádios), reconstruirei as diferentes inscrições articuladas por redes e organizações que aspiram a representar ou articular rádios livres e comunitárias, como a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), a já mencionada AMARC-Brasil e o Rizoma de Rádios Livres. Porém, a realização de práticas legítimas não depende delas, e sim de milhares de rádios existentes no Brasil. (4) Por isso, a abordagem empírica analisa como elas se interessam pelas propostas dos mencionados “construtor@s de redes” e se mobilizam no dia a dia. (5) Concluo com uma reflexão sobre os espaços midiáticos criados através dos roteiros divergentes, e aponto para a falta de áreas de troca entre esses espaços como um dos maiores obstáculos para que se consiga renovar a referência circular chamada *rádio*, sendo essa uma pré-condição vital para que algum dia se consiga realizar a atrasada reforma agrária no ar ou outra ideia de compartilhar de forma democrática as radiofrequências, como por exemplo o conceito de “espectro livre” (BELISÁRIO, 2015).

## **1. Conceitos – A caminho de uma melodia analítica dançável**

Não existe apenas uma forma de fazer rádio participativa, mas talvez essa seja a única premissa que qualquer radialista livre ou comunitári@ poderia confirmar sem reservas. A intenção de especificar mais esta definição termina rapidamente em profundas diferenças. Isso é bom para as rádios, mas dificulta o trabalho

---

103 Uma teoria que compartilha, por exemplo, a noção circular da tecnologia são os dramas tecnológicos. Ver. PFAFFENBERGER 1992a, 1992b.

de uma ciência acostumada a trabalhar com definições universais. Tentar impor definições dedutivas sobre as rádios – atrizes altamente auto-reflexivas – seria contribuir para o seu ocultamento. Ao invés disso, o objetivo aqui é construir uma *zona de troca*<sup>104</sup> conceitual, que permita primeiro colocar em relação as posições divergentes d@s atrizes e atores envolvidos@s (a *etno teoria*), e depois relacionar elas com os conceitos do pesquisador (*teoria observadora*).<sup>105</sup>

Como observador eu trago dois conceitos *infralinguísticos* de rádio e legitimidade, ou seja, definições apenas relacionais para delimitar a pesquisa sem eclipsar as ideias de outr@s atrizes e atores – @s verdadeir@s especialistas. Percebo o rádio e as rádios como *mídia*, no seu sentido original aristotélico, onde *mídia* é um “entremeio”, uma incerteza entre os órgãos sensoriais e os elementos naturais (HAGEN, 2006, p.21). Nessa visão a mídia não é simplesmente um meio, um instrumento ou uma ferramenta estática 100% dominável por atores humanos. Levando esta reflexão sobre a percepção ao campo social, significa que a mídia não se situa fora dele. Mais bem se multiplica, são *mídias*, “agentes da sociedade com os quais a sociedade se mantém intacta como sociedade” (HICKETHIER, 2003, p.228), e cada mídia realiza uma mediação, constitui um “ponto de encontro de [...] forças conflitantes e integrantes” (MARTÍN-BARBERO, 1993, p.187). Por mais amplas que sejam estas definições, elas partilham de uma exigência bem clara: a mídia deve ser ativa e provar empiricamente que é mais que uma “máquina de papel” (KASSUNG et. al. 2008, p.170), ficção científica, ou jogos de ideias e conhecimentos. Aplicando todas estas premissas à radiodifusão, eu declaro: uma rádio é uma ensablagem de entidades heterogêneas, que juntas emitem um sinal perceptível.

Criar simplesmente um sinal eletromagnético ainda não nos diz muito sobre a produção comunitária ou livre, e também não fala sobre a sua *legitimidade*. Começaremos a análise por esta última, e a razão pela qual estamos reconstruindo a mediação social das rádios no marco deste termo são @s radialistas mesm@s: elas o utilizam muito quando falam do seu trabalho.<sup>106</sup> Sem se dar conta, se apropriaram de um dos conceitos mais exclusivos das ciências sociais, que até hoje – pelos menos na Europa - luta para se emancipar da tipologia weberiana de “dominação legítima” estatal (WEBER, 1980).<sup>107</sup> Atribuir o predicado *legítimo* unicamente a Estados nações, porém, não foi ideia de Weber, mas um consenso estratégico estabelecido pelas grandes potências europeias no século XIX (ver. RAMMSTEDT, 1976, p.110). A partir do Congresso de Viena (1814-1815), somente os chefes de

---

104 Esta noção faz referência ao termo *trading zone*, estabelecido por Peter Galison, e se refere a zonas onde acontece uma troca de “objetos” mesmo quando estes objetos têm conotações radicalmente diferentes para a pessoa que dá e a que recebe (ver ROSSLER, 2008, p.93).

105 Mais sobre esta distinção: SCHULZ-SCHAEFFER (2008, p.137).

106 Esta observação se refere à primeira etapa exploratória da pesquisa etnográfica, que teve com meta definir a perspectiva analítica partindo das descrições e definições d@s atrizes e atores fazendo rádio comunitária e livre.

107 Para revisar o debate atual sobre o conceito da legitimidade ver ANSELL (2001). Porém, pode-se dizer que, muitas vezes, ainda trata-se de modificações do conceito weberiano, acoplando-o a procedimentos sistêmicos (LUHMANN, 1978) ou traduzindo-o no marco evolutivo-universal de uma gênese racional (HABERMAS, 1973, 1976).

Estado estavam qualificados a outorgar ou retirar entre si a legitimidade de um membro do seu ilustre clube. Assim, caiu no esquecimento que o termo *legítimo*, inicialmente, teve um uso muito mais amplo. Era um adjetivo que fazia referência a qualquer tipo de “ação [...] orientado no *summum bonum*” (ebd.), ou seja, “no máximo bem” na convivência entre cidadãos.

Proponho partir dessa concepção pré-weberiana de legitimidade, para me aproximar do uso atual no contexto das rádios comunitárias e livres. Isso significa uma liberdade conceitual que implica primeiro terminar com o uso assimétrico do termo que reconhece somente os Estados como seus sujeitos (e juízes de legitimidade), pois esta perspectiva tenta reproduzir uma diferença de poder em relação aos demais atores e atrizes sociais “prestando ajuda ao vencedor e dando, aos perdedores, o ‘*vae victis*’” (CALLON, 1981, p.280). Em segundo lugar, rompemos com o foco restrito na *dominação*, favorecendo assim uma análise do *atuar politicamente* – que se traduz, no nosso caso específico, num *fazer-mídia*. Este não corresponde a uma tipologia pré-configurada de legitimidade<sup>108</sup>, mas exige dos diferentes roteiros do fazer rádio uma contribuição específica a um “máximo bem” de um certo grupo social a ser definido pelas rádios mesmas.

São estas exigências, antes de mais nada, que tornam possível um estudo empírico da legitimidade radiofônica do modo como o conceito *infra-linguístico* postula: uma configuração relacional de diversas entidades que ligam a transmissão de um sinal – entendido por elas como *rádio* - ao *summum bonum* de um grupo social específico. Além disso, como legitimação midiática compreende-se uma negociação política circular, na qual diferentes mediações (ex. roteiros radiofônicos) pretendem estabilizar-se no seu reconhecimento social.

Antes de entrar no mundo radiofônico brasileiro, somente resta-me reforçar a relevância da perspectiva analítica sugerida explicitamente pel@s radialistas: o conceito de *legitimidade* ajuda a desconstruir o mito de que leis e normas não precisam se justificar socialmente uma vez que foram postuladas. Sem dúvida, os seus conteúdos são bem estabelecidos. Mas *legal* não é igual a *legítimo*.<sup>109</sup> Ou seja, qualquer roteiro legal (ex. a Lei da Rádio Comunitária) pode ser desafiado na sua legitimidade. E uma das melhores formas para conseguir isso é “*forçar estas relações petrificadas a dançar, entoando a elas sua própria melodia*” (MARX et. al. 1976, p.381).

## 2. O surgimento e a configuração da radiodifusão comunitária/livre no Brasil

É impossível desdobrar aqui a inteira genealogia radiofônica brasileira. Por isso, me restrinjo a apontar as fissuras mais importantes da narrativa petrificada vigente que, depois de reduzir a importante contribuição do cientista Roquette Pinto a uma espécie de filantropia amadora, logo passa a elogiar a profissionalização do serviço radiofônico através da regulamentação estatal e da exploração

108 Weber definiu três tipos de dominação legítima: tradicional, legal e carismática.

109 Sobre a impossibilidade de uma última justificação legal (*letzter Rechtsgrund*) (ver HENNIS, 1976, p.21; HABERMAS, 1976, p.43, 46).



comercial. Desse jeito, seja por motivos estratégicos ou por uma suposta falta de rigor profissional, a “história oficial” invisibilizou inventor@s, amator@s e expressões coletivas do desejo de fazer mídia.

Origens nunca são mais que sombras (ver DERRIDA, 1976, p.433), e o rádio brasileiro não é uma exceção. Não existe só um “pai” da radiofonia, senão uma configuração enredada e contingente. Existe a figura do pai Roberto Landell de Moura que, com as suas transmissões experimentais no final do século XIX, corresponde ao tipo presente em gerações de radioamadores que percebem a experimentação da tecnologia radiofônica não somente como a sua origem, mas como um bem em si mesmo. Uma segunda corrente, “estatista”, enfatiza “a primeira experiência radiofônica oficial” (ROCHA, 2007, p.16), a transmissão da ópera *O Guarani* e algumas conferência de “alto valor educativo” (ARAUJO, 2007, p.51) no marco das festividades do centenário da Independência no dia 7 de setembro de 1922. Levando em conta o fato de que toda a tecnologia foi importada e depois abandonada, este evento acabou por se mostrar uma tosca encenação da modernidade brasileira e um anúncio: o domínio e o desenvolvimento daquela “figura mística da eletricidade” (SEVENKO, 1998, p.545) será mediado pelo governo. Este interesse se confirma no ano 1924, quando o decreto 16.657 redefine como origem oficial do rádio a sua regulamentação. O decreto exigia dos programas fins educacionais pelo bem da população e proibia “notícias internas de caráter político” (CALABRE, 2003, p.163).

Tratava-se da apropriação oficial da tecnologia e do discurso educativo que tinham sido colocados em prática pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro um ano antes, um crescente controle estatal que quase nunca é problematizado pelos narradores. Ao contrário, os programas desse rádio clube, organizados pelos professores Henrique Morize e Edgar Roquette Pinto, são citados retrospectivamente por alguns como prova de que “o rádio nasceu comunitário” e que a “tecnologia evoluiu e a cidadania avançou” (WILLIAM, 2013). Sem dúvida, a Rádio Sociedade era uma emissora sem fins lucrativos, mas também era uma iniciativa sofisticada da elite branca, que não tocava música popular e pretendia modernizar o país ao “levar a educação ao interior do território nacional” (SEC, 2003, p.12). Além disso, ao invés de criar condições para emitir um sinal com dispositivos próprios, como já havia feito Landell de Moura, ficou dependente de um transmissor de radiotelegrafia da Western Electric, importado e doado pelo Governo.

Bem diferente foi a experiência de outros rádio clubes, por exemplo em Pernambuco onde, a partir de 1919, radioamadores experimentavam e modificavam transmissores importados, tocavam ritmos populares – como o frevo – e contavam com um grupo de membros mais diverso, ainda que não ultrapassasse a classe média urbana (ARAUJO, 2007, p.58). Porém, este caminho experimental e mais participativo não conseguiu se estabilizar como uma alternativa ao uso difusionista do rádio, a serviço de uma modernização acelerada que colocava num polo um locutor profissional e iluminado e, no outro, a população ignorante (ver. CAVALCANTI, 2008, p.174). O Estado brasileiro exigiu, no seu primeiro roteiro

legal da radiodifusão em 1924, que as estações se legitimassem pela organização profissional e regulada (sob outorga ou licença), garantindo assim a penetração do território nacional para educar e modernizar. Com isso, o Estado se autoinscreveu também como instância central a decidir quem pode ou não transmitir. Este gesto era uma ampliação do Decreto Imperial 2614 que, a partir de 1860, já regulava a telegrafia (por fio) em nome da segurança nacional, passando a aplicar a mesma política ao espectro electromagnético (ver Decreto 3296 do ano 1917). Porém, como mudou o meio de transmissão e a sua finalidade, o rádio realizava mais do que enviar mensagens ponto a ponto (ver JAMBEIRO, 2002, p.54), ocorreu um “salto justificativo”<sup>110</sup> que, na sua legitimidade, continua sendo duvidoso.<sup>111</sup>

Paradoxalmente, a missão modernizadora era confiada cada vez mais a emissoras licenciadas com fins lucrativos, que colocaram no centro da sua programação o “divertimento” e a “circulação de riqueza” (ARAUJO, 1972, p.107). Sem dúvida, as licenças pagas criaram receitas para o Estado, mas ao custo de uma audiência passiva, exposta a uma programação que consistia em até 25 por cento de publicidade.<sup>112</sup> A participação do ouvinte ficava restrita a momentos autorizados pelas emissoras (por ex. através de ligações telefônicas) ou, num marco mais amplo, à compra de mercadorias anunciadas nos *spots* radiofônicos. Como se justifica o atual desequilíbrio de 159 rádios educativas/estatais *versus* 3025 rádios comerciais quando o Código Nacional de Telecomunicação (CNT) – do ano 1962 e ainda vigente – exige que “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas (sic) de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País?”<sup>113</sup> Existem mais artigos no CNT e na própria constituição que reforçam esta linha argumentativa: a legitimidade do uso atual do rádio espectro no Brasil sempre foi precária, algo que se evidencia pela sua própria “melodia” legal.

O restritivo e, portanto, abusivo uso comercial do espectro eletromagnético sempre sofreu resistências: nos anos 1920, as pessoas que não tinham como pagar equipamentos importados construíam receptores galena (SEC, 2003, p.19); na década de 1960 havia a ocupação temporária de rádios, e também a ambiciosa redefinição do *summum bonum* do rádio organizada pelo Movimento de Educação de Base (MEB) no início dos anos 1960, uma iniciativa que chegou a envolver até 7353 estações radiofônicas, nas quais a população rural foi alfabetizada e estimulada a desenvolver uma consciência crítica frente às instituições do Estado e do capitalismo (ver PEPPINO, 1999). Porém, reprimida pela ditadura, foi somen-

110 Este termo se refere a uma medida não justificada propriamente a não ser em analogia a uma regulamentação anterior de um tipo de transmissão diferente. Por isso, ao invés de justificar devidamente o monopólio regulador estatal frente à radiodifusão, simplesmente se copia a justificção de outro contexto, sem mais explicações.

111 Esta apropriação do espectro pelos governos aconteceu em quase todos os Estados Nacionais. Onde ela não se apresentou como continuação “natural” da telegrafia, foi construída como uma urgência frente ao suposto uso caótico do ar. Porém, retrospectivamente, é fácil desconstruir este mito como parte de estratégias políticas e comerciais (ver ex. HAZLETT, 2001, p.95).

112 Ver Lei 4.117, Art. 124º.

113 Ver Lei 4.117, Art. 38º, d). <http://www.mc.gov.br/radiodifusão/dados-de-outorga/23457-dados-gerais>. 01.09.2011. Não foi possível achar dados mais atuais devido ao não funcionamento da página do Ministério de Comunicações no momento da escrita.

te nos 1980 que grupos da sociedade civil proclamaram de novo uma “invasão e ocupação definitiva da atmosfera”, ou seja, uma verdadeira “reforma agrária no ar” (MACHADO et. al., 1987, p.23).

As restrições à liberdade de expressão vividas durante mais de 20 anos e o crescimento de monopólios como o da Rede Globo (CRUZ BRITTOS et. al. 2005) tinham desgastado o roteiro oficial do rádio: a bússola para orientar o seu uso social parecia perdida e o Estado, ator central na sua legitimação oficial, passou a perder ainda mais credibilidade nos anos da transição política ao trocar licenças de rádio e TV por apoio político (ver JAMBEIRO, 2002, p. 73, 143). Diante disso, parte importante da população colocou em prática as reivindicações de liberdades democráticas dos anos 70 (ver SÔLHA, 2010, p. 220) de formas imprevisíveis, e por roteiros heterogêneos. Entre os amantes do rádio, a resistência inspirou-se na leitura de textos e histórias sobre os primeiros clubes radiofônicos de trabalhadores e sindicatos europeus, da *Résistance* francesa durante a Segunda Guerra Mundial, das emissões dos movimentos anticoloniais da Ásia e da África, das rádios independentes em mãos dos mineiros bolivianos, estações guerrilheiras da América Central e também sobre apropriações isoladas do espectro no Brasil.

Dessas sombras emergiram diversas rádios que se reconheceram paulatinamente como “livres”: emissoras como a Rádio Globo (não confundir com uma certa cadeia de rádios comerciais homônima) de Criciúma (SC) que, a partir do ano 1978, começou a construir sua legitimidade ao dar continuidade a princípios do MEB, apresentando-se como a “voz da comunidade” para a sua auto-organização (NUNES cit. em PERUZZO, 2004, p.249); as rádios de jovens “roqueiros” em Sorocaba (SP) que, entre 1981 e 1983, construíram os seus próprios transmissores por estarem chateados com a censura musical e o “monopólio da fofoca familiar” (MACHADO et. al., 1987, p.17); e finalmente as emissoras estudantis como a Rádio Xilik, a Ítaca, a Molotov e a Totó, que se entendiam como parte de um movimento internacional que reivindicou o fim do monopólio regulador estatal. A elas se somaram rapidamente iniciativas do Partido dos Trabalhadores (PT) como Rádio Tereza ou Rádio Cegonha, e também projetos evangélicos que justificaram a sua presença no ar com a analogia de que a “defesa da liberdade de expressão era igual a difundir a verdade de Cristo”<sup>114</sup>.

Enquanto a presença proselitista, tanto religiosa como partidária, ameaçava a legitimidade das rádios livres no sentido de serem independentes e sem fins lucrativos, o número das já mais que 2000 estações no ano de 1995 se tornou um forte desafio para o roteiro oficial da radiofonia (ver NETO, 2002, p.58). Precisava-se de uma re-regulamentação, uma necessidade apoiada parcialmente pelo movimento das rádios livres que festejava a legalização das suas rádios, anunciada em 1995 numa fala do Ministro da Comunicação Sérgio Motta. Nessa época também já tinha chegado um outro roteiro radiofônico viajante no Brasil, chamado “rádio comunitária”, cuja legitimidade se apoiava não na liberdade de expressão individual, mas no direito de cada comunidade específica fazer suas transmissões.

---

114 Entrevista com Carlos Rocha, Fórum Democracia na Comunicação (FDC) (19.03.2011).

Importantes sombras originárias do conceito apareceram nos anos 1970 nos Estados Unidos, quando as “rádios de dissenso” (por ex. contra a Guerra de Vietnã) reinventaram as suas redes enquanto comunidades (LASAR, 2000, p.227; HUNTSBERGER, 2007). O direito de fazer rádio foi realocado como um direito coletivo que exigia o seu reconhecimento legal, e esta ideia começou a ganhar fama fora da América de Norte sobretudo com a fundação e o trabalho da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) em Montreal, Canadá, em 1983 (PEPPINO, 1999, p. 35, 184, 228).

Foi nesse contexto que, em 1996, ocorreu uma ruptura num encontro nacional das rádios livres. Nas vésperas algumas lideranças já tinham puxado o conceito da rádio comunitária e, segundo alguns participantes do evento, preparado o estatuto para formalizar e hierarquizar o movimento dentro de uma associação federal.<sup>115</sup> Foi assim que nasceu a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias Brasileiras (ABRAÇO), que teve entre seus membros fundadores a ainda jovem AMARC Brasil, ligada à rede mundial de mesmo nome. A partir desse momento, o interesse da organização já não era deslocar o Estado enquanto juiz central da legitimidade radiofônica, mas negociar junto a ele um roteiro legal para fazer rádio comunitária, esforço que resultou na Lei 9.612 de 1998.<sup>116</sup>

Enquanto antes era “nem legal nem ilegal” fazer rádio não-comercial sem outorga,<sup>117</sup> já que até juízes de cortes regionais defenderam que transmitir um sinal sem licença prévia era um direito fundamental, esta lei secundária teve um impacto explosivo e multiplicou os roteiros radiofônicos rivais.<sup>118</sup> Porque ao invés de unificar as leis vigentes do *Código Brasileiro de Telecomunicações* (CNT) e da renovada Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472 do ano 1997), foi criado um roteiro legal particular para a radiodifusão comunitária (Lei 9.612/98/98) que definiu obrigações específicas para est@s atrizes e atores sem lhes conceder os mesmos direitos gerais garantidos às demais emissoras (por ex. proteção contra interferências). Apesar da participação da ABRAÇO na negociação da lei, pouco depois da sua adoção ela já começou a ter sua legitimidade questionada. Por um lado foi acusada de proteger os interesses da mídia comercial, os “latifundiários da comunicação” (LUZ, 2007, p.22), mas também internamente pela falta de “transparência” na proposta da ABRAÇO, acusada de ter apresentado um roteiro que “não representava adequadamente o debate conceitual do movimento”<sup>119</sup>.

Uma das consequências foi que a AMARC Brasil começou a distanciar-se da ABRAÇO, e insistiu num roteiro próprio com princípios legitimadores que visavam transformar profundamente a Lei 9.612/98. Por sua vez, a ABRAÇO

115 Esta informação se baseia na entrevista com Carlos Rocha, ver. nota de rodapé 18.

116 Além de não usar o conceito da “legitimidade” explicitamente, o movimento das rádios livres coloca em xeque constantemente o papel regulador do Estado na comunicação radiofônica (ver por exemplo MACHADO et. al., 1987).

117 Uso aqui uma expressão do movimento das rádios livres do início do século XXI, porém se refere muito bem à alegabilidade da época.

118 Um desses juízes que assumiu o papel de colocar em xeque a legitimidade da regulamentação estatal (da qual fizeram parte indiretamente) foi Paulo Fernando Silveira (FERNANDO, 2001).

119 Entrevista com Tais Ladeira, AMARC Brasil (12.05.2010).

passou a justificar a lei como um “salto qualitativo que tirou as rádios da sua clandestinidade e irregularidade”<sup>120</sup>, mas também começou a desenvolver um roteiro reformista inscrevendo mudanças pontuais. Havia um ponto no qual ambos roteiros coincidiram: a visão evolucionista que entendia a rádio comunitária como um desenvolvimento futuro das rádios livres<sup>121</sup>. Enquanto a solicitação em massa de outorgas e filiações à ABRAÇO e à AMARC Brasil parecia confirmar esta perspectiva, empiricamente um renovado movimento das rádios livres apareceu das sombras. No marco do Fórum Social Mundial de 2003, em Porto Alegre, veio à luz o Rizoma de Rádios Livres, rede composta por emissoras históricas como a Rádio Muda e também estações emergentes. Com elas ganhou força, novamente, uma crítica ampla da legitimidade das leis vigentes e da radiodifusão comunitária como único roteiro capaz de traduzir o direito à comunicação de cada um e dos diversos grupos sociais no Brasil.

Desde então, estes quatro roteiros mais visíveis que circulam no território brasileiro às vezes se atraem, ligam, dialogam ou chocam nas suas diferentes traduções de um legítimo fazer-rádio<sup>122</sup>. Sob esta perspectiva, fica claro que o roteiro legal não pode reivindicar uma diferença qualitativa em relação às demais propostas. Com a ajuda da ANT, foi possível visualizar como este *macro-ator*<sup>123</sup> criou as condições para um uso exclusivo do espectro. Desde 1924 o Estado endureceu as relações sociais inscritas por decretos cheios de imperativos, uma estratégia quantitativa para não ter que negociar a legitimidade das regras e normas impostas com @s demais atores e atrizes<sup>124</sup>. Além disso, com a lei de rádios comunitárias, conseguiu conter um amplo movimento de desobediência civil, que veio apoiado pela Constituição Brasileira e por acordos internacionais de Direitos Humanos. Estabeleceu um amplo consenso de que cabe ao Estado legitimar ou perseguir as rádios.

Mesmo que até agora as rádios livres e comunitárias não tenham conseguido fazer dançar este roteiro legal, quando prestamos atenção podemos ouvir duas melodias deslegitimadoras. A primeira é um apito suave, que constantemente desacredita a Lei 9.612/98: esta se expressa emitindo sinais com uma potência máxima de 25 watts e, no seu conteúdo, não pode incluir publicidade comercial, mas deve cumprir com normas específicas (por ex. ter qualidades educativas e informativas) que, além de encarecer a produção radiofônica, não necessariamente

---

120 Entrevista com Tião Santos, no ano 1998 presidente nacional da ABRAÇO, hoje presidente da ONG VIVA RIO (09.03.2010).

121 Esta visão foi defendida ainda no ano 2010 nas entrevistas com o atual presidente nacional da ABRAÇO, José Sôter (entrevistado 13.05.2010) e o antigo representante nacional da AMARC Brasil, Marco Aurélio (entrevistado 03.03.2010).

122 Além desses quatro roteiros com uma ampla presença no território nacional existiam e existem outros roteiros regionais que, por questões de espaço, não pude analisar nesse texto.

123 Sobre o conceito dos macro-atores e atrizes ver CALLON et. al. (1981).

124 “Quantitativo” se refere aqui ao número de intermediários (normas, decretos, leis) que foram apresentados como algo fixo, mediações sociais que endureceram e se impõem sem serem negociáveis em qualquer momento. Segundo a ANT, macro atores mobilizam muitos desses intermediários, e assim criam relações de poder assimétricas.

atende aos anseios e interesses da comunidade<sup>125</sup>. A segunda melodia pode ser ouvida ligando-se um receptor FM: é o som de muitas rádios comunitárias e livres presentes no *dial* sem uma licença prévia, seja porque não reconhecem a lei ou porque a lei não reconhece elas – ou as duas. Para entender melhor as estratégias que visam a legitimação para estabelecer um sinal constante no ar precisamos primeiro conhecer melhor os roteiros inscritos que citam para definir as suas práticas.

### 3. Inscrições – livres, legais, comunitárias – e legítimo?

Os inscriteiros e defensores dos diferentes roteiros radiofônicos são atores e atrizes heterogêni@s, porém não são incomparáveis.<sup>126</sup> Voltando ao conceito infralinguístico definido acima, cada um@ deveria, antes de tudo, definir um *summum bonum* específico de alguma forma. No caso da Lei de Rádios Comunitárias, a um nível bem abstrato, esta meta se traduz primeiro no objetivo compartilhado de democratizar a mídia, e segundo numa inscrição mais concreta: oferecer um serviço midiático para uma comunidade. Em relação a este último critério, o roteiro legal descreve as rádios comunitárias quase como subservientes, obrigadas a satisfazer as necessidades comunicativas da população local. Antes de consultar estas comunidades, a própria lei universaliza esta demanda como “a difusão de ideias e elementos culturais” (Art.3.I), a “formação e integração da comunidade” (3.II), a “oferta de serviços de uso público” (Art. 3.III) e “atividades artísticas e jornalísticas” (Art.4.II). Bem entendido, não há o diálogo como ponto de partida, e sim como um ponto final, porque apesar de supostamente “atuar com grande sensibilidade na regulamentação dos meios massivos de comunicação”, o Ministério da Comunicação não quer discutir mudanças nesse roteiro, já que “as leis vigentes devem ser respeitadas e por isso fiscalizadas por servidores públicos”<sup>127</sup>.

Esta interpretação estatista é contestada pelos demais roteiros. A ABRAÇO, embora bastante comprometida com a lei vigente, critica o *summum bonum* legal como uma “violação do direito de opinar e comunicar livremente,<sup>128</sup> e analisa autocriticamente que “o papel ativo da ABRAÇO na criação do dispositivo legal não foi suficientemente forte para estabelecer um melhor horizonte”<sup>129</sup>. Segundo a AMARC-Brasil, o verdadeiro problema ultrapassa esta questão participativa porque, na sua leitura, o “direito à comunicação pertence antes de tudo à comunidade”<sup>130</sup>. Como pontualiza Carlos Rocha do Fórum Democracia na Co-

125 Ver Lei 9612/98, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm) (18.05.2013).

126 A heterogeneidade expressa-se no tamanho, no caráter formal e no autoentendimento d@s atrizes e atores. Para poder situar o alcance dos roteiros apresento aqui o número estimado de associad@s ou aderentes dos diferentes roteiros. Roteiro legal: aproximadamente 4.700 rádios comunitárias legalizadas; roteiro da ABRAÇO: segundo estimativas próprias não verificáveis entre 4.000 e 10.000 rádios membros (Entrevista José Sôter 13.05.2010); AMARC-Brasil: 50-60 associad@s (esse número se refere não só a rádios, mas também a indivíduos; Entrevista João Malerba 19.05.2010); Rizoma de Rádios Livres: 8-15 rádios (Entrevista Rafael Diniz 10.03.2010, Daniel Alves 15.05.2010). O trabalho original incluía ainda dois inscriteiros mais: VIVA-RIO e Fórum Democracia na Comunicação. Por questões de espaço mencionarei estes dois atores nesse artigo somente pontualmente.

127 Entrevista com Octavio Pieranti, Ministério das Comunicações (21.03.2011).

128 Entrevista com Joaquim Carvalho, ABRAÇO Nacional (10.05.2010).

129 Entrevista com José Sôter, ABRAÇO Nacional (13.05.2010).

130 Entrevista com Denise Viola, AMARC Brasil, Rede das Mulheres (09.03.2010).

municação (um inscridor regional, ver a nota de pé de página 33): “a lei precisa garantir simplesmente que os indivíduos e as comunidades que eles formam possam se comunicar no ar [metáfora para o espectro eletromagnético] e sem sofrer a influência dos interesses do Estado, das igrejas e do capital.”<sup>131</sup>

Porém, se não deveria ser a lei que define o *summum bonum* da radiodifusão comunitária, quem poderia ter a legitimidade pra fazê-lo? É nesse momento que os inscridores comunitários apresentam os seus próprios roteiros, estabelecidos na forma escrita por catálogos normativos, manuais, revistas, páginas web e reforçados em eventos públicos e entrevistas – como aquelas citadas aqui. Aparecem objetivos como: “incidir na produção cultural independente”, “falar a língua do bairro”, “ser diverso e aberto”, “permitir às pessoas conhecerem as suas capacidades”, “difundir as reivindicações dos movimentos sociais” ou “fazer parte de um bloco anti-hegemônico”<sup>132</sup>. Sem reconstruir as diferentes propostas em detalhe, o que importa aqui é que estas inscrições se reapropriam da radiodifusão comunitária dentro de uma lógica representativa. Elas articulam uma perspectiva normativa parecida com a Lei, discordando apenas em relação a qual seria a instância legítima para definir as boas práticas e a sua finalidade.

Comparado com estas, o Rizoma inscreve uma visão não-normativa<sup>133</sup> – o seu *summum bonum* é antes de tudo relacional e, às vezes, em sintonia aberta com a ideia de criar espaços pós-midiáticos. Estes não se definem por conteúdos ou formatos midiáticos legítimos, mas “pela realização de perspectivas éticas e estéticas”<sup>134</sup>. O bem não é criar um roteiro representativo de rádio livre e traduzir este num sistema radiofônico. Basta garantir um espaço aberto e ambíguo, que no início também recusa qualquer ligação legitimadora através da ideia de comunidade. “Nosso único princípio é a liberdade de expressão”, o que exige de uma rádio livre que ela esteja sempre a se definir e redefinir constantemente numa situação social específica. Na ausência de catálogos normativos escritos ou manuais gerais, a sua existência depende sobretudo da sensibilidade de caçar as suas próprias sombras conceituais, negociar a convivência no espectro eletromagnético e pensar a transmissão como uma constante renovação ética-estética. E dessa existência depende também o próprio Rizoma – já que este se entende somente como mais um espaço aberto, uma raiz sem início, fim e hierarquias...

Apesar desse roteiro minimalista, o Rizoma também não pode evitar de definir subjetivações na sua inscrição de um legítimo fazer-rádio. Porém, ao invés de mobilizar um ator ou atriz essencial – e a comunidade muitas vezes tende a ser assim – antes de tudo coloca a ênfase na associação de indivíduos em coletivos humanos que, dessa forma, multiplicam o seu direito a expressar-se livremente.

---

131 Entrevista Carlos Rocha, Fórum Democracia na Comunicação (FDC) (19.03.2011).

132 As citações são de diferentes publicações e entrevistas de ABRAÇO Nacional, ABRAÇO São Paulo e a AMARC Brasil.

133 Isso é demonstrado na ausência de um catálogo de normas sobre a organização de uma rádio livre. Apenas existem algumas normas negativas, um consenso mínimo de coisas vetadas na prática radiofônica, como por exemplo lucrar ou defender ideias racistas.

134 Entrevistas Thiago Novaes, Rizoma (10.03.2011).

Esta visão choca frontalmente com os roteiros estatal e da ABRAÇO, que definem como sujeito legítimo exclusivamente a “comunidade de um bairro e/ou vila” (Lei 9.612, Art 1º, § 2º). A “comunidade” do roteiro legal se inscreve geograficamente e não pela própria vontade. E mesmo se for implicada uma certa autodeterminação, o seu reconhecimento oficial se limita aos cidadãos locais (ver. Ebd. Art.2º, § 3º), ou seja, são sujeitos considerados legítimos apenas enquanto estejam inscritos pelo Estado nacional. No lado dos inscrites comunitários, a AMARC-Brasil apresenta uma posição intermediária: define o sujeito da radiodifusão comunitária no nível coletivo, mas evita uma visão primordial da comunidade, já que ela pode ser feita (e desfeita) por interesses e um auto-reconhecimento que ultrapassa o “gueto legal”. Ela questiona a visão jurídica que não concede os mesmos direitos fundamentais e humanos à população inteira, mas apenas ao *in group* definido pelo registro nacional (RN). Fica evidente que alguns roteiros procuram liberar o sujeito legítimo do reconhecimento dos poderes estatais, enquanto outros insistem nesse ponto obrigatório de passagem. Sejam quais forem os motivos dessa última postura legalista, o seu efeito prático é, por um lado, que estabiliza o dispositivo dominante da radiodifusão brasileira e, pelo outro, que fortalece o papel central do suposto juiz oficial da legitimidade, o Ministério de Comunicação, e aquele da associação das rádios comunitárias que proclama a exclusiva representatividade dessa mídia, a ABRAÇO.

Além dessas diferenças, os roteiros compartilham a característica de não definirem um único sujeito legitimador – até o estatista mais “fanático” não consegue falar de rádio comunitária sem mencionar ao menos uma comunidade. Ao mesmo tempo, em todos os casos esta distribuição de *agency* do *summum bonum midiático* acontece num nível bem abstrato e, com a exceção da regulamentação estatal (normas, sanções, etc.), também não são detalhadas diferentes atores e atrizes e as suas mediações específicas – sobretudo em relação à transmissão de um sinal (nosso critério chave). Porém, isso não significa que os roteiros não falam nada a respeito das condições de transmitir. Cada um inscreve diferentes ensamblagens de entidades (aqui no sentido conceitual da ANT) que reforçam a legitimidade de uma rádio: é um encontro tanto de atores e atrizes tangíveis e intangíveis, *human@s* e *não-human@s* – que muitas vezes encontram-se em estados híbridos.

Já mencionamos mais acima a “participação” como premissa amplamente compartilhada para se fazer rádio livre ou comunitária. Esta reivindicação choca frontalmente com uma das categorias centrais da radiodifusão, o *público*. Aquele é um termo muitas vezes usado para criticar a mídia massiva comercial onde o *ouvinte*, por definição, tem sua voz roubada (ver SANTORO, 1981, p.9). Não surpreende, então, que alguns roteiros procurem mobilizar esta entidade dispersa. A AMARC-Brasil define “@ ouvinte” dentro da comunidade de interesse que organiza uma rádio, de modo que el@ vira não somente um@ potencial locutor@, mas também um@ legitim@ regulador@ “para autogestionar o seu meio de co-



municação”<sup>135</sup>. A ABRAÇO e o Rizoma são menos enfáticos: a primeira acha que os ouvintes podem ter um papel ativo pontual para “reconquistar a sua rádio”, ou seja, se apoderar da emissora quando a sua equipe não atua em prol do interesse da comunidade, enquanto nas rádios livres eles “se reconhecem e reclamam como defensores da rádio quando a sua existência está em perigo”<sup>136</sup>. A defesa da rádio é mais que um fim em si mesmo, “é um momento em que os ouvintes fazem uma experiência e uma reflexão sobre a sua própria capacidade” (ebd.). Aparece nestes três roteiros um modelo dialógico de fazer rádio que, como consequência, tende sempre a ampliar o círculo de sujeitos legitimadores.

Quem não entra no choro é o roteiro oficial: a lei não menciona o público ou ouvintes individuais. Eles permanecem uma agência passiva, receptores de *um* serviço de radiodifusão de cobertura restrita, um canal *só* em *um* território limitado. Dessa forma fica excluída a multiplicação de emissoras, o que se torna pensável justamente quando a radiodifusão é legitimada pelo interesse de uma comunidade ou a capacidade dos ouvintes individuais em se expressar livremente. Enquanto a AMARC-Brasil e o Rizoma não limitam esta dinâmica, a postura da ABRAÇO é mais parecida com o roteiro oficial: acha legítimo “três canais comunitários em cada bairro”<sup>137</sup>. Aqui são traduzidas interpretações diferentes da premissa da diversidade: enquanto a ABRAÇO (e a lei) restringe (m) esta reivindicação a um número finito e dentro da(s) rádio(s), os demais inscritesores criticam esta fórmula estática como ilegítima e abrem caminho a uma argumentação pós-universal.

Porém, esta postulação a favor da diversidade não significa conceder um *vale tudo*. Pelo contrário, é possível reconstruir ensablagens de atores e atrizes que guiam tanto os roteiros mais restritos como as inscrições dinâmicas - seja ao nível da criação do sinal, seja em relação a outr@s atores e atrizes sociais. Falando primeiro do fazer-rádio, repete-se no caso dos roteiros comunitários o gesto normativo. Porém, compartilham o estilo do Rizoma de definir certos *no-gos*. Tal como a lei, os inscritesores se comprometem com a “não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias” (Lei 9.612, Art 3º IV). O que varia é a ênfase que se expressa no nível da operacionalização deste tipo de catálogo<sup>138</sup>.

Fica mais interessante, então, procurar onde se inscreve o dissenso. Ao contrário dos roteiros de rádios comunitárias, o Rizoma proclama o direito de não ter que abrir os seus microfones a qualquer ator ou atriz, personalizad@s nas entrevistas de políticos locais, pastores ou *A Voz do Brasil*. Onde os outros inscritesores optam por equilibrar as diferentes vozes (da comunidade), por seu caráter de livre associação as rádios livres se concedem o direito de selecionar mais ativamente

---

135 Entrevista João Malerba, AMARC Brasil (19.05.2010).

136 Entrevista José Sôter, ABRAÇO Nacional (13.05.2010). Entrevista Rafael Diniz, Rizoma (10.03.2010).

137 Entrevista Joaquim Carvalho, ABRAÇO Nacional (10.05.2010).

138 Enquanto na AMARC-Brasil se organiza, por exemplo, uma Rede de Mulheres autônoma para enfrentar a discriminação de gênero, a ABRAÇO cumpre o seu compromisso com a quota de mulheres somente no papel. Entrevista Livia Duarte, Pulsar Brasil (02.03.2010).

que expressões e posturas políticas e culturais vão ao ar, – não no sentido de uma censura prévia, mas por procurar uma participação direta e se despreocupar de questões representativas. Os critérios são discutidos coletivamente entre todos os participantes da rádio *ex post*, ou seja, a legitimidade da comunicação em uma rádio é construída ou desconstruída empiricamente na prática, e não pela adesão verbal a uma certa premissa.

Outra atriz está na origem de duas linhas legitimadoras ainda mais opostas: o uso ou o rechaço da publicidade. O Rizoma exclui a transmissão de publicidade nos programas radiofônicos. O roteiro legal permite somente “apoios culturais” (patrocínios de programas) e proíbe explicitamente *spots* publicitários (Art.18), deslegitimando qualquer rádio que os transmite. Porém, enquanto a ANATEL justifica a proibição principalmente pelo argumento de “que criará um impacto negativo para rádios comerciais locais”<sup>139</sup>, o Rizoma acha eticamente incompatível estimular a venda de produtos numa emissora livre. Em outra linha, a AMARC-Brasil e a ABRAÇO defendem o uso controlado da publicidade com o argumento de que as rádios comunitárias precisam subsistir de alguma forma já que, no Brasil, não existe um apoio financeiro à radiodifusão comunitária como em outros países (ver. BROCK et. al. 2012). A AMARC-Brasil pontualiza: proibir a publicidade deixa as rádios num estado vulnerável e as entrega à influência de patrões, como políticos ou empresas<sup>140</sup>. Por isso, justificam a transmissão de publicidade sempre quando é para garantir a produção de um sinal e não para lucrar. Como gastos específicos da produção radiofônica, nas entrevistas foram mencionados entre outros: a conta de luz, aluguel, serviços de manutenção, equipamentos e às vezes também salários<sup>141</sup>.

Esta lista de recursos parece ser quase essencial. Porém, revisando bem estas entidades, aparecem de novo importantes controvérsias. Começando com os equipamentos, a lei exige que todos os artefatos usados para transmitir sejam “homologados ou certificados pelo Poder Concedente” e pré-sintonizada numa frequência só (Lei 9.612/98 Art.14). Enquanto o roteiro oficial assim inscreve um ator não-humano legitimador, os representantes das rádios comunitárias se limitam a críticas gerais das restrições legais, mas não evocam uma agência alternativa nesse ponto, já que “são os humanos que fazem rádio, não a tecnologia”<sup>142</sup>. E quando se fala do uso democrático da tecnologia, as reflexões centram-se nos aparatos presentes nas mesas dos estúdios: console, computador e microfone. É interessante que são justamente estas as entidades que, para o Rizoma, figuram como os elementos menos valorizados já que, segundo ele, “as três coisas mais importantes são o transmissor, a antena e o cabo que liga os dois”<sup>143</sup>. É notável também a grande preocupação com as condições de produção (na maioria dos casos em cooperação com algum engenheiro independente) e manutenção dessas entidades na ensam-

139 Entrevista com Vanessa Gomes, ANATEL (21.03.2011).

140 Entrevista com João Malerba, AMARC Brasil (19.05.2010).

141 Na entrevista Tais Ladeira da AMARC-Brasil pontualiza: “Não existe militância sem recursos.” (12.05.2010).

142 ebd.

143 Entrevistas Rafael Diniz, Rizoma (10.03.2010).

blagem radiofônica. Sem dúvida, quem se destaca é o transmissor que, dentro das narrativas, obtém quase o estado de uma estrela *underground* que “viaja”, “se esconde”, “tá bombando,” ou “foi levado pela polícia”.

Já que todas as entidades não-humanas são perdíveis – seja por serem lacradas, roubadas ou quebradas – todos os roteiros recomendam medidas para garantir uma constante imagem legitimadora. A lei exige das emissoras trabalharem de forma profissional e procurarem aperfeiçoar-se (L *ei* 9.612/98 Art. 3º IV, Art. 4º II). AMARC e a ABRAÇO também valorizam a qualidade técnica, mas advertem que isso poderia levar à criação não desejada do papel de especialistas dentro das rádios. Para evitar isso, é considerado decisivo “que se estabeleçam normas qualitativas nas rádios que impliquem uma formação política prévia dos seus comunicadores”<sup>144</sup> – é mais uma dica autoreferencial, porque quem a organiza são os inscrites. E dentro desses ensinamentos, reaparece uma outorga que, supostamente, tanto reforça o profissionalismo como reduz os riscos de perda: se recomenda procurar o reconhecimento de uma outorga tal como previsto na lei (mesmo se, na visão da AMARC-Brasil, carece de legitimidade). Isso levanta a questão de como o Rizoma consegue estabelecer o sinal sem ter que afirmar esta contestada atriz não-humana, tornando manejável a ameaça latente de todas as rádios livres serem lacradas. Esta pergunta também é interessante para as rádios comunitárias que transmitem sem outorga, já que as associações de rádios comunitárias se comprometem a denunciar casos de fechamento e, dentro do possível, prestar ajuda legal, mas carecem de uma resposta prática<sup>145</sup>. É aqui que o Rizoma propõem um certo antiprofissionalismo profissional: incentivam que todo mundo faça de tudo um pouco nas rádios, evitando assim a fixação de papéis especializados (ex. locutor@, técnico@), são contra o pagamento de atores e atrizes human@s, e defendem uma visão *low-tech* e flexível de criação do sinal radiofônico, o que reduz os custos e as habilidades técnicas necessárias. Conseguem fazer rádio de diferentes formas, com diferentes entidades, sempre procurando soluções econômicas e simples que permitem voltar a transmitir o mais rápido possível no caso de se perder tudo. Dentro dessa visão, também o inscrito uso de software livre nas rádios ganha outra justificativa, para além da dimensão ética de sempre compartilhar e criar juntos ao invés de pagar por produtos.

Do já apresentado podem ser deduzidas algumas posturas. Por exemplo, é possível antecipar a desejada conquista das instituições estatais pelo movimento das rádios comunitárias, e uma postura autônoma das rádios livres, interessadas numa reconfiguração mais ampla do dispositivo legitimador atual<sup>146</sup>. Tam-

---

144 Entrevistas João Malerba, AMARC Brasil (19.05.2010).

145 Esta observação se refere às práticas visíveis. Também documentei o caso de uma associação radiofônica regional que tinha estabelecido um certo “sistema de alerta precoce” para os seus sócios, capaz de advertir a chegada da Polícia Federal e da ANATEL um dia antes do fechamento programado de uma estação sem outorga.

146 No caso da ABRAÇO, esta reivindicação se concretiza na antiga proposta de criar um Subsecretariado da Radiodifusão Comunitária no (agora extinto) Ministério das Comunicações. No seu lado, a AMARC-Brasil propõe a criação de conselhos cidadãos e a participação cidadã nos processos de regulamentação e legislação. Frente a isso, o Rizoma debate os limites da autonomia, ou seja, sob quais condições é legítimo uma cooperação estratégica com o Estado.

bém é previsível que as rádios comunitárias se projetem numa relação mais instrumental ou orgânica com outros movimentos sociais, enquanto as rádios livres valorizam mais o experimento comum de criar espaços midiáticos por consenso e debates do que apoiar um movimento social com grande impacto nas estruturas de decisão verticalizadas.

Entre todas estas relações, me dedicarei aqui exclusivamente a uma das relações mais debatidas: o uso de frequências de rádio ou, visto de uma maneira mais ampla, o espectro eletromagnético. O marco legal apresenta o espectro como um recurso limitado que precisa ser estritamente regulado por um plano nacional de frequências da ANATEL, já que um uso não-controlado supostamente causaria interferências. Esta visão apoia-se nas recomendações da União Internacional de Telecomunicação (ITU) para garantir o uso desse bem público sem interferências. Dentro dessa visão, qualquer emissão sem outorga se deslegitima automaticamente como uma “interferência indesejável” (ver. Lei 9.612/98, Cap. 2, Art. 8, Abs. III, IV.) Dessa forma, se constrói uma argumentação aparentemente técnica e neutra, que traduz evidências físicas em normas legais – uma perfeita caixa preta?

Nem tanto, porque “tecnicamente falando” o espectro em geral não é escasso (ver. WEINBERGER 2003). Além disso, nas faixas usadas pelo rádio em muitas regiões do Brasil sobra espaço, como afirma a própria ANATEL. Por outro lado, é um fato que qualquer rádio cria certas interferências – atribuir elas somente às “rádios piratas”<sup>147</sup> sem outorga é um argumento político, não técnico (ver. HORVITZ, 2005). São estes argumentos que colocam em dúvida, aos olhos da AMARC-Brasil, que o Estado esteja traduzindo adequadamente este recurso público já que “a sua administração deveria se basear numa constante análise e avaliação”<sup>148</sup>. A ABRAÇO argumenta que, no caso de não cumprir esta premissa, “a população civil tem o direito legítimo de lutar por outro esquema”<sup>149</sup>, ideia sustentada também por Rizoma.

Chama a atenção que esta declaração aberta de guerra não se traduz numa ampla redefinição do espectro, pelo menos não no roteiro da ABRAÇO. Como mencionado antes, a proposta é multiplicar a política de um canal único de rádio comunitária por três. Os demais inscriteiros perseguem metas mais ambiciosas, ligadas ao mesmo tempo a redefinições do ator espectral. O que compartilham, porém, é o gesto de redistribuir o seu legítimo uso. A AMARC-Brasil fala das frequências como um “patrimônio cultural da humanidade” e, como marco legal nacional, propõe a sua tripartição por partes iguais num setor público, estatal e comunitário, seguindo o modelo estabelecido na Argentina<sup>150</sup>. O problema é que esta ideia se choca com a visão de outra atriz poderosa, a Constituição Brasileira, que define uma complementaridade radiofônica formada pelos setores privado, público e estatal (Art. 223). Frente a este dilema, o Rizoma define uma proposta

147 Termo usado por Vanessa Gomes, (ANATEL), como conceito abrangente e estigmatizador para qualquer rádio que transmite sem outorga (21.03.2011).

148 Entrevista Sofia Hammoe, AMARC Brasil (11.05.2010).

149 Entrevista José Sôter, ABRAÇO Nacional (13.05.2010).

150 Entrevista Sofia Hammoe, AMARC Brasil (11.05.2010).

mais pragmática, que consiste em subdividir a esfera pública em dois, a primeira de caráter pública regulada pelo Estado, e a segunda chamada “aberta” ou “livre”, autorregulada por coletivos radiofônicos sem fins lucrativos<sup>151</sup>. Esta proposta de um “espectro aberto” tira parcialmente o papel do “juiz legitimador” das mãos do Estado, e insiste em que o consenso do uso deveria ser estabelecido em relação às diferentes condições e demandas da população e às suas vozes individuais e coletivas. Dessa forma, muda também a configuração social do espectro: o bem público (administrado pelo Estado para o bem de tod@s) transforma-se, nessa inscrição, num bem comum<sup>152</sup>. Visibiliza-se o grande potencial do ator espectral para reformular as relações de legitimidade dentro dos roteiros radiofônicos. Porém, na prática até agora pouco mudou.

Para entender como se pode tirar a força desta resistência do *status quo*, é fundamental revisar a ainda não mencionada dimensão do nosso conceito de legitimidade – que serve ao mesmo tempo como conclusão dessa secção. Lembramos “que a legitimidade sempre e somente foi prestada quando alguém a reivindicou [...] - e que pode ser perdida” (RAMMSTEDT, 1976, p.119). Então, é necessário que se responda à pergunta de quem pode exigir legitimidade de uma rádio ou não. O roteiro oficial impõe-se nesse debate com a postura de que não existe uma forma de fazer rádio comunitária legítima fora da lei. Os demais inscritores, por sua vez, se esforçam em demonstrar que existem fontes extralegais e, paralelamente, colocam em dúvida o papel central que o Estado se outorga.

A aqui realizada documentação dos roteiros não-estatais demonstra que eles contam com argumentos muito convincentes, enquanto o Estado não explica ou justifica grande partes das normas impostas. Estas acabam se tornando letra morta. Porém, o dispositivo legal mantém-se intacto e com ele os seus macro-atores, seja por terem em mãos o monopólio da violência e regulamentação (Estado), seja pelo respaldo de uma cômoda narrativa da mídia comercial, apoiada no fato de que a norma faz parte de um imaginário mais conhecido sobre o rádio. Ele não precisa enfrentar críticas com a mesma intensidade, e por isso não precisa ganhar a competição argumentativa com os roteiros. Por outro lado, o *status quo* também não consegue impor o seu conceito em 100% no território brasileiro, o que significa que sim, na prática o roteiro oficial é desafiado com sucesso milhares de vezes. Na sessão seguinte vamos revisar como isso acontece...

#### 4. Colocando em prática os quatro roteiros

Durante uma longa pesquisa de campo (2010-2011), tive a oportunidade de visitar mais de 50 rádios comunitárias e livres no Brasil<sup>153</sup>. É pouco em relação

151 É importante sublinhar que estes conceitos e propostas se referem ao estado do debate entre 2010 e 2011 que, desde então, foi se modificando bastante (ver BELISÁRIO, 2015).

152 Sobre o espectro como bem comum, ver WERBACH (2004, p.68).

153 Além de observações e entrevistas exploratórias, terminei realizando entrevistas etnográficas com integrantes de 17 rádios entre o mês de fevereiro de 2010 e junho 2011: Rádio Muda (Campinas - SP), Rádio Várzea (São Paulo - SP), Rádio Santa Marta (Rio de Janeiro - RJ), Rádio Heliópolis (São Paulo - SP), Rádio Interferência (Rio de Janeiro - RJ), Rádio Pulga (Rio de Janeiro - RJ), Rádio Luta (Campinas - SP), Rádio Annésia (Olinda - PN), Rádio Comunidade (Nova Friburgo - RJ), Rádio Independência (Independência - CE),

ao grande número de emissoras que existem, porém me possibilitou visibilizar algumas estratégias particulares e usos concretos dos roteiros. Mais uma vez foram propostas as perguntas centrais da pesquisa dentro dos diferentes coletivos radiofônicos: como as rádios resistem ou afirmam a implementação forçada do roteiro oficial e por que não se articula um movimento contestador com um maior impacto em direção a uma reforma agrária no ar?

Cada rádio conta com uma história singular, e por isso parece inoportuno estabelecer uma ordem rígida das coisas ao nível da observação. Porém, partindo das situações concretas das rádios, é pelo menos possível diferenciar quatro grupos de emissoras que compartilham características decisivas em comum. Quando elas se identificam como “livres”, distingo as emissoras que estão (1) dentro e (2) fora dos campus universitários. No caso das comunitárias, analiso juntas as que (3) têm e as que (4) não têm outorga. Para criar certa comparabilidade entre elas tendo em vista a pergunta da pesquisa, vamos revisar como elas realizam (ou modificam) as ensamblagens dos inscriteiros ao nível dos atores e atrizes, das estratégias para estabelecer um sinal legítimo e do *summum bonum*.

(1) Já no início do texto foi mencionada a rádio livre *Xilik*, que nasceu dentro de uma universidade. Isto não é uma coincidência, pois no curso dos anos seguiram emergindo emissoras dentro dos campus, entre elas as aqui documentadas Rádio Pulga (URFJ), Rádio Muda (UNICAMP) e Rádio Várzea (USP), que surgiram entre os anos 80 e 2003. As três, antes de tudo, precisam operacionalizar aquele espaço pós-midiático, ou seja, criar um ambiente aberto onde portador@s de direitos individuais renegociam constantemente a criação coletiva de um sinal. A sua resposta é a mesma. Como atriz coletiva principal, colocam uma *reunião semanal* entre tod@s @s participantes. Sem dúvida, existem reuniões em outras emissoras também. Mas o que torna tão central esta atriz é o fato de que, na ausência de regras escritas, o roteiro legitimador de cada rádio se completa e renova aí<sup>154</sup>. É também onde se estrutura a participação no tempo, já que duas vezes por ano se organizam “reuniões de grade” onde, por consenso, se decide o horário dos programas.

Ao mesmo tempo acontece também uma importante modificação no roteiro do Rizoma, já que as três emissoras mobilizam como segunda entidade coletiva comunidades específicas. Trata-se por um lado da “comunidade acadêmica”, incluindo estudantes e professor@s que, com seu apoio, legitimam a existência da rádio no campus. Pelo outro lado, as rádios fazem referência a uma comunidade geográfica mais ampla, “os moradores dos bairros ao redor das universidades”. Sua presença é desejada nas rádios como um “plus” legitimador, porque “isso contradiz o argumento de que as rádios livres são somente um fenômeno da classe média”.

---

Rádio Mulher (Palmeiras - PN), Rádio Gazeta News (Mairinque - SP), Rádio Novos Rumos (Queimados - RJ), Rádio Cantareira (São Paulo - SP), Canal Mais (Bauru - SP), Rádio União (Campinas - SP), Rádio Sky (Campinas - SP). Levando em conta que parte dessas emissoras são perseguidas legalmente, decidi tornar anônimas todas as entrevistas.

154 O uso de listas de e-mail, SMS, etc. nas entrevistas foi descrito como “instrumental” para garantir a participação na reunião e não para ampliar este espaço virtualmente.

Enquanto compartilham esta mobilização de comunidades, as rádios divergem sobre o papel legitimador dos não humanos. Não é que se coloque em dúvida o papel ativo do transmissor mas, mesmo que o uso de software livre e um estúdio “caseiro” (que exige dos humanos constantes bricolagens formativas) permaneça um desejo, tanto a Rádio Várzea como a Rádio Pulga admitem não poder garantir isto sempre, e por isso preferem não colocar estes atores na narrativa legitimadora. Apontam como motivo para a Rádio Muda insistir mais nos não-humanos o fato de o número de estudantes de Ciências da Computação ser mais alto nela. Esta colaboração ameaça também uma outra fonte legitimadora, a suposta não-discriminação. Mulheres participando na Rádio Muda problematizaram uma ligação masculina-tecnológica constante, que impacta às vezes negativamente a equidade de gênero no dia a dia.

Além dessas modificações em constante debate, as rádios precisam também pensar em sua legitimação prática frente à criminalização estatal. Podem ser diferenciadas três estratégias específicas. A primeira, *no ar*, consiste em “evitar confrontações desnecessárias com outras rádios”. Na maioria dos casos são rádios comerciais que denunciam as emissoras sem outorga, por isso estas procuram uma certa distancia no *dial* para evitar interferências. Também se faz uma reflexão sobre a situação do sinal. A Rádio Várzea pontualiza: “para que querer uma mega potencia [de sinal]? Queremos que os ouvintes participem e, no melhor dos casos, [possam] chegar na rádio caminhando”. Falando *do chão*, o que estabiliza bastante as rádios nas universidades é o estado de autonomia das últimas. A entrada da Polícia Federal e da ANATEL tem que ser anunciada e combinada com a reitoria. Por isso, manter uma boa relação e demonstrar, na prática, que “a rádio contribui com a liberdade da expressão” se torna primordial. Além disso, como as três rádios organizam os seus estúdios em espaços ocupados (salas, caixa de água), os coletivos precisam sempre justificar o seu uso frente aos interesses de outros atores e atrizes. As ensablagens desses *estúdios* respeitam, na sua estabilização, quase na íntegra o roteiro do Rizoma: nada de publicidade, nada de pagamentos e nada de cooperação com o Estado. O “quase” vem da hipotética legitimação do uso indireto de dinheiro público na Rádio Pulga: “achamos razoável aceitar uma doação, já que tem que aproveitar os impostos pagos de alguma forma. Porém, isso deveria ser mediado por alguém, já que a rádio não pode receber dinheiro do Estado diretamente”.

Todas estas mobilizações refletem-se também na reformulação do *sum-mum bonum*. As rádios propõem, nas palavras da Rádio Várzea, “criar um espaço dialógico, não-espetacular”. Este espaço existe tanto no ar como no chão e os seus limites e dinâmicas são variáveis. A rádio deveria ser, segundo os coletivos, “um espaço de encontro”, uma atriz que “apoia processos de autogestão dentro e fora da universidade”, “garante o direito a fazer festa”, “estimula um uso social inclusive da tecnologia e renova nossa maneira de comunicar”, “permite experimentos e inovações radiofônicas” e, finalmente, “permite ser reproduzida por outros em outros lugares.”

Aparece nessa operacionalização do roteiro do Rizoma uma mediação radiofônica que procura a sua legitimidade tanto num processo de “auto-realização e conscientização individual e coletiva” como na “mudança das relações de força nas universidades e em geral”. Não pretende manter ligações incondicionais ou orgânicas com macro-atores como “os movimentos sociais”, mas apenas cooperações pontuais. Também não pretende em nenhum momento se adequar ao marco regulador da radiodifusão existente, e sim procurar sua legitimidade numa situação social. Porém, a insistência em ser “reproduzível” em outros lugares indica também a intenção de se legitimar criando um *móvel imutável*<sup>155</sup>, ou seja, um conceito capaz de viajar. A prova empírica disso seria a existência de rádios livres fora das universidades, que se consideram como “filhas ideológicas”.

(2) Uma dessas filhas se chama Rádio Amnésia, e nasceu nos anos 2006/2007 como fruto de uma gira do coletivo Nordeste Livre e algumas rádios livres. O que era previsto como “ocupação temporal das frequências” se tornou permanente, quando o *Ponto de Cultura Coco de Umbigada* de Olinda pediu para “deixar o transmissor para sempre”. Outra filha nasceu no ano 2009, na fábrica ocupada Flaskô, localizada na cidade industrial de Sumaré no interior de São Paulo. Interessada em difundir melhor esta iniciativa de economia solidária, os trabalhadores procuraram a ajuda da Rádio Muda e depois da Rádio Várzea para fundar uma emissora própria, a *Rádio Luta*.

Porém, ouvindo as falas desses radialistas fica claro rapidamente que não se trata de uma “relação paternalista”. A Rádio Amnésia insiste que “nossas experiências são muito importantes para o movimento porque somente aqui, dentro de uma comunidade, uma rádio livre se realiza 110 por cento”. Nas entrevistas, a Rádio Luta chamou a si própria também de “rádio livre operária” ou “rádio livre comunitária”. Aparece de novo, então, uma comunidade singular como legitimadora na realização do roteiro. No caso da primeira emissora, esta é a “comunidade afro-brasileira” de Olinda no geral e o *terreiro da mãe de santo Beth de Oxum* em particular. A rádio faz parte de um universo cultural e religioso mais amplo “e se legitima quando reforça o seu caráter relacional onde tudo influencia tudo”. Esta descrição cria um vínculo territorial mas, ao mesmo tempo, faz referência a uma rede afro-brasileiro sem limites fixos. De um modo bem parecido a Rádio Luta se relaciona com o movimento das fábricas ocupadas: atua como “porta voz e multiplicador da fábrica Flaskô”, mas pretende mediar e comunicar também com as comunidades de outras fábricas ocupadas.

A *reunião*, a segunda entidade coletiva que definiu as rádios livres nas universidades, também se mobiliza fora dos campus – embora compita com outros atores e atrizes. A Rádio Amnésia é legitimada também pelo centro cultural onde é localizado. O *Coco de Umbigada* é uma associação formalizada e reconhecida que garante para a rádio um certo peso institucional, mas também pode influenciar negativamente na tomada aberta de decisões. A fundadora e representante da *Coco de Umbigada* é a Mãe Beth, que ajuda a legitimar a rádio através da

---

155 Ver LATOUR (1986).



sua autoridade cultural e religiosa mas, ao mesmo tempo, se destaca enquanto atriz individual. Por outro lado, é difícil que alguma autoridade do Estado possa colocar em xeque a sua legitimidade. Isso é diferente na Flaskô: lá também existe uma segunda entidade além da reunião semanal, que é o *comitê de mobilização*. Porém, este é legitimado por uma eleição anual. Os seus membros são liberados das tarefas de produção da fábrica para se encarregar de outras, entre elas manter a rádio no ar. Na prática, isso cria a seguinte cadeia legitimadora: uma pessoa assume a responsabilidade de manter ligado o transmissor e estimula uma ampla participação d@s demais trabalhador@s e das suas famílias.

Das situações singulares de ambas as rádios surgem também diferentes mobilizações dos não-humanos. O organizador da Rádio Luta tem o problema de que, pelas longas horas de trabalho na fábrica e a situação de relativo isolamento da rádio, a participação *ao vivo* é bem baixa. Como ele também não pode garantir mais do que umas 4 horas de presença, todos os dias uma *playlist* (software proprietário) vira o “DJ Random”, e reproduz automaticamente músicas e programas de rádio (ex: entrevistas). Esta prática, que interpreta a tecnologia como mera ferramenta, se legitima porque manter um sinal constante significa “que tá viva a luta dos trabalhadores”. Frente a este uso instrumental, na Rádio Amnésia acontece uma “complexa apropriação” na qual “todos os envolvidos, inclusive a tecnologia, se agrupam ao redor da matriz africana, a nossa raiz”. Os atores e as atrizes se complementam dentro de um conceito de ancestralidade que mobiliza uma configuração da tecnologia que libera este conceito da sua conotação moderna e, ao mesmo tempo, o projeta retrospectivamente. O som dos tambores, por exemplo, é considerado um “software livre ancestral” - o que na conclusão inversa exige da radiodifusão livre que se ocupe de um diálogo constante com não-humanos legítimos.

Olhando agora como ambas as rádios estabilizam um sinal constante, surgem duas ensablagens bem diferentes. Falando primeiro *do ar*, a Rádio Amnésia reproduz o modelo de evitar conflitos que conhecemos no campus: ficar longe das frequências das rádios comerciais e aquelas usadas pela aviação. Porém, a emissora exclui se adequar à potência definida no roteiro legal (25 Watts), “já que um grande tambor chega mais longe que isso”. Argumentam que a potência deveria se definir em diálogo com a comunidade. Não é assim na Rádio Luta, onde se insiste em “transmitir com a maior potência possível”. Trata-se da clássica premissa difusionista, que já conhecemos na Rádio Sociedade (ver acima), só que nesse caso se justifica com o argumento de “reforçar ao máximo a luta operária”.

Essa última postura expressa uma certa despreocupação com a possibilidade de ser fechada em algum momento. A rádio está situada numa fábrica ocupada e com acesso restrito, então o preço político para lacrar a emissora é muito alto – significaria enfrentar potencialmente tod@s @s trabalhador@s da fábrica (e tem turno de noite). Em Olinda “o seguro de vida” *no chão* é outro. Reside na autoridade da Mãe Beth e nos tambores: o seu som alertaria a comunidade afro-brasileira no caso de algum problema.

Para *estabilizar os estúdios*, ambas as rádios são fiéis ao roteiro do Rizoma no ponto de não colocar publicidade nas suas programações. A Rádio Luta, porém, desafia o princípio da organização voluntária de uma rádio livre, já que o coordenador é pago indiretamente (liberado do trabalho produtivo da fábrica para se dedicar à rádio). A Rádio Amnésia, por sua vez, desafia a premissa da “autonomia” porque recebe recursos públicos no marco do programa Ponto de Cultura, uma prática que se apresenta como legítima “já que não influi sobre a forma de fazer nosso trabalho e nossos conteúdos”. Além dessas modificações, ambas emissoras seguem as práticas comuns de realizar festas de apoio e venda de materiais (ou serviços) gráficos ou midiáticos para sustentar o funcionamento do estúdio junto com as suas comunidades – uma razão a mais para demonstrar constantemente a sua contribuição nela.

A Rádio Amnésia define a sua maior contribuição como sendo difundir e criar um diálogo em torno da “música negra pernambucana e da cultura de nosso Candomblé”. Este interesse de revalorizar a cultura negra também pode ser lido como uma reivindicação política e se liga às lutas políticas concretas. “Denunciamos também a perseguição e estigmatização da nossa cultura que, durante muito tempo, foi forçada a expressar-se clandestinamente”<sup>156</sup>. Este empoderamento encontra o seu símile na defesa da “luta operária”, igualmente “vítima de mentiras”. A Rádio Luta narra continuamente a história do movimento e comenta acontecimentos atuais “deformados ou ignorados pela grande mídia”.

Sem dúvida, ambas as rádios mobilizam e modificam com sucesso o roteiro do Rizoma. Demonstram como o conceito de “rádio livre” pode ser reinterpretado e apropriado numa situação específica, se pensamos por exemplo na relação muito forte – se poderia dizer orgânica – que se cria com comunidades específicas. Isso faz surgir uma série de perguntas. Se as mediações se tornam exclusivas e colocam elementos essenciais (a cosmovisão do Candomblé) no centro da sua legitimidade radiofônica, ou então a associam a um objetivo particular (potencializar a luta operária), isso dá à rádio um caráter instrumental? Não quero dizer que isso deslegitime as rádios, mas as desloca em relação à inscrição ampla do roteiro do Rizoma, que se apresenta muitas vezes como um móvel imutável. Será que a realização do roteiro da rádio livre sempre traz consigo uma dimensão normativa? Se for assim, deveriam compartilhar pelo menos algumas práticas das rádios comunitárias sem outorga. Vamos ver...

(3) As rádios comunitárias sem outorga formam o grupo mais heterogêneo dos aqui distinguidos. Incluem: a Rádio Canal Mais, fundada no ano 1998 no Parque Jaraguá, “uma favela com aproximadamente 28.000 habitantes” localizada na periferia da cidade de Bauru, no interior de São Paulo; a Rádio Santa Marta, que transmitia de 2010 a 2011 numa das primeiras favelas cariocas “pacificadas” e que queria “assegurar que a comunidade seja levada em conta” como atriz social; a Rádio Sky, que surgiu no ano 2000, primeiro como um “passa tempo” individual

156 Um exemplo é o conflito atual com certas igrejas evangélicas, narrado pela Rádio Amnésia: “os Orixás são chamados diabos numa rádio evangélica por um pastor radical. Ele proíbe às crianças terem qualquer contato. Absurdo, não é?”

de um trabalhador metalúrgico num bairro periférico de Campinas, para depois virar um projeto empresarial-religioso; a Rádio União, fundada por um pastor evangélico em 2004 perto do aeroporto Viracopos; e finalmente a Rádio Mulher, uma iniciativa radiofônica que, desde o ano 1999, produz um sinal sem contar com uma emissora própria na cidade litorânea de Cabo de Santo Agostinho, na região de Mata Sul do interior de Pernambuco.

Por terem fins lucrativos e proselitismo religioso, duas dessas rádios estão em aberta contradição com todas as inscrições de radiodifusão comunitária. Porém, juntos com Canal Mais, são associadas reconhecidas da ABRAÇO, a qual justifica esta relação com o argumento de que “ninguém é perfeito. Não podemos deixar estas rádios sozinhas, devemos acompanhá-las no seu caminho como rádio”<sup>157</sup>. Por enquanto a AMARC-Brasil acompanha as mediações da Rádio Mulher e da Rádio Santa Marta, as quais, como veremos, também não cumprem 100 por cento com as suas normas inscritas.

Para além de todas as suas diferenças, as emissoras aqui reunidas mobilizam os mesmos três atores e atrizes coletiv@s. Aparece pela primeira vez nas mobilizações a categoria “ouvinte”, usada com ênfase sobretudo pelas rádios União e Sky. Esta última explica esta relação privilegiada assim: “nossos programas são para todos, sejam evangélicos ou não. Porque a nossa mensagem é a alegria”. Esta visão coincide em grande parte com a *comunidade* entendida de forma territorial, que é muito presente nas mediações do Canal Mais e da Rádio Santa Marta que se descrevem como meios de comunicação dos “moradores da favela” ou da “classe baixa”. Dentro destas duas categorias são especificados e mobilizados ainda outros atores e atrizes, que se constituem como comunidades de interesse: “as mulheres de nossa região” é a ampla categoria que legitima as mediações da Rádio Mulher, e também são mencionados artistas locais, microempresários locais, movimentos sociais – inclusive os grupos evangélicos - ou escolas.

Até aqui as mobilizações vão relativamente juntas e perto das inscrições comunitárias – também as emissoras com perfil religioso se esforçam para mobilizar uma comunidade mais ampla onde a fé não se torna exclusiva. Mas, procurando as entidades coletivas centrais que legitimam a produção do sinal dentro das rádios cria-se uma tríplice ruptura. A primeira postura é a já conhecida reunião periódica que acontece a cada duas semanas na Rádio Santa Marta. As modificações em comparação com as rádios livres são mínimas: existem algumas regras escritas na rádio mas, além deste minicátalo normativo, tudo se decide na reunião. Diferentemente, no Canal Mais e na Rádio Mulher existem atores e atrizes representativas que se colocam acima das reuniões: no primeiro caso trata-se do conselho de uma associação que representa a emissora – tal como o exige o roteiro oficial. No segundo, organiza-se um grêmio de 24 mulheres no qual participam duas representantes dos 12 grupos de mulheres associadas. A participação é garantida pela possibilidade de se associar, que no caso do Canal Mais pode ser feito sem restrições, e que no caso da Rádio Mulher está limitada a pessoas do sexo feminino

---

157 Entrevista com Jerry de Oliveira, ABRAÇO São Paulo (13.03.2010).

e justificada por elas “pelo fato de ser uma comunidade de interesse”. Por último, Rádio Sky e Rádio União submetem as reuniões a um forte ator não-coletivo e que tem a última palavra em tudo: o diretor. Esta situação, contrária à esperança da ABRAÇO, não é problematizada dentro das rádios já que os demais participantes acham legítima esta “hierarquia natural” que se justifica no “papel fundador que teve o diretor.”

Os não-humanos são mobilizados com duas ênfases gerais diferentes. Rádio Sky e União sublinham o importante papel das suas grandes “mesas de som” e do seu “software automatizador” (ambas usam o programa Zara Rádio) que “permitem que nossa comunidade possa ouvir um sinal de alta qualidade 24 horas por dia” - um critério que, segundo ambas, fala do “bom serviço de uma emissora”. A ênfase da Rádio Mulher, Santa Marta e Canal Mais centra-se no desejável uso de software livre, porque “amplia as formas de expressão” e uma “organização democrática da mídia”.

As duas maneiras de se relacionar com os não-humanos continuam também no debate sobre os microfones abertos: nas duas primeiras rádios um operador abre e fecha o microfone a um grupo predefinido de indivíduos locutor@s (e sobretudo pastor@s) dentro da grade – tudo em nome da eficiência e qualidade. Contrárias a esta cooperação especialista, a Rádio Santa Marta e Canal Mais acham desejável uma “grande presença da vizinhança fazendo programas ou participando espontaneamente”. Curiosamente, o uso do microfone da Rádio Mulher se parece mais com a primeira configuração, devido à “dominação masculina nas rádios comunitárias da região. São lugares onde as mulheres não podem operar mesas de som e ficam restritas a opinar e rir sobre piadas machistas”. Para ter a oportunidade de quebrar com essa dinâmica e poder mobilizar os não-humanos pessoalmente, as mulheres procuram espaços em rádios comerciais locais, onde literalmente se compra esta liberdade pagando pelo tempo no ar. Dito de outra forma, se estabelece uma ensambagem comunitária pontual (2 horas por dia) dentro de um espaço comercial.

Para estabilizar estas ensamblagens radiofônicas *no ar*, chama a atenção que somente a Canal Mais e Rádio União fizeram a tentativa de obter uma outorga em algum momento da sua existência. Nos dois casos elas foram negadas por causa da política de um canal único, tendo sido dado preferência aos pedidos de outras emissoras. Em comparação, a Rádio Sky “não acha necessária” e teme ter que reduzir o seu sinal com 600 Watts, muito mais forte que a potência do roteiro oficial. A Rádio Santa Marta, que queria, não conseguiu legalizar-se já que a rádio foi fechada pela PF e a ANATEL no dia 3 de maio 2011. Enquanto isso, a Rádio Mulher acha inoportuno legalizar uma emissora própria por duas razões. Primeiro “porque em nossa região somente se pode obter uma outorga através da influência de um político”, e o coletivo não quer se comprometer eticamente dessa forma. Segundo porque a iniciativa pretende comunicar com a maior parte possível da “população feminina rural”, um grupo de interesse que não é contemplado pela estreita delimitação geográfica da lei.

Aproveitando as licenças de rádios comerciais, a Rádio Mulher não transmite clandestinamente como as demais emissoras que, para evitar conflitos, recorrem a duas estratégias opostas. A primeira, realizada por Canal Mais e Rádio Santa Marta, consiste em “cumprir com as normas técnicas dentro da frequência prevista” (pela radiofonia comunitária dentro do plano nacional de espectro) do roteiro oficial para “demonstrar a vontade de nos legalizar”. A segunda não dialoga com este roteiro. Possibilita o uso de altas potências com um “diálogo que tem nosso diretor com a polícia”, segundo os locutor@s de ambas as estações. Os diretores das emissoras não confirmaram esta “relação especial” e dizem que “nunca fomos procurados”<sup>158</sup>. Porém, o diretor da Rádio Sky diz conhecer “muitos casos onde pagar a Polícia Federal pode agilizar ou frear o fechamento de uma rádio sem outorga”.

Onde necessárias, *no chão*, estas estratégias se complementam com diferentes mobilizações das comunidades. Rádio Santa Marta e Canal Mais apostam “no apoio popular dos moradores para defender a sua rádio”. Por isso, ao contrário das outras duas rádios que contam com um equipamento de transmissão, não se “escondem” em casas privadas e tentam fazer da rádio um espaço aberto de encontro. Porém, a primeira emissora foi fechada já três vezes, enquanto a segunda nunca voltou ao ar depois de ter sido lacrada. Demonstra-se aqui uma grande vulnerabilidade do roteiro, apesar de que o Canal Mais demonstrou também que é possível se rearticular de novo com sucesso.

Em relação *aos estúdios*, a Rádio Mulher se estabiliza através das instalações das rádios comerciais, mas para isso precisa criar recursos que permitam “comprar tempo no ar”. Dependem, nesse ponto, sobretudo de apoios financeiros da cooperação com fundações nacionais e internacionais. Para garantir a presença das locutoras e operadoras, acham legítimo pagar um pequeno honorário nos programas. A Rádio Santa Marta e Canal Mais nunca tiveram os recursos para pensar em pagar alguém. Estimulam e justificam uma participação voluntária como “boa prática comunitária” nas suas emissoras, e protegem os não-humanos de um mal uso com oficinas e capacitações. Para obter recursos, organizam “festas de solidariedade” e “às vezes pequenas doações de material”. Em comparação, Rádio Sky e Rádio União implementam outro modelo. Os seus operadores, funcionários e potente equipamento são pagos através de *spots* publicitários e financiamento direto de igrejas evangélicas, como na Rádio União que “recebe parte do dízimo”, ou indireto (nas duas), quando @s programador@s – sobretudo os pastores – “pagam uma taxa pelo tempo no ar”. Visibilizam-se, então, estratégias que desrespeitam as inscrições comunitárias. Caberia verificar se procuram justificar estas modificações de alguma forma ao nível do mediado *summum bonum*.

Como era de se esperar, as rádios se colocam numa relação intensiva com as suas comunidades. Todas pretendem assumir um papel de “autoridade de fala” para defender e se comunicar com bairros, grupos de interesses ou ambos.

158 Estas respostas surpreendem, já que a Rádio União fica muito perto de um grande aeroporto onde a fiscalização do espectro é mais rigorosa.

Dentro dessas configurações, definem agendas específicas e instrumentais. Rádio Santa Marta e Canal Mais pretendem “melhorar as condições de vida na favela” ou “colocar em prática o direito à cidade”, lutando por melhores serviços de água, luz, educação, saúde, etc.. Compartilham também processos de empoderamento cultural dos moradores, no caso da Rádio Marta ligados emblematicamente ao Hip Hop. A Rádio Mulher afirma todos estes objetivos, mas com uma diferença: os traduz para uma perspectiva de gênero. O bem estar das mulheres é ponto de partida em todos os debates – o que leva a um enfoque específico “anti-machista”, inclusive um apoio radiofônico contra a violência sexualizada (ver BROCK, 2011). Por último, a Rádio Sky e a Rádio União mobilizam o seu *summum bonum* em dois níveis. A primeira descreve um serviço de caridade para toda a área de cobertura, que vai desde o arrecadamento de fundos até “a salvação das almas para o senhor”. Nesse ponto aparece uma segunda comunidade de interesse – ou, nas palavras das rádios, “de fé”. O objetivo relacionado é abertamente proselitista: “fazer crescer e prosperar esta comunidade” constantemente.

A descrita heterogeneidade das rádios comunitárias sem outorga contém modificações que operacionalizam com sucesso conceitos abstratos legitimadores dos inscritores. Porém, também se choca com princípios centrais (ex. não-proselitismo, participação, etc.), que não somente colocam em cheque a sua legitimidade, como a de outras emissoras homônimas. A fórmula “comunitária” corre o risco de virar ininteligível ou, pelo menos, inflacionária.

(4) O ilustre grupo daquelas rádios visitadas que conseguiram a sua outorga – quase sempre depois de longas lutas – inclui: a Rádio Novos Rumos, sete anos mais velha que o roteiro oficial e que nasceu na articulação do jovem município Queimados na Baixada Fluminense; a Rádio Nova Friburgo (1992), fruto de um projeto da antropóloga Nina Magalhães para realizar projetos educativos e comunicativos com a população rural no interior de Rio de Janeiro; a Rádio Bicu-da, fundada em 1995 na capital do mesmo estado para mobilizar a comunidade na defesa do meio ambiente; a Rádio Gazeta News, que entrou no ar no mesmo ano com a chegada de ativistas do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade Mairinque no interior de São Paulo; a Rádio Cantareira (igualmente 1995), emissora em prol dos direitos dos moradores da Favela Brasilândia, localizada na periferia paulista; a Rádio Heliópolis, que surgiu na Favela homônima no início dos anos 1990 como porta-voz da organização vizinha UNAS (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região); e, finalmente, a rádio que porta o nome da cidade Independência no interior de Ceará, onde desde o ano 2004 se mantém em cooperação com a Igreja Católica e diversos movimentos sociais.

Fica evidente, já que boa parte dessas emissoras surgiu antes da lei 9.612/89, que o roteiro oficial não é a sua única fonte de legitimidade. Também fazem referência aos roteiros da ABRAÇO, da AMARC-Brasil e outras associações regionais sempre que acham oportuno. A respeito dos seus sujeitos, se confirma primeiro que cada rádio articula-se através de uma associação com um conselho eleito, tal como exige a lei. Paralelamente, há outras entidades coletivas “para fazer

mais transparente e mais ampla a tomada de decisões”: existem reuniões regulares (em todas as emissoras), conselhos de programação (Rádio Independência) e uma equipe de coordenador@s (Rádio Heliópolis). Todas estas entidades servem como moderador@s entre a representação legal da rádio, os demais participantes da emissora (entre 19 e 60 pessoas) e da comunidade. Nas diferentes mobilizações, estes dois últimos são intimamente ligados.

Como eu já indiquei na apresentação das rádios, predominantemente em termos locais, ocorre a construção de uma forte relação com uma comunidade geográfica. Definem-se grupos de interesse (ex. jovens, mulheres, artistas, etc.), mas sempre do ponto de vista de um ou vários territórios. Sem dúvida, estes não se limitam ao pequeno rádio entre 1-2 km que pode ser coberto com os 25 watts de potência legal, mas a situação concreta das emissoras no sentido geográfico-humano importa. O município em termos políticos (Rádio Novos Rumos), uma comunidade que se reconheça como favela (Rádios Heliópolis, Rádio Cantareira) ou uma cidade inteira (Rádio Gazeta News, Rádio Independência) são referentes coletivos fortes. É dentro deles que emerge o grupo coletivo de programador@s que, com a sua presença, legitima as rádios: quantitativamente e também qualitativamente, já que eles traduzem na prática as premissas de não discriminação e as regras próprias específicas. Através deles as rádios produzem os catálogos normativos dos inscritesores para as suas ensablagens: na Rádio Gazeta, por exemplo, é proibido falar positivamente sobre a legalização de maconha; na Rádio Heliópolis não se pode anunciar festas que não são organizadas pela rádio ou seus parceiros; e as rádios Comunidade e Independência não abrem as suas mesas de som para ritmos de rap e hip hop. Exigir do grupo de programador@s tocar “música de qualidade” é visto como um critério que “reforça o reconhecimento social”.

Vale perguntar: “frente a quem?” É possível visualizar isso seguindo a pista de uma suposta “canção sexista e comercial”. No caso da Rádio Independência, apoiada fortemente por uma Igreja aderente à teologia de liberação, é esta comunidade e as suas autoridades que exigem um certo padrão de conteúdo. E junto com a maioria das outras emissoras, a exclusão também se justifica em relação às premissas de gênero. “As mulheres da comunidade” são importantes como protagonistas em todas as emissoras – na fala. Na prática, as rádios tod@s procuram se legitimar através do objetivo de “diminuir o machismo e a discriminação”. Porém, as radialistas da Independência destacam que “a desigualdade é um problema estrutural da sociedade que, dentro das rádios, exige estratégias concretas”. Uma mobilização legitimadora das mulheres como atrizes coletivas foi visível sobretudo na Rádio Comunidade, que no seu estatuto “exige uma participação majoritária de mulheres como reparação frente à discriminação social em geral”, e também na Rádio Heliópolis, onde “em todas as atividades se procura uma participação equitativa entre homens e mulheres”.

Enquanto a sensibilidade de gênero pontualmente é alta, pode se generalizar um antropocentrismo em todas as emissoras. A ênfase é nos humanos por duas razões. Por um lado colocam em dúvida a importância das “normas e regras

técnicas” do roteiro oficial, e legitimam dessa forma modificações situacionais das quais ainda vamos falar. Paralelamente, colocam antenas, fios e transmissores - o que as rádios livres tratavam como um bem cuidado “coração” - num segundo plano. É uma infraestrutura cuidada majoritariamente por serviços e servidores externos - “uma prova legítima da profissionalidade de nosso trabalho”. Essa frase é ambivalente, porque não fica claro nos relatos se é um critério desenvolvido nas próprias mobilizações ou uma afirmação das exigências legais.

Seja como for, o que se pode constatar ao nível das estabilizações dos sinais é um diálogo intensivo com a lei - já que a espada de Dâmocles (ou de Ogum, para não cair em eurocentrismos) que flutua acima das suas existências é a perda da outorga por não cumprimento das normas legais. Sem a outorga elas perderiam uma das entidades que mais as estabiliza e define<sup>159</sup>. Transmitir *no ar* e *no chão*, “atuar conforme a lei”, ou seja: transmitir diariamente, minimamente oito horas, não exceder a potência ou altura da antena, não incluir nos seus programas publicidade, etc.. De perto, porém são visíveis pequenas “violações” dessas regras. Uma(s) emissora(s) transmite, por exemplo, spots publicitários claramente em conflito com a lei, uma atitude que se justifica através de outros roteiros comunitários que descrevem como legítima esta fonte de financiamento “já que a lei não nos permite subsistir como meio de comunicação”. Porém, estas práticas não se legitimam publicamente e não ser em pequena escala (coletivo da rádio ou a comunidade), o que permite ter regras internas transparentes e, oficialmente, permanecer em sintonia com a lei. Trata-se de um interessante duplo discurso legitimador, um público e outro oculto<sup>160</sup>.

Este discurso também é mobilizado em algumas rádios para sustentar financeiramente as suas emissoras. Abertamente algumas rádios pedem aos programador@s apoios através de “patrocinadores pessoais” ou doações das pessoas que fazem a rádio. A maioria também oferece serviços pagos (ex. gravação de discos no estúdio) ou organiza oficinas, eventos e festas para criar fundos. Alguns conseguem também recursos em cooperação com fundações, ONGs ou municípios, organizando por exemplo campanhas de prevenção, etc. As emissoras compartilham a posição de que somente com estas fontes de financiamento - nem sempre disponíveis - é sumamente difícil organizar uma rádio, sobretudo quando são pagos salários por algumas das atividades. Esta situação é usada, como já falei, para justificar de forma interna a emissão de publicidade e, em dois casos, também a transmissão de publicidade eleitoral, a venda de tempo no ar ou cobrança de taxas d@s programador@s como pré-requisito para poder falar na rádio. A erosão da legitimidade dessas emissoras só é visível pela população local, mas são justamente essas comunidades que poderiam retirar o seu peso legitimador em algum momento.

---

159 Não mencionarei diretamente a quais rádios se referem certas práticas, considerando que parte das atuações são, do ponto de vista da Lei 9.612/98, proibidos e poderiam colocar em risco as emissoras.

160 Na versão longa desse texto esta dimensão é explorada com mais detalhe através dos conceitos de discursos públicos e ocultos, fazendo referência ao trabalho de Scott (Ver SCOTT, 1990).



Por último, revisando as diferentes formas de construir um *sumum bonum*, é possível distinguir cinco mediações concretas. O caráter instrumental e dirigido às comunidades específicas se parece muito com as mobilizações das emissoras comunitárias sem outorga. A primeira, mencionada pela Rádio Heliópolis, Rádio Novos Rumos e Rádio Cantareira dedica-se à “mediação de processos de urbanização” e “perguntas cotidianas da comunidade”. A segunda trata do trabalho de “sensibilização” e “prevenção”, indicado na área de proteção ambiental por Rádio Cantareira, Rádio Independência e Rádio Bicuda. Uma terceira mobilização é o trabalho educativo, sublinhado como de “alta importância” pelas mesmas três emissoras que, por exemplo, organizam programas especiais para alfabetizar jovens e adultos. E, finalmente, todas as rádios compartilham um compromisso com a “informação da população”, “campanhas de saúde” (por ex. incentivar a prática de esportes) e o “apoio de artistas locais”. A relação legitimadora que surge dessas mediações, configurando todas como serviços, é dupla: por um lado as rádios operacionalizam demandas específicas das comunidades, por outro cumprem também de forma empírica com as exigências do roteiro oficial e outros catálogos normativos.

### **5. Malabarismo de roteiros ou: a problemática falta de áreas de troca**

A pequena incursão sobre a inscrição e a mobilização de rádios livres e comunitárias, antes de tudo, evidenciou o seu papel ativo em possibilitar um amplo e diverso fazer-rádio por indivíduos associados e comunidades brasileiras na atualidade. São atores e atrizes importantes, que traduzem a mídia rádio tanto conceitualmente quanto na prática, e dessa forma contribuem para o debate sobre o que significa ter e aproveitar o direito de se comunicar. Porém, os diferentes roteiros que foram apresentados desde o seu surgimento histórico até a criação de sinais em busca de legitimidade, demonstram também uma problemática ambiguidade na ensablagem de atores e atrizes coletivas, a formulação de um *sumum bonum* situacional e, por último, uma conduta eficiente para democratizar o sistema radiofônico vigente, embora ainda longe de uma reforma agrária no ar.

Ordenando as descrições e interpretações dessas páginas eu vejo uma primeira razão para a proliferação pouco articulada dos diferentes roteiros. Para evitar mal entendidos: uma apropriação ativa e criativa das diferentes inscrições é algo desejável para garantir mediações radiofônicas participativas e democráticas. Porém, a análise do malabarismo geral dos roteiros permite revisar criticamente alguns processos de tradução e legitimação. Começamos com uma movimentação dos diferentes coletivos radiofônicos visitados (os mobilizadores) que eu chamo *troca de roteiros (script switching)*<sup>161</sup>. É uma estratégia legitimadora que consiste em trocar referências e narrativas dependendo de quem reivindica e em qual situação uma legítima criação de sinal. Um exemplo: a Rádio X, comunitária e com outorga demonstra-se, durante uma visita dos fiscais da ANATEL, uma fiel aderente do roteiro oficial e o prova através do equipamento homologado e das gravações dos

161 Esta conceitualização foi estabelecida em diálogo com a pesquisa de ROTTENBURG (2009).

seus programas (um requisito exigido pela lei). Trinta minutos depois da partida da agência reguladora ligam um segundo transmissor com dez vezes mais potência, e legitimam este uso com a demanda da comunidade que ultrapassa as limitações da lei, que não leva em consideração as características sociais e geográficas do país. O problema é que este movimento somente se justifica quando a suposta “demanda” realmente se evidencia dentro de uma renovada negociação dessa *outra* legitimidade, que a gente poderia chamar situacional, e que ela não se inscreve somente de modo unilateral. Quando uma rádio se atribui - como por exemplo nos casos extremos das emissoras União e Sky - criar ao mesmo tempo a demanda e a comunidade, algo não encaixa. Dito de outra forma: a troca de roteiros é um gesto ambivalente e precisa traduzir de modo empiricamente compreensível e completo o seu roteiro legitimador alternativo.

Um segundo movimento consiste na *mistura de roteiros (script mixing)*, que descreve a combinação explícita de dois roteiros diferentes. Poderíamos chamá-lo também de interpretação e adaptação situacional, com a intenção de intensificar a sua legitimidade. A Rádio Luta, uma emissora livre-operarararia-comunitária, é um exemplo bem sucedido, assim como também todas as emissoras que se relacionam tanto com uma comunidades de interesse quanto com o conjunto de moradores de um certo território. De novo, a mistura traz consigo a obrigação de explicitar estas relações em diálogo com os roteiros em uso, levando-se em consideração as suas premissas próprias. Parece difícil, até dentro do amplo universo dos roteiros livres e comunitários, justificar proselitismos exclusivos, fins lucrativos, racismo ou outras premissas vetadas por um certo consenso mínimo junto a grande maioria dos atores e atrizes reunidos nesse artigo.

É justamente este consenso mínimo que acho ser um elemento chave para responder à pergunta de por que a reforma agrária no ar não avançou e não avança, quando enfocamos exclusivamente os seus potenciais protagonistas não-estatais. O ponto é: o que visibilizou este consenso foi este artigo, e não a troca de ideias e experiências entre as diferentes atores e atrizes. Me explico: supondo que não existe uma definição universal de rádio, senão uma rede de atores que traduzem esta *referência* em mediações situacionais e às vezes também em conceitos viajantes, capazes de se reproduzir em diferentes lugares, cria-se uma necessidade compartilhada: a renovação de um *meta código*, um entendimento comum do que é rádio no sentido amplo (ex. as *rádios web* fazem parte ou não?), mas também entre os atores e atrizes dos mundos comunitário e livre.

Seguindo este pensamento por um momento, poderia ser politicamente interessante, por exemplo, desenvolver de forma colaborativa um código cultural radiofônico que aglutine diversos atores e atrizes em torno de algumas premissas chaves da radiodifusão livre e comunitária, para juntos poderem forçar a dançar aqueles petrificados atores que até agora bloqueiam uma reforma da atual legislação radiofônica e as suas premissas sobre o uso do espectro, a definição dos sujeitos sociais da comunicação, etc.. Porém, uma aliança tal ou projetos parecidos quase não existem e a sua ausência impede a renovação de um consenso míni-

mo ou, pelo menos, de um dissenso produtivo do que significa um legítimo fazer-rádio. Ao invés disso, a circulação da referência rádio permanece incompleta, se multiplicam perspectivas e micropolíticas. Defendem-se, no nível dos inscriteiros, posturas representativas que excluem outros atores e atrizes ou insistem em problemáticos reconhecimentos de liderança quando, por exemplo, o MiniCom constata que “somente uma rádio comunitária legalizada é uma rádio comunitária”, ou a ABRAÇO se apresenta como única representante legítima dessas emissoras no Brasil. Isso não contribui para a renovação de um *meta code* compartilhado, e leva à sua decadência.

A democratização do rádio não vai acontecer se aqueles interessados em mudar o *status quo* permanecerem nas suas trincheiras. “Desejos de liderança absoluta não vão nos levar a nenhuma parte”, analisa um militante da ABRAÇO de Campinas que se pronuncia a favor de um “amplo diálogo em pé de igualdade”<sup>162</sup>. No marco da perspectiva teórica aqui utilizada, esta proposta se traduz na criação de uma *área de troca* (*trading zone*), um espaço que dentro de negociações comuns permita definir situações e problemas de uma forma aceitável temporariamente para todos (Ver ROTTENBURG, 2009, p.104): um espaço de renovação do meta código.

Mas será que tal esforço nunca foi empregado no Brasil? Foram sim, mas não seguiram em frente. No ano 2009 aconteceu a Conferência Nacional de Comunicação ConFeCom), que pretendeu reunir tod@s @s atrizes e atores relevantes de radiodifusão brasileira (Ver SÓLHA, 2010). Porém, a mídia comercial boicotou o evento e o consenso estabelecido terminou numa declaração comum que caiu no esquecimento ao invés de iniciar novos debates e mobilizações. Um ano antes foi fundado o Fórum da Mídia Livre, que também não conseguiu reunir tod@s, desta vez porque muitas rádios livres se negaram a participar, reclamando que não foram procurados no momento da fundação (e por acharem que estão banalizando o nome “livre”). Depois, no ano 2011, quando o movimento de rádios livres organizou a primeira conferência *Espectro, Sociedade e Comunicação* (ESC) para iniciar um amplo diálogo sobre o futuro uso do espectro eletromagnético, estiveram presentes poucos radialistas ou representantes das rádios comunitárias. Um pouco antes surgiu uma aliança promissora de mais de 260 organizações, mediada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), e a ONG Interozoes lançou a campanha *Para expressar a liberdade* que, através de uma petição massiva, pretendia uma mudança do marco regulatório da mídia. Porém, mais uma vez este Projeto Legal de Iniciativa Popular (PLIP)<sup>163</sup> foi articulado sem participação das rádios livres. Até hoje a campanha não conseguiu juntar as assinaturas necessárias para conseguir o debate da proposta no parlamento, e antes disso foi vetado qualquer debate sobre o seu conteúdo pelos acima mencionados mediadores (Ver BROCK, 2013).

---

162 Entrevista com Jerry de Oliveira, ABRAÇO São Paulo (13.03.2010).

163 Ver <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/> (31.01.2015).

Com efeito, a pergunta sobre o meta código permanece aberta, enquanto circulam muitos roteiros que às vezes se chocam e causam “perdas de fricção” mutuamente. Desse jeito, a reforma agrária no ar permanece inalcançável. Sem dúvida, as mobilizações das rádios comunitárias, livres e os seus respectivos inscriteiros (menos o roteiro oficial) conseguem furar algumas linhas de fuga (conceito de Guattari) na caixa preta da regulação radiofônica e também estabilizar algumas ensamblagens promissoras do fazer-rádio. Porém, até agora não estão conseguindo definir uma reivindicação legitimadora comum.

### Referências Bibliográficas

AKRICH, Madeleine. “**Comment décrire les objets techniques?**” Em: *Techniques et Culture*, n. 9, 1987, p. 49-64.

ANSELL, Christopher K. “Political legitimacy.” Em: Smelser et. al. (eds.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Science**. 2001.

ARAÚJO, Carlos Brasil de. **O Escritor, a comunicação e o rádiojornalismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1972.

TORRES, Bruno Araújo. **Las Voces Radiofónicas**. Las Radios Comunitarias de Brasil. Valencia: Universidad de Valencia, 2007.

BELISÁRIO, Adriano. “**Espectro Livre como alternativa tecnopolítica à vigilância.**” 2015. <https://politics.org.br/edicoes/espectrolivrecomoalternativatecnopol%C3%ADtica%C3%A0-vigil%C3%A2ncia> (12.12.2016).

BELLIGER, Andréa; KRIEGER, David J. (eds.) **ANThology**. Ein einführendes Handbuch zur Akteur-Netzwerk-Theorie. Bielefeld: transcript, 2006.

BIJKER, Wiebe E; HUGHES, Thomas P; PINCH, Trevor (eds.). **The Social Construction of Technological Systems**. Cambridge: MIT Press.

Brock, Nils. “**Auf kommunikativem Weg die Welt verändern** - Interview mit Maria Pía Matta, Präsidentin des Weltverbandes der Community Radios.” Em: *Lateinamerika Nachrichten* # 442, Berlin: 2011. <http://www.ln-berlin.de/index.php?/artikel/4065.html> (10.10.2012).

\_\_\_\_\_. “**PLIP-PLIP em vez de BLING-BLING?** Um olhar crítico sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (PLIP) face ao Direito à Comunicação em tempos da digitalização do rádio.” 2013. [http://www.conferences.telemidia.pucRio.br/esc2013/artigos/NILS\\_BROCK\\_ESC2\\_Critica\\_PLIP\\_2013.pdf](http://www.conferences.telemidia.pucRio.br/esc2013/artigos/NILS_BROCK_ESC2_Critica_PLIP_2013.pdf) (12.12.2916).

\_\_\_\_\_. “**Relator especial para a Liberdade de Expressão da CIDH visita Brasil.**” 2015. <http://amarcbrazil.org/relator-especial-para-a-liberdade-de-expressao-da-cidh-visitabrazil/> (01.12.2016)

BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo. “**Um ar mais livre?** Uma breve abordagem

comparativa da situação legal das rádios comunitárias na Europa e América do Sul.” resentação na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Curitiba, Brasilien. 2013. [http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2013/08/UmArMaisLivre\\_VersaoMidiaCidada.pdf](http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2013/08/UmArMaisLivre_VersaoMidiaCidada.pdf) (28.05.2013).

CALABRE, Lia. “**Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque.**” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 31, 2003, p.161-181.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. “Unscrewing the big Leviathan: how do actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so.” In: Knorr et.al. (ed.). **Advanced Social Theory and Methodology.** 1981, p.277-303.

CASTELLS, Manuel. “Innovación, libertad y poder en la era de la información.” In: Moraes (ed.). **Sociedad Mediatizada.** Barcelona: Gedisa, 2007, p.175-183.

CAVALCANTI JÚNIOR, Flávio. “Radiodifusão, democracia e regulamentação da mídia.” In: Saravia et. al. (eds.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa.** 2005, p.163-175.

CRESSMAN, Darryl. “**A Brief Overview of Actor-Network Theory: Punctualization, Heterogeneous Engineering & Translation.**” 2009. <http://www.sfu.ca/cpro-st/?p=272> (16.11.2012).

CRUZ BRITTO, Valério; BOLAÑO, César (eds.). **Rede Globo.** 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Die Schrift und die Differenz.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972 [1967].

\_\_\_\_\_. “Die Struktur, das Zeichen und das Spiel im Diskurs der Wissenschaften vom Menschen.” In: Derrida. **Die Schrift und die Differenz.** 1972, p.422-442.

DOWNING, John (ed.). **Radical Media.** Rebellious Communication and Social Movements. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus.** Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1973.

\_\_\_\_\_. “Legitimationsprobleme im modernen Staat.” In: Kielmansegg (ed.). **Legitimationsprobleme politischer Systeme.** 1976, p.39-61.

\_\_\_\_\_. **Theorie des kommunikativen Handelns.** Band 1-2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HAGEN, Wolfgang. “Metaxy. Eine historiosemantische Fußnote zum Medienbegriff.” In: Münker/Roesler (eds.). **Was ist ein Medium?** 2008, p.13-29.

HAZLETT, Thomas W; PORTER, David; SMITH, Vernon. “**Radio spectrum and the disruptive clarity of Ronald Coase. Paper for Markets, Firms, and Property**”

**Rights:** A Celebration of the Research of Ronald Coase." Conference at the University of Chicago School of Law (Dec. 4-5, 2009). 2009. [http://ssrn.com/abstract\\_id=1583098](http://ssrn.com/abstract_id=1583098) (16.04.2012).

HENNIS, Wilhelm. "Zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft." In: Kielmansegg (ed.). **Legitimationsprobleme politischer Systeme**. 1976, p.9-38.

HICKETHIER, Knut. **Einführung in die Medienwissenschaft**. Stuttgart/Weimar: J.B. Metzler, 2003.

HUNTSBERGER, William. **The Emergence of Community Radio in the United States: A Historical Examination of the National Federation of Community Broadcasters, 1970 to 1990**. Faculty Publications.Article. Submission 13. [http://digital-commons.linfield.edu/mscmfac\\_pubs/13](http://digital-commons.linfield.edu/mscmfac_pubs/13), 2007.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: Editora da UFBA, 2002.

KASSUNG, Christian/Kümmel-Schnur, Albert. "**Wissensgeschichte als Malerarbeit?** Ein Trialog über das Weißeln schwarzer Kisten." In: Kneer et. al. (eds.). Bruno Latours Kollektive. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008, p.155-179.

KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800/1900**. München Wilhelm Fink Verlag. 1985.

\_\_\_\_\_. **Grammophon Film Typewriter**. Berlin: Brinkmann & Bose. 1986.

KOLLEKTIV, A. Traverso; TEUFEL Alice ist der. **Praxis einer subversiven Kommunikation**. Berlin: Merve, 1977.

LASAR, Matthew. **Pacifica Radio**. The Rise of an Alternative Network. Temple University Press: Philadelphia, 2000.

LATOUR, Bruno. **Visualization and cognition: Thinking with eyes and hands**. Knowledge and society: Studies in the sociology of culture past and present (Vol. 6, p. 1-40). Greenwich, CT: JAI. 1986.

\_\_\_\_\_. "**For David Bloor... and Beyond: A Reply to David Bloor's 'Anti-Latour'**" Em: Studies in History and Philosophy of Science, Vol. 30, n. 1, 1999, p.113-129.

\_\_\_\_\_. **Die Hoffnung der Pandora**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nunca fuimos modernos**. Ensayo de antropología simétrica. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno, 2007.

\_\_\_\_\_. **Reensamblar lo social**. Una introducción a la teoría del actor-red. Manantial. Buenos Aires, Argentina: 2008.

LUHMANN, Niklas. **Legitimation durch Verfahren**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978 [1969].

LUZ, Dioclécio. A arte de pensar e fazer Rádios Comunitárias. Publicação própria. Machado, Arlindo; Magri, Caio; Masagão, Marcelo. **Rádios livres - A reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasilense, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Communication, Culture and Hegemony**. From the Media to Mediations. London/Newbury Park/New Delhi: Sage Publications. 1993 [1987].

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Werke**. Dietz Verlag: Berlin, 1976, p.381.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina**. Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander (eds.) **Was ist ein Medium?** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

NEGROPONTE, Nicholas P. **Being Digital**. New York: 1995.

KNOPE, Alfred A; NETO, Armando. **Rádio Comunitária não é crime**. Direito de Antena: o espectro electromagnético como bem difuso. São Paulo: Cone, 2002.

PEPPINO BARALE, Ana María. **Radio educativa, popular y comunitaria en América Latina**. Origen, evolución y perspectivas. México D.F: Plaza y Valdés Editores, 1999.

PERUZZO, Cílicia María. **Comunicação nos movimentos populares**. A participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 2004.

PFAFFENBERGER, Bryan. "Social Anthropology and Technology." In: Annual Review of Anthropology, Vol. 21, 1992a. p.491-516.

\_\_\_\_\_. "Technological Dramas." In: Science, Technology & Human Values, Vol. 17, n. 3, Summer, 1992b, p.282-312.

RAMMSTEDT, Otthein. "Zum Legitimationsverlust von Legitimität." In: Kielmansegg (ed.). Legitimationsprobleme politischer Systeme. 1976, p.108-122.

ROCHA, Amara. **Nas ondas Modernização: O rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

ROSSLER, Gustav. "Kleine Galerie der Dingbegriffe: Hybriden, Quasi-Objekte, Grenzobjekte, epistemische Dinge." In: Kneer et. al. (eds.). Bruno Latours Kollektive: 2008. p.76-107.

ROTTENBURG, Richard. **Far-Fetched Facts**. A Parable of Development Aid. Cambridge/London: MIT Press, 2009.

SARAVIA, Enrique; MARTINS, Paulo E; PIERANTI, Octavio. **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHULZ-SCHAEFFER, Ingo. “**Technik in heterogenen Assoziationen**. Vier Konzeptionen der gesellschaftlichen Wirksamkeit von Technik im Werk Latours.” In: Kneer et. al. (eds.). Bruno Latours Kollektive. 2008, p.108-154.

Scott, James C. **Domination and the Arts of Resistance**. Hidden Transcripts. New Haven/New York: Yale University Press, 1990.

SEC - Secretaria Especial de Comunicação Social. **O Rádio Educativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social. 2003.

SEVENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.” In: Novais (ed.). **História da vida privada no Brasil**. Vol 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. 1998, p.513-620.

SILVEIRA, Paulo Fernando. **Rádios Comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SÔLHA, Hélio. “A conferência nacional de comunicação: da liberdade de expressão à censura mediática.” In: Sel, Susana (ed.). **Políticas de comunicação en capitalismo contemporâneo**. 2010, p.211-230.

VIZER, Eduardo A. “Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias.” In: Ferreira (et.al). **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. 2007, p.23-52.

WEBER, Max. “**Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriß der verstehenden Soziologie**. 1980.” <http://www.zeno.org/nid/20011439998> (01.07.2011).

WILLIAM, Arthur. “**O rádio completa 90 anos no Brasil**. Há motivos para comemorar?” 2013. <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-radio-completa-90-anos-no-brasil-mas-nao-ha-nada-o-que-comemorar-6483.html>

WERBACH, Kevin. “**Supercommons: Toward a Unified Theory of Wireless Communication**.” Em: Texas Law Review, Vol. 82, 2004, p.863-973.

WINNER, Langdon. **The Whale and the reactor: a search for limits in an age of high technology**. Chicago: University of Chicagpp Press, 1986.

\_\_\_\_\_. “Do Artifacts have Politics?” In: Winner. **The Whale and the reactor: a search for limits in an age of high technology**: 1986, p.19-39.



## Sobre os autores

**André de Souza Fedel** - Geógrafo pela UEPG, Mestre em Geografia pela UFPR. Educador Popular no CEFURIA e atualmente Educador Popular pela ASSESOAR. Como fio condutor de pesquisas, neste percurso acadêmico, destaca-se a relação entre a Geografia e a Comunicação, por meio de um viés da pesquisa participante e da pesquisa-ação. Tem se dedicado a estudar o papel da educação popular na construção de uma outra comunicação e também apoia experiências e iniciativas de comunicação popular com/dos povos indígenas. E-mail: andrefedel@assesoar.org.br

**Ângela Meili** - É professora do curso de Letras da Universidade do Paraná, doutora em Comunicação Social (PUCRS) e Mestre em Linguística (UNICAMP). Já foi membro atuante dos coletivos da Rádio Muda (Campinas) e da TV Piolho (Campinas) e tem como principal interesse de pesquisa as práticas de mídia desobedientes, com principal atenção ao tema da pirataria e da circulação informal de bens informacionais nas redes digitais. Seu campo de conhecimento concentra-se nas áreas relacionadas à mídia, tecnologia, cultura e linguagem. E-mail: meili.prof@gmail.com

**Bruna Zanolli** - Artista visual e comunicadora envolvida com tecnologias livres e direitos humanos. Atualmente pensa/atua na criação e gestão de infraestruturas desde uma perspectiva feminista. Possui Mestrado pela Escola de Comunicação da UFRJ na área de Tecnologias da Comunicação e Estética, tendo defendido a dissertação intitulada Espectros Feministas: contribuições para pensar o espectro radiofônico. E-mail: brunaz@riseup.net.

**Doriedson Alves de Almeida** - Professor na área de Tecnologias da Informação e Comunicação, Educação e Tecnologias CFI/PPGE, ICED, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: doriedson.almeida@ufopa.edu.br

**Ednelson Luís de Sousa Júnior** - Bacharel em Ciência da Computação (IEG/ Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA). E-mail: ejednelsonjunior32@gmail.com

**Elena Nava Morales** - Doutora em Antropologia pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasil. A sua tese intitulada “Totopo no ar: Rádio e Comunalidad em Oaxaca, México” é uma etnografia de uma rádio comunitária-indígena localizada no Istmo de Tehuantepec. O livro, resultado da tese, encontra-se atualmente no prelo. É professora-pesquisadora dea Cátedras CONAcYT,

no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - Unidad Occidente - Unidad. E-mail: elena.nava@ciesas.edu.mx, elena\_val@yahoo.com.mx

**Fábio Gonçalves Cavalcante** - Músico, Técnico em Assuntos Educacionais na área de audiovisual (PROCCE – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA). E-mail: fababipiopo@gmail.com

**Franklin Pantoja Valério** - Tefeense, estudante de graduação do curso de Licenciatura em Letras, no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA). Em 2015, defendeu Monografia (TCC) sobre suas experiências como integrante do projeto de extensão “A Universidade em destaque pelas ondas do rádio”. Também atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES e no Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC/FAPEAM. E-mail: frankpvalerio@yahoo.com

**Flora Rodrigues Gonçalves** - Doutoranda em Antropologia Social pela UFMG, Mestre em Antropologia pela mesma instituição. Suas linhas de pesquisa versam sobre Antropologia da Ciência e Tecnologia; Antropologia da técnica e Antropologia da comunicação. E-mail: florazappa@gmail.com

**Guilherme Gitahy de Figueiredo** - Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA). Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Mestre em Ciência Política e Bacharel em Ciências Sociais Geral e Antropologia pela Unicamp. Egresso do Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP. Atua nas áreas de antropologia do colonialismo, antropologia da mídia, antropologia da educação e educomunicação. Já atuou nas rádios Muda, Pulga, Xibé e Educação Rural de Tefé. E-mail: gfigueiredo@uea.edu.br

**Helena Rizzatti** - Doutoranda em Geografia, pela Universidade Estadual de Campinas com estudo sobre a implantação e o uso de tecnologias de informação e comunicação nas periferias de algumas das grandes cidades brasileiras. Professora e ativista pelo feminismo e pelo direito à cidade. E-mail: helenarizzattifonseca@gmail.com

**Júlia Araújo Mendes** - Doutora em Estudos de Gênero pela Universidade de Valência (Espanha), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a tese “Micropolíticas da fala: feminismos, discursos e experiências de prática radiofônica na sociedade rede”. Seus interesses de pesquisa são: produções culturais, micropolítica, ativismos feministas e mídias livres e comunitárias. É integrante de Transformacció – Associação de Estudos Femi-

nistas, de Gênero e Sexualidades e do coletivo Rádio Malva (Valência), onde, em colaboração com outras companheiras, produziu durante seis anos o programa Enredadas. E-mail: juliamentes@gmail.com

**Leni Rodrigues Coelho** - Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Patos de Minas/MG, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutoranda em Educação Pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como Professora no Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas de 2008 a 2017. Foi Coordenadora de Área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência no curso de Pedagogia e Coordenadora Pedagógica do Curso de Pedagogia. Atualmente é Professora Assistente na Escola Normal Superior, da Universidade do Estado do Amazonas. Linhas de pesquisa: Educação de Adultos, Educação Popular, História e Memória. E-mail: lenicoelho@yahoo.com.br

**Maria de Lourdes Valente Hounsell** - Licenciada em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas, atua como coordenadora pedagógica no Instituto Educacional e Social Esmirna. E-mail: maluhounsell@hotmail.com.

**Marina Martinelli** - Filósofa e Poeta. Foi ativista por vários anos da Rádio Muda de Campinas e ativista pelos direitos humanos, inclusive da rádio Maluco Beleza, instalada no Hospital Psiquiátrico Cândido Ferreira. É autora do livro “Direitos Cívicos e Novos Dilemas Contemporâneos: uma releitura de John Rawls” (2017), pela editora Paco; e autora do livro de poesias “O Sonho cordado é que é Realidade” (2011) pela editora Livre Expressão. E-mail: 7marinamartinelli7@gmail.com

**Nádia Teresinha da Mota Franco** - Graduada em Ciências Sociais e Jurídicas (UNISINOS); Mestra em Integração Latino-Americana (UFMS), Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR. E-mail: nadia.franco@uffs.edu.br

**Nils Brook** - Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Livre de Berlim (Alemanha), com a tese “Agrarreform in der Luft. Eine medienethnographische Untersuchung zur Legitimierung unabhängiger Radios in Brasilien”. Seus interesses de pesquisa são as transformações da mídia livre e comunitária em tempos digitais. Além do trabalho acadêmico, colaborou como cooperante internacional com a AMARC Brasil (2012-2017). Também trabalha como jornalista com revistas e rádios na Alemanha, realiza oficinas com software livre e coordena projetos de desenvolvimento de mídia participativa, atualmente com o Pool de Notícias de América Latina (NPLA). E-mail: nils.brock@npla.de

**Núbia Litaiff Moriz Schwamborn** - Amazonense, professora da Universidade do Estado do Amazonas – UEA; Orientadora de TCC do Curso de Letras, atuando no

Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST; Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES; Licenciada em Letras, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com Pós-graduação em Linguística do Texto/Visão Discursiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre e Doutora em Ciências da Educação (USC/PY). Membro da Associação Brasileira de Escritores e Poetas Pan-Amazônicos – ABEPPA. E-mail: nmoriz@uea.edu.br

**Patrícia Guerrero** - Graduada em Ciências Sociais. Doutora em Educação. Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul/PR, no período de 2012 a 2017. Atualmente, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: meonpry@yahoo.com.br

**Pedro Pontes de Paula Júnior** - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado na Licenciatura Plena em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (2009). Professor da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas desde 2012, atuando na Escola Santo Antônio, município de Santo Antônio do Iça (AM). Membro fundador do Centro de Mídia Independente de Tefé. Atuou nas rádios Xibé e Na Tora. E-mail: pedropontesdepaula@gmail.com

**Rafael Diniz** - Possui Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e é mestre pela PUC-Rio (2015). Está cursando doutorado em Informática na Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de TV e Rádio Digital (broadcasting), sistemas hiper-mídia e multimídia, middleware Ginga e de questões ligadas a gestão do espectro eletromagnético. Participa do Conselho Consultivo do Rádio Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Pesquisador do Lab. Telemídia da PUC-Rio (desde 2013) e do Grupo de Processamento Digital de Sinais da UnB (desde 2016). E-mail: Rafael@riseup.net

**Ricardo Franco Llanos** - Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi bolsista de Iniciação Científica do Programa PIBIC/ CNPq. Estuda Democratização da Comunicação, Comunicação livre, Rádios Livres e Apropriação Tecnológica. Email: ricardo\_1510@hotmail.com

**Thiago Novaes** - Pesquisador de Pós-Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF). É Doutor em Antropologia Social (UnB). Possui Bacharelado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisador em Telecomunicações, tendo participado do projeto do Sistema Brasileiro de TV Digital como colaborador no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD), em

2003 e 2004. Trabalhou como Coordenador Nacional de Implementação de Kits Multimídia dos Pontos de Cultura (2005) junto ao Ministério da Cultura, e na Coordenação Nacional do Projeto Casa Brasil, vinculado ao ITI da Presidência da República, em 2006. Tem artigos e traduções produzidos sobre o tema da digitalização dos meios de comunicação e gestão do espectro eletromagnético. Atualmente, desempenha a função de Secretário Geral da Associação Brasileira de Rádio Digital (ABRADIG). E-mail: tnovaes@gmail.com

**Thomas Schwamborn** - De nacionalidade alemã, mora há mais de 30 anos no Amazonas. Foi enviado pela Província da Alemanha da Congregação do Espírito Santo e, como missionário leigo, passou a administrar a Rádio Educação Rural de Tefé, a pioneira no serviço de comunicação em Tefé, desde 1987. É formado em Teologia e Filosofia pela Universidade Federal de Ruhr – Bochum/Alemanha e possui especialização em Comunicação para Pastoral (DECOS/CELAM), pela Unisinos /São Leopoldo (RS). É autor do livro “Rádio Educação Rural de Tefé – Evangelizando e Comunicando”, publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, em 2013. E-mail: rert@osite.com.br

Os capítulos desta obra marcham contra a corrente das mídias de corporações privadas e dos Estados que, como já alertava Hanz Magnus Enzesberger, tentam artificialmente limitar as inovações técnicas para salvar monopólios políticos e econômicos. Isso é possível porque as autoras e autores dialogam com saberes e práticas acumuladas por experiências como o Movimento de Educação de Base e as rádios católicas, a comunicação indígena e a feminista, o movimento de software livre, organizações de rádios comunitárias e rizomas de rádios livres. Estas últimas trazem uma contribuição bastante especial, pois foi possível reunir uma preciosa coletânea de pesquisas sobre rádios livres. As pesquisadoras e pesquisadores são da pedagogia, antropologia, sociologia, geografia, música, ciência política, ciência da computação, filosofia, teologia, direito, linguística, letras, artes visuais e até mesmo dos estudos da comunicação, que estão desenvolvendo os seus trabalhos nas mais variadas regiões do país e do mundo. O livro também é fruto da interiorização e popularização da universidade que ocorreu em anos recentes, e que tem oportunizado a intensificação da apropriação da ciência e da inovação tecnológica por camadas mais amplas da população. Cole o seu ouvido nesta obra, e poderá ouvir a chegada de novas vozes e ecos ainda distantes.

**ALEXA**  
CULTURAL

ISBN 978-85-5467-007-8



9 788554 670078